

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Linguística

Tese de Doutoramento

Formas de Tratamento no Português de Angola. Estudo Sociolinguístico

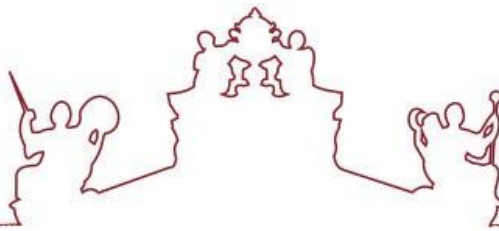
António Kingui da Silva

Orientador(es) | Maria João Brôa Martins Marçalo

Paulo José Tente da Rocha Santos Osório

Évora 2020





Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Linguística

Tese de Doutoramento

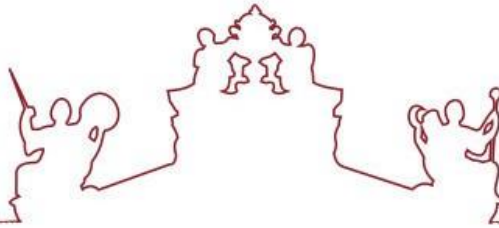
Formas de Tratamento no Português de Angola. Estudo Sociolinguístico

António Kingui da Silva

Orientador(es) | Maria João Brôa Martins Marçalo

Paulo José Tente da Rocha Santos Osório

Évora 2020



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente		Maria do Céu Brás da Fonseca (Universidade de Évora)
Vogais		Alcina Maria Pereira de Sousa (Universidade da Madeira)
		João Paulo Martins Silvestre (Universidade de Aveiro)
		Maria Clara Ferreira de Araújo Barros Greenfield (Universidade do Porto)
		Maria do Céu Brás da Fonseca (Universidade de Évora)
		Paulino Soma Adriano (Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda)
		Paulo José Tente da Rocha Santos Osório (Universidade da Beira Interior)
		(Orientador)

Dedicatória

À Felí, à Fatita e ao Professor Doutor
Arsénio Cruz, por tudo!

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é dirigido a Deus, por me ter dado a maior dádiva da humanidade: a Vida. A Ele, agradeço o final desta etapa do meu percurso académico.

À Fundação Calouste Gulbenkian, este trabalho é muito devedor, pelo que agradeço, penhoradamente, a concessão de uma bolsa de estudo, permitindo a minha estada em Portugal durante o terceiro ano do Curso de Doutoramento em Linguística, na Universidade de Évora.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Paulo Osório e Professora Doutora Maria João Marçalo, fico grato pela sábia e constante orientação, bem como pela confiança que em mim depositaram.

Às Professoras Doutoradas Ana Alexandra Silva e Maria do Céu Fonseca, pelo constante estímulo ao avanço deste projeto, o meu reconhecimento.

Às Professoras Doutoradas Alcina Sousa e Célia Regina dos Santos Lopes, pelo acompanhamento desta investigação, em diferentes fases da sua execução, sou muito devedor.

Ao Professor Doutor David Suelela, pelo auxílio na finalização da estrutura geral da tese, o meu obrigado.

À Yolanda Viamonte, à tia Fatinha, ao Joel Buca, ao Arlindo Isaac, ao Rodrigues, ao Rampa, ao Benjamim Sipilantes, ao Salvador Tito, à família do Custódio e a todos os que me ajudaram na aplicação do questionário sociolinguístico, o meu eterno reconhecimento.

Aos meus pais, D. São e Sr. João, pelas vossas orações e por me lembrarem sempre da existência de um SER SUPREMO, sou vosso.

À minha amada esposa, Emília Aquine Tito Ferreira da Silva, e aos meus queridos filhos, António Kiami Ferreira da Silva e Conceição Domingas Ferreira da Silva, por serem a minha retaguarda e a presença constante na minha ausência, a certeza do meu amor e do meu afeto.

À Direção do ISUPE no Huambo por ter cedido o espaço e criado as condições técnicas para que se realizasse a defesa por videoconferência.

À minha família e a todos que, direta ou indiretamente, me apoiaram, o meu carinho.

Aos linguistas também interessa estudar as formas de tratamento numa perspectiva mais pragmática, isto é, as condições de uso daquelas formas e suas correlações com a variação linguística em geral [...] (FARACO, 2017, p. 114).

Resumo

Formas de Tratamento no Português de Angola. Estudo Sociolinguístico

O presente estudo tem como objetivo principal descrever, pelo recurso ao enquadramento teórico e metodológico da sociolinguística variacionista (Labov, 2008[1972]), as formas de tratamento no português de Angola. Pretendemos, pois, demonstrar o comportamento linguístico dessas formas, com base em pesquisas que tratam esse fenómeno linguístico na língua portuguesa (OLIVEIRA, 2019; SILVA; LOPES e OSÓRIO, 2019; LOPES e MOTA, 2019; SILVA, 2018; SOUSA, 2018, 2013; LOPES, 2011; RAMOS, 1989) focadas, fundamentalmente, no cruzamento de fatores linguísticos e extralinguísticos, que, *grosso modo*, condicionam o uso de uma das formas em análise. Para a prossecução da investigação, associamos a sociolinguística variacionista aos princípios defendidos por Silva e Osório (2008), no sentido de se descrever o funcionamento das formas de tratamento através do jogo de comportamento de variáveis dependentes e independentes, que influenciam na variação e, igualmente, na escolha do tipo de forma: pronominal, nominal ou da mistura de tratamento (nominal e pronominal). A presente investigação, sob o ponto de vista metodológico, recorre, ainda, a uma análise quantitativa através da aplicação do *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* aos dados da amostra.

Os resultados obtidos permitiram-nos constatar que: (i) os pronomes de tratamento *tu* e *você* são favorecidos nas relações entre amiga(o)s, entre colegas de escola ou serviço, entre namorados e casais. Todavia, entre os dois, o pronome de tratamento *você* ocorre com maior frequência do que o pronome de tratamento *tu* nas distintas relações. Nessas mesmas relações, o *tu* registou um valor pouco significativo, com exceção no tratamento entre amiga(o)s; (ii) o pronome *você* é usado e aceite pelos falantes angolanos nas diferentes relações invocadas, sobretudo nas simétricas e, em algumas, mais ou menos assimétricas, ou seja, onde não há muita formalidade e os interlocutores não se distanciam em idade e posição social; (iii) os pronomes de tratamento *senhor*, *senhora* continuam a ser tradicionais nas relações entre pessoas desconhecidas de idade adulta, na rua ou em outros lugares, seguidos, timidamente, nas relações laborais, ou seja, de empregada(o) para patrão ou patroa, de clientes para empregada(o) e empregada(o) para clientes; (iv) o uso de cada tipo de formas de tratamento é motivado pelo carácter relacional entre os falantes e fatores extralinguísticos (faixa etária, nível de escolaridade e género).

Palavras-chave: Formas de tratamento, sociolinguística, variação e mudança.

Abstract

Forms of Address in Angolan Portuguese. Sociolinguistic Study

The present study aims to describe, by means of the theoretical and methodological framework of variationist sociolinguistics (Labov, 2008 [1972]), the forms of address of Angolan Portuguese. We intend, therefore, to demonstrate the linguistic behavior of these forms, based on researches that address this linguistic phenomenon in the Portuguese language (OLIVEIRA, 2019; SILVA; LOPES and OSÓRIO, 2019; LOPES and MOTA, 2019; SILVA, 2018; SOUSA, 2018, 2013; LOPES, 2011; RAMOS, 1989) focused on, fundamentally, the intersection of linguistic and extralinguistic factors, which roughly condition the use of one of the forms under analysis. In order to further the investigation, we associate variationist sociolinguistics with the principles defended by Silva and Osório (2008), in order to describe the functioning of the forms of address through the behavioral game of dependent and independent variables, which influence the variation and, equally, the choice of the type of form: pronominal, nominal mixed (nominal and pronominal). The present investigation, from the methodological point of view, also resorts to a quantitative analysis through the application of the Statistical Package for the Social Sciences - SPSS to the sample data.

The results allowed us to verify that: (i) the pronoun *tu* and *você* are favored in the relationships between friends, between school colleagues or co-workers and between couples. However, between the two, *você* occurs more frequently than *tu* do in the different relationships. In these same relationships, *tu* registered a minor significant value, except in the treatment between friends; (ii) the pronoun *você* is used and accepted by Angolan speakers in the aforementioned relationships, especially in symmetrical and, in some cases, more or less asymmetric ones, that is, where there is not much formality and the interlocutors are not distant in age and social position; (iii) the pronouns *senhor*, *senhora* continue to be traditional in relationships between unknown people of adult age, on the street or elsewhere, followed, timidly, in labour relations, that is, from employee to employer, from customer to employee and employee to customer; (iv) the use of each type of treatment forms is motivated by the relational character between the speakers and extralinguistic factors (age group, education level and gender).

Keywords: Forms of address, sociolinguistics, variation and change.

Índice geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice geral.....	vii
Índice de tabelas	ix
Índice de figuras	xiii
Índice de gráficos	xiv
Introdução.....	26
1. Revisão da literatura.....	29
1.1. História dos pronomes ou formas de tratamento em língua portuguesa	36
1.1.1. Formas de tratamento em uso para a segunda pessoa: tratamento formal vs. tratamento informal	42
1.1.2. Uso dos pronomes pessoais na forma de tratamento formal e informal	52
1.1.3. Uso dos pronomes pessoais oblíquos e pronomes possessivos na forma de tratamento formal e informal.....	54
2. Situação (geo)linguística de Angola	57
2.1. Grupos etnolinguísticos tucokwe	61
2.1.1. Grupo etnolinguístico tucokwe	61
2.1.2. Grupo etnolinguístico ambundu	61
2.1.3. Grupo etnolinguístico bakongo	61
2.1.4. Grupo etnolinguístico vangangela.....	62
2.1.5. Grupo etnolinguístico ovanyaneka-nhumbi	62
2.1.6. Grupo etnolinguístico ovahelero e ovambo.....	62
2.1.7. Grupo etnolinguístico ovakwanyama.....	62
2.1.8. Grupo etnolinguístico ovandonge	63
2.1.9. Grupo etnolinguístico ovimbundu.....	63
2.2. Do período colonial ao pós-colonial	63
3. (Socio)linguística como enquadramento teórico.....	71
3.1. Sociolinguística variacionista.....	77
3.1.1. Variação e mudança linguística.....	80

4.1. Métodos e técnicas de recolhas de dados	91
4.1.1. Instrumento de recolhas de dados: o questionário sociolinguístico	92
4.2. Caraterização de Angola	95
4.3. População e amostra.....	96
4.4. Análise descritiva dos resultados gerais.....	98
4.4.1. Formas de tratamento do português de Angola: análise descritiva dos resultados parciais	102
4.4.1.1. Cabinda.....	102
4.4.1.2. Luanda.....	117
4.4.1.3. Malange.....	133
4.4.1.4. Uíge	150
4.4.1.5. Bié	158
4.5. Cruzamento das variáveis linguísticas com as variáveis extralinguísticas	166
4.5.1. Faixa etária	167
4.5.2. Nível de escolaridade	179
4.5.3. Género	188
4.6. Formas de tratamento entre militares	194
4.6.1. Cruzamento das variáveis linguísticas com as variáveis extralinguísticas	196
Conclusão	200
Referências Bibliográficas	205
Anexos.....	221

Índice de tabelas

Tabela 1: Línguas africanas no período pós-colonial (1987).....	67
Tabela 2: Línguas africanas no período moderno (2018)	68
Tabela 3: Língua portuguesa no período pós-colonial (1987)	68
Tabela 4: Língua portuguesa no período moderno (2018).....	68
Tabela 5: Línguas estrangeiras no período pós-colonial (1987)	68
Tabela 6: Línguas estrangeiras no período moderno (2018).....	68
Tabela 7: Regiões	96
Tabela 8: Zonas de residência	97
Tabela 9: Género	98
Tabela 10: Idade	100
Tabela 11: Nível de escolaridade	101
Tabela 12: Província de nascimento.....	102
Tabela 13: Género	103
Tabela 14: Zona de residência.....	103
Tabela 15: Idade	104
Tabela 16: Nível de escolaridade	104
Tabela 17: Profissão	105
Tabela 18: Formas de tratamento entre amigos	107
Tabela 19: Formas de tratamento entre colegas de escola	107
Tabela 20: Formas de tratamento entre colegas de serviço.....	108
Tabela 21: Formas de tratamento entre casais	108
Tabela 22: Formas de tratamento entre vizinhos	109
Tabela 23: Formas de tratamento entre namorados	110
Tabela 24: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	111
Tabela 25: Formas de tratamento de filhos para pais.....	112
Tabela 26: Formas ou pronomes de tratamento que usam de pais para filhos.....	113
Tabela 27: Formas ou pronomes de tratamento que usam de alunos para professores.....	113
Tabela 28: Formas de tratamento de empregados de serviços diversos para clientes.....	116
Tabela 29: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos.....	116
Tabela 30: Idade	118
Tabela 31: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados	131
Tabela 32: Formas de tratamento de crianças para mais velhos	132

Tabela 33: Zona de residência.....	134
Tabela 34: Domínio das formas de tratamento informais	136
Tabela 35: Domínio das formas de tratamento formais	136
Tabela 36: Formas ou pronome de tratamento entre colegas de escola	137
Tabela 37: Formas de tratamento entre colegas de serviço.....	138
Tabela 38: Formas ou pronome de tratamento entre casais	139
Tabela 39: Tipos de formas de tratamento entre casais	140
Tabela 40: Formas de tratamento entre vizinhos	140
Tabela 41: Formas de tratamento entre namorados	142
Tabela 42: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	143
Tabela 43: Formas de tratamento de alunos para professores.....	145
Tabela 44: Formas de tratamento de crianças para mais velhos	146
Tabela 45: Tipo de formas de tratamento de crianças para mais velhos.....	147
Tabela 46: Formas de tratamento de mais velhos para crianças	148
Tabela 47: Formas de tratamento de empregados de serviços diversos para clientes.....	148
Tabela 48: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos.....	149
Tabela 49: Profissão	152
Tabela 50: Grau de domínio do tratamento formal	152
Tabela 51: Grau de domínio do tratamento informal.....	153
Tabela 52: Formas de tratamento para/entre amigos	153
Tabela 53: Pronomes de tratamento entre amigos	154
Tabela 54: Formas de tratamento entre colegas de serviço.....	154
Tabela 55: Formas de tratamento entre colegas de escola	155
Tabela 56: Tipo de formas de tratamento entre colegas de escola/serviço	155
Tabela 57: Formas de tratamento de mais velhos para crianças	156
Tabela 58: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa.....	157
Tabela 59: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados	157
Tabela 60: Género/Zona de residência.....	159
Tabela 61: Grau de domínio do tratamento informal.....	160
Tabela 62: Grau de domínio do tratamento formal	161
Tabela 63: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos.....	162
Tabela 64: Grau de domínio das formas de tratamento informais	167
Tabela 65: Grau de domínio das formas de tratamento formais	168
Tabela 66: Formas de tratamento entre amigos	169

Tabela 67: Formas de tratamento entre colegas de escola	169
Tabela 68: Formas de tratamento entre colegas de serviço.....	170
Tabela 69: Formas de tratamento entre casais	170
Tabela 70: Formas de tratamento entre namorados	171
Tabela 71: Formas de tratamento entre vizinhos	172
Tabela 72: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	173
Tabela 73: Formas de tratamento de filhos para pais.....	173
Tabela 74: Formas de tratamento de pais para filhos.....	174
Tabela 75: Formas de tratamento de mais velhos para crianças	175
Tabela 76: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa.....	176
Tabela 77: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados	176
Tabela 78: Formas de tratamento de empregados de serviços diversos para clientes.....	177
Tabela 79: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos.....	178
Tabela 80: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	178
Tabela 81: Grau de domínio de tratamento informais.....	179
Tabela 82: Formas de tratamento entre amigos	181
Tabela 83: Formas de tratamento entre colegas de escola	181
Tabela 84: Formas de tratamento entre colegas de serviço.....	181
Tabela 85: Formas de tratamento entre vizinhos	182
Tabela 86: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	183
Tabela 87: Formas de tratamento de pais para filhos.....	184
Tabela 88: Formas de tratamento de filhos para pais.....	184
Tabela 89: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa.....	186
Tabela 90: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados	187
Tabela 91: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	187
Tabela 92: Grau de domínio das formas de tratamento informais/formais.....	189
Tabela 93: Formas de tratamento entre amigos	189
Tabela 94: Formas de tratamento entre colegas de escola	190
Tabela 95: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	193
Tabela 96: Formas de tratamento entre militares: de superior para inferior	196
Tabela 97: Formas de tratamento entre militares: de inferior para superior	198

Tabela 98: Formas de tratamento entre militares: de superior para inferior	198
Tabela 99: Formas de tratamento entre militares: de inferior para superior	199

Índice de figuras

Figura 1: Mapa de Angola.....	58
Figura 2: Mapa etnolingüístico de Angola.....	61

Índice de gráficos

Gráfico 1: Domínio das formas de tratamento informais.....	106
Gráfico 2: Domínio das formas de tratamento formais.....	106
Gráfico 3: Tipo de formas de tratamento entre namorados.....	110
Gráfico 4: Tipo de formas de tratamento de pais para filhos	113
Gráfico 5: Tipo de formas de tratamento de crianças para mais velhos	114
Gráfico 6: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	117
Gráfico 7: Género.....	117
Gráfico 8: Nível de escolaridade	119
Gráfico 9: Província de nascimento	119
Gráfico 10: Zonas de residências	120
Gráfico 11: Grau de domínio das formas de tratamento informais.....	121
Gráfico 12: Grau de domínio das formas de tratamento formais.....	121
Gráfico 13: Tipo de formas de tratamento entre namorados.....	126
Gráfico 14: Tipos de formas de tratamento de professores para alunos	129
Gráfico 15: Tipo de formas de tratamento de alunos para professores.....	130
Gráfico 16: Formas de tratamento de empregados para clientes	131
Gráfico 17: Formas de tratamento de clientes para empregados	131
Gráfico 18: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	133
Gráfico 19: Província de nascimento	134
Gráfico 20: Género.....	134
Gráfico 21: Idade.....	135
Gráfico 22: Nível de escolaridade	135
Gráfico 23: Formas de tratamento de professores para alunos	175
Gráfico 24: Formas de tratamento de alunos para professores	185
Gráfico 25: Formas de tratamento: de professores para alunos	185
Gráfico 26: Formas de tratamento de alunos para professores	192
Gráfico 27: Formas de tratamento de professores para alunos	192
Gráfico 28: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa.....	193
Gráfico 29: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados.....	193

Introdução

Partindo de Silva (2018) e Silva, Lopes e Osório (2019), entendemos que as formas de tratamento são expressões que usamos diariamente em situações de comunicação para interpelar ou (nos)dirigir(mos) (a) alguém, manifestando (des)respeito a partir do tipo de relação que se estabelece com o interlocutor. Essas formas de tratamento, na visão de Cintra (1972), podem ser nominais, verbais e pronominais. Durante a nossa pesquisa, demos conta da pouca produção de trabalhos relacionados com o nosso estudo que pudessem, de alguma forma, mapear o comportamento das formas de tratamento do português angolano e comparar ao do português europeu e do Brasil. Nesta ótica, foi necessário traçar um conjunto de objetivos que direcionem este trabalho de investigação, ainda que, durante a explicitação metodológica e das tarefas executadas, alguns deles já estejam apresentados. Para tal, podemos, então, descrever, pormenorizadamente, os objetivos desta pesquisa: i) definir o enquadramento teórico-metodológico; ii) determinar os espaços de investigação; e, por fim, iii) analisar e descrever o comportamento das formas de tratamento do português de Angola e compará-los, de modo sinótico, com as do português europeu e do Brasil.

Traçados os objetivos gerais do nosso estudo, levantamos as hipóteses de que: i) as formas nominais prevalecem com mais ocorrências, para o português de Angola, relativamente às formas de tratamento; ii) os falantes angolanos usam e consideram correto as formas de tratamento nominais, como *avó(ô)*, *pai*, *mãe*, *tia(o)* e outras que indicam laço sanguíneo, mesmo sem grau de parentesco, em estabelecimentos de cunho formal (administração, escola, banca, governo, ministérios, entre outros); iii) os falantes angolanos menos escolarizados não dominam os pronomes de tratamento formal. Acresce que os fatores extralinguísticos *faixa etária*, *nível de escolaridade* e *género* influenciam na escolha do tipo de forma de tratamento, ditando, algumas vezes, o uso das formas (não) padronizadas, confirmadas em estudos já realizados. Para comprovação dessas hipóteses, o nosso estudo foi realizado com base num questionário sociolinguístico aplicado aos falantes angolanos de língua portuguesa, independentemente de falarem outras línguas locais ou de terem o português como língua segunda, ou ainda, língua não materna, com critérios para seleção dos inquiridos apresentados por Araújo (2017) e adaptados por nós, em que os inquiridos eram sujeitos às seguintes condições: (i) pessoas que nasceram ou que se deslocaram das suas províncias para outra e permaneceram residentes lá há mais de dez anos; (ii) descendentes de pais e avós angolanos; (iii) para os imigrantes: não regressaram às

províncias de origem depois de três anos; (iv) para os naturais: nunca saíram das suas províncias de origem.

Na prossecução do estudo, contámos, igualmente, com o suporte metodológico de estudos sociolinguísticos levados a cabo por Labov (2008[1972]), para observar, com base no contexto de (não) variação das formas de tratamento, as ocorrências dos pronomes *tu*, *você* e *senhor(a)* nas diversas relações entre os falantes angolanos. Tendo em linha de conta as situações invocadas, que podem despoletar o fenómeno de variação e mudança linguísticas, utilizámos o programa estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* para auxiliar na codificação e análise dos dados. Esse suporte informático ilustra através de tabelas, gráficos, figuras, as frequências/ocorrências e percentagens relevantes dos resultados obtidos ao longo da análise.

Convém sublinhar que a nossa perspetiva de investigação e a maior finalidade presente em toda a descrição de dados foi a de analisar e descrever o comportamento das formas de tratamento do português de Angola. Para dar conta dos objetivos e das hipóteses desenhadas, estruturámos o trabalho em quatro capítulos, contando com este introito. O primeiro capítulo trata da revisão da literatura, onde delineamos o percurso histórico das formas de tratamento a partir de trabalhos que marcam o período *a quo* das investigações científicas nesta temática em língua portuguesa. O segundo capítulo apresenta, de modo sucinto, a descrição da situação (geo)linguística de Angola, onde engloba a nomenclatura das línguas nacionais que resultam nos próprios nomes dos povos que habitam no espaço angolano. O terceiro aborda a origem e as teorias da sociolinguística (variacionista) que desembocam na variação e na mudança linguísticas. O quarto capítulo ficou reservado para a apresentação da metodologia e das técnicas aplicadas para a recolha, análise e descrição dos resultados gerais e parciais das formas de tratamento do português de Angola. Por fim, encerra-se o trabalho com as conclusões do estudo e as referências bibliográficas.

No que diz respeito às suscetíveis implicações desta pesquisa, pretende-se que contribua, pelo carácter analítico e descritivo, para o quadro do mapeamento linguístico das formas de tratamento em língua portuguesa, de forma a compreendermos a larga evolução vs. mudança deste profícuo sistema. No entanto, queremos, aqui, abrir um espaço de reflexão e provocação aos investigadores linguistas angolanos e de outras nacionalidades na criação de uma *Gramática do Português de Angola*, onde se tenciona introduzir, particularmente, um capítulo sobre as formas de tratamento, para que se despertem os *Olhares e (Re)Invenções*, nos termos do subtítulo da

inédita obra *Cortesia*, dirigida e coordenada pela Professora Doutora Isabel Roboredo Seara, da Universidade Aberta, no mosaico cultural linguístico atinente às *Formas de Tratamento no Português de Angola*.

1. Revisão da literatura

O estudo das formas de tratamento tem merecido um olhar sensível por parte dos pesquisadores das áreas da *Sociolinguística*¹ e da *Pragmática*². É também de interesse dos antropólogos como dos linguistas, sendo que para aqueles, elas interessam porque estão ligadas aos aspetos culturais, observando os condicionamentos que existem no uso das formas de tratamento (*você, o senhor, vossa excelência...*), enquanto que para estes, revelam as diferentes estratégias de uso de elementos das formas de tratamento que indicam o tipo de tratamento, se formal ou informal, estudam também numa perspectiva pragmática e diacrónica, que destacam as condições de usos, assim como a variação linguística (FARACO, 2017, p. 114).

Para Faria *et al.* (1996, pp. 52-53), um dos exemplos da relação entre categorias percetivas e linguagem é o da categorização social que está presente, por exemplo, nas estruturas de designação do *parentesco*, da *autorreferência* e das *formas de tratamento*, onde todas as línguas apresentam distinções que, pelo menos, são feitas com base na geração, na relação de sangue e no sexo. Estas *três formas de categorização social* são internacionais, e, no plano de interação verbal, são necessárias formas que permitam distinguir a referência relativa ao locutor, autorreferência, da referência relativa ou destinada ao interlocutor, tratamento, da referência relativa a terceiros (FARIA *et al.*, 1996, p. 56). Para os mesmos autores, em português, a título de exemplo, nomes e formas verbais, quer do infinitivo, quer do gerúndio e, sobretudo, as desinências verbais de pessoa e número, cumprem, em paralelo com os pronomes, funções de autorreferência e de referência a outros. Trata-se, então, dos *pronomes de tratamento*. Com base nas distinções feitas dos elementos que acompanham os pronomes ou formas de tratamento, passamos à apresentação de conceitos na perspectiva de vários autores, que nos elucidam sobre o tema abordado.

Chamam-se pronomes de tratamento «certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais (...)» (CUNHA e CINTRA, 2014, p. 370). Para Wilhelm (1979, p. 9), trata-se de pronomes com os quais se exprime uma distância, portanto, uma diferença, entre uma pessoa e o seu vizinho ou, como caso especial, entre uma pessoa e ela própria. Para Corrêa-Cardoso (2011, p. 725), as formas de tratamento, no que denomina de *fórmulas de tratamento*, são

¹Cf. Levinson (1989).

²A pragmática, por sua vez, interessa-se pelo modo como uma forma é utilizada e que efeito essa escolha pode ter para o destinatário da interação (cf. LOPES, 2011, p. 322).

manifestações verbais com que os interlocutores se conseguem identificar e marcar as diferentes posições sociais que as pessoas desempenham. Na visão de Marques (2014, pp. 147-148), as formas de tratamento são meios que estabelecem a relação entre as pessoas e que contribuem na percepção de como se tratam, marcando a posição de cada um. As formas de tratamento são também definidas como «o conjunto de recursos de que dispõem os locutores para marcar e construir a relação interpessoal» (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 19). Segundo a autora, elas têm um papel fundamental no funcionamento das interações e são também chamadas de *microsociolinguística*, na terminologia de Corrêa-Cardoso (2011), pois a sua função é de natureza *organizacional* e *relacional*. De acordo com a *Gramática Moderna da Língua Portuguesa* (2010, p. 290), «as formas de tratamento são recursos da língua de natureza formal, com a função discursiva de evitar obstáculos ou ruturas na comunicação ou interação». A *Gramática* prossegue que «a opção por uma forma de tratamento em detrimento de outra é determinada pela distância psicossocial (familiaridade ou proximidade)» (*Op. cit.*, p. 290). E acrescentam outros fatores que concorrem para escolha destas formas, como, por exemplo, a idade, a posição social e o género (cf. SOUSA, 2018).

Segundo Lesková (2012), quando nos queremos dirigir a alguém, surgem-nos, frequentemente, muitas dificuldades, porque o modo de o tratar está, estreitamente, ligado à *cortesia*. Por isso, não sabemos que formas usar com uma pessoa de idade maior ou menor, um funcionário público ou um desconhecido, que encontramos, *exempli gratia*, na rua. Não sabemos se temos de ser muito formais, ou até que ponto podemos ser informais, nem como o desconhecido vai reagir, porque, às vezes, acontece que o ofendemos sem intenção (*Op. cit.*, p. 11). Concordamos com a autora citada quando refere que todas as situações implicam o tratamento diferente, e nós, muitas vezes, temos de primeiro analisar a situação em que nos encontramos, porque não sabemos qual é o tratamento adequado para dar a essa pessoa. A autora adianta que esta virtude de tratar bem as pessoas tem muitos nomes, tais como: *cortesia*, *boa educação*, *polidez*, *boa maneira*, *civilidade*, *urbanidade*, *delicadeza*, *gentileza*; o que demonstra a importância do seu estudo na sociedade atual ou vetusta.

De um modo geral, com base nos conceitos apresentados, há autores que relacionam as formas de tratamento com as *normas de cortesia* que, no seu entender, passa a ser como um conjunto de regras eleitas implementadas pelos locutores e alocutários para construírem um diálogo. Estas normas são habitualmente apresentadas de três modos: i) não imponha; ii) dê opções; iii) seja bondoso (cf. OROZCO, 2011, p. 80). Para Seara (2014, p. 12), esses três modos podem ser

traduzidos pelas palavras *bom dia, desculpe, perdão, se faz favor*, e que, normalmente, no português de Angola são acompanhadas pelo morfema gramatical *só*, como forma intensificadora de cortesia (cf. KIMAVUIDI e OSÓRIO, 2018).

Na perspectiva de Seara (2014, pp. 11-13), a *cortesia* pode ser entendida como um(a): «princípio que rege a dinâmica interacional e que contribui para o equilíbrio social (...); forma de conduta em sociedade; primeiro passo para a coexistência tranquila das pessoas em sociedade (...)». Segundo Carreira (2014, pp. 28, 29), o termo *cortesia* é amplamente conhecido devido aos estudos de investigadores portugueses e brasileiros que o tornam fortes sinónimos de *delicadeza* e *polidez*, mas que para a autora há diferenças nos conceitos de cada palavra, sendo que a *cortesia* traduz uma *regra de etiqueta*, a *delicadeza*, uma forma que expressa profundamente maior intenção e manifestação dessas regras etiquetadas, e a *polidez*, uma simples forma de tratamento. A autora entende que de entre os três termos apresentados, *cortesia*, *delicadeza* e *polidez*, para melhor invocar a «relação interpessoal e social, como as manifestações verbais e não verbais e suas regras de funcionamento» (CARREIRA, 2014), o termo *delicadeza* estaria seguramente mais bem representado, justificando ainda o uso preferencial por *cortesia* em relação a *delicadeza*, por duas situações: i) a relação entre a linguagem e a metalinguagem e ii) a influência terminológica e a eleição/tradução pelas línguas espanhola > portuguesa > português do Brasil através das suas semelhanças linguísticas (*Op. cit.*, p. 30).

No entendimento que se pode ter sobre a discussão entre cortesia e delicadeza levantada por Carreira (2014), a cortesia apresenta-se como subforma da delicadeza, teoria corroborada por Kerbrat-Orecchioni (1992), através da divisão da delicadeza em quatro modos:

- i) cortesia negativa para a face negativa (uma desculpa pela violação do território do alocutário); ii) cortesia negativa para com a face positiva (atenuação de uma crítica); iii) cortesia positiva para com a face negativa (proposição de ajuda); iv) cortesia positiva para com a face positiva (o elogio). (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p. 184)

Com base na divisão feita por Kerbrat-Orecchioni, a cortesia pode apresentar-se em negativa e em positiva, sendo que a primeira pode referir-se ao pedido de desculpas pela invasão de espaço de outrem, enquanto que a segunda considera e valoriza a contribuição de outrem. Já em *polidez*, por exemplo, a divisão pode inserir-se também nesses moldes, mas os seus conceitos são mais observados a nível do convívio social (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, pp. 47-78).

Vários estudos sobre as formas de tratamento apontam como referência inicial a publicação da obra modelar de Brown e Gilman, *The pronouns of power and solidarity*, datada de 1968. A proposta feita pelos autores insere-se no quadro da divisão da sociedade em dois eixos, a saber: *poder e solidariedade*, o que se inscreve dentro das formas de tratamento. Para eles, o poder está relacionado com o tratamento assimétrico, ou seja, estabelece-se uma relação de cortesia entre superior e inferior, dispensando o tuteamento. Ao passo que a solidariedade se encaixa no tratamento familiar entre os locutores, a partir do plano da simetria (cf. OROZCO, 2011, pp. 80-81). Esta divisão implica que, segundo os autores, a escolha de uma forma ou o detrimento de outra depende da relação afetiva entre os falantes e que elas também determinam os seus papéis sociais (cf. CINTRA, 1972, p. 13).

Segundo Monte (2019, p. 88), Marilina dos Santos Luz (1958) tem sido considerada pioneira nos estudos sobre as formas de tratamento em língua portuguesa. As pesquisas de Cintra acerca das formas de tratamento foram feitas depois das de Brown e Gilman, mas nos estudos de língua portuguesa, a obra *Formas de tratamento na Língua Portuguesa*, datada de 1972, foi muito relevante por se tratar de um dos primeiros trabalhos em que o autor sistematiza e descreve a evolução das formas de tratamento no contexto linguístico português. Além de Cintra, a preocupação na sistematização e descrição destas formas é também apontada a Carreira (2004). Cintra (1972) apresenta duas perspectivas ligadas às formas de tratamento: *morfo-sintática* e *semântico-pragmática*. Cintra (1972, pp. 12, 13), *vide* Giaufret (2011, p. 48), observa que:

o campo de observação ao sistema de formas-sujeito atualmente utilizadas no português a que podemos chamar corrente ou comum, teremos um conjunto em que, como para a maioria das línguas, é necessário distinguir: 1.º Tratamentos pronominais do tipo de *tu, você, vocês*: «Tu queres? Vocês querem? Vossa Excelência quer»; 2.º Tratamentos nominais do tipo de: a) *o senhor, a senhora, os senhores, as senhoras*; b) *o senhor Doutor, o senhor Ministro*; c) *o pai, a mãe, o avô*; d) *o António, a Maria*; e) *o meu amigo, o patrão*, com exemplos: «o senhor quer?»; «os senhores querem?»; «o senhor Doutor quer?»; «o senhor Ministro quer?»; «o pai quer?»; «a mãe quer?»; «o António quer?»; «a Maria quer?»; «o meu amigo quer?»; «o patrão quer?»; 3.º Tratamentos verbais, que se refere a simples utilização da desinência verbal: «Queres?»; «Quer?»; «Querem?»; e em quarto lugar colocaríamos os tratamentos por vocativos, que servem para designar as pessoas com quem se fala, e seguem-se normalmente acompanhados de pronomes. (cf. SILVA, 2011, p. 308, CARREIRA, 2014, pp. 154-155)

A forma de tratamento nominal é uma das expressões mais utilizadas no plano discursivo que, normalmente, é acompanhada do pronome *senhor* e do verbo na terceira pessoa para marcar o grau de formalidade (cf. SOUSA, 2018), ao contrário da simples utilização do nome para manifestar uma maior aproximação com o recetor, conforme afirma Cintra:

O tratamento nominal distingue-se dos outros por ser, em certa medida, caracterizador e por se opor, com as suas referências a traços concretos e individualizadores, à tendência para a abstração própria das partículas de relação, das unidades puramente gramaticais como os pronomes ou as desinências. (CINTRA, 1972, pp. 13-14)

A forma de tratamento nominal tem rompido maior espaço de utilização em relação a outras, porque conseguimos usá-la em todos os contextos conversacionais em função das suas categorias sociais, tratando-se, então, de formas de *tratamento potenciais*, «uma vez que é apenas no discurso, quando são utilizadas, seja para representar o alocutário, seja em função vocativa, que elas se tornam realmente *formas de tratamento* (no âmbito do discurso, a expressão designa, portanto, uma categoria funcional)» (KERBRAT- ORECCHIONI, 2011, p. 21).

Para Carreira (2014), com base na interação verbal entre os falantes, as formas de tratamento classificam-se em três, que podem ser: elocutivas – refere-se ao locutor, portanto a primeira pessoal do singular ou plural (*eu, nós*); alocutivas – designa o alocutário, a pessoa com quem se fala (*vós, tu*, entre outras); e delocutivas – menciona a pessoa de quem se fala (*ele, ela*, entre outras). Sendo assim, entendemos que as formas de tratamento cumprem uma função moderadora no ato discursivo ou conversacional por intermédio de duas principais dimensões relacionais que as organizam através da proposta levantada por Brown e Gilman (1960), a citar: a) «Eixo horizontal»: durante o ato discurso podemos identificar que tipo de relação há entre o recetor e emissor (vice-versa) através do uso das formas de tratamento (*pronominal, nominal* ou *verbal*). Se prestarmos maior atenção ao diálogo, conseguiremos verificar até que ponto está o nosso nível de proximidade com os participantes, se de facto existe mais intimidade ou não, a partir de indicadores como: utilização de interjeição seguida do nome, nome, alcunha, e outros códigos usados pelos falantes. Os estudos de Brown e Gilman (1960) apontam este eixo como sendo o da solidariedade; b) «Eixo vertical»: na interação verbal, a aplicação deste eixo é apresentada por interlocutores que possuem os mesmos graus ou os que têm uma relação de distanciamento puramente marcada, ou seja, relação de hierarquia (superior-inferior (vice-versa)). Se, por um lado, o eixo horizontal é marcado pela *solidariedade*, por outro lado, isto é, para o vertical se observa o *poder* (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 25; OROZCO, 2011,

p. 81; CAUSSE-CATHCART, 2011, p. 64; COLL, 2011, pp. 179-201; CONCEIÇÃO e MARCOTULIO, 2011, p. 224; SILVA, 2011, pp. 309-10).

Kerbrat-Orecchioni (2011) apresenta uma categorização das formas de tratamento em sete (7) vertentes. Adaptando-as, constariam: i) *os nomes de pessoas* (os sobrenomes ou patronímicos, os nomes próprios ou nomes de batismo, os diminutivos e os apelidos); ii) as formas *senhor/senhora/ senhorita*, que atualmente não possuem mais valor de títulos: são formas de tratamento de caráter geral na relação não familiar; iii) *os títulos*: sejam herdados (títulos nobiliários) ou conferidos, capitão, chefe, patrão, caro mestre, entre outros; iv) *os nomes de profissão e de função*: táxi (por metonímia), motorista, garçom, entre outros; ou nos canteiros de obra: pedreiro, chaveiro, eletricista; v) *as formas relacionais*: termos de parentesco; papai, vovó, titio, primo, mano, entre outros, mas também expressões como caro colega, meus caros compatriotas, caro, irmão, vizinho, amigo, camarada, companheiro, entre outros; vi) *os rótulos*, que *catalogam* o interlocutor e que, de modo distinto dos apelidos, possuem um caráter improvisado e ocasional: utilizados, por exemplo, para se interpelar um desconhecido, designando-o por uma sinédoque a partir de uma característica física considerada particularmente saliente (*ô loira, você aí/você, de cabelo louro; você aí/você, de casaco verde; ô do boné, você aí/ você, de boné*, etc.); e por fim, vii) *as formas afetivas* com valor negativo (termos injuriosos: *babaca; oi/ô/aí imbecil, otário*, etc.) ou com valor positivo (palavras carinhosas, termos mais ou menos lexicalizados, cujo paradigma pode se estender indefinidamente: *minha linda, minha princesa*³, *querido/a, meu anjo, meu mel, meu docinho, meu gato* e outras metáforas, de base animal ou não, que podem ser mais ou menos estereotipadas ou criativas). Estas categorias invocadas em que o interlocutor usa uma das expressões para chamar ou despertar a atenção de alguém consideram-na como *contexto de chamada* (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, pp. 21-22; GIAUFRET, 2011, p. 48; OROZCO, 2011, p. 82).

Na perspectiva de Cintra (1972), o tratamento pronominal não deve conter nenhuma característica da pessoa abordada e só serve para chamar a atenção desta para a mensagem a ela dirigida. Todavia, na opinião de Wilhelm (1979, p. 11), *o senhor*, forma pela qual já é tratado um empregado de 15 anos, em que o superior certamente não vê um senhor como soberano, proprietário e outras denominações, tem visto, com base no critério puramente semântico, fortes características de uma expressão pronominal. Ainda assim, Cintra (1972, p. 13) confessa que *o*

³Para um panorama sobre o uso dessas expressões como tratamento nominal, ainda que em espanhol, *vide* Causse-Cathcart (2011).

senhor e *a senhora* são as formas mais pronominalizadas entre as de tratamento nominais, e segundo Marques (2014, p. 156), também são designadas por *formas marcadas*, enquanto que as *não marcadas* passam a ser as marcadas mais o nome ou função que o interlocutor desempenha.

Partindo, agora, de um critério formal, acompanhando a linguística moderna, *o senhor* poderá já dificilmente ser considerado como pronome, mesmo quando usado como forma de tratamento. O *senhor* tem comportamento de sintagma nominal, constituído de artigo + substantivo, ao passo que *Vossa Excelência* não. Na reprodução de Cintra (1972), que faz menção a alguns autores, verifica-se que, apesar de todas as objeções, por exemplo, por parte do dicionário pormenorizado de António de Moraes Silva (45, vol. 10. p. 52), que cita *o senhor* como substantivo, esta expressão, na maior parte das vezes, é considerada pronome pelos linguistas brasileiros, assim, por ex., por Napoleão Mendes de Almeida (pp. 29, 166): «(...) sempre tratamos o interlocutor por um pronome de tratamento: *você, o senhor, vossa senhoria, vossa excelência.*»; Antenor Nascentes (pp. 35, 65): «a fórmula de tratamento respeitoso no português do Brasil, *pronomen reverentiae*, é *senhor, senhora*, que por todo o território sofreu as maiores transformações»; Said Ali (pp. 42, 114), com a função de pronome de polidez, *o senhor* não distingue categoria social, salvo se compete à pessoa com título mais alto.

No que diz respeito aos tratamentos verbais, devem ser expressos sem sujeito, ou seja, a simples utilização da desinência verbal, no singular: 2.^a pessoa verbal ou 3.^a pessoa verbal; no plural: 2.^a pessoa verbal. Na visão de Faria *et al.* (1996, p. 56), convergindo com Bechara (2001, p. 22), omitimos com mais frequência, em português, o pronome sujeito, quando a desinência verbal é marcada pelas 1.^a e 2.^a pessoas do singular e do plural; enquanto que a omissão do pronome sujeito de 3.^a pessoa do singular ou plural fica dependente da situação e do contexto.

Observando as formas de tratamento na perspectiva semântico-pragmática, Cintra (1972) e Sousa (2018) verificam que o ponto de vista está ligado à hierarquização da sociedade portuguesa e, deste modo, distinguem: forma de intimidade, de cortesia, de igualdade e de tratamento de superior para inferior. Tal divisão mostra os valores que as formas de tratamento expressam, como também as relações interpessoais que estabelecem. Segundo Cunha e Cintra (2008, p. 209), Azeredo, Pinto e Lopes (2012, p. 204), de acordo com Moura (2006, p. 107), em algumas formas de tratamento menos familiares que a forma da 2.^a pessoa *tu*, como é o caso de *tratamentos pronominais*, para a classificação de Cintra (1972), ou ainda, em *formas de tratamento cerimoniais*, emprega-se a 3.^a pessoa gramatical, embora se designem a quem se fala, isto é, a 2.^a pessoa. Estes tratamentos podem aparecer em combinação e ligados a artigos, a

possessivos, a adjetivos, assim como, no caso de vocativos⁴. O determinante utilizado pode aumentar ou reduzir a relação de proximidade ou de afastamento entre as pessoas. Na secção seguinte, apresentamos uma revisão histórico-linguística sobre o surgimento e emprego das formas de tratamento em língua portuguesa.

1.1. História dos pronomes ou formas de tratamento em língua portuguesa

O uso de pronomes e locuções pronominais de tratamento tem larga tradição na língua portuguesa. Quando recuamos uns séculos, ficamos surpreendidos com o contraste entre o sistema antigo e o sistema atual de tratamentos. A situação mais notável do sistema antigo é a total ausência de tratamentos nominais (cf. SOUSA, 2018). Só se encontram frases em que aparecem como sujeito os pronomes *tu* e *vós*, o que significa que não havia ainda separação entre o plano da intimidade e da cortesia (CINTRA, 1972, pp. 16-17). Na história do sistema de tratamento, no Português Europeu, encontram-se, segundo Cintra (1972, pp. 16-21), três grandes períodos: o primeiro período (de finais do século XIII até ao começo do século XV) foi o das formas de tratamento pronominais *tu* e *vós*, a primeira, usada entre íntimos e próximos, a segunda, entre pessoas cuja relação não consentia o uso de *tu*, fosse ela o rei ou o arcebispo, o rústico ou o vilão; o segundo período (desde o século XV até finais do século XVIII, que do ponto de vista das línguas germânicas, particularmente o Alemão, Wilhelm (1979, p. 15) refere o fim do século XVIII como o apogeu das formas de tratamento alemãs. O autor adianta que naquela altura podia-se escolher entre cinco pronomes de tratamento para se dirigir a uma pessoa única: *du*, *Ihr*, *sie* no singular, *sie* no plural e *Dieselben*, mas vale observar que tal caso também se regista na época das conquistas portuguesas aquando das correspondências da carta entre Lavradio e D. António⁵) foi sempre o tempo de formas pronominais *tu* e *vós*, mas já apareceram as primeiras formas de tratamento nominais de elevada cortesia. Para uma ilustração mais alargada sobre o uso de várias formas dirigidas a uma só pessoa, conta-nos Cintra (1972, p. 20) que a carta dedicatória da Crónica da Guiné, dirigida em 1453 por Zurara a D. Afonso V, nela, o cronista emprega para o rei, sucessivamente, os tratamentos de *Vossa Alteza*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Merce* e o simples *Vós*, chegando a misturar os tratamentos substantivos e o pronominal no mesmo parágrafo – em que se engana quanto à concordância gramatical:

Como melhor sabe *Vossa Alteza* que hua das propriedades do magnanimo (sic) he querer ante dar que receber [...]. E, como quer que em vossos factos se podessem (sic) achar

⁴Cf. Rigatuso (2007, p. 1); Kerbrat-Orecchioni (2011, p. 22); Causse-Cathcart (2011, p. 63).

⁵Cf. Conceição e Marcotúlio (2011).

cozas assaz dignas de grande honra, de que bem *poderees* mandar fazer vellume, Vossa Senhoria, husando (sic) como verdadeiro magnânimo, a quis antes dar que receber. E tanto he vossa magnaninimidade mais grande quanto a cousa dada he mais nobre e mais excelente. Pollo qual, stando Vossa Mercee o anno passado em esta cidade, me dissestes quanto desejavaes veer postos em scripto os feitos do Senhor Iffante dom Henrique vosso tyo (...). (CINTRA, 1972, p. 20)

Cintra (1972) observa que este momento de convivência de vários tratamentos para a mesma pessoa foi rapidamente ultrapassado⁶. O terceiro período (a partir da segunda metade do século XVIII) foi o período em que começou a invasão de novas formas nominais de cortesia. De acordo com Aitchison (1993, p. 129), partilhando a mesma ideia de Wilhelm (1979, p. 15) e Faraco (2017, p. 116), após serem incorporados no português os pronomes latinos *tu* e *vós*, o plural *vós* tornou-se a forma de cortesia para dirigir a palavra a alguém com autoridade (sobretudo de 1331 até 1490). Uma das teorias defende que essa mudança se verificou, quando existiam dois imperadores romanos e, por isso, se tornou usual dirigir-se aos dois com *vós*, dado que se tratava de dirigir a palavra a ambos ao mesmo tempo. Segundo os autores mencionados acima, foi-se, gradualmente, tornando um hábito para as pessoas de estratos sociais baixos dirigirem-se a um membro da aristocracia com *vós*, como marca de respeito. O tratamento por *vós*, dirigido a um só indivíduo, a partir do século IV, como manifestação da cortesia, no caso do imperador, manteve-se ao longo dos séculos, pelo menos até meados do XVIII, *e.g.*, *Vós entendeis o que vos estou a dizer* (cf. BROWN e GILMAN, 1960; CINTRA, 1972, p. 29). Cardoso (s.d., pp. 65-67), Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971, pp. 487-488) e Cintra (1972, p. 56) argumentam que, anteriormente, *vós* também se utilizava como tratamento de cerimônia, principalmente pelos poetas clássicos, quando se dirigiam a uma dama: *Vós sois meu bem e meu mal*. Atualmente é, simplesmente, mais inspirador tratá-la por *tu*, encurtando a distância entre um e outro, conforme o ex.: *Tu és a flor mais linda do meu jardim*. Na ótica de Cunha e Cintra (2008, p. 207), o pronome *vós*, praticamente, na língua do quotidiano moderno, caiu em total desuso, salvo no falar de algumas regiões portuguesas, onde se tem empregado, por ex.: *Vós não tendes juízo, rapazes*⁷. Essa forma de tratamento que usa a segunda pessoa do plural é rara,

⁶No que diz respeito ao uso de duas ou mais formas de tratamento a uma pessoa, cf. Wilhelm (1979) e Cintra (1972).

⁷Sobre o desaparecimento do *vós* substituído por *você*, *vide* Cintra (1972, p. 31). Para confirmar a ideia espelhada por Cintra, observámos e questionámos alguns estudantes angolanos e portugueses de licenciatura sobre o uso da forma ou flexão verbal da 2ª pessoa do plural, dos seguintes verbos: estudar, comer, dormir. Constatámos dificuldades em alguns estudantes angolanos no que respeita ao uso desses verbos na flexão verbal apresentada. Apesar de alguns estudantes portugueses apresentarem maior domínio na conjugação da 2ª pessoa do plural desses verbos, referiram não os usar por se tratar de um sistema antigo, bastante complexo e quase como um *jogo linguístico* verbal.

utiliza-se apenas em discursos litúrgicos ou em contextos muito formais (cf. *Gramática da língua portuguesa*, 2010, p. 291).

O pronome *tu* passou a ser tomado como indicativo de intimidade, companheirismo e solidariedade. As pessoas envolvidas, numa relação de amizade ou de proximidade, começaram a tratar-se por *tu*, independentemente da relação de *poder* em causa (AITCHISON, 1993, p. 130; CINTRA, 1972, pp. 56-58).

O tratamento de *eu* demonstra uma certa importância pessoal, por vezes, vaidade e orgulho. Em função da carga negativa que esse pronome apresentava, foi substituído por *nós*, considerado *plural de modéstia*, como tratamento de humildade e proximidade com os leitores e ouvintes. O emprego da 1ª pessoa do plural, em vez da 1ª do singular, tem sido frequentemente usado, no contexto atual, como primeira regra de cortesia, dentro do espaço académico, quando se trata de defesa ou apresentação de trabalhos investigativos (cf. ESTRELA *et al.*, 2006, p. 117; CUNHA e CINTRA, 2008, pp. 206-207).

Do ponto de vista histórico, foram os imperadores romanos que iniciaram o uso de *nós* em lugar de *ego* e as autoridades começaram a usar nos ofícios públicos. Era também usado outrora pelos reis de Portugal e ainda hoje é usado pelos altos dignitários da igreja, como símbolo de grandeza e poder de suas funções (VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 482). Para Lapa (1984, pp. 152-156), a 1ª pessoa do plural *nós*, como pronome de tratamento, já era utilizada quando os soberanos tinham o bom costume de ouvir os povos, durante o período que vai de D. João I até Afonso V, *exemplum praeberere: Nós, el-Rei, fazemos saber* (cf. LIMA, 1992, p. 323). Houve uma mudança no tratamento com os reinados de D. Filipe e D. João V, que não davam satisfação dos seus atos, certificando-se da sua presença na terra pela graça de *Deos*, prestando-lhes a inteira fidelidade. Aos 16 dias de junho de 1524, a provisão mandou alterar a 1ª pessoa do plural para a 1ª do singular, apresentando o orgulho e vaidade, conforme o exemplo ilustra: *Eu, el-rei, faço saber* (cf. CINTRA, pp. 23-25).

Segundo a *Gramática da Língua Portuguesa* (2010, p. 53), o pronome de tratamento *senhor*, com origem latina *senior, senioris* (homem mais velho)⁸, parece-nos ter entrado em Portugal, por via francesa. A princípio, durante a época feudal, significava o proprietário de terras ou feudos, que era quem dispunha da vida dos seus vassallos, o detentor de autoridade de certas pessoas, por volta dos séculos XIII e XIV. Foi o tratamento dirigido, de princípio, sobretudo aos reis, por

⁸Cf. *Dicionário de Latim – Português* (2001, pp. 611-612).

volta do século XIV, mas a partir do século XIX o seu uso alargou-se consideravelmente a um número de pessoas cada vez maior, aos membros da família real, depois, à alta nobreza e ao alto clero que também tinham o privilégio de assim serem tratados, até que, no século XVIII, começou a ser usado como tratamento formal e respeitoso, para se dirigir a qualquer pessoa do género masculino (RAMOS, 2011, pp. 294-95).

Para Wilhelm (1979, p. 15), o tratamento *Vossa Mercê* provavelmente veio do Espanhol, desde cerca de 1455 até 1580⁹, mas Monte (2019, p. 88; 2015, p. 119) e Faraco (2017, p. 118) referem que o primeiro registo escrito de *Vossa Mercê* se encontra na ata das cortes, em 1331. Este tratamento surgiu num tempo, quando se entendeu que o tratamento da 2.^a pessoa, *Vós*, não era suficiente para lisonjear o soberano (cf. CINTRA, 1972, pp. 26-49). Convencionou-se que se deveria dirigir indiretamente à autoridade suprema, ou seja, a uma das suas virtudes, como, por exemplo, a expressão *Vossa Mercê*, referindo-se à graça e ao favor que o monarca deveria conceder aos seus súbditos (cf. CINTRA, 1972, p. 20). *Vossa Mercê* agradava a todos e todos queriam ser tratados como era tratado o próprio rei. Como era uma expressão tão longa e repetida a cada instante, em seguida, por tal forma, vulgarizou-se que a gente do povo a tenha transformado de *Vossa Mercê* em *Vossancê*, *Vosmecê* e até *Você* (cf. SOUSA, 2013, p. 34; FARACO, 2017, p. 116). No nível fonético-fonológico, as formas abreviadas *Vossancê*, *Vossemecê*, *Vosmecê* e até *Você*¹⁰ (1666) representam o processo de redução fonológica da já vetusta fórmula de tratamento. No nível morfossintático, fala-se sobre o processo de pronominalização, isto é, *Vossa Mercê*, originado da conjunção de *vossa* (pronome possessivo da segunda pessoa do singular) e *Mercê* (substantivo feminino), ou seja, de duas palavras autónomas, com significado próprio, reduzido a um lexema único, *você*¹¹ (pronome pessoal). Do ponto de vista pragmático, ocorreram várias alterações no uso de *Vossa Mercê* nos diversos momentos da história do Português. Nenhuma forma de tratamento passou por tantas transformações lentas e graduais como *Vossa Mercê*, forma que começou por ser, nos fins do século XIV e na primeira parte do século XV, tratamento real, chegando, já por volta de 1460, a

⁹Note-se que há uma antítese relativamente à data marcada para descrever o uso da forma *vossa mercê*, apresentada por Cintra (1972, p. 18), em que os mais antigos exemplos recolhidos figuram como forma de tratamento já nas cortes de 1331. Mas Fernão Lopes ainda quase só coloca esta fórmula na boca de estrangeiros, principalmente na de castelhanos, dirigindo-se ao seu rei ou ao rei de Portugal.

¹⁰Não obstante as transformações sofridas ao nível fonético-fonológico, contam-nos algumas professoras brasileiras que, atualmente, nos parecem surgir uma maior redução do pronome *você* em <ccê>, pronunciado por indivíduos da camada indouta e até mesmo culta (Cf. *Dicionário de Português- Espanhol*, 2000, pp. 1314-1317; CINTRA, 1972, p. 279; SILVA, 2011, p. 247, 249; COELHO e GÖRSKI, 2011, p. 272).

¹¹1666 é datado como o ano do primeiro registo do pronome *você*, encontrado na obra *Feira dos Anexins*, de D. Manuel Francisco de Melo. Esta data foi mencionada em função da morte do autor e, por isso, é contestado por alguns linguistas, preferindo o ano de 1638, *uose*, ou 1665, *vossé* (Cf. MARCOTULIO, 2019; MONTE, 2019; CINTRA, 1972).

ser o tratamento mais usual para o monarca. Porém já deixou de poder ser empregue para ele em 1490, quando é substituído por outras formas como *Vossa Senhoria* e *Vossa Alteza* (CINTRA, 1972, pp. 21-29)¹².

A forma *Vossa Senhoria* foi usada pela primeira vez, numa carta dirigida ao rei, já no ano de 1442, e essa forma significava o direito, o poder e a autoridade que uma pessoa tinha sobre a terra de que era senhor e esta qualidade era reconhecida ao rei. O rei era o senhor absoluto da terra que decidia sobre a vida dos seus súbditos e, por isso, se usava o título de *senhoria*¹³(cf. CINTRA 1972, p. 18; MONTE, 2019, p. 88; FARACO, 2017, p. 118). Passadas algumas décadas, após a morte de Gil Vicente, Cintra (1972, pp. 21, 48) remata que este tratamento só foi então considerado legítimo em relação a arcebispos, bispos, governadores e embaixadores. Durante séculos, este tratamento tornou-se numa aspiração de todos aqueles que queriam subir na escala social e ser tratados por *Vossa Senhoria*, colocando-se numa escala acima de *Vossa Mercê*. No que diz respeito à forma *Vossa Alteza*, aparece pela primeira vez, em relação ao rei, nas cortes de 1455 a 1468 (CINTRA, pp. 18, 21).

O tratamento de *Vossa Excelência* não é de criação românica, contudo já se usava no tratamento epistolar de meados do século VI (*excellentia*, *æ*), que traduz(ia) superioridade, grandeza, a partir de 1597¹⁴, mas o seu registo escrito aparece nos textos da Corte em 1455 (FARACO, 2017, p. 118). Em Portugal, começa a usar-se no século XV para o rei. Foi o tratamento que mais se conservou durante as transformações de todas as formas e que se manteve fiel até aos tempos hodiernos. No ano de 1739, já se podia dar também a todos os «grandes eclesiásticos, [...], embaixadores, governadores das armas, generais, [...]» (CINTRA, 1972, pp. 23-26; CONCEIÇÃO e MARCOTULIO, 2011, p. 228). É certo que este tratamento é, perfeitamente, vivo e o mais usado, hoje em dia.

Segundo Wilhelm (1979), Cintra (1972), Conceição e Marcotulio (2011), o pronome *Vossa Majestade*, última fórmula de tratamento real, deve-se ao rei Filipe II. Nas cortes feitas por este rei, em 1581, quando tomou posse do trono Português, é essa a única fórmula indireta de tratamento que lhe foi dirigida. Durante séculos, este tratamento foi o único que nunca se

¹²Vale a pena consultar os textos transcritos, onde apresentam um diálogo com tom jocoso e a explicação mais alargada sobre a de *Vossa Mercê* que «condiciona naturalmente a expansão progressiva e bastante rápida de *Vossa Senhoria* e de *Vossa Excelência* como formas associadas à cortesia, ao respeito, à reverência» (CINTRA, 1972, pp. 21, 27-29).

¹³Esta expressão ainda é bem conservada em algumas regiões de Portugal, sendo utilizada por quase todas as camadas sociais, quando se referem à proprietária de um determinado estabelecimento ou imóvel. Pensamos que a sua conservação se deve ao historial.

¹⁴Cf. *Dicionário de Latim - Português* (2001, p. 265).

degradou e ficou sempre como o tratamento de reis até ao fim da monarquia. Todas as formas de tratamento têm, pois, uma história comum na segunda metade do século XV e a mistura destas formas revela a arbitrariedade no seu emprego, porque não existiam regras que regulassem o seu uso. Pois,

a mudança do feudalismo para o regime burguês, nas relações políticas, nas sociais e nas culturais causou também sucessiva degradação de formas de tratamento e assim, foi necessário regular o seu emprego, implementando-se as *Leis das Cortesia*, ainda em 1739 que estabeleciam os limites do emprego de cada forma de tratamento e descreveram as consequências para aquelas pessoas que exigissem para si próprios uma forma que lhes não fosse adequada. (WILHELM, 1979, p. 16; CINTRA, 1972, p. 22; CONCEIÇÃO e MARCOTULIO, 2011, p. 224)

Para que se tenha em linha de conta a preocupação que o rei Filipe II de Portugal tinha em enquadrar as formas de tratamento em função dos papéis sociais naquela altura, vale a fidelidade na transcrição do preâmbulo da citada *Leis das Cortesias*, datada de 16 de setembro de 1597:

Dom Filipe, por graça de Deos Rey de Portugal, etc., faço saber aos que esta minha lei virem, que sendo eu informado das grandes desordens e abusos que se têm introduzido no modo de falar e escrever e que vão continuamente em crescimento e têm chegado a muito excesso, de que tem resultado muitos inconvenientes, e que conviria muito a meu serviço e ao bem e sossego de meus vassallos reformar os estilos de falar e escrever e reduzi-los a ordem e termo certo, praticando-o e tratando-o com pessoas de meu Conselho, e outras de letras, e de experiência, ordenei de prover nisto na forma e maneira ao diante declaradas. (CINTRA, 1972, pp. 23-25)

A maior mudança no sistema do tratamento português foi provocada, a partir do século XIX, pelo aparecimento da terceira pessoa do singular, aplicada à segunda pessoa do discurso. Este tratamento chama-se de forma indireta e, em Portugal, usa-se, frequentemente, entre as pessoas da mesma idade e categoria social, nas quais existe uma certa amizade e confiança. É o uso da referente 3.^a pessoa do singular acompanhada pelo nome, apelido ou parentesco do interessado. Atualmente, é uma das formas mais populares nas três variedades, porque pode ser empregue em todas as situações, quando se quer evitar equívocos, usando o tratamento pronominal *você* para não ofender alguém ou causar mal entendimentos (KERBRAT-ORECHIONI, 2011, p. 39). Do ponto de vista geral, a alteração e a expansão das formas de tratamento na esfera social é marcada com o término da segunda grande guerra mundial¹⁵. Para a lusofonia, essa alteração começou a ser visível a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974. Cintra (1972, pp. 34-36),

¹⁵A ideia é baseada na visão de Brown e Gilman (1968).

enumera quatro tendências mais vivas na evolução das formas de tratamento: 1.º a progressiva eliminação do tratamento por *Vossa Excelência*, principalmente na língua falada, que se usaria apenas em certas profissões (telefonistas, empregados de comércio, entre outros.), e na linguagem corrente de certos ambientes (academias, tribunais, diplomacias, entre outros), mas que se conservaria na língua escrita; 2.º o alargamento do campo de emprego do pronome *tu* e da 2.ª pessoa do singular dos verbos, cada vez mais usual entre jovens, e até entre pessoas de diferentes idades e sexo; 3.º a ampliação e, no mesmo tempo, a redução do emprego do pronome *você*, redução esta já aludida como fenómeno ou tendência brasileira; 4.º a manutenção dos tratamentos nominais variados, porque tem a vantagem de não distinguir categoria social e também lenta, mas progressiva eliminação de tratamentos assentes na diferenciação social. Estas tendências fazem com que as formas de tratamento em língua portuguesa se tornem muito complexas e despoletem a sua variação de usos que constituem uma parte do património linguístico. A sua complexidade, segundo Sousa (2018), está ligada às dificuldades e ao desconhecimento que o falante tem das formas de tratamento adequadas para se dirigir ao interlocutor, que podem ser formais e informais, conforme ilustram os exemplos da autora citada: 1) *A senhora gosta de café ou prefere chá?* 2) *Gosta de café ou prefere chá?* 3) *Gostas de café ou preferes chá?* 4) *A senhora Maria gosta de café ou prefere chá?* 5) *A Maria gosta de café ou prefere chá?* 6) *A dona Maria gosta de café ou prefere chá?* 7) *A senhora dona Maria gosta de café ou prefere chá?* 8) *Você gosta de café ou prefere chá?* 9) *Tu gostas de café ou preferes chá?*

1.1.1. Formas de tratamento em uso para a segunda pessoa: tratamento formal vs. tratamento informal

O discurso oral caracteriza-se por uma grande variação linguística, que é determinada pelo objetivo da comunicação e pelo contexto comunicativo, pelas características e pelo papel do falante, pelo grau de formalidade do discurso e pelo grau de interatividade envolvido. Por exemplo, o estilo de fala é influenciado pela idade¹⁶, sexo, papel e estatuto do falante na interação, assim dependendo de todas estas características, o registo mais ou menos formal poderá ou não sofrer determinadas alterações fonológicas, lexicais e gramaticais¹⁷. Em diversos contextos, ao falarmos, usamos expressões coloquiais e, às vezes, até gírias são permitidas. Estes

¹⁶«La diferente edad del interlocutor establece unas distintas relaciones de poder y familiaridad en el intercambio verbal y conduce a distintas elecciones léxicas, a veces sólo concretadas en términos de frecuencia» (JORGENSEN, 2011, p.136).

¹⁷Vídeo-aula de *Metodologia Específica de Língua não Materna*, UA 8, Curso de Pós-graduação em Ensino do Português como Língua não Materna, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

tipos de linguagens nada têm de errado, porque dependem de quem o emissor aborda, permitindo em certa forma a (não) identificação do alocutário. É importante frisar que o facto de ser informal não significa que possamos cometer erros, desvios ou incoerências ou ainda irregularidades durante o ato discursivo. Não obstante, o uso das formas de tratamento deve ser aplicado em função da pessoa a que nos dirigimos para definir a nossa relação (simétrica ou assimétrica), da mesma maneira que não podemos ser *formais* com as nossas amizades, de forma a não ferir a sensibilidade do outro por perceber que há um distanciamento através do uso das *V*¹⁸, também não podemos ser *informais* com pessoas estranhas ou superiores, usando o *T*, de modo a não questionar a nossa competência linguística ou, ainda, pensar que está sendo ridicularizado.

O tratamento formal refere-se à delicadeza com que se pode designar qualquer adulto, conforme a categoria das pessoas a quem nos dirigimos. Segundo Cunha e Cintra (2014, p. 373), o uso dos pronomes *senhor* e *senhora*, que fazem parte do tratamento formal, são pouco empregados com os títulos específicos, sendo mais notório na variedade de Portugal do que na do Brasil, que só se mencionam seguidos dos nomes próprios, por exemplo, a patente dos militares, altos cargos¹⁹. O tratamento por *senhor(a)*, que consta nos tratamentos pronominais, pelo menos no contexto português e angolano, com exceção de algumas zonas do Brasil, pode ser utilizado para interpelar qualquer pessoa sem causar estranheza, pelo facto de não mencionar o grau parentesco nem o título profissional. Cunha e Cintra (2014, p. 373) adiantam que, no caso em que não se utiliza o pronome de tratamento *senhor(a)*, antes da categoria das pessoas a que nos dirigimos, se considera um pouco formal, pelo facto de apresentar certa intimidade ou proximidade, reforçado com o artigo, seguido do respetivo nome²⁰. Por si só, o uso do artigo definido seguido do nome próprio ou do apelido apresenta certo grau de intimidade, tratando-se, também, da sua aplicação às figuras históricas, a artistas, a escritores, e demonstram conhecimento profundo da vida e obra do(a) autor(a) (cf. VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 463; SOUSA, 2018). Por sua vez, no português de Angola, assim como no de Portugal, exceto no do Brasil, as formas de tratamento como *Doutor*, *Senhor*, *Padre*, *Tio*, *Pai* entre outras, seguidas dos nomes próprios ou apelidos, que denotam respeito à pessoa a quem se dirige, quer seja de idade superior quer seja de posição social alta ou baixa, é frequente a presença do artigo definido anteposto aos títulos e nomes.

¹⁸As abreviaturas *V* e *T* foram implementadas por Brown e Gilman (1968) como referência ao tratamento formal, para o primeiro caso, e informal para o segundo caso.

¹⁹O senhor tenente foi à unidade? A senhora ministra do ambiente tentou suicidar-se.

²⁰Bom dia, a Doutora Elsa não está cá?

Na perspectiva de Raposo e Nascimento (2013, p. 1024), o uso de artigo definido precedido ou não pelo nome, em português, é comum e não indica nenhuma familiaridade ou proximidade ou ainda distanciamento entre os falantes, mas, em outras línguas românicas, por exemplo, pode traduzir ideia de familiaridade ou desrespeito, se o nome ou *título* for acompanhado de artigo definido (*sublinhado nosso*). Estes nomes antecidos por artigos são chamados de *nomes próprios especificados*, enquanto que os sem artigos, *nomes próprios puros*, que, normalmente, na linguagem coloquial e escrita informal, deduz estranheza (*Idem, op. cit.*). Os autores adiantam que, em documentos literários, o uso do nome sem artigo é frequente e completamente aceitável, porém, tratando-se de figuras ou pessoas com posição social muito prestigiada ou de destaque, como, por exemplo, *Presidente da República, Ministros, Governadores, Generais, Religiosas (Jesus Cristo, Apóstolos)*, o uso do *nome próprio puro*, portanto, sem artigo, é considerado como um sinal de distanciamento e de respeito (histórico ou social) (*vide RAPOSO e NASCIMENTO, 2013, p. 1025*).

No contexto atual, os pronomes anteriormente apresentados, *senhor, senhora*, são utilizados para qualquer pessoa, quer sejam muito próximas quer sejam desconhecidas em ambientes (in)formais, sem que se tenha muito em conta o fator idade ou sexo. A opção no uso desse tratamento reside no facto de não distinguir camadas sociais, podendo ser usado sem a presença do nome ou apelido. Na linguagem escrita e falada também se têm registado seguidos de nomes próprios²¹, de apelidos²², de títulos académicos²³, de títulos profissionais²⁴, bem como de títulos honoríficos²⁵, quase sempre acompanhados de artigo. Anteriormente, em Portugal, os pronomes *senhor(a)* seguidos de nome próprio ou apelido eram considerados inferiores ao de *Dona*, portanto, desrespeitosos para pessoas de categoria social. Para demonstrar respeito às pessoas de posição social, naquela altura, particularmente a mulheres, a forma de tratamento correta seria *Senhora Dona*, que também às vezes estava seguida do nome próprio ou apelido (cf. SOUSA, 2013; 2018). Em algumas zonas de Portugal, como nas aldeias, e em todo o território de Angola, a substituição daquelas *fórmulas* mencionadas é feita pela forma nominal de parentesco ou não, a depender da faixa etária do interlocutor. Assim, em ambos os territórios, também se tratam por *tio(a), avó, avô*, seguido do nome próprio ou apelido, mesmo sem vínculo sanguíneo (cf. VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 486).

²¹O senhor Carlos Gonga foi a Lisboa.

²²A senhora Silva está de viagem.

²³O senhor licenciado vem de Angola?

²⁴Bom dia, senhor pedreiro.

²⁵O senhor governador não vai à Covilhã?

Para Aitchison (1993, p. 130), o pronome *vós* caiu em total desuso, depois do desaparecimento do feudalismo. Na perspectiva de Segura *et al.* (2013, p. 130), o pronome *vós* de 2.^a pessoa do plural continua vivo em Portugal, pelo menos em toda a parte Norte e Centro do país, em situações comunicativas, quando o falante se dirige a mais de um interlocutor, em concordância com a forma verbal. Curiosamente, em Angola, na parte Centro, especificamente na província do Huambo, *vós* é utilizado como pronome de tratamento no momento de comunicação em que o falante se dirige a um ou mais interlocutores. Assume-se como pronome singular na língua falada nos contextos em que a pessoa que fala manifesta aproximação ou distanciamento da pessoa com quem se fala. No português padrão (cf. SEGURA, 2013, pp. 130-131) e no português de Angola, o pronome *vós* também é substituído inúmeras vezes por *você(s)*, usado com as formas verbais da 2.^a ou 3.^a pessoa do singular ou do plural. O uso uniformizado do *vós* como pronome singular com a forma verbal na 2.^a pessoa do plural é frequente em situações de comunicação de estudante para professor(a) (vice-versa), com grau de instrução superior, e de alguns membros da comunidade religiosa (cf. SOUSA, 2018). A sua utilização, tida como arcaica, quer como pronome singular quer como pronome plural, continua como forma de tratamento de respeito entre os falantes jovens, adultos e mais velhos, no português angolano. Vale referir que, no caso do pronome *vós* ser usado como plural e não propriamente como pronome de tratamento, é comum a sua substituição pelo pronome *vocês*.

Em geral, as gramáticas tradicionais e modernas (cf. CEGALLA, 1991; BECHARA, 2009; RAPOSO *et al.*, 2013; CUNHA e CINTRA, 2014) colocam *você(s)* no quadro dos *pronomes de tratamento* formais, em função do jogo deste pronome que desencadeia a estrutura verbal e os complementos como acompanhantes dos pronomes de tratamento formais. O pronome *você(s)* de 2.^a pessoa do singular ou do plural é usado pelos falantes para se dirigirem a alguém, colocando a sua forma verbal na 3.^a pessoa, a depender do número do sujeito indicado pelos interlocutores, se singular ou plural, em concorrência com as formas pronominais de complemento (in)direto da 3.^a pessoa: *o, a, lhe, os, as, lhes, se, si, consigo* (vide RAPOSO, 2013, pp. 900-901). Mateus *et al.* (2003, p. 50), Wilhelm (1979, p. 17) e Cunha e Cintra (2014, pp. 372-73) afirmam que em média, no território brasileiro, os pronomes *tu, vós* e *senhor (a)* foram substituídos pelo pronome *você*, como referimos acima, demonstrando certo conhecimento ou familiaridade entre as pessoas. Esta forma é, geralmente, muito empregada no seio familiar, à exceção de algumas regiões, onde se diz *tu*²⁶. Basicamente, no português do Brasil, existem duas formas de

²⁶Para um estudo aprofundado do uso deste pronome em algumas zonas do Brasil, como é o caso do Rio de Janeiro e Florianópolis, vide (SILVA, 2011; COELHO e GÖRSKI, 2011).

tratamento mais frequentes para se dirigir às pessoas: *você* (que é a forma utilizada como tratamento +/- (in)formal) e *senhor* (tida como tratamento formal). Nos espaços brasileiro e angolano, o uso do pronome *você* tem-se registado em quase todos os campos conversacionais, chegando a afastar-se do plano da *assimetria* ou *Poder*, numa tentativa de concorrência com o pronome *tu* (cf. LOPES, 2011, p. 328). O pronome de tratamento *você* pode ser observado como tratamento de intimidade entre pessoas da mesma faixa etária e até mesmo para indivíduos de posição social prestigiada, assumindo, assim, uma função *plurifuncional*. Normalmente no seio familiar, em Angola, o pronome *você* é usado pelas pessoas mais velhas para se dirigirem aos mais novos, mas também os mais novos o utilizam para algumas pessoas mais velhas da família, como: *avó, avô, pai, mãe, tia(o)*. Em Angola, no ambiente académico e profissional, o *você* é utilizado de professor para estudante ou aluna(a), entre colegas, de chefe para subordinada(o), e raramente o inverso. As suas formas pronominais correspondentes de complemento (in)direto da 3.^a pessoa foram substituídas pela 2.^a pessoa: *te, ti, contigo, (a você)*. Entretanto, o *você*, em algumas zonas de Angola e quase todas do Brasil, equivale normalmente a *tu*²⁷.

No português atual do Brasil, raríssimas vezes no de Angola, o *você* sofre uma variação no plano fonético-fonológico e morfossintático, passando de *você* a *cê*. Na história dos pronomes de tratamento, este é o pronome de tratamento que sofre(u) mais variação e mudança na sua utilização, prevendo-se até aos próximos tempos uma redução total para *ê*. No português europeu, esse tratamento é considerado pouco respeitoso quando se trata de inferior para superior. Utiliza-se, normalmente, como tratamento de igualdade ou de superior para inferior (cf. CUNHA e CINTRA, 2014, p. 372-373). Para Sousa (2013; 2018), o pronome *você* acarreta muitos problemas na variedade do português padrão, sendo aceitável em algumas regiões de Portugal e condenável em outras. No norte do país, por exemplo, onde se encontram alguns traços da língua arcaica, o seu uso pode ser conotado como insultuoso ou falta de respeito. Porém, no português de Angola não se descarta o uso de *você* como marca de respeito, quando abordamos um desconhecido ou, ainda, uma pessoa mais idosa.

Segundo Moura (2006, p. 108), partilhando a ideia de Cunha e Cintra (2014, p. 376), o uso das formas de tratamento *Vossa Excelência* ou *Sua Excelência* têm registado certas restrições no

²⁷Na novela *Caminhos das Índias*, passada na rede *GLOBO ON* do canal da *ZAP* angolana, no dia 30 de junho de 2017, pelas 17:30h, numa conversa entre os *atores-amigos* Ragi e Kiara, a atriz abordou-o da seguinte forma: «(...) *você* veio até aqui para se despedir dela, não tens ideia do que ela pode sentir. (...) Não faz isso (...) não imaginas (...)». Com o exemplo ilustrado, notamos que o pronome *você* também é usado na relação de amizade, de casais, de namoro, de sogra para nora, mas de nora para sogra ainda prevalece o tratamento por *senhor(a)*, apesar de se verificar a *mescla* no tratamento, podemos verificar o abandono do subjuntivo pedido pelo advérbio de negação.

tratamento de certos membros. Todavia, são utilizadas nas linguagens oral e escrita, em casos como as *Academias* e do *Corpo Diplomático*. A primeira forma é aplicada à 2.^a pessoa, àquela com quem falamos, ao passo que a segunda pode ser aplicada, no contexto atual, tanto àquela com quem falamos, como àquela de quem falamos, sempre aplicada à 2.^a pessoa; mas só como expressão de pretexto da mais alta estima e consideração quando se apresenta seguida de aposto com um título determinado por artigo²⁸ (cf. VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 466). A expressão de tratamento cerimonioso, *Vossa Excelência*, pode aparecer na forma coloquial *Vossência* ou *Vosselência*, como síncope ou redução de *Vossa Excelência*²⁹. Na escrita, elas aparecem sob formas abreviadas, *V. Ex.^a* ou *V. Exa*, *S. Ex.^a*, *S. Exa*, e os seus usos são amplos, principalmente nas correspondências oficiais e comerciais. No Brasil, anteriormente, o tratamento de *Vossa Excelência* ou *Sua Excelência* eram formas unicamente utilizadas ao *Presidente da República*, *Governadores dos Estados*, *Senadores*, *Deputados*, *Ministros* e *Altos Funcionários Ministeriais* (VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 490). No contexto atual angolano, essas formas são dirigidas às pessoas de qualquer categoria social. Discute-se, na ótica de alguns falantes do português de Angola, em função da atual conjuntura política e do modo de vida precária dos angolanos, a não utilização de *Vossa Excelência* ou *Sua Excelência* para *Deputados*, *Governadores Provinciais* e *altos funcionários de cargos governamentais*, porque elas referem-se a dirigentes competentes e benfeitores.

A palavra *Senhoria*, segundo Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971, p. 490), no Brasil, foi utilizada, às vezes, seguida do nome próprio ou apelido, para se dirigir a raparigas solteiras. Já, em Portugal, a forma feminina ou masculina, *Senhoria(o)*, continua a ser utilizada para se dirigir a(o)s senhora(e)s proprietária(o)s de (i)móve(is)l. Em Angola, esta forma é raramente proferida, usando-se mais em documentos escritos, como, por exemplo, contratos de arrendamento de imóve(is)l, e por falantes que tiveram contactos com os portugueses, sobretudo os da capital.

Quanto a *Vossa Senhoria*, é um tratamento raramente usado nas variedades de Portugal, do Brasil e, particularmente, de Angola, assim como o uso da forma reduzida no plano fonético-fonológico, *Vossoria*. A sua utilização pode ser feita, quando não é próprio o tratamento de

²⁸V. Ex.^a, gostaria de lhe entregar a carta do Senhor ten. -C.^{el} Noé, chefe da Repartição de Eng.^a da Região Militar Centro.

A escola de condução Blindado foi inaugurada por Sua Excelência General Lúcio Gonçalves Amaral, Comandante do Exército.

Sua Excelência, o senhor Ministro, aprova a medida?

²⁹Cf. *Dicionário de Português- Espanhol*, p. 1317.

Vossa Excelência. Na linguagem escrita, ela aparece sob a forma abreviada *V. S.*³⁰ (cf. CUNHA e CINTRA, 2014, p. 376). No que respeita ao uso desse tratamento no exército português, sofreu uma mudança de escalão. Anteriormente, era a forma de tratamento usada para oficiais até ao grau de capitão (VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 487). Mas, em Portugal e no Brasil, mais tarde, tornou-se a forma própria para se dirigir aos oficiais superiores até aos coronéis (CUNHA e CINTRA, 2014, p. 371). No contexto militar angolano, esta forma de tratamento é totalmente desconhecida e inutilizada para oficiais, quer do grau de *capitão*, quer do grau de *coronel*.

Os pronomes de tratamento como *Vossa Eminência*, *Vossa Magnificência*, *Vossa Santidade*, entre outros, são utilizados especificamente para pessoas que ocupam cargos eclesiásticos. Na linguagem oral, para o português de Angola e de Portugal, dentro do contexto atual, quando nos dirigimos a entidades religiosas, por exemplo, a um *Sacerdote*, *Padre* ou *Madre*, o pronome frequentemente utilizado é *o senhor*, seguido de *Padre* ou *Madre*, ao invés de *Vossa Reverência* ou *Vossa Reverendíssima*.

O pronome de tratamento *Dom* é aplicado, restritamente, aos membros da família real ou imperial, nobres, condes, monges beneditinos e dignitários da igreja, a partir dos Bispos. Esse tratamento foi usado com maior frequência para designar os reis e os seus aliados, normalmente precedido do nome próprio (cf. CUNHA e CINTRA, 2014, p. 374; VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, p. 486). É escrito, abreviadamente, *D.*, tanto para o masculino como para o feminino. No português de Angola, a forma masculina é frequentemente utilizada para entidades religiosas, a partir de Bispos, entre jovens, como forma de manifestar respeito e amizade. Mas, para o género feminino, no contexto atual, tanto em Angola como em Portugal, o uso de *Dona* emprega-se para senhoras de qualquer classe social, quer seja baixa ou média, quer seja alta.

As formas *Doutor(a)*, *Mestre*, *Licenciada(o)* e *Professor(a)* podem ser designadas como pronomes ou formas de tratamento, embora se refiram aos títulos académicos. No português de Angola e de Portugal, *doutor(a)* é a forma de tratamento usada aos médicos, doutorados e licenciados de qualquer escola superior (CUNHA e CINTRA, 2014, p. 374). Particularmente no português de Angola, a titulação desta forma, por força da maior ocorrência devido ao seu uso social, vai ganhando outros espaços. No cenário académico, ela é utilizada até entre estudantes

³⁰Nota-se que a última vogal sobre a letra final abreviada é utilizada para marcar a diferença entre *V.S.* (*Vossa Santidade*) e *V.S.^a* (*Vossa Senhoria*).

que estejam a frequentar escolas superiores, independentemente da área de especialização. A propagação deste título académico por parte de estudantes angolanos tem sido motivada pelos próprios professores, para ensaiarem as suas posições entre os académicos. A sua vulgarização estende-se, em primeira instância, aos estudantes não diplomados, incentivados pelos docentes, na sua maioria licenciados, em segunda instância, pela própria sociedade. É comum verificar esta prática em documentos de instituições estatais e privadas, sobretudo nas universidades, através de assinatura de chefes de departamentos e setores, com o título de *doutor*, mesmo não o sendo. Todavia, se olharmos para outro contexto, por exemplo, o de Portugal, Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971, p. 486) já verificaram a utilização dessa forma, pelo menos nos anos 60-70, como tratamento respeitoso às pessoas que não possuem nenhum grau académico em substituição de *senhor(a)*. Outra prova, no *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Porto Editora, nas primeiras páginas do prestigiado livro, ilustra que o título de *doutor(a)* também é atribuído aos licenciados e doutorados. Para os distinguir dos doutorados, na forma escrita, aparecem abreviados seguidos do nome próprio, ao passo que os que defenderam a tese de doutoramento não são abreviados (cf. VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, pp. 485-486; SOUSA, 2018), conforme nos mostram os exemplos: *Dr. Abílio Alves Bonito Perfeito - Licenciado em Filologia Clássica; Professor efectivo [sic] do ensino secundário; Dr.ª Ana Maria Vaz Pires - Licenciada em Filologia Românica; Professora efectiva [sic] do ensino secundário; Doutor Vítor Manuel Aguiar e Silva - Doutor em Letras; Professor Catedrático do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho*. Estes títulos académicos, considerados como formas de tratamento, na escrita só admitem abreviaturas, quando seguidas do substantivo próprio³¹. É importante mencionar que a distinção do uso dessas formas acima mencionadas foi muito comum quando havia pouquíssimos doutorados.

Em Angola, a mescla do título académico *Professor(a) Doutor(a)* é atribuído exclusivamente às pessoas doutoradas que exerçam a atividade docente, e é abreviada por Prof.(ª) Dr.(ª). O termo Professor Catedrático faz parte da última categoria que se insere nos escalões de professor ou docente universitário. Por ordem crescente, ocupa o primeiro escalão o Professor Estagiário, que tem a habilitação mínima de Licenciado; o segundo, o Professor Auxiliar, com grau mínimo de Mestre; o terceiro e penúltimo, o Professor Associado, com grau de Doutor.

³¹O Dr. Osório e a Dr.ª Marçalo são muito simpáticos.
A Prof.ª Ana Silva vive em Évora.
O M.º Paulo Mulele é muito engraçado!

As formas de tratamento *Mestre* e *Professor*, no sentido geral, são utilizadas para designar qualquer pessoa que tenha habilidades e domínio de um determinado ofício, profissão ou de uma arte e que transmite os seus ensinamentos para os seus discípulos. Já, no contexto acadêmico, para o português de Angola, a forma *Mestre* é aplicado aos docentes ou professores licenciados, mestres ou doutores. A sua forma abreviada em português, *M.^e*, é desconhecida e inutilizada, dando lugar preferencial à forma inglesa, *M.S.C.* (*Master Social Science*), enquanto que *Professor(a)* é a forma utilizada em todos os níveis de ensino, às vezes, acompanhado do apelido para demonstrar melhor proximidade ou despertar a atenção. Do ensino primário até ao ensino médio, dá-se maior preferência ao uso simplesmente de *professor(a)*, sem que esteja seguido do nome, a *professor(a)*, anteposto o pronome *senhor(a)*, mas já no ensino superior, as formas *professor(a)* ou *professor(a)* + nome concorrem com as formas *senhor(a) professor(a)*. As formas *senhor(a) professor(a)* + nome e *docente* são raramente utilizadas por falantes de ensino primário, médio ou superior, apenas a última é usada na forma escrita em documentos de cunho mais formal, como os enunciados de provas.

As formas *aluna(o)* e *estudante* são usadas para designar pessoas que estejam matriculadas ou a frequentar um estabelecimento de ensino. Em Portugal, a forma de tratamento utilizada para todos os ensinos é, normalmente, *aluna(o)*. Para o contexto angolano, são chamados de *aluna(o)* aqueles que estejam matriculados ou a frequentar o ensino primário e secundário ou base, ao passo que todos os matriculados em escolas médias e superiores são designados por *estudantes*. A forma *aluna(o)* utilizada para pessoas matriculadas nas escolas médias ou superiores é tida como pejorativa, pois para a realidade angolana em que as pessoas que se matricula(va)m ou estuda(va)m em estabelecimentos de ensino médio ou superior são muitas vezes adultas, de categoria social ou mesmo de idade avançada. No sistema de ensino para adulta(o)s, ainda que seja primário ou médio, as formas *aluna(o)* e *estudante* não são muito usadas. O tratamento mais frequente para estes casos de professor(a) para aluna(o) é o uso do nome próprio ou apelido da pessoa ou *senhor(a)* seguido nome próprio/apelido ou ainda pelo grau parentesco, mesmo não o sendo, em função da faixa etária, *tia(o)*, *pai*, *mãe*, *avô*, *avó*.

A partir destas explicitações e baseando-nos em Sousa (2018), nota-se que o português europeu e de Angola apresentam um sistema *ternário* para o tratamento de segunda pessoa ou do discurso (*senhor(a)/você/tu*), onde a escolha dessas formas depende do grau de intimidade ou afastamento entre o locutor e o alocutário, uma vez que *senhor(a)* se demonstra mais formal, *você*, mais ou menos, formal e *tu* informal, enquanto que no português do Brasil, o sistema se assume como

binário (*senhor(a)/você*), mas com alguma tendência de usos semelhantes aos contextos anteriores.

Para sintetizar a descrição dos pronomes ou formas de tratamento em língua portuguesa, ilustramos, a seguir, o quadro de Cunha e Cintra (2014):

Quadro 1: Pronomes ou formas de tratamento

Abreviatura	Tratamento	uso para:
V.A.	Vossa Alteza	Príncipes, arquiduques, duques
V. Em.^a	Vossa Eminência	Cardeais
V. Ex.^a	Vossa Excelência	No Brasil: Altas autoridades do Governo e oficiais gerais das classes armadas Em Portugal: qualquer pessoa a quem, a princípio, se quer manifestar grande respeito
V. Mag.^a	Vossa Magnificência	Reitores das Universidades
V. M.	Vossa Majestade	Reis, Imperadores
V. Ex.^a Rev.	Vossa Excelência Reverendíssima	Bispos e arcebispos
V.P.	Vossa Paternidade	Abades, superiores de conventos
V.Rev.^a	Vossa Reverência	
V.Rev.m.^a	Vossa Reverendíssima	Sacerdote em geral
V.S.	Vossa Santidade	Papa
V.S.^a	Vossa Senhoria	Funcionários Públicos graduados, oficiais até coronel; na linguagem escrita do Brasil e na popular de Portugal , pessoas de cerimónia

(CUNHA e CINTRA, 2014, p. 371)

Para o tratamento informal, como referimos, utiliza-se o pronome *tu*, que é empregado como forma própria da intimidade de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas da faixa etária igual ou próxima. No português de Angola e no europeu, o seu emprego tem-se alargado consideravelmente, nos últimos tempos, entre colegas de escola ou da mesma profissão, entre membros de um partido político e, até, em certas famílias, de filhos para pais, de netos para avós, de sobrinha(o)s para tia(o)s, tendendo a ultrapassar os limites de intimidade propriamente dita, em consonância com

uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa (CUNHA e CINTRA, 2014, pp. 372, 373), verificando-se simetria³².

No exército angolano, o pronome *tu* é frequentemente usado pelos oficiais gerais e superiores para oficiais subalternos (subtenente, tenente) até ao último grau. Já de oficiais capitães para subalterno ou até ao grau mais baixo, o uso de *tu* só é proferido nas situações em que o subordinado aparenta uma idade de mais novo.

No contexto brasileiro, na atualidade, além da substituição de *tu* por *você*, este primeiro pronome de segunda pessoa do singular, apesar de se verificar o uso para as pessoas indicadas acima, conforme os autores mencionaram, registamos que na linguagem oral, a flexão verbal é, normalmente, acompanhada com o verbo na terceira pessoa, o que demonstra desvio à norma culta (*tu vai, tu vem, ao invés de, tu vais, tu vem*). A variação deste pronome flexionado na terceira pessoa já chegou à linguagem escrita ainda que muito informal e em situações de contextos um pouco formalizados (cf. SILVA, 2011, pp. 247-248)³³.

1.1.2. Uso dos pronomes pessoais na forma de tratamento formal e informal

Um pronome pode ser definido como elemento gramatical que substitui completamente um *sintagma nominal*. Como o nome indica, *pro nome, em vez do nome, no lugar do nome*, na frase, também pode ser um pronome (de tratamento) (cf. RAPOSO, 2013, pp. 883-889)³⁴. A divisão dos tipos de pronomes é vasta. Interessa-nos, aqui, aqueles que fazem referência aos pronomes ou formas de tratamento, no caso dos pronomes pessoais (eu, tu, ele, nós, vós, eles, elas), dos

³²Tio Mulele, tu não vais à escola?

Avô João, quando tu vens nos visitar?

Papá, tu não viste a mamã?

³³A conversa que tivemos com alunos e funcionários da Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, vem em alguma parte negar a afirmação feita por alguns gramáticos e linguistas de que o uso do *tu* só se aplica(va) no contexto familiar, apesar de tomarmos em nota a afirmação de Cintra (1972, p. 33) sobre a flexibilidade na estrutura das formas de tratamento. Pensamos que, de algum modo, se aplicaria ao pronome *você*, que nos tempos hodiernos tem rompido uma grande barreira quanto à indicação da norma padrão em que o coloca no tratamento formal, mas que já se tem usado frequentemente em contextos informais por influência dos *media* brasileiros, no linguajar de alguns povos, por razões psicológicas e sociais, por influências de outras línguas, por distração, ou até mesmo, por ignorância.

Num outro diálogo com estudantes do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED-Huambo), disseram que já não se sentem confortáveis ao serem tratados por *você(s)*³³, pelo facto de usarem frequentemente para pessoas da mesma categoria e, às vezes, para pessoas inferiores. O mesmo acontece com alguns superiores do Exército Angolano que preferem tratar os subordinados pelo grau ou pela patente, negando o tratamento por *você* e *tu* como era usado pelos oficiais do Exército Português aos soldados (cf. CINTRA, 1972). Todos esses fatores concorrem para uma próxima mudança de uso destes pronomes de tratamento, que combinam com outros elementos gramaticais apresentados a seguir.

³⁴Os jovens de Luanda são batalhadores. Assim, teríamos: Eles são trabalhadores. Vocês são trabalhadores. Os senhores são batalhadores.

pronomes oblíquos átonos (me, nos, vos, lhe(s), te, se) e tónicos (ti, si, comigo, contigo, consigo) e dos pronomes possessivos (teu, tua, teus, tuas, seu, sua, seus, suas).

Os pronomes de tratamento *Tu* e *Vós* são utilizados com os verbos nos modos: conjuntivo, que é o exigido nas orações em que o verbo se liga à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade e de súplica; imperativo, que indica uma ordem, exortação, convite. Segundo Dias (2010, pp. 95-97), ao usar o pronome pessoal *vós* como tratamento formal, no modo imperativo negativo recorre-se à segunda pessoa do plural do presente do conjuntivo, enquanto que para a forma afirmativa, utiliza-se a forma da 2ª pessoa do plural do modo imperativo³⁵. Quanto ao pronome de tratamento informal, usa-se, habitualmente, o pronome pessoal *tu* no modo imperativo, na forma afirmativa ou negativa. Para a afirmativa, utiliza-se a 3ª pessoa do presente do indicativo, e quanto à negativa, usa-se a 2ª pessoa do conjuntivo³⁶ (cf. DIAS, 2010, pp. 97-98). O quadro a seguir resume o uso dos pronomes nos dois modos explicitados:

Quadro 2: Verbo da primeira, segunda e terceira conjugação, conjugados nos modos imperativos e conjuntivo

Modo imperativo		
Lavar	Entender	Partir
Lava (tu)	Entende (tu)	Parte (tu)
Lave (você)	Entenda (você)	Parta (você)
Lavemos (nós)	Entendamos (nós)	Partamos (nós)
Lavai (vós)	Entendei (vós)	Parti (vós)
lavem(vocês)	Entendam(vocês)	Partam(vocês)

(CAMACHO e TAVARES, 2008, pp. 626-628)

Quadro 3: Verbo da primeira, segunda e terceira conjugação, conjugados nos modos imperativos e conjuntivo

Modo Conjuntivo			
	Lavar	Entender	Partir
Eu	Lave	Entenda	Parta
Tu	Laves	Entendas	Partas
Ele/Ela	Lave	Entenda	Parta
Nós	Lavemos	Entendamos	Partamos
Vós	Laveis	Entendais	Partais
Eles/Elas	Lavem	entendam	Partam

(CAMACHO e TAVARES, 2008, pp. 626-628)

³⁵Não laveis às escuras;
Cantai segundo os princípios bíblicos.

³⁶Kiami, dá a bola ao teu amigo;
Amigo, não dê a bola ao Kiami.

Conforme Dias (2010, p. 95), todos os verbos irregulares na 1ª pessoa do presente do indicativo substituem a desinência- *O* pelas do conjuntivo, que são: para a 1ª conjugação: (-AR) -E, -ES, -E, EMOS, EM; para a 2ª e 3ª conjugações: (-ER; -IR) -A, AS, A, - AMOS, AM.

1.1.3. Uso dos pronomes pessoais oblíquos e pronomes possessivos na forma de tratamento formal e informal

No que diz respeito aos pronomes *si*, *consigo*, *connosco*, *convosco*, *se*, tidos como reflexos, aplicam-se tanto à 3ª pessoa do singular como do plural, em contextos formais³⁷. Do ponto de vista histórico, essas formas de tratamento, precedentes do latim medieval e clássico, aparecem em português no período moderno, a partir do século XVIII, apontado como sendo o século mais crítico da evolução da língua portuguesa, pela falta de registos que atestam as modificações fonéticas sofridas naquela época. (cf. VÁZQUEZ CUESTA e MENDES da LUZ, 1971, pp. 201-203, 484). Em Portugal (com a aprovação de seus melhores gramáticos) e, esporadicamente, no Brasil, *si* e *consigo* são empregues mais na conversação familiar do que no falar culto, referência à pessoa com quem falamos e a quem damos o tratamento de 3.ª pessoa (cf. BECHARA, 2001, p. 103; LOBO, 2013, p. 2220). Assim, as tais formas pronominais usam-se sem significação reflexiva.

Os pronomes possessivos usados como tratamento (ou de segunda pessoa indireta) apresentam certas peculiaridades quanto à concordância verbal, nominal e pronominal. Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala ou a quem se dirige a comunicação), levam a concordância para a terceira pessoa. É que o verbo concorda com o substantivo que integra a locução como seu núcleo sintático: «*Vossa Senhoria nomeará o seu substituto*»; «*Vossa Excelência conhece o seu assunto*» (ESTRELA *et al.*, 2013, p. 132).

Segundo Raposo e Miguel (2013, pp. 729, 906), «os pronomes possessivos são expressões referenciais» que podem indicar o tipo de tratamento usado entre os interlocutores. Lobo (2013, p. 2225), Cunha e Cintra (2008, p. 229), corroborando Pinto (2007, p. 140), adiantam que, da mesma forma, os pronomes possessivos, *seu*, *sua*, *vossa*, usados como pronomes de tratamento para *você*, *o(a) senhor(a)*, (S)V. *Excia*, entre outros, são sempre os da terceira pessoa, ou seja, empregam-se com os verbos na 3.ª pessoa, apesar de se tratar da pessoa com quem se fala, isto é,

³⁷*Senhor*, dirija-se àquela Repartição.

O coronel Assis trouxe *consigo* o relatório trimestral.

Dona Ana fala muito de *si*.

a 2.^a pessoa do singular ou plural, independentemente da concordância do pronome possessivo em pessoa, género ou número. É com base nesta afirmação que Brito e Raposo (2013, p. 1050) mencionam que o pronome de tratamento *você(s)*, semanticamente da 2.^a pessoa mas gramaticalmente da 3.^a pessoa, corresponde a *vossa*³⁸, que se refere a várias pessoas mas não a uma pessoa como tratamento formal. No caso de *vossa*³⁹ ser usado para 2.^a pessoa do singular, usa-se o pronome *seu, sua*, que correspondem gramaticalmente a *ele, ela*, mas semanticamente a 2.^a pessoa. Nestes e em outros casos, para o tratamento informal ou familiar, usam-se os pronomes possessivos (não) preposicionado de 2.^a pessoa do masculino do singular e plural (*teu, teus*) ou do feminino do singular e plural (*tua, tuas*), *te*, que correspondem a *tu* (cf. ESTRELA *et al.*, 2013, p. 89; RAPOSO e BRITO, 2013, p. 1050; LOPES *et al.*, 2011, p. 327; WILHELM, 1979, p.17)⁴⁰.

No que diz respeito aos adjetivos referidos a esses pronomes, o género gramatical deve concordar com o sexo da pessoa a que se refere e não com o substantivo que compõe a locução (BECHARA, 2001, pp. 47-48). Assim, se o interlocutor for homem, o correto seria: «*Vossa ou Sua Excelência está atarefado*», «*Vossa ou Sua Senhoria deve estar satisfeito*»; se for mulher, «*Vossa Excelência está atarefada*», «*Vossa Senhoria deve estar satisfeita*».

Para se evitar ambiguidades do pronome possessivo da 3.^a pessoa, usa-se, mormente, a contração da preposição *dela (s)*, *dele (s)*, ou o pronome *de você*, da(o) *senhor(a)* e outras formas de tratamento, em vez de *seu(s)*, *sua(s)*⁴¹ (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 229; LOPES *et al.*, 2011, p. 332; RAPOSO e MIGUEL, 2013, pp. 729, 906; ESTRELA *et al.*, 2013, p. 139).

Os pronomes clíticos com função de complemento, no caso os da terceira pessoa (a, o, as, os), que, normalmente, também são usados como substitutos dos pronomes ou formas de tratamento, como, por exemplo, as formas marcadas e não marcadas, no Brasil e em Angola, são usados na linguagem cuidada, sobretudo, em Angola, por pessoas com nível de instrução superior (cf. SILVA, 2013, p. 152). No português de Angola, as formas do complemento direto assumem a

³⁸*Vossa* chegada ao aeroporto/*vocês* chegaram ao aeroporto.

³⁹A *vossa* chegada ao aeroporto. A *sua* chegada ao aeroporto.

⁴⁰A *tua* chegada ao aeroporto.

Este presente é para *ti*.

Conto sempre *contigo*.

Aquela casa é idêntica à *tua*.

Vamos ao *teu* carro, porque o meu não está aqui.

Já *te* disse que vou à igreja, filho.

⁴¹A Miranda encontrou a Joyce e falou dos *seus*? Compromissos.

É um enunciado ambíguo que deve ser clarificado.

A Miranda encontrou a Joyce e falou dos compromissos *dela*.

função de complemento indireto. Assim, em *O Miguel foi (ao)no mercado*, surgem resposta como: 1) *Eu vi o (teu)seu marido lá*; 2) *Eu vi ele*; 3) *lhe vi*. O curioso é que no exemplo (3), o pronome nunca se encontra na posição enclítica, mesmo iniciando uma frase ou sem partícula atrativa, enquanto que no português europeu, o contexto é completamente diferente, sendo que o *lhe* é substituído por *o* mas colocado na posição enclítica por iniciar oração e não haver elemento gramatical que o atrai. Assim, teríamos: *vi-o*.

No caso do pronome *lhe*, *lhes* (SEGURA, 2013, pp. 153-175), o processo assemelha-se ao anterior, com a troca da função dos complementos. Enquanto estes pronomes são tidos como complementos indiretos, eles passam a funcionar como complementos diretos na segunda pessoa, combinados com os pronomes *você* e *te*⁴².

Conforme se pode ver nos exemplos ilustrados, a colocação dos pronomes, quer no português do Brasil quer no português de Angola, diferencia-se muito do português europeu e gera um clima de *insegurança linguística* aos falantes do português não-padrão, que, sobretudo, mantêm contacto linguístico permanente com falantes do *vernáculo*, com nível de escolarização superior que procuram aproximar-se à norma-padrão.

⁴²*Você* é um bom estudante. Eu *te* vejo sempre na biblioteca.

Você é estudante da UBI. Não, não sou. Mas, eu *te* vejo quase sempre lá. Paulo, nunca *lhe* viste?

2. Situação (geo)linguística de Angola

Angola está situada na África austral e ocupa uma extensão de 1.246.700 km². É limitada a este e sudeste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia, a oeste o oceano atlântico, a República do Congo a noroeste e a norte e leste a República Democrática do Congo. A situação climática é apresentada por humidade, constando assim de duas épocas que marcam o território angolano: a primeira é conhecida como a época das chuvas, que começa no mês de setembro e vai até abril; a segunda, é denominada como a época seca, a de cacimbo, a da estação fria, ou a do cultivo agrícola, que vai de maio a agosto. É um país rico em recursos minerais, com maior destaque para o petróleo e o diamante, que são considerados como os *baluartes* da economia nacional (cf. INE, 2016).

Nos trabalhos desencadeados pelo *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola* em 16 de maio de 2014, os dados revelam que a população residente em Angola era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total). Verificou-se que havia menos homens do que mulheres. O índice do género masculino é de 94, que significa a existência de 94 homens para cada 100 mulheres. Este comportamento é observado em quase todas as províncias, com exceção da província da Lunda-Norte. Nesta província, o índice do género masculino é de 106, quer dizer, existem 106 homens por cada 100 mulheres⁴³.

Angola é considerada uma República, com um regime político presidencialista, cujo Presidente é, ao mesmo tempo, Comandante-em-chefe e Titular do Poder Executivo, funcionando com um Vice-Presidente e por Ministros de Estado (Constituição da República, artº 108º, 2010). São ainda órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais (*op. cit.*, artº 105º).

Se tivermos em conta a nomenclatura administrativa, o território angolano está dividido em 18 províncias: Luanda, tida como a capital do país, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje, Uíge, Bengo, Namibe, Zaire, Huambo, Benguela, Huíla, Cunene, Moxico, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Cabinda, Bié e Cuando-Cubango⁴⁴.

⁴³Cf. Silva (2015, p. 14).

⁴⁴Constituição da República, artº 5º, nº3, 2010.



Figura 1: Mapa de Angola⁴⁵

Os seus habitantes constituídos pelos povos não Bantu formavam, assim, o grupo dos Vátwa ou Koroca. Mais tarde, os Bantu invadem o território com poderosos reinos independentes e, finalmente, surgem os portugueses, em 1482, empreendendo uma colonização que teve o seu término em 11 de novembro de 1975, data em que se proclamou a independência (cf. FERNANDO e NTONDO, 2002, p. 17; MARÇALO e NAUEGE, 2017, p. 3477).

Para descrever o campo sociolinguístico de Angola, que não tem sido uma tarefa fácil, servimo-nos de três obras importantes, que, a nosso ver, apresentam uma abordagem mais sucinta acerca das variedades das línguas faladas em Angola: (i) *Angola: Povos e Culturas* (FERNANDES e NTONDO, 2002); (ii) *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda* (MINGAS, 2007); e (iii) *A Transição de Angola para o Português. Uma História Sociolinguística* (INVERNO, 2008).

Angola é um país plurilingue, pois nela coabitam três grandes famílias linguísticas, genéticas e estruturalmente diferentes: línguas africanas bantu; cokwe, kikongo, umbundu, kimbundu, nganguela, oshielelo, oshiwambo: oshikwanyama, oshindonga: línguas africanas de origem não Bantu; koisan: hotentote/Khoi, kankala/san, vátwa/koroka; língua portuguesa (cf. FERNANDES e NTONDO, 2002, pp. 17-55; MINGAS, 2007, pp. 32, 54-55; ZAU, 2011, pp. 46-50;

⁴⁵Fonte: <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=zkIL1ieD&id=D67CC4F4D18028EE0ED5EDF248440CB7E20D68E2&thid=OIP.zkIL1ieDn3g7Y8sLNnUu6wHaIZ&q=mapa+de+angola+actualizado&simid=608035103597068430&selectedIndex=49&ajaxhist=0>. Consultado em 12 de dezembro de 2017.

ADRIANO, 2014, p. 57-58; CHICUNA, 2015, p. 30, COSTA, 2015, p. 12; INVERNO, 2008, p. 119).

Em Angola, no contexto atual, já se pode observar a língua portuguesa como sendo a língua materna de muitos angolanos (contraponto flagrante do contexto colonial em que era tida apenas como língua segunda, língua estrangeira), chegando até ao ponto de ultrapassar o número de falantes de línguas bantu (INVERNO, 2008). Mas, em algumas zonas periféricas, sobretudo no interior do país, as línguas nacionais continuam sendo ainda as mais faladas do que o português e tidas como língua materna dos habitantes com idades média e adulta. Hoje, naturalmente, no interior do país, o número de falantes de língua nacional com idade inferior é muito reduzido, sendo que esta faixa assume já como língua materna o português (INVERNO, 2008), e a aprendizagem da língua nacional falada pelos pais ou avós começa muito mais tarde, isto é, na idade média, mas em contexto de uso muito restrito, ou seja, apenas em casa, e quando usado, em casa, é como resposta a questões ou conversas casuais, e as respostas são sempre com frases curtas ou mesmos com palavras misturadas com o português. Esta mescla das línguas nacionais com o português podem resultar da incapacidade linguística do falante ou do processo de *transferência* como também da força do hábito, mas que, inegavelmente, essa coabitação causa *interferência* nas duas línguas. Nos tempos passados, nas zonas mais precárias das cidades, encontravam-se facilmente falantes de uma língua nacional (cf. INVERNO, 2008, p. 118). Atualmente, a situação é totalmente diferente. Nem mesmo o fator idade adulta é forte indicador de um falante com proficiência em língua nacional. A falta de transmissão da *língua de herança* dos avós para os pais e dos pais para os filhos resultou na diminuição de falantes de língua nacional materna ou mesmo segunda, facto que cedeu maior abrangência e propagação da língua portuguesa, quer como língua materna, quer como língua segunda. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, registados no Censo de 2014, o português é falado por cerca de 71,15% de angolanos, numa escala de 25,7 milhões de habitantes nacionais, indicadores que dão conta de que as línguas africanas bantu mais faladas (umbundu, kikongo e kimbundu) perdem enorme espaço em comparação à não bantu (portuguesa), com percentagem de falantes, numa ordem, segundo apresentação das línguas nacionais referidas, de 22,96%, 8,24% e 7,82% (cf. HAGEMEIJER, 2016, p. 46). Se olharmos para a década de 1970, o grupo bantu de línguas nacionais mais faladas era composta por seis, nomeadamente o umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, mbunda-ngangela e ovakwanyama (cf. INVERNO, 2008, p. 118). Comparando os dados das línguas nacionais das duas datas, isto é, a de 2014 e a de 1970, podemos notar que na data mais recente há uma redução de três línguas nacionais e inversão da

posição que ocupavam, sendo que a língua kimbundu passou, nos dados de 2014, para a terceira posição, enquanto que, em 1970, ocupava o segundo lugar. Diante deste facto, o que se pode verificar é que, na medida em que os anos vão somando, as línguas nacionais sofrem redução e, por tal motivo, em função do contexto atual, prevê-se o desaparecimento da língua kimbundu na lista das mais faladas, pelos seguintes motivos: (i) o maior número de falantes ser apenas constituído por pessoas de idade adulta ou avançada das províncias do Cuanza-norte, Bengo e Malanje (cf. ANTÓNIO e OSÓRIO, 2018, p. 3291); (ii) a capital do país que outrora possuía um número significativo de falantes, hoje, infelizmente, já não se regista pelas razões invocadas nas páginas (65, 66), prevalecendo timidamente em alguns textos escritos, com maior notoriedade nos literários. Para mitigar essa situação, Angola tem enveredado um esforço em implementar políticas linguísticas que promovam o ensino das línguas bantu em todos os estabelecimentos de ensino. Por se tratar de um *mosaico linguístico*, o ensino das línguas nacionais nas escolas tem sido em função da distribuição dos territórios, ou seja, a parte do Sul, que correspondem às províncias de Benguela, Cuanza-sul, Bié e Huambo, lecionam a língua umbundu, a do Norte, que circunscrevem as províncias de Luanda, Malanje, Cuanza-norte, Bengo, lecionam a língua kimbundu, leste, as do Moxico, Lunda-norte, Lunda-sul, a língua kioko, Cabinda, a língua ibinda ou fiote (cf. MARÇALO e NAUEGE, 2017, p. 3479; ANTÓNIO e OSÓRIO, 2018). É inegável que o período de independência dos países africanos constitui um processo significativo no crescimento de falantes de língua não bantu (cf. HAGEMEIJER, 2016, p. 46-48).

A maioria do povo angolano descendente dos bantus ocidentais e meridionais são originários de grandes movimentações migratórias, calculando-se, por isso, que existam em Angola cerca de 90 a 100 grupos etnolinguísticos, agrupados em dez *grupos étnicos*, divididos a partir das línguas faladas no seu território (cf. PINTO, 2017, pp. 48, 49), que serão abordados, seguidamente, de forma sucinta.

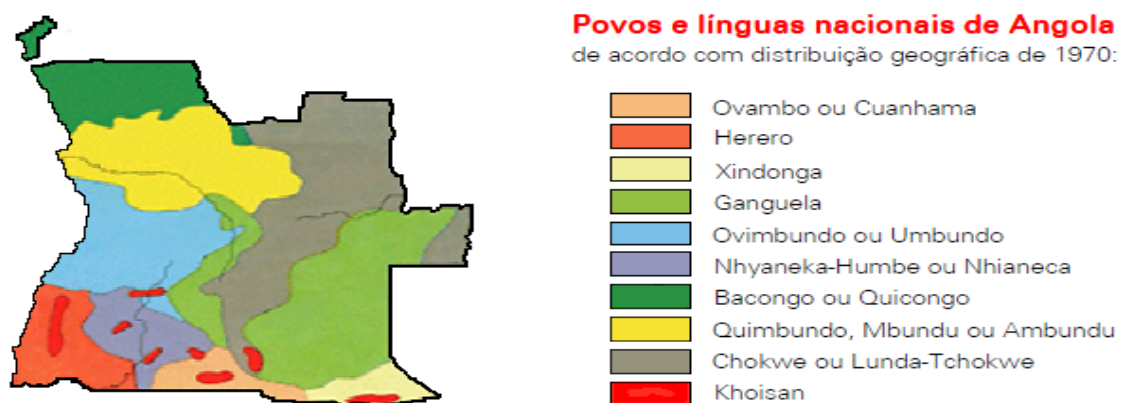


Figura 2: Mapa etnolinguístico de Angola⁴⁶

2.1. Grupos etnolinguísticos tucokwe

2.1.1. Grupo etnolinguístico tucokwe

Com o número superior a 357 693 pessoas, e formado pelas etnias Lunda- Lwa – Xinde, Lunda Ndembu, Mataba, Badinga, Mai. O povo utiliza predominantemente a língua cokwe, que é considerada como uma língua transnacional pelo facto da sua área de difusão estender-se para além das fronteiras nacionais. Ela é falada na República Democrática do Congo e na República da Zâmbia. As variantes da língua cokwe são: badinga, bakete, kafula, lunda, lwa ndembu, lunda lwa xinde, mai e mataba.

2.1.2. Grupo etnolinguístico ambundu

Com um número de pessoas não superior a 1500 000, o grupo etnolinguístico Ambundu é formado pelos Lwanad, Hungu, Lwango, Ntemo, Puna, Ndembu, Ngola, Mbondo, Mbângala, Holo, Kari, Xinje, Minungu, Songo, Bambeiro, Kisama, Lubolo, Kibala, Haku, Sende. A língua do povo é o kimbundu, (...) que parte do interior para o litoral e domina as províncias do Bengo, Cuanza - Norte, Cuanza – Sul, Malanje e Luanda. As variantes da língua kimbundu são: holo, ndongo, kambondo, kisama, mbangal, mbolo, minungu, ndembu, ngola ou jinga, ngoya, nkari, ntemo, puna, songo, xinji.

2.1.3. Grupo etnolinguístico bakongo

São em número aproximado de 480 000 pessoas e constituem o terceiro maior grupo etnolinguístico do país. É formado, entre outros, pelos Basikongo, Bandongo, Suku, Bayombe, Yaka, Woyo, pombo, Hungu, Zombo, Nsoso, etc. A língua falada por este povo é o kikongo, cuja área de difusão estende-se também para além das fronteiras nacionais. Ela é falada na República Democrática do Congo, no Sul da República do Congo Brazavile e na República do Gabão. As variantes da língua kikongo são: kilinji, kikoci, kikwakongo, kimboma, kinzenge, kihungu, kinsoso, kipaka, kipombo, kisikongo, kisolongo, kisuku, kisundi, kivili, kiwoyo, kiyaka, kiyombe e kizombo.

⁴⁶Pinto (2017, p. 52).

2.1.4. Grupo etnolinguístico vangangela

Num número aproximado de 3 280 000 pessoas, repartem-se entre os Lwimbi, Lwena, Luvale, Lucazi, Mbunda, Kamaxi, entre outros. O povo utiliza para a sua comunicação a língua ngangela, que é falada nas províncias do Cuando Cubango, na parte do sudoeste da província do Moxico e da província do Uíge, na parte leste da província da Huíla. O ngangela tem ramificações na República da Zâmbia, onde algumas das suas variantes são faladas pelas populações locais. A este título, é tida também como uma língua transnacional. As variantes da língua ngangela são: kamaxi, lucazi, luvale, luena, luimbi, Luiyo, mbande, mbuela, ndungu, ngangela, ngonjelu, nkoya, nyemba, nyengo e yahuna.

2.1.5. Grupo etnolinguístico ovanyaneka-nhumbi

Com cerca de 129 000 pessoas (ovanyaneka 100 000), são formados pelos Mwila, Ngambwe, Nkhumbi, Ndongwena, Inlo, Kwankwá, Handa, Cipungu, Ocilenge – Nkhumbi e Ocilenge – Musó. A área de difusão do olunyaneka centra-se na província da Huíla e com uma influência nas províncias de Benguela e Namibe. As variantes da língua olunyaneka são: handa (cipungu), handa (mupa), hinga, nkhumbi, muila, ngambwe, ocilenge humbi, ocilenge musó, ocipungu, onkwakwa ndongwena.

2.1.6. Grupo etnolinguístico ovahellelo e ovambo

Vive no extremo sudoeste de Angola, na orla do deserto do Namibe. Estimado em 25 000 pessoas, são formados pelos Ndimba, Himba, Cavíkwa, Kwanyoka, Kuvale e Kwendelengo. A língua falada por este povo é o ovahellelo. O termo genérico ovambo inclui dois grupos: o ovakwanyama e o ovandonganga.

2.1.7. Grupo etnolinguístico ovakwanyama

Os Ovakwanyama englobam os Evale, Kafima, Kwanyama, Kwamato, Ndombondola e Kwangali. São por volta das 62 000 pessoas e são fundamentalmente criadores de gado. A língua deste povo é o oshikwanyama, que é falada na província do Cunene situada no sudoeste de Angola. Esta língua tem uma influência notável no norte da Namíbia onde é tida como uma das línguas maioritárias com uma implantação importante. Na Namíbia, o oshikwanyama exerce também um papel plurifuncional, de entre as quais, o de médio pedagógico até à terceira (3^a)

classe. As variantes da língua oshikwanyama são: evale, kwamato, ndombondola, okafima e ombanja.

2.1.8. Grupo etnolinguístico ovandongu

A língua oshindonga é uma das variantes do oshiwambo e circunscreve-se numa área muito restrita. Ela está confinada no ângulo sudeste da província do Cuando Cubango. Possui um número razoável de locutores na Namíbia onde goza o papel de médio pedagógico. A variante da língua oshindonga é o Kusu.

2.1.9. Grupo etnolinguístico ovimbundu

Formam o grupo etnolinguístico ovimbundu os Vyeno, Bailundo, Sele, Sumbi, Mbwi, Kacisanje, Lumbu, Ndombe, Mwanya, Nganda, Huambo, Sambu, Kakonda, Cikuma, e é o maior grupo etnolinguístico angolano (acima de 1 500 000 pessoas) e comunica-se na língua umbundu. A língua umbundu faz fronteira a leste com a língua cokwe (província do Moxico); a norte, encontramos a língua kimbundu, (província do Cuanza - Sul), a sul, a língua nhyaneka – humbi e o oshihelero (na Huíla) e ainda a sudoeste encontramos a língua ngangela, na província do Cuando Cubango. A área de difusão da língua umbundu engloba três províncias que são: Bié, Huambo e Benguela. Todavia, a sua influência é notável noutras províncias vizinhas como é o caso da província do Namibe, a parte noroeste da província do Cuando Cubango e uma parte norte da província da Huíla. As variantes de língua umbundu são: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, bailundo, mwanya, ndombe, nganda, samba, sele, sumbi, bié, cikuma e huambo.

Como podemos notar, há uma grande complexidade na descrição do mosaico linguístico angolano, apesar desses estudos serem parcos, eles contribuem significativamente para ter uma visão de como estão distribuídos os grupos etnolinguísticos e as suas respectivas línguas.

2.2. Do período colonial ao pós-colonial

Do período colonial ao pós-colonial, Angola ficou marcada com várias transformações a nível social. Uma delas conta, sensivelmente, com os aspetos linguísticos, que se foram modificando e evoluindo através da dinâmica da língua, tida como organismo vivo, resultado da necessidade de expressar ideias, emoções e desejos, olhando sempre para o passado, presente e futuro. E é com base nesta visão que «[...] a teoria da mudança da sociolinguística considera que o passado pode

informar sobre as variações e mudanças em curso no presente [...]» (SILVA e OSÓRIO, 2008, p. 11).

Angola, localizada na África Austral, ocupa uma extensão de 1.246.700 km². É limitada a este e sudeste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia, a oeste o oceano atlântico, República do Congo a noroeste e a norte e leste a República Democrática do Congo, e conta com 18 províncias, sendo a capital Luanda, com mais de 24, 3 milhões de habitantes, e 10 grupos etnolinguísticos, como já referimos nas páginas (57, 58, 60). Embora tenha mais de oito línguas nacionais e o número das suas variantes ainda quase que incalculável, o português sempre teve o estatuto de *língua oficial*, desde o período colonial até ao pós-colonial.

Na perspetiva de Pinto (2017), a chegada dos portugueses ao território *Ngola* pode ser marcado com a figura de Diogo Cão, em 1480-82, nas relações de trocas comerciais entre o *Reino do Ndongo* e os *Portugueses*. Essas relações eram tidas como formal e informal. Na primeira, a pública, os contactos eram estabelecidos pelos reis de cada povo, consideradas como relações diplomáticas, preservando o interesse de ambas as partes. Na segunda, a privada, os portugueses que contactavam os povos do *Reino do Ndongo* eram os súbditos da corte portuguesa que tinham interesses no enriquecimento ilícito com tráfico de escravos e outros objetos valiosos, camuflados pela teoria de evangelização, com o intuito de fortalecer o poder local que possuíam, fora dos acordos oficiais. Contudo, com base nas viagens que tinham como pano de fundo a atividade comercial entre povos com línguas diferentes; a língua portuguesa, usada pelos portugueses, passou a ser conhecida naquele território. A partir desse processo *quinhentista*, começam as transformações na estrutura do português, sendo que a primeira delas, presumivelmente, podemos nos referir à designação da nomenclatura do próprio território, Angola. O autor referido pressupõe que o termo Angola provém de *Ngola*, nome do soberano do *Reino do Ndongo*, que designa uma ou várias pessoas e, a formação deste vocábulo, Angola, poderá surgir do aportuguesamento da consoante nasal *n*, pronunciado com o prefixo *na*, ou da preposição Kimbundu *a*, que corresponde a *de*, no português, ligado ao substantivo *ngola* (*op. cit.*, pp. 199-200).

A presença da língua portuguesa em Angola, tal como em África, teve inúmeras consequências do ponto de vista linguístico. Tais consequências que resultaram em variedades linguísticas; em primeiro lugar, devido ao contacto entre o próprio português com as línguas designadas locais ou nacionais; em segundo lugar, pela permanência e resistência do sistema colonial no espaço

angolano e, em terceiro lugar, pela aceção de palavras de origem portuguesa nos vocábulos das línguas africanas bantu (cf. HAGEMEIJER, 2016, p. 43).

Durante a época colonial, as línguas africanas bantu⁴⁷ e não bantu (português) eram totalmente marginalizadas, ou seja, havia desconsideração simultânea do português e das línguas locais. O povo bantu não podia usar a sua língua materna quando quisesse dirigir-se a um colono português, principalmente em locais públicos, facto que acontecia com um colono português que tivesse de se comunicar com um nativo no seu espaço ou ambiente cultural, daí a marginalização simultânea das duas diferentes línguas. A coabitação linguística das línguas africanas bantu e não bantu, o chamado bilinguismo, resultou em vários desvios à norma padrão da língua portuguesa, principalmente no campo morfológico, fonológico e lexical, tratando-se, então, do fenómeno de interferências linguísticas. Para aqueles cidadãos nativos que usassem as suas línguas de origem e que já tivessem um certo prestígio social, como funcionários das administrações, militares⁴⁸, pessoas próximas ou chegadas aos brancos, caso fossem vistos e ouvidos, perderiam o título de assimilado⁴⁹ (cf. MARÇALO e NAUEGE, 2017, p. 3477). A ideologia que se construía do ensino e aprendizagem da língua portuguesa era garantia da ascensão social nos locais de estabelecimentos invocados (cf. GONÇALVES, 2013, p. 160). O sistema de colonização português teve o seu modelo a partir da colonização romana, que surtiu um efeito positivo na conquista/colonização daquele povo que habitava no chamado território da Península Ibérica. Conforme afirma Garmadi:

Nos primeiros tempos da colonização, antes mesmo de os aparelhos militares e administrativos metropolitanos terem consolidado as suas posições, eram muitas vezes as missões religiosas que faziam as políticas linguísticas nas futuras zonas coloniais (...), (e)

⁴⁷No critério de divisão das famílias linguísticas, proposto por Greenberg (1963) citado por Chicuna (2015, pp. 26, 28), as línguas africanas bantu pertencem à *Família Congo-Cordofaniana*. O termo Bantu foi utilizado pela primeira vez no ano de 1862, pelo alemão de nome Wilhelm Bleek, para designar as línguas faladas maioritariamente na África subequatorial. Por ocorrerem variadíssimas pesquisas acerca do termo, passou a ser associado à língua, à cultura e à população. No entanto, as línguas bantu são também consideradas todas aquelas que apresentam semelhanças no campo semântico lexical, no fonético, no morfológico e até mesmo no cultural. O prefixo BA constitui um morfema do plural, sendo, BA+NTU=BANTU, designando pessoas. Com essa designação BANTU, as pessoas identificavam-se com o povo que falava o mesmo idioma ou idiomas aproximados. Bantu passou a designar a grande família linguística Africana que se estende em Angola, diversificando-se em várias línguas, em diferentes regiões (cf. CHICUNA, 2015, p. 27; SILVA, 2015, p. 31; ZAU, 2011, pp. 51, 56, 57; COSTA, p. 13; FERNANDES e NTONDO, 2002, p. 67).

⁴⁸Naquela altura, os militares nativos eram designados de cipaios.

⁴⁹O indígena candidato a *Assimilado* devia cumprir os seguintes requisitos: falar, ler e escrever português; ter meios de subsistência; ter bom comportamento moral e civil; não praticar usos e costumes do comum da sua raça; ter cumprido os seus deveres militares; ter uma profissão. Havia, inclusivamente, um fiscal que verificava se o candidato comia à mesa com talher e se dormia numa cama (LIMA, 2012, pp. 267-268; MINGAS, 2007, pp. 44-47). Para outros subsídios sobre a designação e o modo de vida dos *Assimilados*, ver, a título exemplificativo, as obras de Wanhenga Xitu, *Manana* (1985); *Mestre Tamoda e Outros Contos* (2013); *Os Sobreviventes da Máquina colonial Depõem* (1980).

o colonialismo português (...) desencorajava sempre que podia o estudo e o ensino das línguas locais (...). (GARMADI, 1983, p. 185)

Naquela altura, a imposição da língua portuguesa era um dos maiores objetivos do regime colonial, e chegou-nos a informação de que as línguas nacionais eram totalmente proibidas por lei, como podemos ver a publicação feita por Norton de Matos⁵⁰ no *Boletim Oficial de Angola*, do decreto nº 77 de 9 de Dezembro de 1921, da qual nos servimos como exemplo:

Artigo 1º

Ponto 3: *É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa;*

Ponto 4: *É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.*

Artigo 2º

Não é permitido, nas escolas de missões, ensinar línguas indígenas.

Artigo 3º

O uso das línguas indígenas só é permitido em linguagem falada na catequese e como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa

Artigo 4º

As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigação científica, reservando-se, porém, o Governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a sua liberdade ou a segurança dos cidadãos e das populações indígenas. Outras disposições do Decreto têm por fim proibir por completo o uso e o emprego das línguas indígenas escritas, quer no ensino, quer com qualquer outro fim (CIPRIANO, 2004, p. 26; SILVA, 2015, p. 16; COSTA, 2015, pp. 22-23; MARÇALO e NAUEGE, 2017, p. 3478).

Essas repressões coloniais eram estratégias usadas para controlar o plano de revolta dos oprimidos, que usavam expressões em línguas nacionais, a título exemplificativo, o kimbundu⁵¹, como repulsa ao idioma do *império colonizador* e para passar a mensagem de descontentamento do modelo de governação da *máquina colonial*. A insistência deste cenário político na era colonial fez com que Angola se tornasse num enorme *mosaico linguístico*, e que graças às missões evangélicas, por exceção do artigo 3º, as línguas nacionais resistiram. Como prova da sua resistência, temos documentos escritos, como missivas, relatórios, dicionários, gramáticas, romances e outros livros, mas que nos tempos hodiernos se revela um apagamento das línguas

⁵⁰Norton de Matos foi chefe do estado-maior da 5ª divisão militar. Em 1912, foi nomeado governador-geral de Angola, na altura província de Portugal. Fundou a cidade do Huambo, conhecida na época colonial como Nova Lisboa. Por ser fiel ao regime de Salazar, foi promovido a general e elevado ao cargo de Comissário da República de Angola (cf. NORTON, 2016).

⁵¹Cf. Agualusa (1998, pp. 15, 55).

locais quer seja na oratura, quer seja na literatura, com maior destaque na capital do país, Luanda, cedendo total lugar à língua portuguesa, desde a fase colonial até à data presente, como «condição mais importante para aceder a qualquer posição de destaque na sociedade [...], *olhando atentamente para o dominar da sua estrutura, de modo a estar à vontade nela, a fim de evitar interferências*⁵²» (MINGAS, 2007, p. 32, itálico nosso). Com base nessas condições, a língua portuguesa passou a dominar todo o território angolano e começou a surgir como:

língua da elite e dos domínios altos, [...] passou a ser a língua de todos os domínios comunicativos, altos e baixos, da maioria dos *angolanos* [...]. A questão da valorização das línguas nacionais veio muitas vezes à tona, mas não produziu estratégias concretas e duradouras para o futuro. Desta forma, a estigmatização das *línguas nacionais* [...], herdada do tempo colonial, não foi devidamente ultrapassada, impedindo, em definitivo, à criação de uma identidade *angolana* [...] ligada às línguas *nacionais* [...]. Por todas essas razões, *Angola* [...] é hoje a ex-colónia portuguesa onde se regista o maior número de falantes nativos do português, [...]. (GONÇALVES e HAGEMEIJER, 2015, p. 91) (itálico nosso)

No contexto angolano atual, o ensino das línguas nacionais já começa a tomar outros rumos. Conseguimos assistir, com a reforma educativa⁵³, à implementação e ao ensino das línguas autóctones no sistema educativo. Esta implementação e ensino das línguas é feito a partir de cada região em função do mosaico linguístico e cultural. Cada região engloba várias províncias, que vão complementando o estatuto daquele território. Segundo a divisão administrativa, há cinco regiões.

Para dar conta da evolução e mudança da situação linguística em Angola desde o período pós-colonial até ao moderno, apresentamos os quadros de resumo de Mingas (2007, pp. 56-57) seguidos dos nossos:

Tabela 1: Línguas africanas no período pós-colonial (1987)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas nacionais	Quase todos	Oral	Família, atividades culturais, media
		Oral/escrito	Igreja, literatura

Mingas (2007, p. 56).

⁵²Embora a citação de Amélia Mingas seja antiga, a mesma continua válida por se aplicar em alguns contextos como requisito obrigatório para obter um cargo de destaque.

⁵³No ano de 2001, através da Lei 13/01, de 31 de Dezembro (*Lei de Bases do Sistema de Educação*), foi aprovada pela Assembleia Nacional a Reforma Educativa Angolana, tendo sido implementada em 2002. O Artº 9 da mesma lei representa o primeiro passo em direção à proteção e valorização das línguas nacionais depois da independência. Fruto disso, na comunicação social, particularmente na televisão e na rádio, há um programa que passa em línguas nacionais. A título exemplificativo, na rádio temos o programa *Ngola yetu*, que significa Nossa Angola; na televisão, temos o programa telejornal (cf. SILVA, 2015, p. 19).

Tabela 2: Línguas africanas no período moderno (2018)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas nacionais	Quase todos	Oral/escrito	Família, atividades culturais, media
		Oral/escrito	Igreja, literatura

Tabela 3: Língua portuguesa no período pós-colonial (1987)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Língua nacionalizada	Português	Oral/escrito	Escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura

Mingas (2007, p. 57).

Tabela 4: Língua portuguesa no período moderno (2018).

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Língua nacional/oficial	Português	Oral/escrito	Escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura

Tabela 5: Línguas estrangeiras no período pós-colonial (1987)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas estrangeiras	Francês	Oral/escrito	Escola, família ⁵⁴ , emprego
	Inglês	Oral/escrito	Emprego, escola
	Alemão	Oral/escrito	Emprego
	Lingala ⁵⁵	Oral/escrito	Escola, família, emprego

Mingas (2007, p. 57).

Tabela 6: Línguas estrangeiras no período moderno (2018)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas estrangeiras	Francês ⁵⁶	Oral/escrito	Escola, família, emprego
	Inglês	Oral/escrito	Emprego, escola
	Russo/Espanhol ⁵⁷	Oral	Unidade militar

⁵⁴«A língua europeia utilizada pelas comunidades angolanas que viveram na República Democrática do Congo é o francês» (MINGAS, 2007, p. 57).

⁵⁵«Língua veicular da diáspora angolana que viveu na República Democrática do Congo. Uma parte desta comunidade organizou-se de modo a criar escolas e empresas onde as línguas de comunicação são o francês e o lingala» (MINGAS, 2007, p. 57).

⁵⁶A língua europeia e africana utilizadas pelas comunidades angolanas que viveram nos países francófonos.

⁵⁷A língua asiática e americana utilizadas pelos efetivos das Forças Armadas de Angola em situações formais e informais, devido à grande presença de russos, cubanos e de militares angolanos que estudaram nesses continentes.

	Lingala ⁵⁸	Oral/escrito	Escola, família, emprego
	Mandarim ⁵⁹	Oral	Emprego

De um modo geral, exceto o quadro da língua portuguesa, há uma ligeira alteração da situação das línguas faladas em Angola, comparando com o período pós-colonial. Essas modificações são registadas na medida em que o país continue com as cooperações e mantenha estáveis as relações diplomáticas com outros países, facilitando a entrada de outros povos, que vão habitando no território angolano, surgindo assim a mescla e diversidade cultural.

Para Fernandes e Ntongo (2002, p. 18), a língua portuguesa, com o estatuto de língua oficial, exerce um papel plurifuncional de uso nos domínios da vida sociopolítica, económica e cultural e é de uso veicular no país, pois permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos. Há, de facto, diferenças significativas entre a língua portuguesa tida como oficial, que é denominada de *padrão europeu*, e a língua portuguesa utilizada pelos falantes de Angola. Essas diferenças observadas a nível fonológico, morfológico e sintático, que hoje podemos designar de *português de Angola* ou *português vernáculo de Angola*, resultam da variação da concordância de número e género entre os elementos do sintagma nominal (ex.: *Estes dois carro/ Estas duas mulher_*; *no mesmo rua/ no mesmo barriga*), entre o (pronome) sujeito e o verbo (ex.: *os meninos que estuda são educados/ documentos que vai para a Lunda/ você vais amanhã?*), entre o sujeito e o elemento predicativo (ex.: *tarde ou cedo seremos professor/ um dia seremos campeão*), a substituição dos pronomes pessoais átonos pelos correspondentes tónicos (ex.: *chama ele aqui/ deixa ele falar/ vi ele na festa*), a generalização de *se* como único pronome reflexo (ex.: *nós vamos se acertar hoje/ nós conseguimos se entender*) ou apagamento do próprio pronome (ex.: *ela chama_ Emília*) ou, ainda, a troca do género do pronome pessoal átono (ex.: *ele chama_ Emília*), a substituição da preposição *a* por *em* (ex.: *vou na praça*), a substituição do verbo *gastar* pelo *comer* (ex.: *comeste o meu dinheiro*) (cf. INVERNO, 2008, p. 119). Este percurso de mudança linguística observado no espaço angolano pode ser explicado tendo em conta o contacto linguístico e cultural, olhando sempre para o contexto colonial e pós-colonial (MINGAS, 2007, pp. 44-48).

⁵⁸Língua veicular da comunidade angolana que viveu na República Democrática do Congo e de falantes nascidos em Angola que o adquiriram como língua de herança. Boa parte dessa comunidade utiliza-o como meio de comunicação no comércio, especialmente no mercado informal, para se aproximar da(o) cliente.

⁵⁹Uma parte da comunidade angolana, especificamente a camada jovem, aprende e fala o mandarim para ascensão no mercado de trabalho, em função da presença em massa da comunidade asiática, maior parte estimulada pelas cláusulas contratuais.

Ora, o funcionamento de qualquer língua é o reflexo da própria sociedade, a partir da dinâmica empreendida em todo o sentido da vida. A universalidade desta coincidência sugere um parentesco profundo, uma implicação recíproca entre o linguístico e o social. Uma sociedade não pode subsistir sem um meio de comunicação entre os seus membros. Por sua vez, a língua não pode constituir-se fora do processo de comunicação em que se pode identificar a própria vida social. Se nos basearmos nesta afirmação e a relacionarmos com a situação real do nosso país, podemos afirmar que em Angola temos várias sociedades, várias culturas e, conseqüentemente, várias línguas, nomeadamente, as línguas nacionais referidas. Importa salientar que cada uma dessas línguas possui a sua fonética, o seu léxico, a sua morfologia, embora sejam semelhantes em alguns aspetos. Cada angolano, sobretudo os que vivem no meio rural ou no meio urbano, fala a língua da sua região ou tem-na como língua materna, e essa(s) língua(s) interfere(m) na língua portuguesa devido à «coabitação com as demais línguas angolanas que originou o surgimento de uma variante nacional do português ao que chamaríamos português vernaculizado que, massificando-se, se tornou veicular» (FERNANDES e NTONDO, 2002, p. 18). Este português vernaculizado passou a ser usado por quase todos os falantes angolanos, independentemente do nível de escolarização, do género e da faixa etária que eles possuem (INVERNO, 2008, p. 119), sendo um dos objetos de estudo da (socio)linguística.

3. (Socio)linguística como enquadramento teórico

Se ninguém jamais usa uma estrutura oracional prevista pela gramática, esse fato pode ser desconsiderado, porque as formas sintáticas complexas são sabidamente muito raras – simplesmente não houve ocasião para que emergissem. (LABOV, 2008, p. 234)

No padrão escrito, no qual se insere o tema da nossa pesquisa, as regras são muito rígidas, porque se baseiam em gramáticas, dicionários e textos científicos. Esse padrão exige dos falantes que respeitem a norma; que visa o uso escrito e falado adequado às situações formais de intercomunicação linguística (FARACO, 2002, pp. 39-45; LUCCHESI, 2002, pp. 64-65). Ao pensar e ao falar utilizamos palavras, construímos frases, relacionamos palavras, ideias, factos, argumentos, construímos um discurso organizado e lógico para transmitir os nossos saberes e experiências (NEVES, 2008, p. 12). A interação do homem com os outros elementos é realizada por via de partilha de ideias, isto é, através da comunicação.

Segundo Mateus *et. al.* (2003, p. 57), o uso da linguagem decorre de conhecimentos vários, incluindo o conhecimento da língua e das capacidades que permitem cada locutor pôr em prática tais conhecimentos, da capacidade para acionar o conhecimento prévio das situações de uso ao controlo da posição que detém, em cada processo de interação com os seus interlocutores. Na visão de Pinto e Lopes (2014, p. 16), a linguagem, em sentido amplo, é um conjunto de processos que permitem a comunicação. Ela pode dar-se entre pessoas, entre pessoas e animais e mesmo entre os próprios animais (AQUINO, 2010, p. 1).

Para Saussure (1978), a linguagem é um sistema cujo funcionamento é análogo ao xadrez, em que os significantes (as peças) não valem por si, mas adquirem valor linguístico pela sua relação com as demais palavras de um segmento. Esses conceitos surgem a partir da reflexão de uma ciência que pudesse dar resposta ao fenómeno da linguagem, a linguística. Ela, ciência que se preocupa com o estudo da linguagem, tem como objeto de estudo a língua, sem a preocupação do certo e do errado. A partir da segunda metade do século XX com as contribuições de Ferdinand de Saussure⁶⁰ e de Noam Chomsky, a linguística transformou-se numa ciência social ou ciência da cognição (cf. AITCHISON, 1993). A sua origem remonta à antiguidade. Ela nasceu dos estudos levados a cabo a partir das línguas românicas e das línguas germânicas, com a publicação da obra de Franz Bopp acerca da conjugação do sânscrito em comparação com a do

⁶⁰Para uma visão mais detalhada sobre o modelo dicotómico saussuriano, cf. Marçalo (1992; 1994; 1995).

grego, latim, germânico e persa, datado, normalmente, de 1816 (cf. SAUSSURE, 1978, p. 26; ELIA, 1987, pp. 9-31).

Segundo Elia (1987, pp. 9-15), a linguística nasceu sob o signo do *evolucionismo*⁶¹, que se estendeu por todo o século XIX, passando, assim, por dois grandes momentos: o *naturalista* e o *culturalista*. O primeiro momento, que se descreve como naturalista, representa-se por duas etapas: a *biologista* e a *fisicalista*. Inicialmente, o momento naturalista busca a sua essência à etapa biologista, que comparava o vocabulário da biologia ao da linguística. Sendo assim, as línguas ganham a nomenclatura de *árvore genealógica*, denominando-as a partir do grau de parentesco (*língua-mãe, línguas-filhas, línguas-irmãs*, e ainda outras designações como *língua-materna, língua-paterna, língua-dos-avós*), que por sinal, nascem, crescem, reproduzem, envelhecem e morrem. Esse estudo comparativo foi feito por Augusto Schleicher, botânico, que Mounin afirmara que Schleicher tinha criado a tese da *língua organismo*, onde «a linguística não é uma ciência humana, é uma ciência natural» (MOUNIN, 1967, p. 195).

Os anos de 1900 até 1930 marcam o momento do período culturalista, onde o evolucionismo é visto nas ciências humanas como sendo o *historicismo*; o historicismo para o momento culturalista tem a ver com a diacronia, enquanto que para o culturalista se refere à história externa (ELIA, 1987, p. 10). No fim deste momento, podemos começar a observar a fase do *Estruturalismo*. Entende-se por estrutura a disposição especial das partes de um todo (ser vivo, cidade, montanha, obra literária, entre outras) consideradas nas suas relações recíprocas, ou ainda, o conjunto de relações entre os elementos de um sistema. Em termos linguísticos, o termo pode ser concebido como o conjunto de relações entre os elementos de uma mesma língua. Os termos *estrutura* e *sistema* foram introduzidos na linguística por Ferdinand Saussure ao propor o Estruturalismo como foco dos estudos linguísticos. Aponta-se como marco do Estruturalismo saussureano o lançamento póstumo do livro *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, graças à contribuição de três dos seus discípulos, a partir de rascunhos feitos nas aulas do mestre genebrino. Conta-nos Elia (1987, p. 11) que, no ano de 1921, se deu o despertar deste movimento, nos Estados Unidos da América, com a obra o *Language* de Sapir, mas que *Language* de Bloomfield foi o marco histórico.

Segundo Piovezani (2008, p. 17), nos anos de 1960, na França, viveu-se o apogeu da linguística, ela teria sido a ciência piloto entre as ciências humanas e oferecido para estas últimas um modelo de cientificidade. As ideias do princípio estrutural de Saussure estiveram presentes em várias

⁶¹O evolucionismo nas ciências humanas quer dizer historicismo (cf. ELIAS, 1987, p. 10).

áreas das ciências humanas, como na antropologia, na história, na psicanálise, na sociologia, entre outras. Assim, o estruturalismo passou por duas fases: o *descritivista* e o *gerativista*.

Faria *et. al.* (1996, p. 54) consideraram que a estrutura da língua que um falante, habitualmente, usa, influencia a forma como este compreende o que o rodeia e que a representação do universo difere de língua para língua. Com a afirmação de que a língua é uma forma e não uma substância, Saussure (1973, p. 141) estabelece que a língua seria vista como forma e a fala como uma substância. Assim, a forma deve ser compreendida como essência e a substância como circunstancial.

O Estruturalismo saussureano está ligado ao Formalismo, por ver a língua em sua forma como objeto descontextualizado. Com essa metodologia, a língua passa a ser pensada como sistema de signos interligados entre si. Desta forma, Saussure considera a língua um diassistema composto por vários sistemas, fazendo um só, onde cada elemento tem o seu papel a desempenhar.

Segundo Labov (2008, pp. 215-220), a linguística é o estudo científico da linguagem e das línguas naturais, cobrindo o aspeto funcional dos fonemas dentro do sistema da língua, assim como os morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Saussure (1978, p. 29) enumera três tarefas importantes da linguística. A primeira consiste na descrição e na história de todas as línguas; a segunda procura observar todos os mecanismos possíveis que estão em jogo em todas as línguas; a terceira seria a delimitação e definição da própria língua (*Op. cit.*, p. 30). Para Aitchison (1993, p. 9), a linguística pode ser definida como o estudo sistemático da linguagem que a descreve em todos os seus aspetos e formula teorias acerca do seu funcionamento. Esse funcionamento era visto apenas no plano interno, ignorando a inter-relação entre os fatores externos (SAUSSURE, 1978, p. 53; SILVA e OSÓRIO, 2008, p. 14). Saussure debatia-se sobre a divisão da linguística, desconsiderando a linguística histórica como parte desta divisão, preferindo dividi-la em *linguística sincrónica* e *linguística diacrónica* (SAUSSURE, 1978, p. 144). Além desta consagrada divisão feita por Saussure, poder-se-ia mesmo contar com a incorporação da *linguística descritiva* e da *linguística histórica* para o mapeamento da língua de forma rigorosa. Já em Labov:

os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na conceção da língua como um conjunto estruturado das normas sociais. No passado, era natural considerar essas normas como invariáveis, compartilhadas por todos os membros da comunidade de fala. No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que

reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos. (LABOV, 2008, p. 140)

Todavia, é no campo da linguística histórica onde as atenções estão viradas ultimamente para os contextos socioculturais por ter como objeto de estudo o fenómeno de variação e da mudança linguísticas, tendo em linha de conta a linguagem mergulhada no seu contexto social, observando a língua dentro da comunidade em que se fala, analisando os dados de forma quantitativa a partir da fala espontânea (cf. LABOV, 2008, SILVA e OSÓRIO, 2008, pp. 11, 15; WIEDEMER, 2014, pp. 44-45).

Na prossecução dos estudos da linguagem, desta vez, analisando a língua no seio de uma determinada comunidade, Labov afirma:

para lidar com a língua, temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado. (LABOV, 2008, p. 236)

O autor defende que o *status social* é indicativo para a mudança da língua na sociedade em que o falante se insere e que esses mecanismos não interferem na vida pessoal do indivíduo, contrariamente, na medida em que a posição social do indivíduo aumenta ou diminui, apresentará uma mudança na manifestação linguística. Na tentativa de compreender as variações linguísticas dentro da sociedade, surge a *sociolinguística variacionista*, que tem como seu expoente máximo o linguista William Labov (TARALLO, 1985).

O termo sociolinguístico foi cunhado em 1949, e passa a ser estudado especificamente na década de 60, mas J. Dubois afirmara que o nome surgiu em França, em 1962 (ELIA, 1987, pp. 17, 37). No intuito de confirmar a afirmação de Dubois, indagou-se Salomão (2011, p. 188), que diz que, até a data da terceira edição de 1961 do *Dicionário Internacional New Webster*, a palavra sociolinguística não estava dicionarizada. Outros estudiosos como Paulston e Tucker (2003) afirmam que o termo sociolinguística passou a ser usado em 1939, no título do artigo de C. Hodson, *Sociolinguistic in India*, assim como também se deve a atribuição do rótulo a Currie, que usou num trabalho apresentado a uma conferência em 1949 e, mais tarde, numa publicação denominada *Southern Speech Journal*, em 1952, 1953 (cf. ELIA, *op. cit.*, p. 65).

Em função das ideias defendidas pelos linguistas, pensamos que seja difícil fixarmos uma data própria do surgimento da palavra sociolinguística. Entretanto, marcaremos, aqui, o ano de 1964

como o despontar dos estudos sociolinguísticos, com a publicação das obras de Gumperz, Hymes, e a conferência de W. Bright, *The dimension of sociolinguistics*, nos Estados Unidos da América (cf. ELIA, *op. cit.*, p. 65). Até apresentar-se como uma ciência autónoma, passou por inúmeras discussões se de facto a sua atuação e objetivo de estudo seria o mesmo da *sociologia da linguagem*, da *sociologia descritiva das línguas*, da *sociologia dinâmica da linguagem*. Conforme dão conta Elia (1987, p. 20), Marcelessi e Gardin (1975, p. 18), Joshua Fishman não observou nenhuma diferença entre a sociolinguística e a sociologia da linguagem. Entretanto, mais tarde, foram-se delimitando diferenças no campo de estudo de cada ciência.

Segundo Pereira e Barros (2014, p. 64), a sociolinguística é o ramo da linguística que analisa a relação entre estrutura e funcionamento das línguas e das sociedades e tem como objeto de estudo «os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala e os formaliza analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis» (LUCCHESI, 2000, p. 66), e a sociologia da linguagem também estuda «as relações entre língua e sociedade. Mas, aqui, língua deve entender-se como forma verbal de comunicação social institucionalizada por uma comunidade de falantes» (ELIA, 1987, p. 40). Fora de França que se considera(va) o palco dos estudos sociolinguísticos, pela distinta influência do sociólogo francês Emile Durkheim, quando debatia sobre a relação entre a sociologia e a linguística (1931), Elia (1987) refere-se ao norte-americano Witney como o motivador de Sausurre ao conceito de língua como instituição social, apresentado em 1916. Para o autor citado, a sociolinguística (norte-americana) tem as suas origens na antropologia, na linguística e na sociologia, viradas para os estudos dos povos ameríndios. Outros como Severo (2011, p. 8) mencionam a sua origem a partir de (i) estudos europeus que dizem respeito à dialetologia, datados nos séculos XIX e início do século XX; (ii) da preocupação em definir a linguística como ciência social ao invés de ciência natural; assim como (iii) das situações de contacto linguístico no seu território, nos anos de 1950. Na época, os estudos em relação à língua na sociedade tiveram muitos choques de atuação com as disciplinas de sociologia, antropologia⁶² e etnografia e, para que os problemas fossem mitigados, houve a necessidade de se alinharem para responder às questões da língua ligadas ao facto social.

A partir das linhas de pesquisas de cada ciência supracitada, podemos aqui apontar três objetos de estudo da sociolinguística. O primeiro refere-se, de modo geral, à relação entre a língua e a sociedade, onde observamos a partir desta as relações entre língua e cultura, língua e etnias,

⁶²O estudo feito pelos antropólogos que tinha a preocupação de descrever a língua em diversos contextos passou a designar-se por *Antropologia Linguística*, a partir do século XX, com Sapir e Boas.

língua e religião, língua e estado, língua e nacionalidade, língua e língua, entre outras; o segundo trata-se da atitude do sujeito falante em relação à variante da própria língua; e o terceiro tem a ver com o estudo da língua, tendo em linha de conta os grupos sociais e etários (ELIA, 1987; REIS, 2006, pp. 11-12).

As discussões sobre as áreas de atuação, o conceito e a delimitação, bem como a origem da *sociolinguística* aconteceram em 27 de novembro e 2 de dezembro de 1978, na sede da Faculdade de Letras da Universidade da Alta-Normandia, em Mont-Saint-Aignan, no norte de França, em Ruão, no colóquio sobre *Teorias e Práticas da Sociolinguística*, publicadas as atas do colóquio em 1980. A troca de conhecimentos, ideias e investigações contou com a participação de vários linguistas, que tinham como escopo o estudo da relação entre língua e sociedade. Entre eles constavam J. B. Marcellesi, que representava o GRECO (*Groupe de Recherche sur la Covariance Sociolinguistique*), principal responsável pelo evento, F. Madray, G. Kremnitz, D. Manesse, P. Christensen, J. Dubois, J. L. Fossat, J. Peytard, P. Achard, L. Guespin, F. Gauthier, B. Gardin, J. P. Kaminker, R. Lafont, J. P. Sueur, J. Esperet (cf. ELIA, 1987).

Durante o colóquio, as discordâncias sobre os estudos da sociolinguística superavam as concordâncias. Cada participante apresentava o seu ponto de vista em relação à área de atuação desta ciência. Entretanto, na conclusão do encontro, ficou claro que a sociolinguística tem como maior preocupação o estudo da língua na sociedade, tendo em conta os fatores linguísticos e socioculturais.

Nos objetivos de aprendizagem traçados por Marques (1995, p. 123), a autora apresenta dois campos de atuação para a sociolinguística: a *microsociolinguística* e a *macrosociolinguística*. A primeira tem a ver com o estudo do fenómeno de variação linguística ligado aos fatores socioculturais, aplicando os testes estatísticos, naturalmente, para determinar os fatores que condicionam uma dada regra variável; a segunda trata da relação entre a língua e a sociedade, apresentadas como pesquisas desencadeadas nas áreas da sociologia da linguagem, da psicologia social da linguagem e que engloba estudos no que tange às políticas linguísticas traçadas pelo governo, no sentido de mitigar as consequências do bilinguismo ou multilinguismo (MARQUES, 1995; MONTEIRO, 2000). É, portanto, na perspetiva *microsociolinguística* onde inserimos os estudos das *formas de tratamento* e da *sociolinguística variacionista* (MARQUES, 1995; SALOMÃO, 2011, CORRÊA-CARDOSO, 2011).

3.1. Sociolinguística variacionista

Somente aquele lingüista que, ao menos uma vez, sai da atmosfera esfumada de hipóteses de seu gabinete (...) e adentra o ar puro da realidade tangível (...) a fim de colher informações sobre aqueles fatos que teorias cinzentas jamais lhe podem revelar, e somente aquele que para sempre renuncia àquele método de investigação antigamente difundido e ainda muito usado segundo o qual as pessoas observam a linguagem somente no papel e tudo resolvem através de terminologia, sistemas de regras e formalismo gramatical e acreditam, assim, terem desvendado a essência dos fenômenos ao terem alinhado um nome para a coisa – somente ele poderá chegar a uma idéia correta sobre o modo como as formas lingüísticas vivem e mudam, e somente ele pode adquirir aqueles princípios metodológicos sem os quais nenhum resultado confiável pode jamais ser obtido em investigações sobre a linguagem (...).

Iniciamos esta secção com uma longa citação que, em muito, esclarece a atividade de um sociolinguista variacionista. A citação foi extraída de um *artigo clássico* publicado pela primeira vez em TARALLO, Fernando; KATO, Mary. A. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística*, Preedição 5. Campinas, SP: Unicamp, 1989. O trabalho apresentado que resultou neste célebre artigo começa, num jogo de adivinha, por manter em anónimo o autor daquele fragmento. Nas atuais pesquisas feitas no campo da sociolinguística e com a divulgação dos diversos trabalhos nessa área, contando, particularmente, com a publicação dos estudos elaborados no Brasil, no que diz respeito à variação do português brasileiro, qualquer leitor assíduo ou apaixonado pela sociolinguística variacionista apontará, de forma inconsciente, se quisermos exagerar, William Labov, como autor daquele *máximo textum*.

A *sociolinguística variacionista*, muito ligada à *sociolinguística quantitativa*, por trabalhar com estatística e efetuar o tratamento de dados a partir de pacotes de programas informáticos, como o *VARBRUL*, *GOLDVARB-X*, *SPSS*, nasceu na tentativa de compreender a relação entre língua e sociedade, e por isso se ocupa da observação e análise de fatores extralingüísticos (por exemplo, género, categoria etária, escolaridade, profissão, zona de residência, disciplina, entre outros) e fatores lingüísticos (por exemplo, regularidade dos verbos, grupo de conjugação verbal, número de sílabas, entre outros) que motivam as formas distintas ou variantes de uso da língua e que essa variação não é livre, mas sim, condicionada por fatores internos e externos à língua (cf. LUCCHESI, 1998; MONTEIRO, 2008; WIEDEMER, 2014, p. 47; PEREIRA e BARROS,

2014, p. 65). O objeto central de estudo da sociolinguística variacionista é o *vernáculo*⁶³, a língua falada (e escrita) no quotidiano, especialmente nos empregos linguísticos heterogêneos⁶⁴, considerados, nessa perspetiva teórica, como inerentes a todas as línguas naturais. Para a sociolinguística variacionista, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada fora do contexto social em que é utilizada como meio de comunicação. Por isso contraria a ideia de que a variação é *aleatória* ou *livre* (cf. LUCCHESI, 1998).

As pesquisas de William Labov na ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos da América, concretamente no estado de Massachussetts, resultaram na sua dissertação de mestrado, datada de 1963, e só publicada em livro nove anos depois, em 1972, deram um grande contributo para a compreensão do fenómeno de variação e mudança linguística até aos tempos hodiernos. Essas pesquisas tidas como o momento *a quo* da sociolinguística variacionista, se tivermos em conta a afirmação de Dubois sobre o surgimento de sociolinguística, inspira(ra)m numerosos estudos do *português não-padrão*, com maior tónica do português do Brasil. No caso do Brasil, segundo Salomão (2011, p. 139) e Neres e Barros (2017, p. 426), a sociolinguística variacionista começou a ser estudada no ano de 1970, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e contava com diversos grupos de investigadores que tinham na liderança linguistas ilustres, como Celso Cunha e Anthony Naro. As pesquisas levadas a cabo pelos variados grupos de investigadores naquele país tinham como pano de fundo a explicitação dos fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionavam o uso de uma regra variável em detrimento da outra.

Na metodologia empreendida pela sociolinguística laboviana⁶⁵, Labov (2008 [1972]) apresenta a entrevista como método *sine qua non* para se obter resultados consistentes em dados de fala rápida e anónima em contexto social natural com pessoas que estejam interagindo com os membros da sua comunidade e, para ele, a pesquisa levada a cabo deve ter como escopo «observar o modo como as pessoas usam a língua quando não estão sendo observadas» (LABOV, 2008, p. 83). O olhar de mestre às variações linguísticas para mapear a fala deve ter-se em linha de conta «as observações de duas gerações sucessivas de falantes – gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala» (LABOV, 2008, p. 194). A partir desses postulados, o sociolinguista desenvolveu dois

⁶³Labov (1972) refere-se normalmente ao termo *vernáculo* para designar o estilo de linguagem em que é prestada menor atenção, ou seja, a fala é realizada da forma mais natural. Para Garmadi (1983), o *vernáculo* pode ser definido como um sistema linguístico ligado a uma determinada região. Uns vão mais longe, considerando-o como *língua pátria*.

⁶⁴Referimo-nos aqui à heterogeneidade linguística que dá conta da variação social e das suas diferenças no uso das variantes.

⁶⁵Na visão de Silva e Osório (2008, p. 16), a sociolinguística é uma metodologia e não uma teoria propriamente dita.

estudos exaustivos sobre a língua inglesa falada. Pela importância que é atribuída a esses estudos, no capítulo da sociolinguística variacionista, faremos uma resenha com alguns detalhes. A primeira pesquisa foi na ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos da América, onde Labov observou a variação fonológica das variantes /aw/ e /ay/. A segunda, também nos Estados Unidos da América, mas na Cidade de Nova Iorque, iniciada em novembro de 1962 e terminada em 1964, que resultou na sua tese de doutoramento, onde verificou o apagamento da consoante /r/ (r-0) e a pronúncia da consoante /r/ (r-1) em posições pós-vocálicas em *car*, *card*, *four*, *fourth* (*carro*, *cartão*, *quatro*, *quarto*), nas três lojas de vendas de diversos vestuários, a saber, a *Saks da 5ª Avenida, com status superior, situada na esquina da rua 50 com a 5ª Avenida, perto da zona comercial mais sofisticada, junto com lojas de alto luxo como Bonwit Teller, Henri Bendel, Lord and Taylor; a Macy's, com status médio, situada na esquina da rua 34 com a 6ª Avenida, perto da zona das confeções, junto com Gimbels e Saks na rua 34 e outras lojas de preços e prestígios medianos; e a Klein, com status inferior, situada na rua 14 com Broadway, não muito longe do Lower East Side*. Essas distinções dos traços fonéticos basear-se-iam na posição de prestígio ou não, que cada estabelecimento apresentava em relação à área de jurisdição ou localização espacial. Para a realização desse estudo, Labov confessou que o método utilizado não permitiu a realização de uma entrevista gravada por se tratar de fala monitorada em que pode envolver maior concentração da exposição linguística e apresentar *um grau de insegurança linguística* por parte do entrevistado; o melhor seria a *observação assistemática* (cf. LABOV, 2008, pp. 245-246, 249-250). Podemos afirmar que a gravação obrigou à memorização, na tentativa de capturar todos os eventos da fala dialógica de forma natural, apesar de que os funcionários já se predispunham de algumas perguntas-respostas (e vice-versa), mecanicamente elaboradas, como acontece em outras e várias lojas das cidades. Labov (2008, pp. 64, 85) verificou que a variável linguística (r) se apresenta como uma marca de distinção social em todas as camadas da fala da cidade metrópole dos Estados Unidos da América e que a posição sócio-espacial das lojas interfere no uso da variável linguística (r).

Na visão de Labov (2008, pp. 276-282), nos dialetos de algumas regiões, um dos marcadores sociolinguísticos generalizado na língua inglesa é o (*ing*), observou a presença ou ausência desse sufixo em fatores sociais, como, por exemplo, o gênero/sexo masculino/homem e feminino/mulher, a idade, origem étnica, ocupação, entre outros. O linguista citado concluiu que as mulheres usam menos formas estigmatizadas⁶⁶ do que os homens, e há maior tendência à

⁶⁶Variantes estigmatizadas são aquelas consideradas de menor prestígio na sociedade por parte de uma comunidade.

sensibilidade do que o género oposto relativamente ao padrão mais prestigiado⁶⁷. Resumiu em curta frase que «as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos» (LABOV, 2008, p. 282). Esse resultado também foi constatado em trabalhos desenvolvidos por vários investigadores. Com os resultados obtidos durante as pesquisas, Labov considerou que existem fatores linguísticos e extralinguísticos que podem despoletar a variação/mudança linguística numa determinada sociedade. Para chegar aos resultados das pesquisas feitas, Labov utilizou um programa estatístico que pudesse cruzar os dados e interpretá-los. A análise das variantes linguísticas em conjunto com as variantes extralinguísticas permitiram-lhe observar a direção e as ocorrências do fenómeno de variação e mudança linguística.

3.1.1. Variação e mudança linguística

(...) nem toda a variação resulta em mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação.

(MONTEIRO, 2008, p. 25)

Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço em que é utilizada. Esta variação pode apresentar-se ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua não materna. Ela varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, como no caso de Angola e do Brasil (cf. LUCCHESI, 2002, p. 78), varia em função das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada. Ao mesmo tempo em que os falantes nativos de uma língua são capazes de reconhecer a sua língua e de reconhecer que outras não as são, apercebem-se também que a sua língua é objeto de variação e de mudança.

Se nos ativermos ao postulado de que toda a mudança linguística implica variação, mas nem toda a variação implica mudança, podemos mesmo afirmar que o estudo da variação de uma língua teve destaque com a descoberta de que era possível comparar as línguas entre si, em 1816, numa obra intitulada *Sistema da Conjugação do Sânscrito*, onde Franz Bopp procurou estudar as rela[varia]ções que unem o sânscrito ao germânico, ao grego, ao latim e outras línguas (cf. SAUSSURE, 1978, p. 22). Ora, o processo de variação é abrangente, se tivermos que recuar no tempo, desde os primeiros estudos sobre a língua, veremos que a variação já existia entre

⁶⁷Variante de prestígio são aquelas usadas por grupos ou classes consideradas como superiores. Esse grau de superioridade pode ser visto pelo grupo que se apresenta com maior poder financeiro, económico, social e político.

línguas, portanto é natural que aconteça enquanto for um sistema vivo e dinâmico, desde que também se observe o aspeto cultural. A título exemplificativo, se quisermos chamar uma criança (des)conhecida, para o caso do português de Angola, podemos usar a palavra *candengue* ao passo que para o português *padrão* usamos *puto* e para o inglês poderia ser *kid* ou outra expressão equivalente. Logo, podemos dizer, que estamos em presença de variação de línguas ou de variação entre línguas.

Para Pereira e Barros (2014, p. 67), a variação linguística pode ser entendida como uso de uma mesma expressão substituída por outra, mas que não resulte na mudança do significado inicial da própria palavra em outros contextos. Esse fenómeno de variação é tão complexo que não se cinge só ao termo (*sinonímia*), ou seja, ao significado diferente de cada palavra, nem à frase (*paráfrase*), mas, também, tem a ver com um sentido mais amplo, o idioma (*tradução*) (MACHADO VIEIRA *et al.*, 2019, p. 91).

Segundo Rodrigues (2002, pp. 11-12), as línguas podem apresentar-se de duas ordens de variações: a primeira relacionada em função do falante (emissor), que pertence às variantes espaciais (dialetos geográficos), variantes de classe social (dialetos sociais ou diastráticos), variantes de grupo de idades (dialetos etários), variantes de sexo (dialetos masculinos e femininos); a segunda relacionada em função do ouvinte (recetor), que incluem as variantes de formalismo, variantes de modalidades (falada e escrita) e variante de sintonia (ajustamento do emissor ao recetor). Para as variantes de modalidades (falada e escrita) são as que mais ocorrem dentro de uma sociedade letrada em combinação com as variantes de formalismo (cf. RODRIGUES, 2002, p. 12). Esse fenómeno acontece normalmente quando o indivíduo estiver exposto a uma *atividade linguística* dentro da comunidade, que pode apresentar-se de dois modos: *variação intralinguística* e *variação interlinguística*. Garmadi, por exemplo, explica que na variação intralinguística estão inseridas as chamadas variedades geográficas e variedades sociais, que também recebem o nome de *dialeto*, para a primeira, e *socioleto*, para a segunda, e as suas causas que resultam na *diferenciação linguística* têm a ver com o (espaço)(afasta)mento geográfico, por um lado, e com os factos sociais, por outro lado (GARMADI, 1983, p. 28). A par dessas variedades, a autora distingue outra, que está atualmente no foco de investigação da sociolinguística, o *aloleto*, conhecida também no campo da sociolinguística variacionista por *vernáculo*. É bem verdade que cada variedade aqui invocada se diferencia em função do seu *modus operandi* e que, normalmente, só podem ser entendidas, observando rigorosamente os fatores extralinguísticos (*op. cit.*). Um dos exemplos mais observados que podemos citar é o das

chamadas *variantes livres* do fonema consonântico /r/ para o contexto angolano, se tivermos de *olhar* para as regiões do Norte, especificamente, alguns falantes do Uíge e do Zaire, que têm como língua materna o kikongo, uma das línguas nacionais de Angola, e língua segunda o português, apresentam dificuldades na pronúncia de palavras com a consoante vibrante [R]. Assim, nas palavras, como *terra, cerrote, carro*, pronunciam com apenas um *r*, e nas palavras, como *arame, caro* pronunciam como se tivessem a consoante vibrante, sem que haja dificuldade de compreensão do enunciado. O facto curioso é que isto só se verifica quando a consoante *r* é seguida de uma vogal, mas se tivermos depois de *r* uma consoante, o facto acima esboçado não acontece, como é o caso das palavras *carta, corda*. Deste modo, para suprir a carência, alguns locutores de língua materna africana, sobretudo os menos escolarizados⁶⁸, recorrem com frequência à lateral [l]. Em outras ocasiões, há alternância do [l] com [r]. Julgamos que o esforço de adaptar o [r] na VAP tem provocado um emprego deficiente deste, trocando-o, por vezes, por [R] (cf. ZAU, 2011, p. 66).

Se observarmos Lucchesi (2002), corroborando Garmadi (1983), com base nas pesquisas feitas por Labov (1972, 1994), faz uma divisão da variação linguística em variação social e variação estilística, e distingue-as da seguinte forma: a primeira refere-se às diferenças observadas na fala por intermédio de várias classes sociais, como a baixa, a média, a alta, a idade, o sexo entre outras; a segunda tem a ver com as diferenças da fala do indivíduo durante o contexto comunicativo, se formal ou informal (*Op. cit.*, pp. 67, 86). O autor adianta que a variação estilística depende também da atitude linguística manifestada pelo falante por imposição do meio inserido (*id.*, *ibid.*). O facto é que estas variações fazem com que as línguas se alterem lenta, gradual e continuamente, se observadas no decorrer da história, e as mudanças parciais ocorrem (nos níveis fonético, sintático, morfológico, semântico, lexical e pragmático) quase sempre impercetíveis aos usuários, embora o mais estudado e analisado seja o fonético-fonológico que se atém às mudanças dos sons, pronúncia e tem a fala como material de suporte (cf. SOUZA, 2009, p. 83), que foi o centro de investigação levantada por Labov (*op. cit.*). Mesmo assim, precisamos ter a clareza de que a mudança atinge, simultaneamente, mais de um fator e/ou nível linguístico.

Como explicitámos anteriormente, o fenómeno de variação é observado em todas as línguas e pode ser representado do ponto de vista sociocultural, regional e situacional, mas, no plano lexical e semântico, esses aspetos, precisamente o regional e sociocultural, quando se trata de

⁶⁸Em todos os resultados de investigação sociolinguística variacionista, a variante escolarização tem-se mostrado o fator que mais/menos aproxima o falante da *norma padrão*.

vocábulos ou frases, podem ser *apreciativos* ou *depreciativos* (BARROS, 2018, pp. 90-100), este tido também como pejorativo ou preconceituoso, resultando em *preconceito linguístico*. E assim «ocorre que os traços diferentes e inovadores das variedades prestigiadas não são sentidos como erros e são mesmo imitados» (BARROS, 2018, p. 213). Acrescenta-se, segunda a autora citada, que o *erro*, quer no contexto de fala quer no contexto de escrita, é mais associado às pessoas ou grupos que não possuem prestígio social. A título de exemplo, no caso de Angola, na sua maioria, os médicos e enfermeiros quando passam as receitas médicas apresentam erros de escrita e quase que ininteligíveis, mas não são confrontados ou questionados por pertencerem à classe prestigiada, do ponto de vista social e, para estes casos, são rotulados de *letras de doutores* ou *os doutores escrevem assim*.

Nas primeiras palavras da obra *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*, Marcos Bagno parte do princípio de que para a linguística «só existe língua se houver seres humanos que a falem» (BAGNO, 2007, p. 1), e, segundo Aristóteles, o ser humano *é um animal político*. A partir destas considerações, o autor chega à conclusão de que «tratar da língua é tratar de um tema político», e chama à atenção dos linguistas para não cometerem os erros havidos no passado pelos gramáticos tradicionais ao estudarem a língua como um organismo morto, sem ter em conta o falar natural das pessoas. Para o autor, a sua preocupação consiste em esclarecer que há um plano de separação entre a *língua* e a *gramática normativa*. Este funciona como um organismo morto, aquele como vivo, e o equívoco de que a gramática é a língua resulta em *preconceito linguístico*. Para ele, o preconceito linguístico é o comportamento discriminatório que a sociedade letrada ou a de posição prestigiada que domina a norma culta pratica contra a classe social iletrada ou menos favorecida que usa o vernáculo. O autor demonstra como se faz o preconceito linguístico com base em oito mitos, que apresentaremos de modo sintético.

No primeiro mito intitulado *A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente*, explica que é o maior dos mitos e cometido por linguistas reconhecidos no Brasil, que assumem haver uma *unidade linguística*. Esse mito afeta negativamente o sistema educativo porque, ao desconsiderar *o mosaico linguístico* no Brasil, as instituições escolares procuram impor a norma linguística como se a língua portuguesa falada no Brasil fosse a mesma em todo o território, sem descurar os fatores extralinguísticos. Embora o português seja a língua falada pela maioria da população, ele apresenta grande diversidade e variação devido à extensão territorial, a injustiça social, a política linguística mal definida, que também atuam nas diferenças/causas do

abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro, que são a maioria da população, e os falantes da variedade culta, ensinada na escola.

No segundo mito intitulado *Brasileiro não sabe português. Só em Portugal se fala bem português*, o autor refere-se a um complexo de inferioridade das pessoas que ainda sentem dependência de um país mais antigo e *civilizado*. Critica duramente os estudiosos que defendem a gramática normativa como organismo vivo e aqueles que afirmam que os brasileiros se desviam constantemente da norma-padrão por ignorância. Para ele, a língua portuguesa falada no Brasil esteve, está e estará em bom porto, pelo facto de ser reconhecida mundialmente a sua literatura, a sua música popular. Esse mito é consequência do anterior, da ideia da unidade linguística, do ensino da gramática tradicional nas escolas. Para ele, o brasileiro sabe português. Acontece que cada povo fala de forma diferente e essas diferenças são mais visíveis na língua falada do que na língua escrita, por isso, atualmente, os linguistas preferem designar de *falar brasileiro*, português brasileiro ou meramente *brasileiro*, com objetivo de destacar as divergências entre as duas línguas, a brasileira e a portuguesa. Não importa se é brasileiro ou português, cada falante comete as suas grialhas ou desvios, a título de exemplo, podemos citar a mistura das formas ou pronomes de tratamento, que é quase inevitável na fala ou mesmo na escrita, facto que a gramática normativa considera como *erro*.

No terceiro mito designado de *Português é muito difícil*, o autor refere-se que essa afirmação surge através do ensino da língua que se baseia na norma portuguesa, onde as regras ensinadas na escola não correspondem à língua falada e escrita no Brasil. Na sua visão, esse mito só terminará quando o ensino do português aceitar o vernáculo, pelo fato de o português brasileiro ter já uma gramática própria. Para o autor não há língua *difícil* nem *fácil*. A aprendizagem de uma língua dependerá do *banho linguístico* ou do meio em que a pessoa está inserida. Se tivesse que existir língua *difícil*, ninguém falaria húngaro, chinês ou guarani. A insistência nesse mito é a prova de que o ensino tradicional brasileiro continua a não considerar a forma vernácula. A título de exemplo, o autor menciona a variação entre o sujeito e o predicado, a regência verbal, a colocação dos pronomes. Essas variações geram preconceito linguístico, porque há uma antítese entre a gramática normativa e o vernáculo, e este usado pela maioria, onde há regras próprias e diferentes daquela. O autor chama a atenção ao papel do professor, que deveria colocar-se como um indivíduo sensibilizador, capaz de trabalhar o nível de expressão dos alunos, no sentido de ganharem maior confiança com o idioma que usam.

No quarto mito *As pessoas sem instrução falam tudo errado*, o autor começa por apresentar um breve panorama histórico da evolução da língua portuguesa, especificamente nos casos que envolvem a troca de *L* por *R* ou vice-versa. Essas trocas podem ocorrer em falantes que possuem o português como língua culta ou não ou ainda em pessoas que vivam em zonas urbanas e periféricas. Mas, em geral, são as pessoas das zonas periféricas que mais sofrem preconceito por fazerem a troca de *R* por *L* em palavras como: *Cráudia, pranta, prubicar, frauta, frecha*, entre outras. Em suma, esse tipo de preconceito linguístico está associado ao preconceito social, mormente a região de cada povo.

No quinto mito *O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão*, o autor explica que essa ideia nasceu do segundo mito pelo fato de se usar nesta região o pronome pessoal átono *tu* com as formas verbais da segunda pessoa. Explica que, em quase todo o Brasil, o pronome *tu* foi substituído por *você*. E essa substituição faz com as formas verbais sejam pronunciadas na terceira pessoa mesmo quando se trata do pronome *tu*. Mas, como dissemos, no Maranhão há ainda a conservação da forma clássica e, por isso, surge o mito de *onde melhor se fala o português*. Não existe, portanto, variedade *melhor, mais pura, mais bonita, mais correta* do que a outra. Toda a variedade linguística é usada pelas comunidades em função das suas necessidades.

No sexto mito *O certo é falar assim porque se escreve assim*, o autor explicita que o fenómeno de variação surge em todas as línguas, ou seja, ninguém fala da mesma maneira que o outro. O autor desaconselha os professores de ensino de línguas a não obrigarem os alunos a pronunciarem as palavras exatamente como se escreve. Deve-se respeitar a variação, assim como se deve ensinar a escrever corretamente as palavras, mas não fantasiar uma língua falada *artificial* corrigindo a pronúncia que é resultado natural do próprio idioma.

No sétimo mito *É preciso saber gramática para falar e escrever bem*, a teoria está enraizada em todos os professores de língua portuguesa e em algumas gramáticas, e como se não bastasse, os educadores também são participantes dessa afirmação ao cobrarem aos professores conteúdos que lhes foram ministrados outrora. As gramáticas são livros que descrevem as regras de uso da língua dos escritores dignos de admiração. A gramática depende da língua e só surge porque há uma língua e não o contrário. Com a ideia de que os escritores da língua precisam de uma gramática, ela passou a ser *um instrumento de poder e controle*, passando a língua a subordinar e a depender da gramática.

No oitavo e último mito *O domínio da norma culta é um instrumento da ascensão social*, o autor explica que se essa afirmação fosse verdadeira, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, económica e política do país, porque eles possuem maior domínio da norma culta. Mas este mito está longe de acontecer, basta ver os ordenados dos professores. A ascensão social depende das condições de vida, da igualdade social e das políticas de desenvolvimento que o país cria.

No decorrer da abordagem esboçada, pretendemos deixar claro que o fenómeno de variação e mudança linguística deve-se levar em linha de conta que a língua é *heterogénea* e os tipos de fatores que a influenciam. Para Silva e Osório (2008, p. 12), a mudança linguística pode ser sucedida por fatores linguísticos e extralinguísticos (contexto social, económico, culturais, políticos entre outros), que em função da sua coabitação vão originando um estado de evolução da mesma língua. Toda e qualquer língua que estiver em funcionamento pode ser passível de mudança, e para explicar esse fenómeno devemos partir de duas questões: quais são as *causas* e em que *circunstâncias* (cf. SILVA e OSÓRIO, 2008, p. 12). Para os autores, as *causas* estão ligadas à capacidade que o falante possui na criação linguística, na forma de manifestar as emoções, crenças entre outras, enquanto as circunstâncias têm a ver com o carácter universal, por se tratar de um sistema de comunicação. Depois de responder a estas questões, entende-se delinear o caminho a percorrer, para isso, invocamos aqui, mais uma vez, a sociolinguística laboviana⁶⁹ para solucionar os cinco problemas inerentes à mudança linguística, conforme a corrente variacionista, que serão explicitadas a seguir:

O problema das restrições (tem a ver com as condições que podem ou não favorecer o fenómeno da mudança e determinar o número de mudanças possíveis);

o problema da transição (tem a ver com o caminho em que uma mudança linguística se processa);

o problema do encaixamento (prende-se com o facto do fenómeno da mudança linguística apresentar relações com o sistema linguístico onde se efetiva, apesar de que a sociolinguística considere importante a influência dos fatores extralinguísticos ou designados também como sociais no plano sistemático da língua);

o problema da avaliação (incide na problemática da reação de um falante face ao processo da mudança linguística);

e o *problema da implementação* (aspeto que pretende analisar e descrever os motivos ou as causas e efeitos que levaram a que um fenómeno de mudança linguística tenha tido lugar num determinado espaço e período de tempo e não noutros contextos espaço-temporais). (LUCCHESI, 1998, pp. 188-195; SILVA e OSÓRIO, 2008, p. 16; WIEDEMER, 2014, pp. 50-51)

⁶⁹Utilizamos o termo Sociolinguística laboviana como metodologia, nos termos de Silva e Osório (2008).

Monteiro (2000) enumera vários outros fatores que podem desencadear a mudança linguística, a saber: a lei de menor esforço, a influência do substrato, a herança genética, a influência climática, os condicionamentos culturais, a mudança de geração. Compartilhando o pensamento de que o signo está sempre carregado de ideologia e que o mesmo reflete e retrata uma realidade exterior (cf. BAKHTIN, 2002, p. 35), é compreensível a afirmação de que na sociedade, jovens urbanos considerados da classe socioeconómica média são os maiores produtores de mudanças linguísticas e também os primeiros a percebê-las. Isso acontece, pois, socialmente, tendendo a distanciar-se da classe socioeconómica considerada baixa, que resultam às vezes em *preconceito linguístico* e pretendem aproximar-se da alta, com o objetivo de usarem as formas ditas prestigiadas, sendo assim caracterizados como parte integradora da *elite*⁷⁰ (GARMADI, 1983, pp. 37-42). Também é importante observar que a mudança ocorre mais rapidamente na fala, para depois chegar à escrita. Aquela é mais conservadora e prestigiada, porque sofre controlo social rigoroso (por parte da elite), é mais formal, mantém certa distância da fala e, em certa medida, vai travando as rápidas modificações da fala. Saussure enumera quatro prestígios da escrita, a saber: 1) a imagem gráfica das palavras surge-nos como um objeto permanente e sólido, mais próprio do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos; 2) para a maioria dos indivíduos, as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras do que as impressões acústicas; 3) a língua literária tem os seus dicionários, as suas gramáticas que se ensina na escola, *local de grande prestígio na sociedade (itálico nosso)*; 4) a escrita constitui uma fonte de pesquisa quando houver um desacordo entre a língua e a ortografia (SAUSSURE, 1978, p. 59). Mas é preciso certificar-se de que a grande maioria das variantes surgidas não chega à condição de mudança. Daí, geralmente, atrelada à condição social prestigiada do grupo de usuários, sobrepõe-se à(s) outra(s), incorpora-se ao sistema e torna-se única para o uso da língua⁷¹. Além de vencer as especificidades da própria fala e da escrita, as situações de fala seguem o percurso gradativo. Geralmente, surgem em grupos sociais inferiores, passam à fala normal de grupos intermediários, à fala informal de grupos socioeconómicos dominantes, a situações formais de fala e, enfim, chegam à escrita. Deve-se considerar, ainda, que há interferência e influência de fatores linguísticos internos: forma organizada, sistema em funcionamento, elementos, normas, etc., e externos ou extralinguísticos: escolaridade, etnia, idade, profissão, história do grupo, prestígio e poder do mesmo, lealdade dos seus formadores, situação socioeconómica, género

⁷⁰Para uma caracterização mais aprofundada sobre estes estudos, ver o exemplo da comunidade linguística francesa apresentado por Garmadi (1983).

⁷¹«(...) Nem toda variação implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação, o que significa, em outros termos, que a língua é uma realidade heterogénea, multifacetada e que as mudanças emergem dessa heterogeneidade, embora nem todo facto heterogéneo resulte necessariamente em mudança» (FARACO, 1991, p. 13).

entre outros. Nesse percurso, a grande maioria das formas variantes não consegue ultrapassar algumas dessas barreiras e desaparece, não chegando a se tornar mudança que, para acontecer de facto, se processa no sistema linguístico, refletindo-se no sistema extralinguístico. Labov (2008), com base nas pesquisas feitas com a fala, observou que a identificação de uma determinada forma prestigiada é resultado de falantes que se aproximam mais da *norma normativa* através da atitude linguística que o espaço urbano e as condições sociais privilegiadas exigem ao falante, e que, de certo modo, o levam a rejeitar a maneira própria de falar ou a *norma normal*, como indicativo da sua comunidade, por serem estigmatizadas pelos usuários da primeira norma.

4. Estudo empírico

Para a elaboração de qualquer trabalho de investigação, devemos considerar, com bastante meticulosidade, o cumprimento dos procedimentos metodológicos. A temática sobre os pronomes ou formas de tratamento em língua portuguesa começou a ser observada, com maior acuidade, a partir dos estudos de Cintra (1972). Muito antes desta publicação, inúmeras pesquisas, todavia, já haviam sido feitas no espaço Europeu e Americano, especificamente nas áreas lusófonas de Portugal e do Brasil. Se tivermos em conta a data da publicação do trabalho de Cintra, em Angola havia apenas uma Universidade, reconhecida em 28 de setembro de 1976, período pós-independência, como Universidade de Angola. Em 24 de janeiro de 1985, percorridos nove anos, a Universidade de Angola passou a designar-se de Universidade Agostinho Neto, em memória ao primeiro Presidente de Angola, que, por sinal, foi o primeiro reitor da Universidade no período pós-independência. Ora, os estudos realizados nessa Universidade, naquela época, estavam confinados às áreas de engenharia, de medicina e de direito. Mas, naquela altura, já havia uma grande preocupação com as áreas de letras, fora da Academia, por partes de intelectuais angolanos. Pode-se sentir esse movimento com as publicações de várias obras de literatura angolana, de escritores angolanos, como, por exemplo, Uanhenga Xitu⁷², Manuel Rui Monteiro, Pepetela, José Eduardo Agualusa, entre outros. Obras que tinham como pano de fundo a denúncia contra o sistema colonial, a liberdade e a independência. Em algumas delas já se espelhavam o comportamento linguístico dos angolanos, particularmente das formas ou pronomes de tratamento; de *senhor*: *sô*, *seu*; de *António*, *Manuel*: *Antonho*, *Maneli*; de *tia(o)*: *ti*; de *mano*: *man*; e outras. Assim, as formas pronunciadas: *sô Antonho*, *seu Antonho* por *senhor António*; *ti Maneli*, *ti Ana*, por *tio Manuel*, *tia Ana*; *man Jão* por *mano João*. Essas obras descreviam apenas, de forma superficial, o linguajar ou o vernáculo dos angolanos, sem a preocupação e a intenção de um estudo sociolinguístico.

Em Angola, os estudos sociolinguísticos encontram-se numa fase embrionária. Podemos marcar os seus primeiros passos com a obra de Vitorino Reis, *Sociolinguística: Dinâmica Funcional vs. Problemas Funcionais da Língua*, publicada em 2006.

Ao longo desta investigação, tivemos contacto com vários materiais que se debruçavam sobre a sociolinguística em diversas temáticas, nomeadamente sobre *formas de tratamento*. Durante a

⁷²«O estilo de Uanhenga Xitu, por sua vez, é caracterizado por um entrelaçamento fiel entre a ficção e a realidade, numa linguagem coloquial em que é notável a influência do Kimbundu sobre o Português. Aliás, quanto a isso, o próprio autor, quando ainda em vida, numa entrevista, assumiu que, ao escrever, fazia-o pensando primeiro em Kimbundu, depois em Português» (KIMAVUIDI e OSÓRIO, 2018, p. 203).

revisão da literatura, verificámos que todas elas estavam direcionadas às pesquisas realizadas apenas no que respeita ao português europeu e ao português do Brasil. A maior parte do material, senão todo, estava virado para os estudos sobre as formas de tratamento no português do Brasil. Com enorme satisfação, identificámos semelhanças no uso de algumas formas daquele país em relação às nossas. Por curiosidade, para sabermos as causas de algumas semelhanças de tratamentos, colocámos o foco na revisão da história sobre o tráfico de escravos na época colonial, onde verificámos a saída de muitos angolanos para o Brasil, para atividade de trabalhos esforçados de vária índole, como escravos; outra resposta, no contexto atual, constatámos que maior parte dos angolanos assistem ou assistiram às novelas brasileiras, telejornal, entrevistas em cadeia televisiva angolana. Todavia, verificámos apenas alguns estudos sobre o assunto, feito na capital de Luanda, e pelos vistos à distância, de investigadores brasileiros, não mais de vinte páginas, observando, quase sempre, uma ou duas formas em comparação com as do Brasil. Entendemos que a distância e o fornecimento de dados por pessoas não especializadas podem, às vezes, ofuscar e deturpar a amostra, como já observou Labov:

toda pessoa que comece a estudar a língua em seu contexto social imediatamente se depara com o clássico problema metodológico: os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados. (LABOV, 2008, p. 63)

A partir dessas dificuldades de compreensão e de interpretação, em função das pesquisas com dados não muito esclarecedores, procurámos, como angolanos, levar a cabo uma pesquisa que pudesse mapear (socio)linguisticamente *As Formas de Tratamento do Português de Angola*. Apesar de contarmos inicialmente com as dificuldades que apontam para a complexidade deste estudo, travámos a primeira discussão de qual seria exatamente o título do nosso trabalho. Como primeira escolha, elegemos o título *Formas de Tratamento da Variante Angolana*. Levámos em consideração as observações da Professora Doutora Amélia Mingas, que de facto, já se pode afirmar que em Angola a língua portuguesa ganhou um estatuto independente, tal como a do Brasil, passando assim de variante de português de Portugal para português de Angola, propriamente dito. Sem sombra de dúvidas, mas discutível, definitivamente, intitulámos a pesquisa por *Formas de Tratamento do Português de Angola*. Como o tema revelava ambiguidade, o estudo feito resumia-se apenas a pressupostos teóricos, mas procurámos alargá-lo e, assim, decidimos completar o título da pesquisa, passando a *Formas de Tratamento do Português de Angola. Estudo Sociolinguístico*. A partir da escolha do tema, partimos para a revisão da literatura de forma mais aprofundada, delineando-se o estado da arte e o percurso

histórico de algumas formas de tratamento a partir de trabalhos que marcam o período *a quo* das investigações científicas nesta temática.

Como referimos anteriormente, o uso das formas de tratamento são bastante complexas, porque despoletam e exigem conhecimento das estruturas pronominais, em geral. Por isso, ao longo da pesquisa, ainda que em outros contextos abordados, tivemos como linha de pensamento e execução trabalhos que analisem e descrevam as formas de tratamento em diversas situações de comunicação, no sentido de conseguirmos cumprir com os métodos estabelecidos e a recolha dos dados.

4.1. Métodos e técnicas de recolhas de dados

O principal método para a investigação linguística é a observação direta da língua falada usada em situações naturais de interação social face a face. (LABOV, *op. cit.*, p. 36)

Os métodos e técnicas são procedimentos importantes, senão obrigatórios, implementados em toda a pesquisa para a concretização dos objetivos preconizados. Entende-se por método, no sentido geral, como passos ou caminhos a percorrer para chegar, de forma bem sucedida, a um determinado fim. Contam-se os inúmeros métodos para desenhar e realizar uma pesquisa. Para o nosso trabalho, escolhemos alguns que nos conduziram até à finalização da pesquisa, nomeadamente: métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e estatístico. Esse último tem em vista, num modelo mais amplo da pesquisa, os métodos quantitativos que atuam na definição do problema em estudo, na suposição das proposições apresentadas, tidas como hipóteses, na eficiência da recolha de dados, na caracterização da amostra, no asseguramento eficaz da metodologia aplicada para o estudo e, por último, na análise e interpretação dos resultados, de forma a responderem satisfatoriamente às hipóteses e objetivos traçados.

A recolha das informações obtidas ao longo da pesquisa só foi possível com a escolha de uma técnica eficaz e metodologicamente segura. Para tal, utilizámos um inquérito através de um questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas (*vide* anexo). Até aqui, sentimo-nos prontos para a entrega e aplicação dos questionários aos inquiridos. Como na altura nos encontrávamos em Portugal a terminar a revisão da literatura e a participar de alguns eventos científicos, decidimos adiantar a pesquisa, enviando os questionários para Angola, a partir de todos os dispositivos eletrónicos disponíveis e dando orientações sobre a sua aplicação através de todas as redes sociais existentes. Estes questionários foram enviados em agosto de 2018 aos

inquiridos que residiam nas províncias onde não prevíamos viagem, como Cabinda, Uíge, Zaire, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, as Lundas: Sul e Norte, Moxico, entre outras, em função dos fatores tempo, financeiro e das enormes dificuldades na via rodoviária. Para gestão do tempo, os prazos correspondiam a um mês para entrega dos questionários. Depois de regressarmos a Angola, em outubro do mesmo ano, estabelecemos contactos com os inquiridos e com os responsáveis pela sua aplicação e ficámos surpreendidos com algumas observações e respostas: *esqueci, não vi o questionário, a tinta da impressora acabou, o preço da cópia subiu, estou doente*, entre outras.

A nossa pesquisa inicialmente contava com uma recolha de dados nas dezoito (18) províncias de Angola. Por consequência da indisponibilidade dos inquiridos e dos motivos explicitados, a amostra ficou reduzida a cinco províncias. Entretanto, decidimos deslocarmo-nos às províncias para presencialmente aplicar os questionários. Antes de entregarmos os questionários aos participantes, explicámos qual seria o objetivo do nosso estudo, a hipótese, a sua importância, e situámos o(s) inquirido(s) sobre alguns trabalhos feitos neste campo. Durante o trabalho, os participantes eram inquiridos em diversos locais, como em escolas, em praças, em jardins públicos, em cantinas, em restaurantes, em unidades militares, entre outros lugares. No território angolano, quando se trata de pesquisa científica, há muitas dificuldades para recolha de dados, facto que não se mostrou diferente para o nosso caso. Para alguns jovens, por exemplo, habitantes da zona rural ou periférica, só aceitavam participar do estudo com algum estímulo (monetário, comestível ou bebível). Por se tratar de um número considerável de falantes nessas zonas, optámos por aceitar o desafio, dando o estímulo, mas só depois da participação na pesquisa, o que facilitou e se tornou muito útil no instrumento de recolha de dados para fotografarmos as formas naturais da fala num ambiente descontraído. Importa referir que essa dificuldade foi mais observada com participantes que não atestavam nenhum grau de escolaridade.

4.1.1. Instrumento de recolhas de dados: o questionário sociolinguístico

O presente questionário tem como objetivo recolher dados para um trabalho de investigação intitulado *Formas de Tratamento do Português de Angola. Estudo Sociolinguístico*. As informações recolhidas serviram apenas para fins académicos, sendo, assim, confidenciais. Estas são as primeiras frases que marcam o introito do nosso questionário sociolinguístico. A estrutura do questionário sociolinguístico obedeceu aos parâmetros da sociolinguística laboviana. As técnicas implementadas para a sua elaboração foram testadas com a finalidade de garantir a fácil compreensão das questões colocadas e o tempo útil de preenchimento. Nos estudos com métodos

quantitativos, considera-se o questionário sociolinguístico como via de acesso mais rápido e seguro para recolha de informações com número elevado de população bastante concentrada; outra vantagem resulta no facto de o inquirido poder preenchê-lo de forma descontraída e a seu tempo, sem que o pesquisador o interrompa na sua atividade laboral. Se o pesquisador estiver presente, na aplicação do questionário, é necessário que reduza os aspetos da formalidade exigida pelo inquirido para que o inquirido consiga responder às questões formuladas de forma natural e descontraída. É necessário também que o investigador se coloque como um mero aprendiz para não influenciar e interferir na amostra. Deve ser/parecer mais acessível e simpático para incentivar a participação dos inquiridos no questionário, no sentido de os informantes não utilizarem uma linguagem artificial. Com base no estudo feito por Oliveira (2019), os questionários de perguntas fechadas (colocadas no seu questionário; uso dos pronomes *você*, *senhor* e *tu*), com o escopo de analisar aquelas formas de tratamento nos ambientes familiar e escolar, podem apresentar várias desvantagens ao pesquisador. Esse tipo de questionário *indutor* apresenta desvantagem pelo facto de o inquirido responder limitadamente às questões colocadas. A autora exemplifica da seguinte maneira: se perguntar ao inquirido *a quem chama de tio*, não se sabe se é o irmão do seu pai/mãe, porque as formas podem ser diferentes em função da origem ou do laço sanguíneo. Outra desvantagem que aponta, consiste na indicação de situação em que poderia empregar um ou outro pronome. As perguntas abertas são vantajosas, porque permitem ao inquirido responder de diversas maneiras e de modo espontâneo com os pronomes ou formas utilizadas no seu cotidiano, o que será interessante para investigar, uma vez que a amostra apresentar-se-á diversificada e com dados novos que despertam a curiosidade da pesquisa e do pesquisador. Normalmente, no questionário sociolinguístico, o objetivo fulcral é o de recolher informação da língua da forma mais natural, se possível, comprovando-a com o monitoramento da fala dos informantes. Para que isso aconteça, é necessário ter em linha de conta algumas observações durante a sua elaboração. Neste sentido, Francisco (2010) enumera cinco aspetos a ter em consideração: i) não influenciar as respostas; ii) não conduzir as respostas desenquadradas; iii) tratando-se de questões fechadas, encaminhá-las a respostas claras; iv) não levantar preconceitos ou juízos de valores; v) não exigir esforço de raciocínio ou reflexões nas respostas dadas.

O presente questionário sociolinguístico, elaborado no âmbito da nossa pesquisa, encontra-se dividido em três partes, com perguntas fechadas e abertas. Em todo o questionário encontram-se dez perguntas fechadas para os inquiridos e, com a opção de resposta à pergunta a partir do questionário, marcando com x, vinte questões abertas, que permitem aos inquiridos responder

livremente com os pronomes ou formas de tratamento utilizadas para os interlocutores, fazendo um total geral de trinta questões. A primeira parte do questionário, que conta com quatro questões fechadas e três abertas, ficou reservada às questões ligadas ao perfil sociodemográfico dos participantes, onde faz menção às variáveis sociais *província de nascimento, província de residência, zonas de residência: urbana e rural, gênero: masculino ou feminino, profissão, idade e nível de escolaridade*. No inquérito, não questionámos qual é/são o(s) tipo(s) de língua(s) que fala, porque o nosso público-alvo era apenas de angolanos falantes da língua portuguesa, independentemente de alguns terem o português ou outra língua nacional como materna ou não materna. Também tivemos em conta que, em Angola, o fenómeno de imigração interna é bastante acentuado. As pessoas deslocam-se para outras províncias à procura de melhores condições de vida. Basta uma oportunidade de emprego ou encontro amigável, fixam residência neste território e constituem família. Por essas razões, a seleção dos inquiridos deu-se exclusivamente de acordo com os seguintes critérios: (i) pessoas que nasceram ou que se deslocaram das suas províncias para a outra e permaneceram residentes lá há mais de dez anos; (ii) descendentes de pais e avós angolanos; (iii) para os imigrantes: não regressaram às províncias de origem depois de três anos; (iv) para os naturais: nunca saíram das suas províncias de origem. Critérios estes muito rigorosos, mas importantes para obtermos dados precisos da amostra de cada província, no sentido de «neutralizar a influência dos falares de outras regiões» (ARAÚJO *et. al.*, 2017, p. 201). A segunda parte do questionário, onde contém três questões fechadas e dezassete abertas, começa por apresentar um conceito breve, à guisa de introito, sobre os pronomes ou formas de tratamento; como estão classificados e quais são os pronomes ou formas de tratamento que se inserem em cada divisão. A seguir, com cortesia, pede-se aos inquiridos que avaliem os seus graus de domínios relativamente às formas de tratamento informal ou formal, marcando preferencialmente com um x, *se muito bom, se bom, se razoável, se mau, se sem resposta*.

Segundo Oliveira (2019), as pesquisas feitas no Brasil levam maior tendência a informantes universitários ou de frequência universitária. Os resultados verificados em diversos estudos apontam que o fenómeno de variação e mudança dos pronomes ou formas de tratamento também estão presentes em ambiente familiar e em outros contextos, e a relação de solidariedade recai para pais-filhos, avós-netos, (vice-versa) (*Op. cit.*, p. 24), entre outras pessoas. Seguindo essa linha de pesquisa, ainda na segunda parte do inquérito, a terceira questão colocada no questionário, que por sinal aberta, procura saber dos inquiridos *quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre/para/de: amigos, colegas de escola, colegas de serviço, casais,*

namorados, vizinhos, desconhecidos na rua ou outros lugares, filhos para pais, pais para filhos, alunos para professores, professores para alunos, crianças para mais velhos, mais velhos para criança, empregado para patroa/patrão, patroa/patrão para empregados, empregado de serviços diversos para clientes, clientes para empregados de serviços diversos. Uma outra questão formulada tem a ver com a opinião dos participantes para sabermos se *consideram correto o uso das formas de tratamento nominais, como avó(ô), tia(o), mãe(zinha), pai(zinho), filha(o), mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais, no caso de administração, repartição, escolas, entre outras.*

A terceira e última parte ficou reservada aos militares, onde se menciona como primeira questão o grau que o militar detém, se é oficial superior, se capitã(o), se oficial subalterno, se sargento ou praça. Posteriormente, pede-se que assinale(m) *a forma ou pronome de tratamento que usa(m) de superior para inferior (vice-versa); se é a patente + nome, senhor + patente, patente, chefe, chefe + nome.* O preenchimento desta parte só foi possível graças aos militares que se predispuseram em completar todo o questionário, ou seja, as perguntas eram respondidas desde a primeira até à última parte, para observarmos formas ou pronomes de tratamento usados pelos *castrenses* em outros contextos da fala.

4.2. Caraterização de Angola

Como referimos no capítulo anterior, Angola está situada na África austral e ocupa uma extensão de 1.246.700 km². É limitada a este e sudeste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia, a oeste o oceano Atlântico, República do Congo a noroeste e a norte e leste a República Democrática do Congo. A situação climática é apresentada por humidade, contando assim com duas épocas que marcam o território angolano: a primeira é conhecida como a época das chuvas, que começa no mês de setembro e vai até abril; a segunda é denominada como a época das secas, a de cacimbo, a da estação fria, ou a do cultivo agrícola, que vai de maio a agosto. É um país rico em recursos minerais, com maior destaque o petróleo e o diamante, que são considerados como os *baluartes* da economia nacional (cf. INE, 2016).

Nos trabalhos desencadeados pelo *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola* de 16 de maio de 2014, os dados revelam que a população residente em Angola era de 24, 3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total). Verificou-se que havia menos homens do que mulheres. O índice do género masculino é de 94, o que significa a existência de 94 homens

para cada 100 mulheres. Este comportamento é observado em quase todas as províncias, com exceção da província da Lunda-Norte. Nesta província, o índice do género masculino é de 106, quer dizer, existem 106 homens por cada 100 mulheres (cf. SILVA, 2015, p. 14).

Angola é considerada uma República, com um regime político presidencialista, cujo Presidente é, ao mesmo tempo, Comandante-em-chefe e Titular do Poder Executivo, funcionando com um Vice-Presidente e por Ministros de Estado. São, ainda, órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais (*Constituição da República*, art.º 105º, 108º, 2010).

Se tivermos em conta a nomenclatura administrativa, o território angolano está dividido em 18 províncias: Luanda, tida como a capital do país, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje, Uíge, Bengo, Namibe, Zaire, Huambo, Benguela, Huíla, Cunene, Moxico, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Cabinda, Bié e Cuando-Cubango (*Op. cit.*, art.º 5º, n.º3).

4.3. População e amostra

Os questionários foram aplicados no período que corresponde entre 5 de novembro de 2018 a 2 de agosto de 2019. Para o avanço da pesquisa, que tem como escopo analisar e descrever as formas de tratamento do português angolano, contou com uma população de 547 angolanos, falantes da língua portuguesa. Os participantes foram estratificados segundo as seguintes variáveis sociais: províncias de nascimento; províncias de residência; zonas de residência: urbana e rural; género (masculino e feminino); profissão; faixa etária (I: inferior ou igual a 25 anos, II: 26 a 30 anos, III: 31 a 35 anos, IV: 36 a 40 anos, V: 41 a 45 anos e VI: igual ou superior a 46 anos) e escolaridade (a: nível primário, b: nível secundário/base, c: nível médio, d: nível superior, e sem resposta para inquiridos que não apresentassem nenhum nível académico); e o tipo de registo (interpelações, dirigir-se a alguém, chamar, conversas). Os informantes são nativos ou residentes das/nas Regiões Norte (Cabinda, Luanda, Malange e Uíge), que correspondem a 53,6%, Centro (Bié e Huambo), na ordem de 12,8% e Sul de Angola (Benguela, Huíla e Namibe), com 33,6%, segundo a tabela apresentada abaixo:

Tabela 7: Regiões

	Frequência	Percentagem
Norte	293	53,6
Centro	70	12,8
Sul	184	33,6
Total	547	100,0

No início da pesquisa, um dos objetivos consistia numa amostra que pudesse espelhar as formas de tratamento em todo o território angolano. Apesar de não ser possível mapear as formas a nível nacional, a satisfação ficou marcada com os resultados obtidos a partir das regiões. Cientes do trabalho complexo da análise e tratamento dos dados, procurámos esgotar ao máximo a amostra revelada, apresentando os resultados gerais do binómio zona urbana e rural, conforme a tabela mencionada abaixo ilustra:

Tabela 8: Zonas de residência

	Frequência	Porcentagem
Urbana	308	56,3
Rural	239	43,7
Total	547	100,0

Se tivermos em conta os dados relativos às zonas de residência das pessoas inquiridas, podemos constatar que se verifica uma diferença considerável entre a urbana e a rural. A primeira apresenta-se com uma frequência de 308, equivalendo a 56,3%, ao passo que a rural apresenta uma frequência baixa de 239, com 43,7% em relação à urbana. As diferenças percentuais das zonas de residência podem estar no facto de que a zona urbana apresenta maior número de pessoas escolarizadas ou falantes da língua portuguesa que facilmente puderam participar do questionário, uma vez que é neste espaço onde há maior proposta de emprego, escolas e locais de diversão, que vão atraindo o aglomerado de pessoas.

Na tabela 7, ilustrámos os resultados com base em três regiões. Cada região engloba mais do que uma província. Nas Regiões Norte temos as províncias de: Cabinda, Luanda, Malange, Uíge; Centro: Bié.

Na primeira fase do trabalho, pretendíamos inquirir os participantes de forma equilibrada em cada província, mas atendendo à especificidade da pesquisa, o tempo de seleção das pessoas, a disponibilidade, e outros fatores já referidos ao longo da investigação, a amostra contou com um número irregular para cada província, mas também aproximado para outras.

A análise da estratificação social género mostra que foram validados 547 questionários, o que corresponde ao mesmo número de inquiridos, obtendo a maior percentagem de pessoas do sexo masculino, com 58,9%, que correspondem a uma frequência de 322 participantes, enquanto que as inquiridas, ou seja, as do sexo feminino, a sua frequência ficou mais reduzida, 225, com um percentual de 41,1%. Ora, durante o projeto, a ideia pretendida era manter um equilíbrio neste fator extralinguístico. Na altura da recolha e análise dos questionários, a nossa segurança era de que o sexo/género feminino prevaleceria com maior ocorrência do que o sexo/género masculino,

dada a observação do censo populacional que prevê mais mulheres do que homens, conforme explicitamos na *Caraterização de Angola*. Verificado os dados, os resultados surpreenderam-nos, mas do ponto de vista positivo.

Na descrição da tabela sobre as zonas de residência, como vimos, os resultados para a zona urbana apresentam um percentual de 56,3%, maior do que a rural, com 43,7%, e explicámos de forma hipotética que uma das causas seria a procura de emprego, a adesão à escola, entre outras. Ora, a partir da amostra género, podemos concluir que o sexo/género masculino estaria em massa na zona urbana, o que não nos causou estranheza, porque, em Angola, a dinâmica dos fatores citados acima são exigidos aos homens, como elementos principais para o asseguramento da família ou do sustento pessoal. A tabela a seguir espelha os dados da estratificação social género.

Tabela 9: Género

	Frequência	Percentagem
Masculino	322	58,9
Feminino	225	41,1
Total	547	100,0

Conforme a tabela acima, o género/sexo masculino prevalece na amostra com 322/58,9% inquiridos, enquanto que o género/sexo feminino sofre desfavorecimento com valor percentual de 41,1%, que corresponde a 225 inquiridas.

4.4. Análise descritiva dos resultados gerais

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa só foram possíveis através de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados relativamente às formas de tratamento do português de Angola observados por intermédio do questionário sociolinguístico aplicado aos falantes angolanos da língua portuguesa, independentemente de falarem outras línguas locais ou de terem o português como língua segunda ou, ainda, língua não materna, com critérios apresentados por Araújo⁷³, em que os inquiridos eram sujeitos às seguintes condições: (i) pessoas que nasceram ou que se deslocaram das suas províncias para a outra e permaneceram residentes lá há mais de dez anos; (ii) descendentes de pais e avós angolanos; (iii) para os imigrantes: não regressaram as províncias de origem depois de três anos; (iv) para os naturais: nunca saíram das suas províncias de origem. Para tal, utilizou-se, como descrevemos anteriormente, um *corpus* composto de um total de 547 participantes, inquiridos num período que vai de novembro de 2018 a agosto de

⁷³ *Op. cit.*, p. 201.

2019, em três regiões do país, com as suas respetivas províncias: Região Norte (Cabinda, Luanda, Malange, Uíge); Região Centro (Bié, Huambo); Região Sul (Benguela, Huíla e Namibe). Os dados recolhidos no questionário sociolinguístico aplicado aos participantes foram submetidos ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences*, conhecido pela sua abreviatura *SPSS*. Esse programa estatístico serve para averiguar se as diferenças observadas na amostra são estatisticamente significantes, ou seja, se as conclusões da amostra se podem inferir para a população. O valor de 5% é um valor de referência utilizado nas ciências sociais para testar hipóteses, significando que estabelecemos a inferência com uma probabilidade de erro inferior a 5%. A utilização do teste do qui-quadrado é abordada por Maroco (2011, pp. 105-107), para estudar a relação entre duas variáveis nominais ou uma variável nominal e outra pronominal, em que temos as hipóteses:

H₀: As duas variáveis são independentes, ou seja, não existe relação entre as categorias de uma variável e as categorias da outra;

H₁: As duas variáveis apresentam uma relação entre si, ou seja, existe relação entre as categorias de uma variável e as categorias da outra.

Quando o valor de prova for inferior a 5% (0,05), rejeita-se a hipótese nula, concluindo-se que as duas variáveis estão relacionadas. Quando o valor de prova do teste for superior ao valor de referência de 5%, não podemos rejeitar a hipótese nula de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que elas não estão relacionadas (cf. GUIMARÃES et al., 2010; MARROCO, 2011).

Feita a codificação dos dados, pronto para o seu lançamento à ferramenta estatística, o trabalho ficou dividido em quatro partes:

1. estatística descritiva, que permitiu perceber a forma como se distribuem as respostas às questões colocadas no inquérito, para a amostra geral;
2. estatística descritiva, que permitiu perceber a forma como se distribuem as respostas às questões colocadas no inquérito, para cada parcial relativo às cinco províncias;
3. análise de inferência estatística, para realizar o estudo da relação com as zonas de residência;
4. análise de inferência estatística, para realizar o estudo da relação com as variáveis de caracterização, idade, nível de escolaridade e género.

No que diz respeito ao fator idade, a faixa etária dos participantes é representada pelo intervalo mínimo de quatro anos de idade. A escolha da escala referida tem como hipótese a observação na variação/mudança das formas de tratamento no português dos angolanos. A opção da faixa etária

inferior ou igual a 25 parece, à primeira vista, muito distanciada da faixa que poderia corresponder, por exemplo, de inferior ou igual a 18, o que para uns refletiria a idade infantil. Se apontarmos para Angola, no contexto geral, as vagas de empregos para empresas pública e privada pedem como requisito mínimo, em termos de idade, correspondente a 25 anos. Ora, a nossa faixa aludida, pensámos que reflete melhor o quadro da variação e mudança das formas de tratamento, uma vez que a idade 25, pelo menos em Angola, no olhar da sociedade, representa o começo das responsabilidades adquiridas pelos jovens em diversas esferas da vida académica, marital, profissional, entre outras. No princípio da análise, seria demorado observar o registo das crianças dentro da *faixa etária inferior ou igual a 25*, mas o cruzamento das variáveis dependentes como idade e nível de escolaridade, assim como as questões que envolviam as crianças, facilitaram bastante a interpretação dos dados que envolvessem as crianças, como veremos ao longo do trabalho. Sendo assim, a tabela em relação à idade revela o seguinte:

Tabela 10: Idade

	Frequência	Percentagem
Inferior ou igual a 25 anos	229	41,9
26-30 anos	162	29,6
31-35 anos	63	11,5
36-40 anos	34	6,2
41-45 anos	28	5,1
Igual ou superior a 46 anos	31	5,7
Total	547	100,0

Como podemos ver, com certa facilidade, a camada jovem constitui o número com mais participantes na amostra geral, e na medida em que a faixa etária vai alternando progressivamente, verificamos uma redução ou pouca adesão dos inquiridos. O facto de registarmos maior frequência dos indivíduos mais jovens, 229, com 41,9%, que são os da faixa inferior ou igual a 25 anos, pode dar-se também pela diferença do distanciamento de idade de outros inquiridos inferior ou igual a 21 ou 16, ou ainda, para mais abaixo. Todavia, a comprovação da predominação dos jovens prevalece em faixas etárias de 26 a 30 anos, com 162 frequências, na ordem de 29,6%, de 31 a 35 anos, com 63 frequências, correspondente a 11,5%, de 36 a 40 e de 41 a 45, com 34 frequências, equivalente a 6,2%, com 28/5,1%, seguidos de 5,7% das 31 frequências da faixa mais avançada.

No decorrer da pesquisa, explicámos que a aplicação do nosso questionário sociolinguístico teve como uma das condições aplicar-se a angolanos falantes da língua portuguesa, sem ter em conta o tipo de língua apreendida, se materna ou não materna. A partir dos resultados do nível de escolaridade, podemos também ver, indiretamente, o número de angolanos que falam a língua

portuguesa, mas sem especificação do tipo de aquisição, conforme explicámos acima. A tabela a seguir ilustra o nível de escolaridade dos participantes, uma vez que se mostra muito importante para observarmos o grau de domínio das formas de tratamento formal e informal dos inquiridos.

Tabela 11: Nível de escolaridade

	Frequência	Percentagem
Ensino Primário	26	4,8
Ensino secundário/ base	89	16,3
Ensino Médio	207	37,8
Ensino Superior	211	38,6
Sem resposta	14	2,6
Total	547	100,0

Conforme a tabela acima, comparando os níveis académicos, por estabelecerem uma ponte entre as passagens de ciclos, o ensino primário apresenta-se com percentuais mais baixos (4,8%) em relação ao secundário ou base (16,3%). Já para os ensinos médio e superior as diferenças não são tão significativas em termos de frequências para um, 207 vs. 211, como de percentuais para outro, 37,8% vs. 38,6%. Mas em todo o caso, a frequência e percentual do ensino superior não deixa de ser maior. Como referimos anteriormente, os resultados do grau de instrução são interessantes para a pesquisa, pois, sabe-se que o ensino médio é a base de preparação para o ensino superior. E nesta preparação, presume-se que os estudantes estejam munidos de conhecimentos e de um domínio de temas lecionados na cadeira de língua portuguesa, especificamente. Um dos temas constitui o nosso objeto de estudo, *formas de tratamento em língua portuguesa*, que, infelizmente, em nenhum dos níveis faz parte dos *curricula* da disciplina. Mas aos níveis médio e, sobretudo, superior, a competência linguística nesta área torna-se obrigatória, devido às situações comunicativas (in)formais exigidas às pessoas escolarizadas. O fato de obtermos frequências muito altas em relação às outras nos ensinos mencionados, criou-nos curiosidade para observarmos o uso das formas de tratamento no contexto angolano, uma vez que os estudantes dos ensinos médio e superior influenciam a utilização das *fórmulas prestigiadas*, e os não escolarizados, com apenas 14 frequências, num percentual de 2,6%, as *estigmatizadas*. A secção seguinte assenta na análise dos resultados parciais, bem como na descrição das formas de tratamento do português de Angola.

4.4.1. Formas de tratamento do português de Angola: análise descritiva dos resultados parciais

Nesta secção sobre formas de tratamento do português de Angola, apresentar-se-á uma análise descritiva da amostra de forma detalhada, ou seja, de cada província como alvo da nossa pesquisa. Como esboçado, o nosso objetivo foi mapear as formas de tratamento do português de Angola em contexto do uso social da língua. Para tal, a descrição dos resultados parciais das formas de tratamento do português de Angola foi efetuada em cinco províncias: Cabinda, Luanda, Malange, Uíge, Bié.

4.4.1.1. Cabinda

A subamostra da província de Cabinda, que pertence à Região Norte, é constituída por 51 elementos, tendo os questionários sido aplicados entre 5 de novembro de 2018 a 18 de novembro de 2018.

A primeira amostra da variável rodada a partir do programa estatístico foi a *província de nascimento*. Essa amostra permitiu-nos verificar o número de inquiridos nascidos em Cabinda. Como dissemos acima, o número total de inquiridos foi de 51 pessoas, que poderiam ser naturais ou residentes (com as restrições apresentadas na página 98) em Cabinda. Assim, os resultados ilustram que da população inquirida, 96,1% nasceram em Cabinda, com uma frequência de 49 indivíduos, e apenas 3,9% não são nativos da província, que indicam 2 frequências de pessoas.

Tabela 12: Província de nascimento

	Frequência	Porcentagem
Benguela	2	3,9
Cabinda	49	96,1
Total	51	100,0

Conforme a tabela da província de nascimento, os resultados foram bastante satisfatórios, porque a maior frequência dos participantes na aplicação dos questionários foi apresentada por naturais de Cabinda, o que facilita a leitura dos resultados relativamente às formas próprias usadas pelos *ibindas*.

Para tornar mais simples a leitura dos dados, com base na sequência dos resultados, e apresentar uma relação entre as estratificações sociais testadas na pesquisa, a amostra a seguir conta com a tabela de género, no sentido de rapidamente se observar e comparar qual dos sexos predominou na amostra, em função dos resultados da tabela *província de nascimento*.

Tabela 13: Género

	Frequência	Percentagem
Masculino	21	41,2
Feminino	30	58,8
Total	51	100,0

Os resultados obtidos da variável género/sexo são muito testados nos estudos sociolinguísticos. Por isso, revela-se indispensável para a nossa pesquisa. Na tabela sobre os géneros, podemos observar que houve uma diferença significativa no número de frequência de participantes do género/sexo masculino (21) em relação ao número de participantes do género/sexo feminino (30). Em termos percentuais, verificou-se 58,8% para o género feminino e 41,2% para o género masculino.

Outra variável social testada tem a ver com as zonas de residência. Segundo Zau (2011), esta variável funciona como base de assunção e de padronização trivalente dos sujeitos inquiridos pelas categorias da sua localização e inscrição no *locus* do uso da língua portuguesa nas categorias de ruralidade e urbanidade (p. 141). Considerámos que nesse uso da língua portuguesa são também proferidas, particularmente, as formas de tratamento. No entanto, os inquiridos que fazem parte da amostragem estão localizados em duas zonas, com os respetivos números, conforme indica a tabela abaixo:

Tabela 14: Zona de residência

	Frequência	Percentagem
Urbana	34	66,7
Rural	17	33,3
Total	51	100,0

Se tivermos em conta os resultados dos dados da tabela acima, observa-se uma frequência desequilibrada dos inquiridos residentes nas zonas urbana e rural. A zona urbana revela-se como a mais habitada pelos participantes, com cerca de 34 inquiridos, numa escala de 66,7%, em relação à zona rural, com apenas 17 participantes, que faz um percentual de 33,3%.

Em função dos dados extraídos a partir das zonas de residência, pretendemos verificar qual seria a faixa etária e os níveis de escolaridade dos inquiridos que nasceram ou residem na província de Cabinda, nas distintas zonas testadas. A tabela a seguir apresenta os valores das diversas faixas etárias observadas no estudo.

Tabela 15: Idade

	Frequência	Porcentagem
Inferior ou igual a 25 anos	26	51,0
26-30 anos	21	41,2
31-35 anos	2	3,9
36-40 anos	1	2,0
41-45 anos	1	2,0
Total	51	100,0

Como se previa para esta província, a frequência elevada dos inquiridos estaria para a camada jovem desde inferior ou igual a 25 (51%) até aos 35 anos (41,2%, 3,9%), porque a maior parte deles usam e falam a língua portuguesa em diversos ambientes. Na fase adulta, a preferência de comunicação dá-se em línguas locais, o que dificultou a seleção e participação dos inquiridos. Mas, seria interessante observar o uso das formas de tratamento por parte dos indivíduos que correspondem às faixas etárias de 36 a 45, de apenas 2 frequências, equivalente a 2%, como representatividade dos demais que não puderam expressar-se em língua portuguesa.

A estratificação social testada a seguir tem a ver com o grau de instrução dos inquiridos. Pretendemos aqui entender se as formas de tratamento mais/menos utilizadas e *reinventadas* do que as outras têm a ver com o nível de escolaridade dos participantes. Como a maior frequência se mostrava satisfatória para a faixa etária inferior ou igual a 25 anos, onde engloba diferentes idades inferiores a 25 anos, previa-se maior número de pessoas escolarizadas no nível superior. Logo, os resultados dos níveis de «escolaridade básica e superior merecem destaque, em virtude de a língua continuar a ser, para muitos angolanos, uma língua aprendida, [...] não adquirida natural e espontaneamente» (NZAU, 2011, p. 141). A tabela abaixo ilustra os dados do nível de escolaridade dos inquiridos da/na província de Cabinda.

Tabela 16: Nível de escolaridade

	Frequência	Porcentagem
Ensino secundário/ base	21	41,2
Ensino Médio	21	41,2
Ensino Superior	7	13,7
Sem resposta	2	3,9
Total	51	100,0

Como podemos ver na tabela sobre o nível de escolaridade, não houve qualquer registo de participantes com grau mínimo primário. Importa referir que a nossa hipótese inicial foi confirmada. Os níveis de ensino secundário ou base e médio apresentam-se com os mesmos números de frequências (21) e de percentagens (41,2%) para cada um. O ensino superior coloca-se com frequência mínima (7) e percentagem baixa (13,7%), em relação aos dois outros níveis de

escolaridade. Da amostra geral de 51 inquiridos, apenas 2, que perfaz 3,9%, não declararam escolaridade. Se olharmos novamente para a amostra da idade, para todas as faixas etárias, percebe-se logo que há uma concatenação dos dados apresentados com os da escolaridade. Assim, na nossa amostra, a maior parte da camada jovem possui um grau de escolarização médio/básico e a adulta superior.

Ora, com base na amostra da idade e dos níveis de escolaridade, cabe-nos agora verificar quais seriam as profissões exercidas pelos inquiridos com graus de instrução superior, médio e secundário. A tabela a seguir ilustra as atividades dos inquiridos em Cabinda.

Tabela 17: Profissão

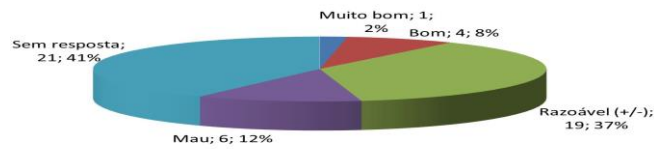
	Frequência	Porcentagem
Auxiliar de limpeza	1	2,0
Balconista	1	2,0
Comerciante	2	3,9
Eletricista	2	3,9
Enfermeira	1	2,0
Estudante	39	76,5
Mecânico	4	7,8
Professora	1	2,0
Total	51	100,0

Conforme a tabela de profissão, os inquiridos em Cabinda exercem diversas atividades laborais, como: *auxiliar de limpeza, balconista, comerciante, eletricista, enfermeira, estudante, mecânico e docente*. Na subamostra da tabela acima, a profissão mais observada é *estudante*, com 76,5%, seguida de *mecânica* com 7,8%.

Os resultados a seguir constam da segunda parte do nosso questionário sociolinguístico, onde se procura conhecer dos participantes o grau de domínios que têm das formas de tratamento informal ou formal, assim como as formas que utilizam para se dirigirem às pessoas em situações comunicacionais que envolvem chamadas, interpelações, conversas em diferentes anglos.

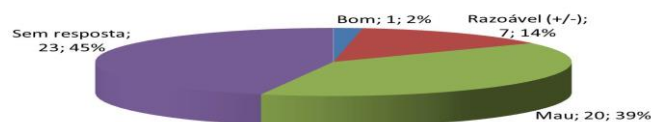
Com base nos nossos dados, dos 51 angolanos falantes da língua portuguesa que (não) nasceram e/ou residem na província de Cabinda, no que diz respeito às formas ou pronomes de tratamento informais, apenas 2%, equivalente a 1 inquirido, demonstra ter um domínio muito bom, enquanto que 37%, correspondente a 19 inquiridos, revelam possuir um domínio razoável ou mais ou menos, contra 4/8% dos que apresentam domínio bom, 6/12% de mau e 21/41% que não mencionaram avaliação do seu domínio, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Domínio das formas de tratamento informais



Em relação às respostas dadas pelos inquiridos sobre o domínio das formas de tratamento formais, os resultados mostram-se bastante diferenciados das informais. A abstenção, que consideramos sem resposta, e o mau domínio prevaleceram com maior frequência e percentagem nas respostas deste quadro, com 23 (45%) para o primeiro, e 20 (39%) para o segundo. O domínio muito bom não aparece nesta amostra e foi substituída por bom, com 1 registo de (2%), seguido de 7 (14%) para o domínio razoável ou mais ou menos, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Domínio das formas de tratamento formais



Após a apresentação dos resultados sobre os domínios que os inquiridos possuem acerca das formas ou pronomes de tratamento informais ou formais, a continuidade da segunda parte do questionário procura verificar quais são essas formas ou pronomes de tratamento usados e dominados ou não pelos participantes. Para observarmos essas formas ou pronomes de tratamento, as questões colocadas mencionam as relações para/de: (i) os amigos; (ii) colegas de escola; (iii) colegas de serviço; (iv) casais; (v) namorados; (vi) vizinhos; (vii) desconhecidos na rua ou em outros lugares; (viii) filhos para pais; (ix) pais para filhos; (x) alunos para professores; (xi) professores para alunos; (xii) crianças para mais velhos; (xiii) mais velhos para crianças; (xiv) empregados para patrão/patroa; (xv) patrão/patroa para empregados; (xvi) empregados de serviços diversos para clientes e vice-versa (xvii).

Segundos os dados da nossa pesquisa, para a província de Cabinda, as formas ou pronomes de tratamento usados entre/para amigos constam: *irmão, você, tu, mana(o), puto, cassule, kota, nome próprio, amiga, miúda, querida* (vide anexo):

(1) - **Irmão**, hoje não vou à escola.

- Por que **você** não vai?

- (2) - Pensei que **tu** estavas na unidade.
 - Hoje não fui porque a **mana** continua doente.

(3) **Estás** bem?

Das alistadas, os pronomes *você*, *tu* e as formas nominais indicadas apresentaram frequências e percentagens idênticas de 25 (49%) para cada forma de tratamento apresentada. Verificou-se apenas 1 ocorrência da forma verbal, que corresponde a 2%, conforme se vê na tabela abaixo.

Tabela 18: Formas de tratamento entre amigos

	Frequência	Percentagem
pronominal	25	49,0
nominal	25	49,0
verbal	1	2,0
Total	51	100,0

Em relação ao uso das formas de tratamento entre colegas de escola, a amostra revelou uma certa tendência ao uso dominante dos mesmos pronomes da amostra anterior, apesar de constarem algumas formas próprias para este quadro. Contudo, observa-se maior índice percentual para os pronomes *você* (37,3%) e *tu* (9,8%), perfazendo um total de 47,1%, contra o total de 48,9% de todas as formas nominais usadas, conforme a tabela abaixo e a outra em anexo.

(4) **Tu** estudaste para a prova de morfologia?

(5) Não consegui estudar. E **você**?

(6) Também não, **cassule**.

Tabela 19: Formas de tratamento entre colegas de escola

	Frequência	Percentagem
pronominal	23	47,1
nominal	24	48,9
sem resposta	2	3,9
Total	49	100,0

Na tabela sobre o uso das formas ou pronomes de tratamento entre colegas (cf. anexo) registam-se algumas formas tidas como próprias no português de Angola (6). Apesar de o ambiente académico figurar uma relação de *solidariedade* entre colegas da mesma escola e turma, pode também apresentar a relação de *poder* em função da categoria social e da faixa etária dos colegas presentes na amostra (6). *Solidariedade/poder* que pode até mesmo esforçar o uso das formas nominais que indicam grau parentesco (7), mesmo entre eles não pertencerem ao mesmo grupo sanguíneo ou membro familiar. Assim sendo, as formas de tratamento usadas neste espaço

constam: *mana(o) + nome, tia(o) + nome, pai + nome, irmã(o), (doutor(a)) + nome próprio, nome próprio, parente, colega e querido.*

(7) - A **tia** Matilde ontem não assistiu à aula de sociolinguística?

- Não, **mana**. Ontem fui ao hospital.

No que diz respeito às formas ou pronomes de tratamento entre colegas de serviço, a tabela abaixo mostra o seguinte:

Tabela 20: Formas de tratamento entre colegas de serviço

	Frequência	Porcentagem
pronominal	3	20,0
nominal	12	80
Total	15	100,0

Do total geral de 51 inquiridos, 15 exercem outra atividade laboral, com exclusão de *aluna(o)* ou *estudante* que consideramos como profissão para a nossa amostra. Os resultados mostraram que os 3 usuários da forma pronominal preferem apenas *você* (20%) ao *tu*, ou seja, não houve registro do uso de *tu* para/entre os colegas de serviço. Ao passo que as formas nominais usadas, sem distinção de cada uma delas, fazem um total de 80%, com 12 ocorrências, conforme a lista: *colega, doutor(a), enfermeira(o) + nome, mana + nome, nome próprio, mano, irmão, professor, tia(o) + nome*:

(8) - **Doutor**, bom dia!

- Bom dia, **tia Emília**! Como está?

- Estou bem, **mano**. E o **mano**?

Verificando os resultados do uso das formas de tratamento entre casais, 44 (86,3%) dos inquiridos não responderam a esta questão, alegando falta de parceiro. Logo, dos 7 restantes manifestaram ter companheiros. Assim, apesar de os casais se tratarem de diversas formas, o pronome *você* ocorre com a maior frequência, ainda que ligeira, (6), contra a forma nominal *mano* (4), seguida da pronominal *tu* (3) e das restantes formas, com 1 ocorrência, como, por exemplo, *amor, nome próprio, pai*, conforme a tabela abaixo.

Tabela 21: Formas de tratamento entre casais

	N	%		N	%
sem resposta	44	86,3	mano, tu, você	1	2,0
amor, tu, você, nome	1	2,0	tu, você	1	2,0
mano	1	2,0	Você	1	2,0
mano, pai, você	1	2,0	você, mano	1	2,0

N	%	N	%
Total		51	100,0

Ora, gostaríamos de lembrar que no capítulo sobre o instrumento e recolha de dados, os questionários sociolinguísticos, explicámos que os inquiridos poderiam responder de forma aberta às questões colocadas na segunda parte, ou seja, cada pergunta poderia ser respondida com todas as formas ou pronomes que usam para se dirigir, interpelar, conversar ou chamar alguém. O que resultou na observação de variadas formas ou pronomes usados para as mesmas pessoas.

Os testes realizados para a observação do tratamento entre vizinhos provam que as formas ou pronomes mais usados são *você*, com 13,7%, *senhor*, *senhora*, com 11,8%, *você*, *senhor*, *senhora*, com 7,8%, seguida de *pai*, *mãe*, *tio*, *tia*, com 5,9%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas na tabela abaixo:

Tabela 22: Formas de tratamento entre vizinhos

	N	%		N	%
kota, vizinho, tio, vizinha, nome	1	2,0	tio, tia, pai, mãe	1	2,0
kota, vizinho, vizinha, nome	1	2,0	tio, tia, senhor, senhora	1	2,0
mãe, pai, senhor	1	2,0	tu, você	1	2,0
mãe, tio, tia, irmão, vizinha + nome, você	1	2,0	vizinho, vizinha, nome, tio + nome	1	2,0
mano, mana	2	3,9	Você	7	13,7
pai, mãe, senhor, senhora	1	2,0	você, pai, mãe, tio, tia	3	5,9
pai, mãe, tio, tia, você	1	2,0	você, pai, tio, tia, você	1	2,0
pai, mano, mana, mãe, nome	1	2,0	você, senhor, senhora	4	7,8
senhor, senhora	6	11,8	você, tio, tia	1	2,0
senhor, senhora, pai, mãe, tio + nome, tia + nome	2	3,9	você, tio, tia, pai	2	3,9
senhor, senhora, tio, tia, mano, pai, mãe	1	2,0	você, vizinho, nome	1	2,0
senhor, senhora, tio, tia, pai, mãe, avó	1	2,0	você, vizinho, vizinha, nome	1	2,0
senhor, tio, pai	1	2,0	você, vizinho, vizinha, nome, mamã	1	2,0
tio, tia	1	2,0	você, vizinho, vizinha, nome, papá	1	2,0
tio, tia, pai	1	2,0	você, vizinho, tia + nome, vizinha, nome	1	2,0
tio, tia, pai, avó, você, tu	1	2,0	você, vizinho, vizinha, nome	1	2,0
Total			51 100,0		

(9) Senhor(a)/vizinha(o), bom dia!

Neste tipo de relação, o uso das duas primeiras formas de tratamento são proferidas normalmente nos primeiros contactos entre os moradores (9). No primeiro, com o pronome *senhor(a)*, o afastamento na relação entre os moradores é maior, e quase chocante para quem recebe este pronome. O pronome *senhor* não é visto como tratamento formal ou de *poder*, mas sim como tratamento de afastamento ou mesmo de desprezo. Todavia, na medida em que o contacto

presencial se for intensificando, o tratamento de *senhor(a)* passa a *vizinha* (10), mais tarde a *vizinha + nome* (11), posteriormente aos nomes de parentesco (12).

(10) **Vizinha**, bom dia!

(11) **Vizinha Casta**, bom dia!

(12) **Tia Casta**, bom dia! Como está?

No que diz respeito ao uso das formas ou pronomes de tratamento no ambiente mais afetivo, ou seja, entre namorados, a tendência à utilização do pronome *você* (13) assume-se como dominante da amostra, com 27,5%, seguido de *tu* 11,8% (14), e da variação dos pronomes para a mesma pessoa, *tu, você* por 11,8% (15), verificando-se, ainda, todas as restantes formas listadas e 29,4% de sem respostas, conforme ilustra os exemplos e a tabela abaixo:

(13) - **Você** é muito linda, **querida**.

- **Você** também, **querido**.

(14) – **Tu** és muito mentiroso, **amor**.

- **Fofa**, o que se passa? **Tu** estás bem?

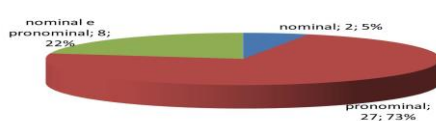
(15) – Há dois dias que **você** não fala comigo. **Tu** deves ter aprontado algo.

Tabela 23: Formas de tratamento entre namorados

	N	%		N	%
sem resposta	15	29,4	tu, você, amor	1	2,0
amor, tu, você	2	3,9	tu, você, querida	1	2,0
fofa, querida	1	2,0	tu, você, querido	1	2,0
Querido	1	2,0	Você	14	27,5
senhor, você, nome	1	2,0	você, fofa	1	2,0
Tu	6	11,8	você, tu	1	2,0
tu, você	6	11,8	Total	51	100,0

Olhando para a tabela acima, verifica-se facilmente que os inquiridos usam várias outras formas para se dirigir, interpelar, chamar ou conversar com os seus parceiros. Essas formas podem ser nominais, pronominais ou nominais e pronominais. Assim, se tivermos em conta esta divisão das formas de tratamento, a sua observação a partir do gráfico ilustrar-nos-ia que:

Gráfico 3: Tipo de formas de tratamento entre namorados



A utilização uniformizada dos pronomes, quer seja *tu* quer seja *você*, embora estejam em contexto de variação, prevaleceram com maior ocorrência na amostra, com cerca de 27, equivalendo a 73%, seguido da variação dos tipos de formas de tratamento, nominal e pronominal ao mesmo momento, ocorrido apenas 8 vezes, numa escala percentual de 22, contra 5% das 2 frequências do uso regular da forma de tratamento nominal.

A apresentação dos resultados a seguir tem a ver com as formas ou pronomes de tratamento que usam entre/para desconhecidos na rua ou em outros lugares. Os inquiridos, para pessoas desconhecidas ou estranhas, preferem usar as formas *você, pai, mãe, tio, tia*, com 17,6%, seguidas de *tio, tia, pai, mãe, senhor, senhora*, com 11,8%. A partir da tabela, se tivéssemos que comparar apenas os resultados dos pronomes *você* e *senhor* ou *senhora*, verificar-se-ia que *você* ocorre 13 vezes e *senhor* ou *senhora* 9, como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 24: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	N	%		N	%
mano, mana	2	3,9	senhor, senhora, tio, tia, pai, mãe, você	2	3,9
mano, mana, pai	3	5,9	tio, tia, pai, mãe, senhor, senhora	6	11,8
mano, mana, pai, senhor, senhora	2	3,9	tio, tia, senhor, senhora	1	2,0
mano, mana, senhor, senhora	2	3,9	tio, tia, você	1	2,0
mano, mana, tio, tia	1	2,0	tu, você	1	2,0
mano, mana, tio, tia, pai, você	1	2,0	Você	4	7,8
mano, mana, tio, tia, senhor, senhora	2	3,9	você, pai, mãe, tio, tia	9	17,6
mano, mana, tio, você, senhor, senhora	1	2,0	você, pai, mano, mana	1	2,0
mano, mana, você	3	5,9	você, senhor, senhora	4	7,8
mano, mana, você, pai, avó, mamã	1	2,0	você, tio, tia	1	2,0
senhor, senhora, pai, mano, mana	1	2,0	você, tu	2	3,9
			Total	51	100,0

Com base na tabela acima, ainda se pode observar que os inquiridos, em comparação com as formas pronominais, usam com maior frequência as formas nominais (*mano, mana, pai, tio, tia, avó, mamã e mãe*) (16) entre ou para desconhecidos na rua ou outros lugares.

(16) - **Avó**, quanto custa o kilo de fuba?

- É 500, **pai**.

Note-se que o interlocutor recebe o tratamento por *pai* em função da avaliação fisiológica do locutor. Normalmente, esta forma de tratamento é usada para pessoas que estejam em idade de procriação.

Quanto ao uso das formas ou pronome de tratamento que os inquiridos usam para os pais, no contexto de uso sem variação, os resultados ditaram, de forma surpresa, que os pronomes *senhor, senhora* dominaram a amostra, com 13,7%, seguidos de *pai* com 11,8%, e de *você*, com 9,8%

(17), verificando-se, ainda, todas as restantes formas listadas e 11,8% de sem respostas, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 25: Formas de tratamento de filhos para pais

	N	%		N	%
sem resposta	6	11,8	Papá	2	3,9
Mamãe	1	2,0	papá, senhor	1	2,0
Nome	1	2,0	Senhor	3	5,9
Pai	6	11,8	senhor, pai	6	11,8
pai, mamãe	1	2,0	senhor, senhora	7	13,7
pai, nome	1	2,0	Velho	2	3,9
pai, nome, você	1	2,0	velho, pai, papá	1	2,0
pai, senhor	1	2,0	velho, pai, papá	4	7,8
pai, você	2	3,9	Você	5	9,8
			Total	51	100,0

(17) - **Pai, você** foste aonde?

- Fui ao serviço, filho

- **Você** vai de novo no serviço?

No português dos angolanos, a falta de concordância verbal (17) é registada por quase todos os falantes, independentemente do fator extralinguístico escolaridade. O pronome *você* na posição de sujeito, na relação de filhos para pais, aparece normalmente depois da forma *pai* ser invocada inicialmente na conversa. Se olharmos para a tabela de tratamento de filhos para pais, podemos observar um outro dado curioso, mas importante, que tem a ver com o uso do *nome próprio* (18) para os pais, que representa um número insignificante de apenas 3 ocorrências, com percentagem de 5,9%. Talvez aqui esteja a atuar outro tipo de mudança comportamental dos pais na aceitação desta forma, pelo menos no contexto angolano, tida como imprópria para se dirigir, interpelar, chamar ou conversar com aos seus progenitores. Ora, a observação deste caso poderá ser comprovada em amostra de outras províncias ao longo da análise da nossa pesquisa.

(18) **Luís**, aonde vais?

A partir do monitoramento da fala dos angolanos, notámos que há uma ocorrência significativa do uso do pronome *você* para os filhos. Daí, testámos a hipótese, com base no questionário sociolinguístico, com a formulação da seguinte questão: *Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa: de pais para filhos?* Como já se esperava, para os resultados das formas ou pronomes de tratamento de pais para filhos, só o pronome *você* se apresenta com percentagens acima dos 21%, seguidos de *você*, *tu*, *nome* por 5,9% e apenas *tu* por 3,9%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 51% de não respostas. Se tivermos que

isolar os pronomes *você* e *tu* e estabelecer uma comparação entre eles, em contexto apenas de não variação, ou seja, nos registros em que os participantes apenas utilizaram um dos pronomes para as situações de comunicação invocadas anteriormente, os resultados são bastantes distanciados: *você*, com 21,6%, contra *tu*, com 3,9%. Agora, se olharmos para o gráfico, em que apresenta os contextos de variação, quer sejam para o uso dos pronomes *você* e/ou *tu*, com 60%, quer sejam para uso das formas pronominais, nominais e verbais, na ordem de 4%, como das formas apenas pronominais e nominais, 36%, todas elas usadas ao mesmo tempo (variação), os resultados continuam corroborando a afirmação levantada acima, de que a forma pronominal prevalece na amostra. A tabela abaixo, seguida do gráfico, apresentam de forma resumida os dados explicitados.

Tabela 26: Formas ou pronomes de tratamento que usam de pais para filhos

	N	%		N	%
sem resposta	26	51,0	Tu	2	3,9
filha, tu	1	2,0	Você	11	21,6
filha, tu, você	1	2,0	você, nome, filho	1	2,0
filha, tu, você, nome	1	2,0	você, tu	1	2,0
nome, tu	1	2,0	você, tu, filho	1	2,0
nome, você, tu	1	2,0	você, tu, nome	3	5,9
Senhor	1	2,0	Total	51	100,0

Gráfico 4: Tipo de formas de tratamento de pais para filhos



Quanto à décima questão, que se insere na segunda parte do questionário, as formas ou pronomes de tratamento mais usadas de alunos para professores são *senhor professor*, *senhora professora* (19, 20), com um total de 72,5%, seguida de *professor*, *professora* (21), com 11,8%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas (11,8%) e 3,9% de não respostas.

(19) **Senhora Professora**, quando é que será a prova?

(20) O **Senhor Professor** não dará aulas hoje.

(21) **Professor(a)**, quero ir ao quarto de banho.

Tabela 27: Formas ou pronomes de tratamento que usam de alunos para professores

	N	%		N	%
sem resposta	2	3,9	senhor professor	12	23,5
professor, professora	6	11,8	senhor professor, professor	2	3,9
professor, senhor professor	1	2,0	senhor professor, professor + nome	1	2,0
professor, você	1	2,0	senhor professor, senhora professora	25	49,0
professor + nome, doutor	1	2,0	Total	51	100,0

Conforme a tabela exposta, a amostra revela que apenas 1 inquirido utiliza o pronome *você* para o professor, o que demonstra um dado interessante na relação de inferior para superior, pelo menos no ambiente acadêmico. Não se sabe concretamente se o aluno tem outra relação com o professor e se o mesmo pronome é usado no contexto de aula ou fora da sala de aulas. Também podemos presumir que o uso do pronome *você* é proferido depois da forma professor(a) (22), que, de qualquer modo, causaria estranhamento ou seria visto como desrespeitoso.

(22) **Professor(a), você** tem mais um enunciado?

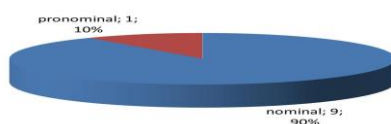
Nos dados analisados na província de Cabinda, apenas 1 inquirido exerce a profissão de professor e o tratamento ao aluno é dado exclusivamente pelo pronome *tu* (vide tabela anexa).

Olhando para a décima primeira questão, as formas ou pronomes de tratamento mais usadas de crianças para mais velhos são *mano, mana* (23), com 15,7%, considerando as percentagens de todas as restantes formas listadas e 78,4% de não respostas (cf. tabela anexa). Se observarmos o gráfico abaixo, com o resultado da amostra geral do uso de todas as formas, apresenta-nos também a utilização da forma pronominal pelo inquirido. Trata-se, então, do pronome *você* (24), com apenas 1 ocorrência de uma criança para mais velhos. Ora, importa frisar que os resultados gerais vêm apenas comprovar a maior frequência do tratamento nominal em relação ao pronominal.

(23) **Mano**, o almoço já está pronto! A **mana** disse que não vai comer com o mano.

(24) **Você** vais (vai) na (à) praça agora?

Gráfico 5: Tipo de formas de tratamento de crianças para mais velhos



Para observar o uso das formas ou pronomes de tratamento no sistema inverso da tabela discriminada anteriormente, pretendemos verificá-la a partir da décima segunda questão do questionário: *Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa: de mais velhos para crianças?* Os resultados mostram que as formas nominais (25) *puto, miúdo, miúda*, com 19,6%, são as mais usadas, seguidas da pronominal (26) *você*, com 11,8%, em contexto de não variação,

verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 19,6% de não respostas (cf. tabela anexa).

(25) **Puto**, vem cá. Conheces aquela(e) **miúda(o)**?

(26) **Você** mora onde?

Em relação ao uso das formas ou pronomes de tratamento de empregados para patrão ou patroa verificou-se maior tendência para os pronomes *senhor, senhora* (27), com 33,3%, seguida das nominais *papá + nome* (28), na ordem de 5,9%, contando, ainda, com todas as restantes formas listadas e 33,3% de não respostas. Ao contrário do que se poderia esperar, com base na descrição da décima quarta questão, para as formas de tratamento de patrão ou patroa para empregados, a forma pronominal *você* (5/9,9%) ocorre com maior frequência e percentagem em relação à nominal *tia* (2/3,9%) (*vide* tabelas anexas).

(27) **Senhor(a)**, hoje não pude aparecer, porque o meu filho está doente.

(28) O **papá João** disse-me ontem para limpar só aqui.

Os resultados verificados nestas tabelas de/sobre formas de tratamento provam atuar conforme se estabelece a relação de *poder e solidariedade*, onde o superior/patrão/patroa em diversas situações sociais, como financeira, por se tratar de empregado *vs.* patrão ou patroa (vice-versa), no caso analisado, trata o seu empregado/subordinado como inferior, independentemente da faixa etária. Em suma, os resultados encaixam-se no seguinte esquema: inferior *S* para superior; superior *V* para inferior⁷⁴.

Para as formas ou pronomes de tratamento usados de empregados de serviços diversos para clientes, os resultados apresentam-se similares em termos percentuais e de frequências, pelo menos no contexto em que o inquirido usa apenas um único tipo de forma, pronominal ou nominal, para a mesma pessoa. Tanto para as formas pronominais *senhor, senhora* como para as nominais *papá, mano, mana, mamã*, os valores correspondem a 2 (3,9%) para cada caso, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 80,4% de não respostas, conforme se pode ver na tabela abaixo.

⁷⁴O esquema apresentado é baseado no de Brown e Gilman (1960), onde o superior recebe *V* e o inferior *T*. Para esses autores, a designação de *V* é para o pronome de tratamento de *vós*, como cerimonioso ou respeitoso, ao passo que *T* é para *tu* (inferior). Na nossa amostra, o esquema foi adaptado em função do contexto angolano. Embora as gramáticas tradicionais classifiquem o pronome *você* como tratamento de respeito, até agora, a amostra evidencia como tratamento equiparado a *tu*, portanto inferior. Sendo assim, o inferior recebe *V* (*você*) e o superior *S* (*senhor*) (cf. OLIVEIRA, 2019, p. 16).

Tabela 28: Formas de tratamento de empregados de serviços diversos para clientes

	N	%		N	%
Não responde	41	80,4	papá, tio, mãe, senhor	1	2,0
mano, mana, pai, mamã, você	1	2,0	senhor, senhora	2	3,9
pai, mãe, mano, mana, irmã, você	1	2,0	senhor, senhora, mana, mano, pai, mãe, mamã	1	2,0
pai, mãe, senhor, senhora, tio, tia	1	2,0	tio, tia, pai, senhor, senhora	1	2,0
papá, mano, mana, mamã	2	3,9	Total	51	100,0

Em função dos dados obtidos na tabela acima, verificámos se as formas utilizadas em situações de comunicação que envolvessem empregados de serviços diversos para clientes seriam as idênticas de algumas mesmas pessoas que preencheram a questão anterior. Para tal, a tabela abaixo ilustra o seguinte:

Tabela 29: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos

	N	%		N	%
Não responde	3	5,9	senhor, senhora, mano, mana	1	2,0
amigo, amiga, pai, tio, tia, mamã, senhor, senhora, moço, moça	1	2,0	senhor, senhora, pai, mãe	1	2,0
irmão, irmã, senhor, senhor, amigo	2	3,9	tio, tia	1	2,0
mano, mana	2	3,9	tio, tia, mãe, pai	1	2,0
mano, mana, amigo, amiga	1	2,0	tio, tia, pai	1	2,0
mano, mana, irmã, senhor, senhora	1	2,0	tio, tia, pai, mãe, avó, senhor, senhora	1	2,0
mano, mana, pai, senhor, senhora	1	2,0	tio, tia, pai, mãe, senhor, senhora	7	13,7
mano, mana, senhor, senhora	3	5,9	tio, tia, pai, senhor, senhora	1	2,0
pai, mãe, senhor, senhora, mano, mana	2	3,9	tio, tia, senhor, senhora	1	2,0
pai, mano, mana, senhor, senhora	1	2,0	tio, tia, senhor, senhora, pai, mãe	1	2,0
pai, tio, tia, mana	1	2,0	você, tu, tio, tia, pai, mãe	7	13,7
senhor, senhora	10	19,6	Total	51	100,0

Conforme a tabela acima, em ambos os contextos, quer seja de variação quer seja de não variação, os pronomes *senhor*, *senhora* (29) consideram-se os mais usados de clientes para empregados de serviços diversos, com 10 ocorrências, perfazendo 19,6%, contra as situações em que houve variação das formas nominais e pronominais, *você*, *tu*, *tio*, *tia*, *pai*, *mãe* por 13,7%, e *tio*, *tia*, *pai*, *mãe*, *senhor*, *senhora*, com cerca de 13,7%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 5,9% de não respostas.

(29) **Senhor(a)**, vai desejar alguma coisa?

Por último, procurámos saber dos inquiridos, a partir de uma questão fechada, se *consideram correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?* Os resultados obtidos revelam que nem todos consideram correto usar as formas nominais, como *pai(zinho)*, *mãe(zinha)*, *avó*, *tio*, *tia*, entre outras, mesmo sem grau parentesco (30, 31), em estabelecimentos públicos tidos como formais (escola,

administração, repartição...). A partir da observação do gráfico abaixo, a resposta *não* para a questão levantada mostrou-se muito significativa, uma vez que esperávamos um total de 100% para resposta *sim* nesta questão, por conta do monitoramento da fala de alguns angolanos naquela província. Mas, de qualquer modo, a resposta *sim*, com 26 ocorrências, dos 52%, supera a resposta *não*, na escala de 48%, com a frequência de 24 vezes.

Gráfico 6: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?



(30) - **Pai(zinho)**, bom dia! Gostaria de ter com o Senhor Diretor.

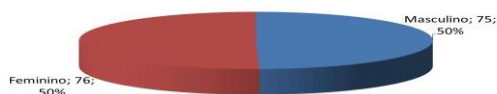
- O Senhor Diretor não está, **filho**.

(31) - A **tia(o)** não viu o administrador? – Não, **mãe**.

4.4.1.2. Luanda

Os resultados a seguir foram obtidos a partir de uma análise qualitativa e quantitativa de dados no que tange às formas de tratamento do português dos angolanos, recolhidos por intermédio de um questionário sociolinguístico aplicado na capital do país, Luanda, que corresponde à Região Norte, no período de 1 de maio de 2019 a 22 de julho de 2019. Os dados obtidos nesta província foram submetidos ao programa informático de estatística *SPSS*, que identificou um *corpus* constituído de um total de 151 elementos. A primeira variável analisada foi a estratificação social sexo/género, onde foram identificadas 151 inquiridos, sendo 75 do sexo/género masculino (49,7%) e 76 do sexo/género feminino (50,3%). Se arredondarmos por excesso as percentagens de cada sexo, o valor percentual que sobe é o do masculino, porque se encontra com média superior a cinco por cento, ao passo que a do feminino poderá manter-se ou baixar para 50%, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 7: Género



Os resultados gerais analisados para a província de Luanda, a partir do gráfico acima, mostram que houve uma presença significativa para os dois géneros. As percentagens distribuídas em cada género apresentam-se com 50% para cada um, o que torna interessante a amostra por ser bastante equilibrada.

No que diz respeito à faixa etária dos inquiridos, verifica-se que houve maior presença de jovens na amostra e uma redução na faixa de adultos correspondente até 45 anos. Na idade inferior ou igual a 25 anos, a percentagem chega aos 43,7%. Esse valor corresponde a uma frequência de 66 participantes. Para os inquiridos que se apresentam com 26 a 30 anos, os percentuais ficam muito baixos em relação à primeira faixa, com cerca de 51 inquiridos, que correspondem a 33,8%, ao passo que o índice de percentual e frequência reduzida começa nas idades que vão de 31 a 40 anos, sendo 31 a 35 anos, com 18 de frequência, correspondente a 11,9% das pessoas, 36 a 40 anos, com 6 inquiridos, equivalendo a 4% e apenas 1 participante na faixa etária de 41 a 45 anos. Em comparação a essas duas últimas faixas etárias, a que corresponde a mais adulta de todas, ou seja, a de igual ou superior a 46 anos, registou-se valores percentuais mais altos do que as outras, pelos menos até à de 41 a 45 anos, na ordem de 6%, que correspondem à frequência de 9 inquiridos, conforme ilustra a tabela abaixo.

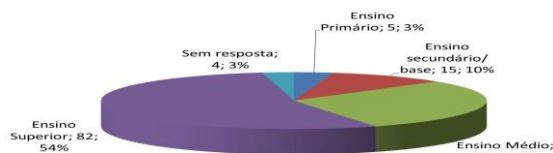
Tabela 30: Idade

	Frequência	Percentagem
Inferior ou igual a 25 anos	66	43,7
26-30 anos	51	33,8
31-35 anos	18	11,9
36-40 anos	6	4,0
41-45 anos	1	,7
Igual ou superior a 46 anos	9	6,0
Total	151	100,0

Em relação ao nível de escolaridade nesta província, o gráfico abaixo apresenta resultados como uma escala numérica crescente ou decrescente, conforme a visão do leitor. Começando com o nível primário, por pertencer ao primeiro grau de instrução, os resultados da amostra ditam que os percentuais se apresentam equilibrados com os inquiridos que não possuem nenhum grau de escolaridade, com a distribuição equitativa de 3% para cada um, embora a frequência se mostre vantajosa para o ensino primário, com diferença de 1 inquirido a mais em relação aos sem nenhum grau de escolaridade, considerados como sem resposta. Quanto aos indivíduos que declararam ter o ensino secundário ou base, a frequência foi de 15 pessoas, perfazendo 10%, enquanto que os de nível médio tiveram maior número de inquiridos, com 45 participantes, que correspondem em valores percentuais de 30%. Já para os resultados do ensino superior foi

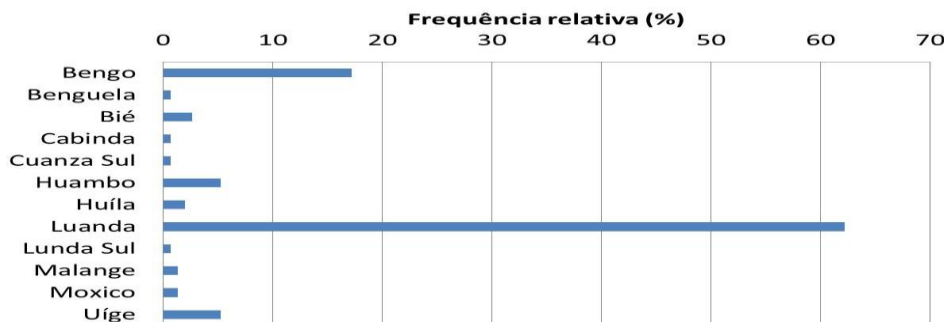
observado como a maioria esmagadora, a frequência de inquiridos resumiu-se em 82 participantes, o que representa, estaticamente, 54%, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 8: Nível de escolaridade



Uma outra variável de estratificação social que nos pode indicar a proveniência dos inquiridos, em função da amostra ser a capital do país, de onde provêm pessoas de todas as partes de Angola, é a província de nascimento. A partir dessa amostra, pretendemos observar quais são as províncias dos inquiridos que mais dominaram a amostra, uma vez que a capital é a província com maior fluxo de povos de várias partes do país em busca de melhores condições de vida.

Gráfico 9: Província de nascimento



O gráfico acima sobre a província de nascimento mostra a proveniência dos inquiridos em diversos pontos geográficos do país. Como se esperava, seria impossível agruparmos apenas pessoas nativas da capital do país. Mas, felizmente, para os nossos dados, os resultados foram bastantes satisfatórios, porque conseguimos recolher o maior número possível de participantes que nasceram na província de Luanda, facto que dominou a amostra, como confirmam os dados, apresentando assim 94 inquiridos natos da província, dos 151 da amostra geral, que correspondem a 62,3%, seguido de 17,2% dos 26 inquiridos da província do Bengo, que se localiza a 55 km de distância de Luanda por via rodoviária.

Após a observação dos inquiridos residentes e nascidos na província de Luanda, procurámos verificar, a partir das zonas de residências rural e urbana, qual seria a mais habitada entre elas. Os resultados ditam que para a divisão das zonas de habitação, a rural se apresenta com maior

número de habitantes em relação à urbana, com 79 (52%) para a primeira zona e 72 (48%) para a segunda. Ora, o que dá a entender é que as diferenças numéricas estabelecidas entre ambas não são muito significativas, se tivermos em conta as dificuldades que as pessoas encontram em viver no meio urbano. Todavia, podemos apresentar como hipótese da proximidade aos resultados na amostra da zona urbana com a rural, o facto de se verificar no gráfico anterior maior frequência de inquiridos nascidos em Luanda, e por ser a sua terra natal, que desde o período de guerra neste território, a preferência de habitação era a urbana por motivos de segurança, entre outros. O gráfico a seguir sintetiza a leitura dos dados esboçados.

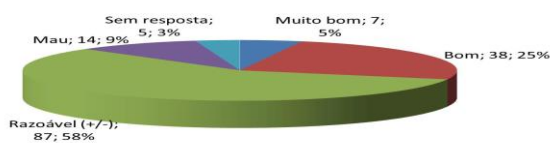
Gráfico 10: Zonas de residências



Com base nos resultados apresentados acima, procurámos saber quais são as atividades laborais desempenhadas pelos inquiridos residentes nas zonas urbana e rural da província de Luanda. Os resultados mostraram que os inquiridos exercem diversas atividades laborais desde a *auxiliar de limpeza, balconista, bancária, comerciante, eletricista, enfermagem, estudante, ladrilhador, mecânica, medicina, motorista, professor(a), militar e secretária*. Na amostra, a profissão mais observada foi *estudante*, com 47%, das 71 frequências, seguida de *professor(a)*, com 42 inquiridos, que corresponde a 27,8% e de 8 militares, com 5,3%, verificando-se, ainda, as restantes profissões listadas (cf. tabela anexa).

Os resultados a seguir contam da segunda parte do questionário, onde se verifica o grau de domínio e os tipos de formas de tratamento usados pelos inquiridos nos contextos de comunicação que envolvem interpelações, chamadas, conversas com pessoas, quer sejam conhecidas quer sejam desconhecidas. A primeira questão ficou reservada ao domínio que os inquiridos têm das formas ou pronomes de tratamento informais. Os dados revelam que os inquiridos possuem um domínio razoável do tratamento informal, com frequência de 87 indivíduos, que corresponde a 58%, seguido do domínio bom, apresentado uma escala de 25%, dos 38 participantes. Dos 14 inquiridos, que perfaz 9%, apresentam mau domínio, seguido de 7 (5%) para muito bom e 5 (3%) sem resposta, conforme se vê no gráfico abaixo.

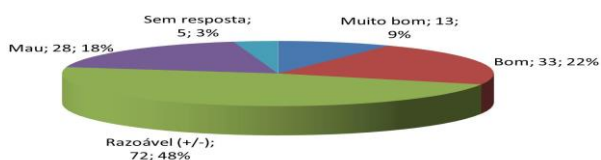
Gráfico 11: Grau de domínio das formas de tratamento informais



Depois de verificarmos os dados dos graus de domínios do tratamento informal, observámos os outros resultados para vermos onde há maior ou menor domínio do tratamento formal. Assim, como na amostra anterior, os resultados puderam demonstrar que o domínio razoável prevalece significativamente nesta amostra, com frequência de 72 inquiridos, que corresponde a 48%, seguidos de bom 33 (22%), mau 28 (18,5%), muito bom 13 (9%) e 5 (3%) de sem resposta.

Se tivermos de comparar os dados dos graus de domínios do tratamento informal com o formal, mas só com o *domínio mau*, observar-se-á que os inquiridos dominam mais as formais de tratamento informais do que as formais. Pensámos que o índice elevado de mau domínio do tratamento formal se deve à complexidade das estruturas gramaticais que completam esta forma. O gráfico a seguir ilustra a descrição feita.

Gráfico 12: Grau de domínio das formas de tratamento formais



Na pesquisa feita por Lesková (2012), procurou-se observar o uso das formas de tratamento entre cidadãos portugueses e utilizou-se como instrumento de recolha um questionário sociolinguístico, que foi aplicado a 88 pessoas dos sexos masculino e feminino de diferentes atividades laborais e faixas etárias. A autora conduziu o questionário à distância a partir da internet e obteve como amostra 40 pessoas do sexo masculino (45,5%) e 48 pessoas do sexo feminino (54,5%), dos quais 36 estudantes (40,9%) e 52 trabalhadores (59,1%), com as faixas etárias de 15-30 anos (38,6%) e de 31-50 anos (61,4%), sendo 80 pessoas (90,9%) com frequência universitária e 8 pessoas (9,1%) com ensino secundário. O objetivo principal do seu estudo era verificar as formas de tratamento em diferentes ângulos que envolvessem a *proximidade* e *distanciamento* entre os falantes, com base nas seguintes questões: *Como se dirige a várias pessoas que não conhece? Como se dirige a amigos? Quando usa você?* Os

resultados da sua pesquisa demonstram que as pessoas usam os pronomes *senhor* (46,6%), *senhora* (54,5%), como tratamento muito formal para desconhecidas, seguida da forma sem sujeito expreso, ou seja, com emprego da estrutura verbal na terceira pessoa, com 45,4% para os homens e 29,5% para as mulheres. O pronome *você* aparece como forma de afastamento com 13,6%. No relacionamento entre amigos, a forma preferencial ficou registada pela segunda pessoa da forma verbal, portanto, o pronome *tu*, se quisermos indicar, com 79% para a primeira faixa etária e 77,8% para a segunda. A autora regista ainda que, no espaço português, o pronome *você* é usado para expressar respeito (36, 27%), para pouca familiaridade (22, 18%) e como tratamento de igualdade (4, 55%) (p. 61). Na pesquisa, chegou-se a concluir que apesar de o pronome *você* se manter presente nas situações de comunicação, ainda é visto por alguns portugueses como depreciativo, insultuoso ou ofensivo.

Lopes e Mota (2019) realizaram um trabalho de investigação sobre as formas de tratamento, onde mediram o grau de aceitabilidade dos pronomes *tu* e *você* com função de tratamento *simétrico* e *assimétrico*. A pesquisa experimental teve início no Brasil, especificamente, no Rio de Janeiro, e, mais tarde, foi realizada também em Portugal, Lisboa, com o objetivo de comparar o uso daqueles dois pronomes de tratamento entre os falantes do português europeu e os falantes do português do Brasil. O trabalho foi realizado com 34 participantes portugueses de diversas zonas de Lisboa. Os resultados, contrários aos do Brasil, Rio de Janeiro, demonstraram maior aceitação de *tu* nas variadas formas de relações testadas, enquanto que *você*, visto ainda como pejorativo, não teve muita aceitação por parte dos falantes, principalmente quando colocado como sujeito focalizado. Adianta-se ainda que a forma verbal de terceira pessoa, como sujeito nulo, não significaria a substituição de *você*, pelo fato de apresentar maior aceitação nas relações assimétricas, contrariamente ao uso explícito de *você*. A partir das observações desses estudos, procurámos verificar se o uso daquelas formas de tratamento ocorre também no contexto angolano nas situações de comunicação que envolvem *proximidade* e *distanciamento*.

No estudo realizado por Sousa (2012), com base no questionário modelo da *Eurolinguistix*, aplicado aos informantes da região da Madeira, território de Portugal, permitiu observar, relativamente às formas de tratamento usadas por falantes madeirenses em três tipos de relações: (i) de filhos para pais, com maior grau de intimidade e proximidade, o uso de *tu*, com maior frequência, *senhor(a)*, *você*, *pai*, *mãe*; (ii) de crianças para familiares, o uso de *você*, com maior frequência, *senhor(a)*, *avô*, *avó*; (iii) de patrão para empregado, ou seja, de superior para inferior, o uso de *você*, seguido de *nome* + forma verbal na 3PS, além das escolhas de outras formas de

tratamento, como *rapaz*, *rapariga*, em função de fatores extralinguísticos (género/sexo, idade e escolaridade).

Na sequência da apresentação dos dados de Luanda, no que diz respeito ao uso das formas ou pronomes de tratamento na relação entre amigos, a mais frequente ocorre com o pronome *tu*, apresentando valores percentuais de 11,9%, seguido de *nome próprio* (4,6%). Neste tipo de relacionamento, a informalidade atinge as diversas maneiras de se tratar uns aos outros, ainda que as formas utilizadas são conhecidas como puramente informais. Conforme a tabela em anexo, das formas usadas constam: *amada(o)*, *tia + nome*, *mana(o)*, *você*, *senhor(a)*. Essas formas usadas aparecem como intermédia no tratamento, podendo indicar proximidade ou distanciamento. Mas, *senhor*, *senhora*, o seu uso neste campo indica intimidade através do tom de voz proferido. Normalmente, são usadas entre amiga(o)s para despertar ou chamar a atenção da(o) outra(o) como forma jocosa, com a forma verbal na segunda pessoa (32). A forma *amada(o)* é frequentemente utilizada por pessoas ligadas ao *Evangelho* nas situações de proximidade ou distanciamento. O seu uso é associado às estratégias linguísticas que possam persuadir ou demonstrar maior afeto às pessoas, quando pretendemos aproximarmo-nos de alguém para dar/receber informação de diversas índoles, sobretudo a mensagem sobre a *Palavra de Deus* (33). Além de se observar na tabela formas pronominais e nominais, a relação de amizade é também marcada com formas verbais em mistura com as outras (10,6%).

Outro tipo de relação que pode apresentar-se como de intimidade ou (+/-) formal é a entre colegas de escola e de serviços. Nestes dois ambientes, as relações começam com pouca formalidade para uns e acabam com informalidade para quase todos. Na sala de aula e no local de serviço são espaços de longos convívios entre as pessoas, que acabam trocando afetos uns com os outros ou por solidariedade de uma causa feliz ou por solidariedade de uma situação infeliz. Na relação entre os homens, o primeiro contacto, às vezes, torna-se suficiente para formular convites de visitas em bares ou em casas de cada um para rápido alongamento dos laços de amizade e constituição da nova (*extra*)família. As mulheres mostram-se mais conservadoras por conta da dinâmica social que lhes é imposta. As tarefas que lhes são formuladas no serviço chegam às suas casas e tomam maior parte do tempo, impossibilitando, em vários casos, saídas casuais. Por conta disso, o ambiente de distração entre colegas que envolvem o sexo feminino é muito reduzido e as formas de tratamento permanecem quase que invariantes. Entretanto, a nossa pesquisa observou que o pronome *você* ocorre com maior frequência para os dois tipos de relações, sendo 9,9% entre colegas de escola e 6,6% para colegas de serviço (34). Os dados

também revelam que entre alunos ou estudantes há forma de tratamento que indica grau acadêmico. Assim, entre os sujeitos com frequência universitária tratam-se por *doutor* ou *doutora*. Ora, segundo os testemunhos dos inquiridos, o uso das formas de tratamento que mencionam títulos acadêmicos (35) são motivadas amplamente pelos professores, pelos familiares e por eles próprios, como força para alcançar o que se espera, logo, uma maneira para sustentar a *fé* através da forma de tratamento. O resultado curioso que obtivemos foi de 1 ocorrência do *vós* como pronome singular entre colegas de serviço (36). No monitoramento da fala dos angolanos, verificámos que esse pronome surge sempre em alternância com *você(s)* a depender do número de sujeitos (36), e o seu uso não é uniformizado durante uma conversa de horas por conta das estruturas verbais e outros elementos gramaticais que o acompanham.

(32) **Senhor(a)**, estás bem?

(33) **Amado**, se quisermos ter paz neste mundo, devemos entregar as nossas vidas à JESUS.

(34) - **Você** estará ocupada mais logo? – Não, não estarei. E **você**?

(35) **Doutores**, bom dia! Passei para anunciar que hoje não darei aulas. Portanto, os **doutores** estão dispensados.

(36) **Vós** como estais? **Você** esteve com o professor?

As relações mantidas entre casais e namorados são vistas como as mais informais. Os companheiros desenvolvem sentimentos mais profundos do que os casos acima. Nestas situações, as pessoas usam, criam e reinventam várias formas para endereçar aos seus parceiros. A estratégia linguística na utilização de diferentes tratamentos serve para cativar o coração da pessoa amada e confortá-la de qualquer modo. Estas formas de tratamento despoletam autoestima que os levam a sentir-se num *castelo dourado*. A nossa pesquisa procurou verificar quais são essas formas (mais) usadas nestes tipos de relação. Os resultados demonstram que ocorrem entre os casais as fórmulas *amor, meu bem, princesa, nome próprio, baby, mamã + nome, mor, mulher, pai, amiga, querida, tu, você, cê, marido, filha(o)*. Conforme a lista, podemos ver que existem muitas formas de tratamento entre os casais. A forma *mor*, por exemplo, inicialmente, como tratamento preferencial entre namorados de faixa etária jovem, assiste-se, hoje, também entre casais de idade adulta ou até mesmo avançada. A expansão dessa forma juvenil entra nas relações dos casais, daquelas pessoas que contraíram matrimónio ou *alembamento*⁷⁵, como consequência da fase de namoro, uma vez que as igrejas afirmam que o

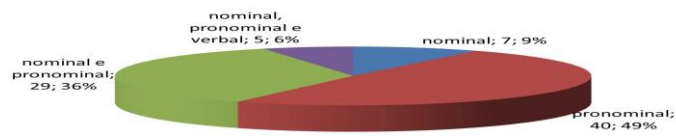
⁷⁵O termo *alembamento* provém da fusão entre o português e o kimbundu (*ilêmbu*) e designa o casamento tradicional na cultura angolana, que envolve a saída formal da mulher em casa da sua família para a casa (da família) do marido (cf. PINTO, 2017, p. 54).

namoro é a preparação para o casamento e aquelas formas de tratamento usadas no namoro são a continuidade das utilizadas dentro do casamento. As formas *filha(o)* são normalmente utilizadas entre casais mais jovens e podem ser vistas de longe como tratamento de pessoas que marcam o início de uma vida a dois. Na medida em que o tempo da relação se vai prolongando, chegando ao pico da faixa etária adulta, aqueles tratamentos ganham outra dimensão, ou seja, são substituídos por *mamã + nome* e *pai* (7,2%), frequentemente utilizados no português dos angolanos por pessoas de idade adulta, que invertem os seus papéis como forma de solidariedade em que o marido trata a sua esposa por *mãe/mamã* e a esposa trata-o por *pai/papá*, onde os laços afetivos se equiparam aos dos seus descendentes ou progenitores. De entre as formas referenciadas, das mais usadas constam os pronomes *tu*, com valor percentual de 9,9%, e *você*, com 4,6%, verificando-se ainda 50,3% de não respostas (*vide* tabela anexa). Das formas apresentadas acima, importa sublinhar que os registos de *cê* (37) e *amiga* constituem casos especiais. A redução morfossintática e fonológica do pronome *você(cê)* ocorre no português de Angola por intermédio dos programas brasileiros e não só. Em Angola, o uso da forma *cê* está cada vez mais corrente na fala e escrita de pessoas que participam de grupos de internet, particularmente o *wathsapp*, a partir do Brasil. No tempo colonial, o contacto com o português do Brasil pela maioria dos angolanos só era possível para aqueles que pudessem viajar para o Brasil, e, normalmente, a sua ida era por consequência da comercialização de escravos. No tempo hodierno, quase todos os angolanos viajam para o Brasil em segundos, isto se não vivem lá à distância, a partir das novas tecnologias. É com o uso das *TICs* e de materiais didáticos brasileiros que os falantes do português angolano vão incorporando as formas próprias dos falares brasileiros. A forma *amiga*, por exemplo, também foi registada na relação entre namorados. Mas, o facto surpreendente é que esta forma é apenas usada pelos homens, segundo os inquiridos e com base no monitoramento da fala, como tratamento estratégico para ludibriar e confundir a parceira por conta da sua relação extraconjugal (38). Para a relação entre namorados, as formas ou pronomes de tratamento mais usados coincidem com as dos casais, sendo 12,6% para *tu* e 8,6% para *você*. Avaliando o seu uso em função do tipo de forma mais usada nos contextos de *v* e *n.v*, o gráfico confirma a forma pronominal como destacada entre elas, com 40 de frequência, o que representa 49%, conforme se observa no gráfico abaixo.

(37) **Cê** vai na (à) festa hoje?

(38) Alô, **amiga**. Agora não posso falar.

Gráfico 13: Tipo de formas de tratamento entre namorados



Quanto à forma de tratamento entre pessoas desconhecidas, os nossos resultados demonstram formas próprias usadas no contexto angolano, mas que as consagradas também são manifestadas pelos falantes. As mais usadas são *senhor*, *senhora* por 37,1% (39), seguida de *você*, com 4,6% (40), verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 1,3% de não respostas (cf. tabela em anexo).

(39) **Senhor(a)**, sabe me dizer onde fica o ISE?

(40) Bom dia! **Você** é cupapata⁷⁶?

Tal como se constatou no português europeu, o pronome *tu* e o sujeito não expresso também estão presentes na relação entre amigos angolanos e os pronomes formais mais frequentes *senhor*, *senhora* continuam intactos para o tratamento entre pessoas desconhecidas com idade inferior para superior ou igual, enquanto que *você* ilumina melhor a relação entre colegas de escolas e de serviço e configura a antítese *proximidade* vs. *distanciamento* para pessoas estranhas.

Oliveira (2019) desencadeou um estudo sobre o uso das formas de tratamento na relação de membros familiares (pai, mãe, avós, tios e filhos) e *extrafamiliar* (vizinho e vizinha) com base no pronome *você*, estabelecendo comparação entre os resultados de dois colégios selecionados para a pesquisa. Para a relação entre vizinhos e vizinhas, os resultados apontam valores percentuais elevados para o colégio localizado no Brooklin, com 89%, e uma ligeira redução para o colégio da zona do Morumbi, com cerca de 87%. A partir do nosso estudo, procurámos verificar se os resultados da relação *extrafamiliar* angolana com o pronome *você* seriam os mesmos dos inquiridos brasileiros.

Na relação estabelecida entre vizinhos angolanos são utilizadas várias estratégias linguísticas para o campo das formas de tratamento, a citar algumas: *família*, *kota*, *senhor(a)*, *você*, *tu* e quase todas as designações de grau de parentesco. Das formas citadas, consideram-se o *nome*

⁷⁶Expressão para designar uma pessoa que presta serviço de táxi com motorizada.

próprio, com 13,9% (41) e o pronome *você*, com 8,6% (42), como as mais usadas (cf. tabela anexa). Em parte, a nossa pesquisa vai seguindo o percurso das formas utilizadas no território brasileiro.

(41) O **Rampa** não está aí?

(42) **Você** também pode(s) ir com o Zacarias. Ou **você** não vai(s)? – Não sei. Depende de **você**.

Com base nas questões colocadas no questionário, procurámos saber quais são as formas ou pronomes de tratamento que os filhos usam para os pais e (vice-versa). Na investigação realizada no Brasil, que envolve o uso das formas de tratamento entre os indivíduos referidos, verificou-se um apagamento dos pronomes *senhor*, *senhora* e foram normalmente substituídos pelos pronomes *tu* em Belém, apresentando percentuais acima de 49%, *você* no Rio de Janeiro, com 54% e cerca de 92% para Belo Horizonte⁷⁷. O uso do pronome *senhor* foi completamente permutado pelo pronome *você* nas situações de comunicação entre filhos e pais, o pronome *senhor* ficou reservado apenas para os tios e alguns membros da família (*Op. cit.*, p. 17). Os nossos dados revelam que, além dos pronomes observados no Brasil na relação entre filhos e pais, há diversidade de formas que os filhos angolanos usam para os seus pais, como, por exemplo, *kota*, *velha(o)*, *pai grande*, *mana(o)*, *chefe*, *dona*, *mamoite*, *papoite*, *boss*. Essas formas utilizadas mostram que as relações são bastantes afetivas e próximas entre os sujeitos, uma vez que elas são categoricamente informais. Entretanto, das mais usadas consideram-se *pai*, *mãe*, *papá*, com 27,8%, enquanto que pronome *senhor* aparece em segundo lugar com 9,9%, seguido de *você* por 7,9%, verificando-se, ainda, todas as restantes formas listadas e 6,6% de não respostas (cf. tabela em anexo). O facto é que causa bastante estranheza o uso de *senhor* em laços afetivos como na relação de filhos para pais, assim como *você* (43), mas este último assume uma função polifuncional e aparece em várias posições na frase, ou seja, como pronome sujeito em frases interrogativas ou afirmativas.

(43) **Você** falou com o Zi a que horas? **Você** sabe a hora que conversámos.

Em relação às formas usadas de pais para filhos, a tendência na diversidade do uso também se faz sentir, mas quanto às mais frequentes a amostra contraria os resultados da tabela de filhos para pais. Assim, temos como maior ocorrência para esses dados os pronomes *tu*, com percentual alto de 12,6% em relação ao pronome *você* 5,3% (*vide* tabela anexa). Em função dos resultados apresentados para a díade pais-filhos, pudemos verificar tendências a mudanças no

⁷⁷Oliveira (2019, p. 17).

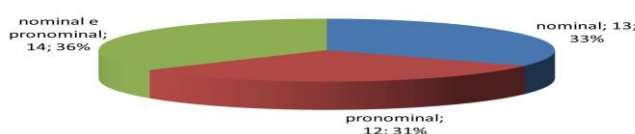
comportamento linguístico dos filhos para os seus pais, pelo facto de registarmos ainda a utilização do pronome *senhor* em primeiro lugar nestas relações, tidos como pronome de distanciamento no contacto entre as pessoas ou marcador de faixa etária, comparado a *você*, o que não corrobora a hipótese levantada a partir da pesquisa feita no Brasil. A confirmação da hipótese parte da relação de pais para filhos, embora o pronome *tu* apresente maior percentagem, mas *você* mostrou-se significativo na interação marcada com informalidade e intimidade entre os progenitores e os seus rebentos.

Em pesquisas feitas com 30 pessoas nascidas na antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro, procurou-se verificar se o uso de *você* para interlocutores estivesse presente na relação de professores e alunos e de inferior e superior, que envolvessem chefe, empregados de serviços diversos (vice-versa). Constatou-se que na relação de professores e alunos o uso do pronome *você* estaria condicionado por várias situações de comunicação, como, por exemplo, a variável social idade e o *estilo* dos professores, mas, conclui-se que o pronome ocorre significativamente entre os sujeitos, enquanto que na relação de inferior para superior predomina o pronome de tratamento *senhor, senhora*; a outra feita por Nascente citada por Oliveira, observou que o pronome *senhor* é utilizado na relação de subordinação, ou seja, de inferior para superior como indicativo de respeito, ao passo que o procedimento relacional contrário, que se dá de superior para inferior, o pronome surge apenas como estratégia para distanciamento no sentido de evitar confiança entre os sujeitos (cf. OLIVEIRA, 2019, pp. 17-18). Com base na investigação realizada, procurámos observar se os pronomes de tratamento *você, senhor, senhora* no português do Brasil se aproximam dos angolanos residentes ou nativos da província de Luanda, nas relações acima indicadas.

Para os nossos dados da relação de professores para alunos, embora se registem outras várias formas de tratamento entre os sujeitos indicados, como, por exemplo, *aluna(o), número, senhor(a), bebé, colega, filha(o), nome próprio, doutor(a) + nome, estudante, companheiro, puto, cassule*, o pronome *tu* favoreceu mais a amostra, com 5 ocorrências, que correspondem a 3,3%, em relação ao *você* com apenas 2 ocorrências, colocando-o na escala ínfima de 1,3%, se tivermos em conta o fator não variação das formas de tratamento (cf. tabela anexa). Insistindo na hipótese da pesquisa levantada, agora para o contexto de variação, observámos as frequências de uso entre os dois pronomes mencionados. Aqui, notámos que o pronome de tratamento *você* proferido na relação de professores para alunos surge com mais destaque do que o pronome de tratamento *tu*, com 16 ocorrências para *você*, contra 10 ocorrências para *tu*. Contudo, os

resultados apresentados que envolvem os contextos de variação e não variação puderam provar que o uso do pronome *você* na relação de professores para alunos se aproxima na/da relação de professores e alunos brasileiros. Comparando os tipos de formas de tratamento mais usados na nossa amostra, os resultados demonstram que as nominais listadas apresentam percentuais superiores (33%) às pronominais (31%), mas a preferência dos inquiridos dá-se com maior ênfase à mistura de tratamentos (nominal e pronominal), com 36%, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 14: Tipos de formas de tratamento de professores para alunos



Para as formas de tratamento que envolvem a relação de alunos para professores, verificámos que há também uma tendência em usar diversas formas, como, por exemplo, os títulos académicos *doutor(a)*, *mestre*, *prof.*, *filha(o)*, entre outras (*vide* tabela em anexo). De entre elas, as mais usadas são *professor(a)*, com 32,4%, seguidas de *senhor(a) professor(a)* por 25,1%, e 4% de não respostas.

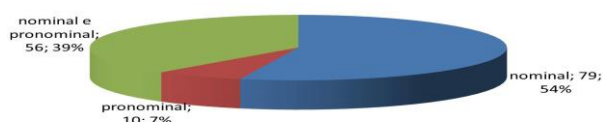
Segundo as gramáticas tradicionais, a palavra *professor* é abreviada desta maneira: *prof.* e o seu uso só é permitido na escrita. Mas, o que se observa na nossa amostra, esta forma ganha espaço também na fala de aluno(s) para se dirigir(em) ao(s) seu(s) professor(es). À semelhança da redução do pronome *você*, olhando para o seu percurso evolutivo desde a época antiga, embora os contextos sejam diferentes por se tratar apenas de truncamento ou braquigrafia, a forma *prof.*, pelo menos para o contexto do português angolano e brasileiro, tratando-se da linguagem falada/escrita, pode(rá) ocorrer ao mesmo tempo como tratamento formal (44, 45). Esse facto, na fase atual, desencadeia a variação que possivelmente resultará numa mudança linguística. O outro caso tem a ver com as formas que indicam grau de parentesco na relação entre os sujeitos inquiridos, trata-se, então, de *filha(o)*. A amostra comprova que essas formas só são utilizadas por pessoas que estejam na faixa etária muito superior à dos professores para melhor conforto do aluno/estudante na relação entre ambas as partes, facilitando o processo de ensino-aprendizagem, e que as formas se registam com maior destaque nos níveis primário e secundário ou médio do pós-laboral; período que em Angola se verifica maior adesão das pessoas ao ensino de/para adultos.

(44) **Prof.**, a prova ficou marcada para quando?

(45) O **Professor** Paulo não deu aulas? – Não. O **Prof.** Paulo encontra-se doente.

Observando o uso do pronome *você* na comunicação dos participantes, com base no estudo feito no Rio de Janeiro, as ocorrências deste pronome de tratamento são verificadas, mas com frequências muito baixas e só em situações em que ocorre inicialmente as formas *professor(a)*, *senhor(a) professor(a)* seguida mais tarde de *você*. Em todo o caso, a amostra comprova o uso de *você* na relação de alunos para professores, com 14 frequências para o contexto de variação (doravante c.v.) e 9 vezes para o contexto de não variação (doravante c.n.v.). Depois de comprovada a relação dos dados da nossa amostra com a realidade brasileira, pelo menos com o pronome *você*, segue-se o gráfico do tipo de forma mais usada pelos participantes.

Gráfico 15: Tipo de formas de tratamento de alunos para professores



Conforme o gráfico acima, o tipo de forma de tratamento mais usada é a nominal, com a participação de 79 inquiridos, que correspondem ao percentual de 54%. A mistura de tratamento nominal e pronominal ficou em segunda opção, com 39%, dos 56 usuários, enquanto que a pronominal é a menos frequente em relação às outras formas, com apenas 10 indivíduos, o que representa 7%.

No que diz respeito ao uso das formas ou pronome de tratamento empregues pelos empregados para patrão ou patroa, a nossa pesquisa observou as formas *boss*, *chefe*, *patroa*, *dona/dona + nome*, *patrão*, *senhor(a) + nome*, *mana(o)*, *tu*, *tio + nome*, *você* e *nome próprio*. De entre as mencionadas, as que ocorreram de forma bastante significativa foram os pronomes *senhor*, *senhora*, com 9,3%, seguida da nominal *chefe* por 7,3% e 45,7% de não respostas (*vide* tabela anexa). Já para a relação de patrão/patroa para empregada(o)s, as formas registadas são *dona/ + nome*, *senhor(a) + nome*, *mamã*, *mana(o) + nome*, *nome próprio*, *tia(o) + nome*, *função*, *você*, *tu*. Ora, apesar de observarmos quase todas as formas ocorridas na tabela formas de tratamento de empregados para patrão ou patroa (cf. anexo), os resultados mostram-se totalmente diferentes. Das mais utilizadas constam, em primeiro lugar, o pronome *você*, com 5,3%, seguido de *tu* por 4,6%, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 31: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados

	N	%		N	%
sem resposta	103	68,2	nome, você	2	1,3
Dona	2	1,3	Senhor	1	,7
dona, nome, senhora + nome	1	,7	senhor, senhora	1	,7
dona, senhora	2	1,3	senhora, dona, tia	1	,7
dona + nome	4	2,6	senhora + nome	3	2,0
mamã, tia	1	,7	tia	1	,7
Mana	2	1,3	tia + nome	2	1,3
mana, senhora	1	,7	tu	7	4,6
mana + nome	1	,7	tu, você	2	1,3
Nome	5	3,3	você	8	5,3
nome, função	1	,7	Total	151	100,0

Duas outras perguntas que merecem destaques para a avaliação das formas de tratamento usadas em situações que, normalmente, obrigam o maior monitoramento/controlo da fala, quer pelo próprio inquirido, quer pelo inquiridora, são *quais as formas ou pronomes de tratamento que usam de empregados de serviços diversos para clientes (vice-versa)?* Para confrontar com a pesquisa do português do Brasil e com os resultados dos nossos dados apresentados nas tabelas em anexo, virámos o foco para as formas ou pronome de tratamento usados de empregados de serviços diversos para clientes (vice-versa) e constatámos apenas os pronomes *senhor, senhora*, com 27,2%, para a primeira questão, e 41,1% para a segunda questão, como os mais utilizados, verificando-se, ainda, algumas restantes formas listadas (*avó, mãe(zinha), pai(zinho), tia(o), mana(o), dona, você, tu*) e (1ª) 54,3%, (2ª) 0,7% de não respostas (cf. tabelas anexas). Os resultados do tipo de forma mais usada em cada uma das perguntas levantadas ficam ilustradas nos gráficos abaixo.

Gráfico 16: Formas de tratamento de empregados para clientes

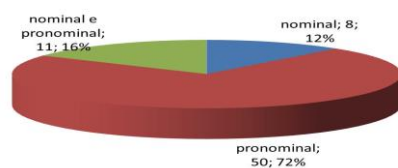
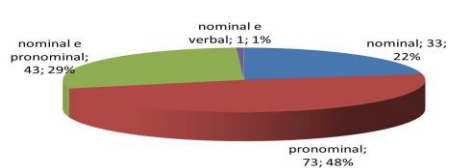


Gráfico 17: Formas de tratamento de clientes para empregados



A partir dos resultados apresentados sobre os quatro tipos de relações: (i) empregado e patrão ou patroa; (ii) patrão ou patroa e empregado; (iii) empregado e cliente e (iv) cliente e empregado, pode-se facilmente concluir que, no contexto angolano, a relação de *poder e solidariedade* está bem configurado, onde a partir do esquema desenhado por Brown e Gilman (1960) e adaptado por nós, de acordo com a nossa amostra, o superior/chefe/patrão/patroa recebe *S* e o

inferior/subordinado/empregado recebe um V, contexto também observado no português do Brasil (cf. OLIVEIRA, 2019, pp. 16-17).

As formas de tratamento são expressões proferidas pelos falantes da língua portuguesa sem deixar de fora as crianças. A programação natural da vida começa com o nascimento, depois o crescimento, a reprodução e, por fim, a morte. A partir deste postulado, presume-se que as formas de tratamento também obedecem a um modo semelhante às fases da vida. Elas nascem, expandem-se, reinventam-se, variam, mudam e permanecem ou desaparecem. Na fase infantil, as crianças, ao manifestarem situações de comunicação para pessoas conhecidas ou desconhecidas, utilizam tratamentos que indicam distanciamento ou diferença de idade entre eles, e esses tratamentos recebem a designação de formais, ao contrário do que acontece com os indivíduos de idade superior ao interlocutor. Esses, por sua vez, preferem os pronomes de tratamento informais ou outras formas que dão a conhecer a faixa etária. Em função dessas situações, o nosso estudo observou que o tratamento de criança para mais velhos as formas variam de *kota*, *mana(o)*, *pai*, *mãe*, *tia(o)*, *avó(ô)*, mas as mais usadas foram *tio*, *tia* por 4,6%, seguida de *senhor*, *senhora*, com 2,6%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 81,5% de não respostas, conforme a tabela abaixo.

Tabela 32: Formas de tratamento de crianças para mais velhos

	N	%		N	%
sem resposta	123	81,5	senhor, tio, pai, mano	1	,7
<i>kota</i> , <i>mano</i> , <i>mana</i>	1	,7	<i>tia</i> , <i>mãe</i> , <i>tio</i> , <i>senhor</i> , <i>senhora</i>	1	,7
<i>mãe</i> , <i>pai</i> , <i>tia</i> , <i>tio</i> , <i>senhor</i> , <i>senhora</i>	1	,7	<i>tia</i> , <i>tio</i>	1	,7
<i>mana</i> , <i>mano</i>	2	1,3	<i>tio</i> , <i>mano</i> , <i>mana</i>	1	,7
<i>mana</i> , <i>mano</i> , <i>tio</i> , <i>tia</i>	1	,7	<i>tio</i> , <i>tia</i>	7	4,6
<i>mano</i> , <i>mana</i>	1	,7	<i>tio</i> , <i>tia</i> , <i>avô</i> , <i>avó</i>	1	,7
<i>mano</i> , <i>mana</i> , <i>tio</i> , <i>tia</i>	1	,7	<i>tio</i> , <i>tia</i> , <i>mano</i> , <i>mana</i> , <i>senhor</i> , <i>senhora</i>	1	,7
<i>senhor</i> , <i>senhora</i>	1	,7	<i>tio</i> , <i>tia</i> , <i>papoite</i> , <i>kota</i>	1	,7
<i>senhor</i> , <i>senhora</i> , <i>mãe</i> , <i>pai</i>	1	,7	<i>tio</i> , <i>tia</i> , <i>senhor</i> , <i>senhora</i> , <i>mãe</i> , <i>pai</i> , <i>avó</i> , <i>avô</i>	1	,7
<i>senhor</i> , <i>senhora</i>	4	2,6	Total	151	100,0

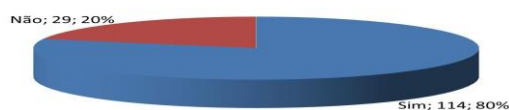
Como se pode ver na tabela acima, a forma *kota* (46) apesar de ser utilizada neste contexto que marca a formalidade, ela é também o tratamento preferencial dos jovens em ambientes informais, ainda que haja diferença de idade entre as pessoas. Este tratamento na sua forma original, *dikota*, deriva do kimbundu, uma das línguas locais de Angola, que significa(va) pessoa mais velha ou sábia e era apenas a nomenclatura atribuída aos *seculos*. Com o passar do tempo, a forma passou a designar qualquer indivíduo mais velho, mesmo com pouca diferença de idade entre eles. Os jovens nas suas estratégias linguísticas passaram a usá-la como principal indicativo de intimidade/proximidade de pessoas com (+-) poder social.

(46) **Kota**, preciso de cem kwanzas para pagar o cobrador.

As formas *mana*, *mano*, no contexto angolano, podem ser utilizadas para se referir ao irmão ou à irmã mais velha, como também a qualquer adulto, sem grau de parentesco, para manifestar respeito. Quanto ao tratamento de mais velho para criança, dos pronomes mais usados constam *tu* (11,9%) e *você* (6,6%), verificando-se outras formas nominais afetivas e 17,9% de não respostas, conforme a tabela em anexo ilustra. Os resultados puderam confirmar que, na relação entre crianças e mais velhos (vice-versa), as formas de tratamento consagradas para cada um continuam vivas no contacto linguístico entre os sujeitos referidos.

Em função do registo das várias e diferentes formas de tratamento nominais que indicam laços familiares atuando em espaços muito formais, procurámos colher as opiniões dos inquiridos se concordam ou consideram correto o seu uso mesmo não pertencendo à família consanguínea do interlocutor. Os resultados podem ser observados no gráfico abaixo.

Gráfico 18: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?

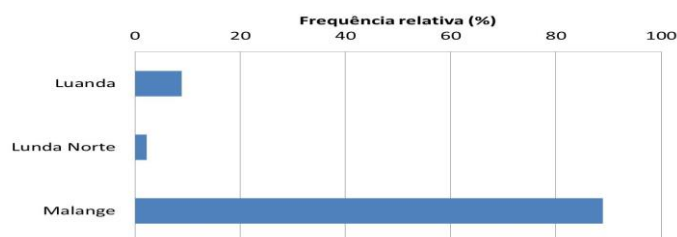


Conforme o gráfico acima, do total de 143 inquiridos, 80% dos participantes, que corresponde a 114 inquiridos, consideram correto o uso das formas de tratamento nominais que indicam grau de parentesco, mesmo não o sendo, em estabelecimentos públicos formais, contra 29 (20%) que dizem não ser correto.

4.4.1.3. Malange

Os testes da pesquisa realizada sobre as formas de tratamento do português de Angola, particularmente na província de Malange, pertencente à Região Norte do país, foram aplicados entre 13 de maio de 2019 e 20 de maio de 2019. A subamostra é constituída por 45 falantes da língua portuguesa, que correspondem a 100%. A partir dos dados obtidos, identificámos dois grupos de indivíduos distribuídos em: (i) pessoas que nasceram na província de Malange 40 (88,9%); (ii) pessoas que não nasceram na província de Malange 5 (11,1%). Das pessoas pertencentes ao segundo grupo, elas estão repartidas em duas províncias, sendo Luanda 4 (8,9%) e Lunda Norte 1 (2,2%), como se observa no gráfico 19.

Gráfico 19: Província de nascimento



Os resultados da província de nascimento apresentam-se muito significativos, porque conseguimos obter a maioria das pessoas inquiridas nascidas na província em estudo, uma vez que a amostra não sofrerá grandes influências de participantes naturais de outras províncias.

Dentro da mesma pesquisa, procurou-se verificar como estão distribuídos em géneros os participantes dos dois grupos da província de Malange. Os dados mostram que esses estão divididos em dois géneros: masculino 27 (60%) e feminino 18 (40%), conforme espelha o gráfico abaixo.

Gráfico 20: Género



Estes resultados mostram que o género masculino dominou a amostra com uma diferença de 9 participantes a mais contra o género feminino. No segmento dos dados analisados, constatámos que os inquiridos residem em duas zonas: urbana e rural. A zona rural mostrou-se ser a mais habitada entre os residentes, com 24 indivíduos, o que representa 53,3%, contra 21 pessoas residentes na zona urbana, perfazendo um valor percentual de 46,7%, conforme se pode ver na tabela abaixo.

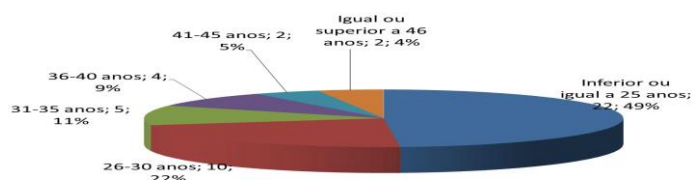
Tabela 33: Zona de residência

	Frequência	Porcentagem
Urbana	21	46,7
Rural	24	53,3
Total	45	100,0

Para a análise das formas de tratamento em Malange, os informantes foram distribuídos em seis faixas etárias: a primeira, que corresponde a inferior ou igual a 25 anos, contou com um número de 22 inquiridos, equivalente a 49%; a segunda vai de 26 a 30 anos e ficou com 10 participantes, completando, assim, em termos percentuais, 22%; a terceira vai de 31 a 35, com 5 (11%); a

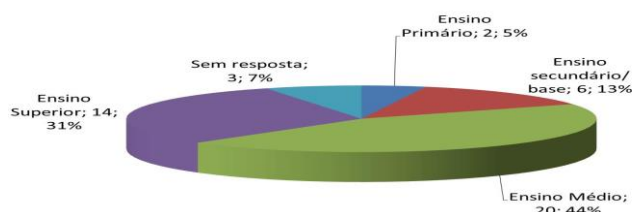
quarta, 36 a 40 anos, ficou registada com 4 pessoas, o que corresponde a 9%; por fim, a quinta e a sexta apresentaram frequências e valores percentuais quase iguais de apenas 2 participantes cada, perfazendo 4%, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 21: Idade



Na prossecução dos dados analisados, os inquiridos fizeram-se representar com os quatro níveis de escolaridade. Apenas 3 pessoas declararam não ter nenhum grau de instrução mencionado no questionário. Na medida em que o nível de formação fosse aumentando, o número de participantes reduzia. Assim, temos para o ensino primário 2 inquiridos, que correspondem a 4%, para o secundário ou base 6 (13%), médio 20 (44%), enquanto que no superior 31%, que representa cerca de 14 estudantes. O gráfico sobre o nível de escolaridade sintetiza a descrição feita.

Gráfico 22: Nível de escolaridade



No que diz respeito à profissão, constatou-se que os participantes exercem atividades laborais de *auxiliar de limpeza, balconista, comerciante, cozinheira, enfermeira, engenheiro, mecânico, medicina, professor*, entre outras. De entre elas, a profissão mais observada foi a de *estudante* com 60%, seguidas de *auxiliar de limpeza* e *balconista* com percentuais iguais de 6,7% (vide tabela anexa).

Para verificar se as formas ou pronomes de tratamento do português de Angola são as mesmas e/ou ocorrem ao mesmo tempo em cada província, comparámos os resultados da província de Cabinda com a de Malange, a partir das amostras da segunda parte do questionário sociolinguístico.

No que diz respeito ao domínio das formas de tratamento, os dados da província de Cabinda, para o tratamento informal, demonstram que 2% dos inquiridos têm muito bom, ao passo que 37% razoável ou mais ou menos, 8% bom, 12% mau e 41% de pessoas que desconhecem os seus graus de domínios. Os resultados da província de Malange mostram-se mais otimistas para este quadro, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 34: Domínio das formas de tratamento informais

	Frequência	Percentagem
Muito bom	5	11,1
Bom	10	22,2
Razoável (+/-)	21	46,7
Mau	8	17,8
Sem resposta	1	2,2
Total	45	100,0

Como se pode constatar na tabela acima, os dados para a província de Malange apresentam-se com participantes que possuem mais conhecimento/domínio sobre o tratamento informal. O domínio muito bom ficou com 11,1%, correspondendo a 5 inquiridos, enquanto que o bom representou 22,2% da amostra, com 10 respostas. Os domínios razoável e mau superaram a amostra de Cabinda, com 21 (46,7%) para o primeiro e 8 (17,8%) para o segundo. Quando fomos verificar o número de pessoas que desconhecem os domínios, os resultados foram bastantes surpreendentes: 41% dos dados da província de Cabinda, contra 2,2% de Malange, valor que corresponde ao domínio muito bom da outra amostra.

Em função dos resultados observados nos domínios, com as respostas ao tratamento informal, pode-se rapidamente deduzir as avaliações do tratamento formal. Para o formal, a província de Cabinda apresenta valor alto para desconhecimento desta questão, com 45%, e apenas 2% de pessoas que possuem bom domínio, 14% razoável e 39% mau. Já para os dados de Malange, os valores sobem de forma significativa para bom domínio (26,7%), muito bom (8,9%) e baixam para mau (20%). A desvantagem é vista unicamente no domínio razoável, que apresenta 44,4%, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 35: Domínio das formas de tratamento formais

	Frequência	Percentagem
Muito bom	4	8,9
Bom	12	26,7
Razoável (+/-)	20	44,4
Mau	9	20,0
Total	45	100,0

Com base nos resultados comparados com as duas províncias pode-se afirmar que os inquiridos da província de Malange apresentam maior competência linguística sobre os domínios das formas de tratamento informal e formal.

Na relação de amizade, as formas de tratamento usadas nas duas províncias são totalmente as mesmas. A diferença encontrada reside no facto de a província de Malange apresentar apenas resultados em c.v. Neste caso, houve maior presença significativa apenas da mistura de tratamento nominal e pronominal, o que dificultou a comparação dos resultados. Ora, as formas mais usadas são *nome próprio, tu, você*, com valor percentual de 11,1%. De qualquer modo, podemos analisá-los de maneira *mecânica* e comparar com os outros dados. Como o programa nos apresenta os valores percentuais significativos nos dois contextos (v e n.v.), as ocorrências das três formas, isto é, *nome próprio, tu, você*, podem ser comparadas com base na apresentação dos dados em sequência. Queremos dizer que o resultado de Malange contrasta com o de Cabinda, porque aqui a forma nominal (*nome próprio*) ocupa o primeiro lugar, se observarmos a ordem de apresentação dos dados pelo programa estatístico utilizado. O pronome *tu* usado pelos malanginos, por exemplo, reclama a maior ocorrência ao pronome *você* na relação de amizade dos ibindas. Na comparação entre o uso dos dois pronomes em cada localidade, em termos percentuais, pode-se concluir que o *você* e *tu* ocorrem com maior frequência na província de Cabinda do que na de Malange (*vide* tabelas anexas).

No que respeita à relação entre colegas de escola, os resultados de Cabinda mostram que as formas pronominais *você* e *tu* ocorrem com maior frequência do que as nominais isoladas. Os resultados da província de Malange mostraram-se relevantes para o c.n.v., onde o programa seleccionou como significativo apenas a forma de tratamento nominal. Mas, a partir da amostra, pode-se observar a ocorrência dos pronomes *você* e *tu* em c.v., conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 36: Formas ou pronome de tratamento entre colegas de escola

	N	%		N	%
não responde	5	11,1	irmão, irmã, nome, você	1	2,2
caríssimo colega	1	2,2	Nome	5	11,1
cassule, você	1	2,2	nome, colega, engenheiro	1	2,2
cassule, wi, colega, você, tu	1	2,2	nome, colega, você	1	2,2
Colega	6	13,3	nome, engenheiro + nome, engenheira + nome, colega	1	2,2
colega, doutor + nome, doutora + nome	1	2,2	nome, tu, você	1	2,2
colega, ilustre, prezado	1	2,2	nome, você	1	2,2
colega, ilustre, prezado + nome	1	2,2	senhor, senhora, nome, você	1	2,2
colega, nome	2	4,4	tio + nome, colega	1	2,2
colega, wi, nome	1	2,2	tu, você, colega, nome	1	2,2
colega, wi, você, tu	1	2,2	você, colega, tu	1	2,2
colega + nome	3	6,7	Wi	1	2,2

	N	%		N	%
colega + nome, colega	1	2,2	wi, colega, você, tu	1	2,2
colega + nome, colega, engenheiro	1	2,2	wi, nome	1	2,2
doutor + nome, doutor, doutora	1	2,2	Total	45	100,0

Esses resultados apontam claramente para as formas próprias de tratamento entre colegas angolanos. Aqui, a forma *pai + nome* marca a sua ausência. Presume-se que essa diferença seja o resultado da não presença de pessoas com faixa etária muito superior equiparada à dos seus pais e/ou substituída pela forma *tio + nome*. Das listadas, as mais usadas constam *colega e nome próprio*, com valor total de 24,4%, sendo 13,3% para *colega* e 11,1% para o *nome próprio*, verificando-se ainda 11,1% de não respostas. Para se identificar a frequência e percentagem de cada pronome (*tu* e *você*), contabilizou-se a partir da tabela 36 as suas ocorrências, quer seja em c.v. quer seja em c.n.v. Assim, teríamos 6 frequências para *tu*, que corresponde a 13,3%, contra 13 ocorrências de *você*, perfazendo 28,8%. Contudo, os resultados dos pronomes de tratamento de cada província aproximam-se um do outro, na medida em que a relação académica se vai estendendo para amizade.

Na amostra de Cabinda sobre a relação entre colegas de serviço, os dados evidenciam que a forma nominal é a preferencial no seu tratamento, com valor percentual de 80%, o que corresponde a 12 inquiridos, contra 3 (20%) da forma pronominal. Os resultados da amostra de Malange apresentam-se quase com o mesmo resultado, pelo menos no que diz respeito ao tipo de forma mais utilizada. A percentagem de Malange no tipo de forma mais usada é um pouco mais reduzida em comparação com a outra amostra, tendo 66,7% para tratamento nominal e 4,8% para o tratamento pronominal (cf. tabela anexa). Das formas nominais mais usadas para Malange, temos *nome próprio, colega* e *colega + nome*. Essas formas apresentam percentuais isolados, sendo *nome próprio*, com 6,7%, e *colega, colega + nome* por 4,4% cada, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 53,3% de não respostas, conforme se verifica na tabela abaixo.

Tabela 37: Formas de tratamento entre colegas de serviço

	N	%		N	%
sem resposta	24	53,3	irmão, colega, irmã, você	1	2,2
Colega	2	4,4	mana + nome, tia + nome	1	2,2
colega, nome	1	2,2	mestre	1	2,2
colega, nome, você, tu	1	2,2	nome	3	6,7
colega, professora, professor, função, você, tu	1	2,2	nome, professor	1	2,2
colega + nome	2	4,4	nome, tia + nome, tio + nome	1	2,2
doutor + nome, doutora + nome, função, você, tu	1	2,2	senhor	1	2,2
engenheiro + nome, você, tu	1	2,2	você	1	2,2

	N	%		N	%
filho, filha	1	2,2	você, doutor + nome, doutora + nome	1	2,2
			Total	45	100,0

A partir da tabela 37, se tivermos que comparar os pronomes de tratamento com base na frequência, podemos conferir que o pronome *você* ocorre mais vezes do que os outros. O pronome *você* ficou com 6 frequências, o que representam 13,4%, contra 3 ocorrências de *tu*, equivalendo a 6,7% e apenas 1 ocorrência de *senhor*, que dita 2,2%. Com base nos resultados das amostras, verifica-se uma relação de solidariedade no espaço em que as tarefas são divididas e provocam proximidade de um ao outro, principalmente na troca de experiências. A ocorrência do pronome *senhor* na amostra pode-se dar no caso da relação com um colega de serviço que tenha uma posição superior à dele.

Nos resultados da amostra de casais da província de Cabinda, o pronome *você* ocorre com maior frequência do que o *tu*. Na amostra que se observa para a província de Malange, as formas de tratamento usadas são semelhantes às de Cabinda, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 38: Formas ou pronome de tratamento entre casais

	N	%		N	%
sem resposta	33	73,3	nome, você	2	4,4
amor, tu, você	1	2,2	nome, você, tu	2	4,4
cassule, filha, muxima	1	2,2	senhora + nome, você, tu	1	2,2
mano + nome	1	2,2	tio + nome	1	2,2
mano + nome, papá + nome	1	2,2	você, tu, nome	1	2,2
mulher, tu, você	1	2,2	Total	45	100,0

Conforme a tabela 38 espelha, dos 45 inquiridos que compõem a amostra geral, que corresponde ao valor de 100%, 33 pessoas não responderam a esta questão, o que representa 73,3%, ficando a amostra reduzida a 12 participantes. Destes 12 inquiridos, as formas mais usadas são *nome, você, tu*, que gera uma soma de 8,8%. Olhando para os pronomes de tratamento na tabela, a maior ocorrência é registada para o pronome *você* com 8 frequências, o que representa o valor percentual de 17,6%, seguido de *tu* 6 (13,2%). Estes resultados são obtidos a partir do levantamento que se fez de cada pronome usado pelos inquiridos. Por exemplo, no registo das primeiras formas onde temos *amor, tu, você*; N (número) 1; 2,2%, lê-se um inquirido preencheu essas formas para a mesma pessoa, o que significa que ocorrem apenas uma vez. Já em outras onde há N 2, quer dizer que são dois inquiridos que utilizam aquelas formas para os seus parceiros, logo, o pronome *você* ou *tu* será contabilizado por dois, achando a sua percentagem em função da amostra geral. A partir dessa explicação, podemos passar a apresentação dos resultados com base nos tipos de formas de tratamento.

Tabela 39: Tipos de formas de tratamento entre casais

	Frequência	Porcentagem
Nominal	4	33,3
nominal e pronominal	4	33,3
pronominal e verbal	1	8,3
nominal, pronominal e verbal	3	25,0
Total	12	100,0

Antes de lermos a tabela 39, gostaríamos de lembrar que a nossa amostra total era de 45 pessoas e que 33 indivíduos não responderam pela especificidade da questão, portanto só para casais: pessoas que já contraíram matrimônio ou alembamento ou ainda que vivam maritalmente. Dessas pessoas, contabilizaram-se 12 participantes. A partir desse número de inquiridos, verificou-se que utilizam mistura nas formas de tratamento para os seus parceiros. Essas formas variam em *nominal e pronominal* (33,3%), *pronominal e verbal* (8,3%), *nominal, pronominal e verbal* (25%). Como se observa, no contexto de variação ou mistura de tratamento, prevalece a forma *nominal e pronominal* para os casais de Malange. Para concluir, os dados em comparação com os pronomes usados nas distintas localidades vão ao encontro um do outro.

Na pesquisa realizada na província de Cabinda, as formas de tratamento mais usadas entre vizinhos são *ocê*, com 13,7%, *senhor, senhora* (11,8%), *ocê, senhor, senhora* (7,8%), seguida de *pai, mãe, tio, tia* (5,9%). Com base nesses dados pretendemos saber se o comportamento das formas de tratamento na relação de vizinhos da província de Malange seriam as mesmas ou diferentes da província de Cabinda. Os resultados da província de Malange constam na tabela 40.

Tabela 40: Formas de tratamento entre vizinhos

	N	%		N	%
sem resposta	1	2,2	senhor, senhora	2	4,4
comadre, nome	1	2,2	senhor, senhora, mãe, pai	1	2,2
Família	1	2,2	senhor, senhora, tio, tia, wi	1	2,2
filho, filha	1	2,2	senhor, senhora, você	1	2,2
mana + nome, tio + nome	1	2,2	tia + nome, tio + nome	1	2,2
mano, mana	1	2,2	tio, tia, mano, mana	1	2,2
mano, mana, vizinho + nome	1	2,2	tio + nome, tia + nome, pai	1	2,2
Nome	4	8,9	vizinha + nome	1	2,2
nome, mana, tio, tia, mano	1	2,2	vizinho	3	6,7
nome, tia, tio, mana, mano	1	2,2	vizinho, vizinha	3	6,7
nome, tio + nome, tia + nome	1	2,2	vizinho, vizinha, você, tu	2	4,4
nome, vizinho	1	2,2	vizinho + nome	6	13,3
nome, vizinho, vizinha, você	1	2,2	vizinho + nome, nome	1	2,2
nome, vizinho + nome, vizinho	1	2,2	vizinho + nome, vizinha + nome	1	2,2
nome, você	2	4,4	vizinho + nome, vizinha + nome, família	1	2,2
			Total	45	100,0

Os resultados em análise demonstram que as duas províncias seguem o mesmo padrão de/no uso das formas de tratamento. As formas mais usadas entre eles foram *vizinho + nome*, com valor

percentual de 13,3%, seguida de *nome próprio* (8,9%). Os pronomes de tratamento *senhor*, *senhora*, também são expressivos na relação entre os vizinhos, com apenas 4,4%. Esses resultados foram obtidos a partir do contexto de não variação. Na amostra de Cabinda, os resultados foram apresentados em dois contextos: o de não variação e o de variação. No primeiro contexto, estabelece-se uma comparação entre os pronomes *você* e *senhor*, *senhora*. Como vimos acima, o pronome *você* apresenta percentuais superior aos pronomes *senhor*, *senhora*. No segundo contexto, apresentam-se a variação dos pronomes *você*, *senhor*, *senhora* e das formas de tratamento *pai*, *mãe*, *tio*, *tia*. Apesar de o pronome *você* ser classificado como tratamento formal, segundo as gramáticas tradicionais, e equiparado a *senhor*, *senhora*, esse pronome a partir da nossa amostra ficou representado como uma ponte mecânica que se liga a dois lados: como tratamento formal e/ou como tratamento informal. Como os resultados percentuais das formas nominais dos dados de Cabinda estão mesclados, ou seja, cada forma utilizada, *pai*, *mãe*, *tio*, *tia*, gerou valor único, podemos apresentar os dados com valores percentuais brutos do tipo de cada forma de tratamento usada, mas puxando os pronomes em contexto de variação (*você*, *senhor*, *senhora*) para uni-los e somá-los com os pronomes em contexto de não variação (*você*) e (*senhor*, *senhora*). Sendo assim, teríamos 33,3% para as formas pronominais, contra 66,7% das nominais apresentadas com as restantes formas na/da tabela de Cabinda. Para a amostra de Malange, vimos que no contexto de não variação a forma nominal (*nome próprio*) supera a forma pronominal (*senhor*, *senhora*). Olhando para os dados no contexto inverso, quer dizer, no de variação, os pronomes presentes na tabela são *senhor*, *senhora*, *você* e *tu*. O levantamento e cálculo feito para determinar os resultados de cada pronome é realizado manualmente. Os pronomes *senhor*, *senhora*, com 3 frequências, representam um valor percentual de 6,7%, cedem lugar ao pronome *você*, com 5 ocorrências, que correspondem a 11%. O pronome *tu* quase que excluído da amostra reclama a sua presença com apenas 1 caso dos 2,2%. Somando os dados de cada pronome, no c.v., o total do tipo de forma pronominal seria de 19,9%, contra 77,9% da forma nominal, subtraindo os 2,2% de sem resposta.

Quanto às formas de tratamento entre namorados, a província de Cabinda considerou como significativa a amostra com os pronomes *você* (27,5%) e *tu* (11,8%), quer seja para o contexto de não variação, quer seja para o contexto de variação. Para esse último contexto, o valor percentual foi igual ao do pronome *tu*, tendo em conta os 29,4% de sem resposta. Os resultados das formas de tratamento na/da província de Malange na relação de namoro são revelados na tabela abaixo.

Tabela 41: Formas de tratamento entre namorados

	N	%		N	%
sem resposta	15	33,3	mano, amor, tu	1	2,2
Amor	5	11,1	Mor	1	2,2
amor, mambo	1	2,2	mor, tu	1	2,2
amor, nome	1	2,2	ndengue, amor	1	2,2
amor, princesa	1	2,2	Nome	1	2,2
amor, querido, tu	1	2,2	nome, princesa, dama	1	2,2
amor, tu	2	4,4	nome, tu	1	2,2
amor, tu, você	1	2,2	nome, você, tu	1	2,2
amor, você	1	2,2	princesa, tu	1	2,2
Coração	1	2,2	Querida	1	2,2
coração, amor, você	1	2,2	querida, tu	1	2,2
filha, tu, você	1	2,2	tu, nome, você	2	4,4
irmão, tu, você	1	2,2	Total	45	100,0

De facto, a tendência ao uso das formas de tratamento nas diversas questões colocadas acima são sempre semelhantes e a pergunta aos inquiridos sobre as formas ou pronomes que usam para as suas *companheiras* seguem a mesma linha. Ora, os resultados fornecidos pelo programa estatístico ditam como relevante apenas o contexto de não variação, onde a forma de tratamento mais usada é *amor*, com 11,1%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 33,3% de não respostas. Como já se explicitou nos resultados anteriores, a amostra do contexto de variação começa às vezes com a identificação dos pronomes para depois contabilizarmos as ocorrências de cada um deles na tabela. Assim, declara-se à vista os pronomes *tu*, *você*. Regista-se para o pronome *tu* 13 ocorrências, que perfaz 28,9%, contra 7 ocorrências do pronome *você*, que correspondem a 15,5%. A partir desses resultados, conclui-se que o comportamento dos pronomes de tratamento dos dados Malange atua de modo diferente em relação aos de Cabinda. Os resultados contrastam na medida em que o *você* favoreceu e *tu* desfavoreceu a amostra de Cabinda, enquanto que *você* desfavoreceu e *tu* favoreceu a de Malange.

No tratamento dado às pessoas desconhecidas na província de Cabinda, as formas preferenciais foram *você*, *pai*, *mãe*, *tio*, *tia*, com 17,6%, seguidas de *tio*, *tia*, *pai*, *mãe*, *senhor*, *senhora* (11,8%). Como se pode ver, os resultados foram apresentados em contexto de variação por conta do registo de cada pronome (*você*, *senhor*, *senhora*) nas formas nominais (*pai*, *mãe*, *tio*, *tia*) escolhidas. A partir dos resultados apresentados no contexto de variação, já é possível identificarmos o pronome com maior ocorrência com base em duas leituras diferentes dos dados. A primeira: como *você* encontra-se entre as formas nominais com maior percentagem (17,6%) e *senhor*, *senhora*, com menor (11,8%), logo o pronome *você* prevalece na amostra em relação aos pronomes *senhor*, *senhora*; segunda: no primeiro caso, o pronome *você* aparece na lista das formas nominais, em primeiro lugar, por ser escolhido pelo programa estatístico como relevante, em função da maior ocorrência entre as outras formas nominais, enquanto que, no segundo caso,

os pronomes *senhor*, *senhora* colocam-se em último pelo mesmo procedimento estatístico. Para insistir na confirmação dos resultados com base nos pronomes, urge a necessidade de os observar a partir do contexto de não variação. Os resultados confirmam categoricamente que a presença do pronome *you* prevalece com 13 ocorrências, contra 9 frequências dos pronomes *senhor*, *senhora*.

Como se previa, as duas províncias usam formas de tratamento nominais que invocam o grau de parentesco para pessoas desconhecidas em vários lugares, o que comprova como sendo tratamento próprio do português dos angolanos. Essas formas quer sejam nominais, quer sejam pronominais denunciam hipoteticamente a faixa etária do interlocutor e o meio em que estão inseridos, conforme se observam os dados da província de Malange, na tabela abaixo.

Tabela 42: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	N	%		N	%
amigão, senhor, senhora, tio, tia	1	2,2	moço, moça	1	2,2
filho, filha	1	2,2	moço, moça, jovem, senhor, senhora	1	2,2
filho, filha, senhor, senhora, mano, mana	1	2,2	moço, moça, rapaz, você	1	2,2
ilustre, senhor, senhora	1	2,2	moço, moça, senhor, senhora	1	2,2
irmão, irmã, senhor, senhora	1	2,2	pai, mãe, senhor, senhora	1	2,2
irmão, irmã, tio, tia, mãezinha	1	2,2	senhor, senhora	11	24,4
jovem, kota, tio, tia	1	2,2	senhor, senhora, amigo	1	2,2
jovem, senhor, senhora	1	2,2	senhor, senhora, brada	1	2,2
Kota	1	2,2	senhor, senhora, jovem	3	6,7
kota, boss, senhor, senhora	1	2,2	senhor, senhora, kota	1	2,2
kota, irmão, irmã	1	2,2	senhor, senhora, mano, mana	1	2,2
madié, wi, tio, tia, senhor, senhora	1	2,2	senhor, senhora, tio, tia	1	2,2
mana, mano, tio, tia	1	2,2	senhor, senhora, tio, tia, pai, mãe, você	1	2,2
mano, mana, kota	1	2,2	senhor, senhora, você	1	2,2
mano, mana, tio, tia, pai, mãe	1	2,2	tio, tia, senhor, senhora	2	4,4
mano, mana, tio, tia, senhor, senhora	1	2,2	wi, senhor, senhora	1	2,2
			Total	45	100,0

Os resultados obtidos a partir do contexto de não variação, as formas de tratamento mais usadas foram *senhor*, *senhora*, com 11 inquiridos, que correspondem ao valor percentual de 24,4%. Nesse contexto não foram registadas nenhuma outra forma que pudesse concorrer com os pronomes mencionados. Relativamente ao contexto de variação, os pronomes verificados na amostra constaram *senhor*, *senhora*, *you*. O pronome *you* apresenta-se com valores percentuais baixos em relação aos pronomes *senhor*, *senhora*, tendo 3 frequências para o primeiro, que perfaz 6,7% e 21 ocorrências para o segundo, que representa 46,6%. Para observarmos o tipo de forma mais usada, basta somarmos os valores percentuais de cada pronome e compará-los com as restantes formas nominais. Assim, teríamos o total de 53,3% de formas pronominais contra 46,7% de formas nominais. Para rematar, os dados de Cabinda não se alinham aos de Malange no que diz respeito ao uso dos pronomes de tratamento, uma vez que a forma preferencial para

Cabinda foi com o pronome *você* e *senhor, senhora* colocados em segundo plano. Na amostra de Malange ficou em segundo plano o pronome *você*, dando prevalência aos pronomes *senhor, senhora* posicionados em primeiro plano.

Na relação mantida entre os progenitores (pais) e seus descendentes (filhos) na província de Cabinda, os dados revelaram que no tratamento de filhos para pais as formas preferenciais foram dadas aos pronomes *senhor, senhora*, com 13,7%, seguida de *pai* por 11,8% e *você* (9,8%), no contexto de não variação. Para o contexto de variação, procurou-se isolar os pronomes e compará-los entre eles, os resultados continuaram bastante satisfatórios para *senhor, senhora*, com 15,7%, das 8 ocorrências, e reduzidos a 3 (5,9%) para *você*, enquanto que na relação de pais para filhos os resultados mostraram-se favorecidos ao pronome *você* com percentual acima de 21% para ambos os contextos.

Nos resultados da província de Malange, no que diz respeito à relação de filhos para pais, as formas de tratamento mais usadas foram *pai, mãe*, com 33,4%, verificando-se ainda todas as restantes formas listadas e 8,9% de não respostas (cf. tabela anexa). No contexto de variação, o pronome *senhor* ocorre apenas uma (1) única vez, que representa 2,2%, contra duas (2) frequências do pronome *você*, correspondendo a 4,4%. Na relação de pais para filhos, como é comum, as formas *senhor, senhora*, não foram usadas como pronomes de tratamento formais, mas como expressões para despertar os interlocutores de alguma coisa. Nesta amostra, as formas de tratamento proferidas foram *filha(o), puto, menina(o), bebé, pai, você, tu* e a mais usada foi *nome próprio*, com por 8,9% (cf. tabela anexa). Como referimos acima, há algumas formas de tratamento nominais que indicam normalmente a faixa etária do indivíduo. Por exemplo, a forma *pai*, neste caso, ou seja, no tratamento de pai para filho, é utilizada pelos progenitores quando atribuem ao filho a figura de chefe da família ou como maneira de demonstrar respeito ao filho por ter o apelido do seu avô. Esse apelido ou nome dos avoengos é chamado desde a fase toda de crescimento, mas quando atinge a fase juvenil, onde se revela capacidade na contribuição ou sustento familiar, a forma de tratamento *pai* começa a ser proferida ao sujeito. Resumindo, os resultados referentes às duas províncias acerca da relação entre filhos e pais apresentam valores percentuais diferentes do uso das formas de tratamento, atuando assim com comportamentos próprios em cada localidade.

Os resultados da província de Cabinda sobre o uso das formas de tratamento na relação de alunos para professores mostram que a preferência é dada a *senhor professor, senhora professora*, com 72,5%, seguida de *professor(a)* (11,8%). Quando se trata do inverso, ou seja, de professores para

alunos, os resultados são claramente diferentes, porque as relações nestes casos se apresentam também como de poder e solidariedade, ou ainda, de superior para inferior hierárquico. A designação de hierarquia aqui é entendida do ponto de vista académico, onde o professor é o mais avançado em conhecimento e com maior grau de instrução, que vai conduzindo os alunos ou estudantes até ao domínio do conhecimento científico. Infelizmente, para a amostra de Cabinda registou-se apenas um professor e a sua forma preferencial foi com o pronome *tu*.

Nos dados da província de Malange, verificámos a tendência ao uso das mesmas formas de tratamento utilizadas em outras amostras na situação de comunicação de alunos para professores. As formas, por exemplo, *doutor(a) + nome próprio, doutor(a), prof. + nome próprio, prof.*, são frequentemente usadas por estudantes jovens ou adulta(o)s do ensino superior. No nível médio, o tratamento com o título académico (mais nome) é praticamente inutilizado, dando preferência à palavra que indica a função do instrutor: *professor*. Os resultados desta amostra atestam que as formas preferenciais são iguais às de Cabinda, embora tenham percentagens diferentes, portanto, *senhor professor, senhora professora*, com valor percentual de 31,1%, seguida de *professor(a)* (6,7%), verificando-se, ainda, todas as restantes formas listadas e 13,3% de não respostas, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 43: Formas de tratamento de alunos para professores

	N	%		N	%
sem resposta	6	13,3	professor + nome, professora + nome	2	4,4
caríssimo professor, caríssima professora	1	2,2	professora, prof + nome	1	2,2
doutor + nome	1	2,2	professora, professor	1	2,2
doutor + nome, doutora + nome, professor, prof	1	2,2	senhor professor	1	2,2
Prof	2	4,4	senhor professor, prof	1	2,2
professor, prof	1	2,2	senhor professor + nome	1	2,2
professor, professora	3	6,7	senhora professora, senhor professor	14	31,1
professor + nome	2	4,4	senhora professora, senhor professor, prof	2	4,4
professor + nome, professora	1	2,2	Total	45	100,0

Os resultados apresentados na tabela 43 contam com a amostra total de 45 inquiridos. Desses 45 (100%), 6 (13,3%) pessoas não responderam a esta questão, reduzindo os dados a 39 respostas. Com base neste número (39/100%), podemos avaliar o peso percentual do tipo de forma mais utilizada na amostra. Os dados, quanto ao tipo de forma de tratamento, são apresentados em *nominal* e *pronominal, nominal*. Como se sabe, a forma *nominal* é verificada a partir da expressão que não leva pronome, logo temos *professor, professora*, enquanto que na mescla de tratamento (*pronominal + nominal*) temos o pronome⁷⁸ + nome, *senhor professor, senhora*

⁷⁸Em função da especificidade do tratamento, os pronomes (*você*) e *tu* não fazem parte deste quadro.

professora. Assim, observa-se, no gráfico abaixo, uma diferença não significativa para o uso preferencial do tipo de forma de tratamento *nominal* (20/51%), em relação à mistura de tratamentos *pronominal + nominal* (19/49%).

Gráfico 26: Tipo de formas de tratamento de alunos para professores



Nas formas de tratamento de professores para alunos, apesar de os dados serem também reduzidos, pudemos verificar que a forma de preferência foi registrada no contexto de variação. Os professores usam diversas maneiras para os seus instruendos, como *número*, *nome*, *você*. O pronome *você*, dos únicos presente, ocorre 2 vezes, que representa 4,4% (cf. tabela anexa). De um modo geral, os dados das duas províncias apresentam-se de forma semelhante, com exceção da relação de professores para alunos, devido ao número ínfimo de dados.

No que diz respeito à relação de crianças para mais velhos, os resultados da província de Cabinda mostram que as formas de tratamento preferencial são *mano*, *mana*, com cerca de 15,7%. O pronome *você* teve apenas uma (1) ocorrência, que representa 2,2%, enquanto que no tratamento inverso, ou seja, de mais velha(o)s para criança, se registou 11,8%, mas as mais usadas foram *puto*, *miúdo*, *miúda*, com 19,6%. Os resultados da província de Malange apresentam dados muito curiosos. O que se esperava era a semelhança completa das mesmas formas de tratamento mais usadas em Cabinda nas relações entre mais velhos e crianças, todavia houve um comportamento surpreendente das formas de tratamento em Malange. Os resultados de Malange para o tratamento de criança para mais velhos ditam a prevalência da forma *kota*, com 6,7%. No primeiro dia de campo nas *terras da Palanca Negra Gigante*, durante os paparazzi ou as fotografias sociolinguísticas da fala dos malanginhos, tivemos a impressão de que havia muita informalidade no tratamento de crianças para adultos, por conta da tradução de *kota*, como tratamento informal, em outras províncias. Talvez aqui esteja a atuar a forma original desta localidade, como tratamento formal, uma vez que a maior parte da população nativa de Malange tem como língua materna o kimbundu, que é de onde provém a preferência do tratamento de crianças dado aos adultos, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 44: Formas de tratamento de crianças para mais velhos

	N	%		N	%
sem resposta	31	68,9	senhor, senhora	1	2,2
Kota	3	6,7	senhor, senhora, tio, tia, pai	1	2,2

	N	%		N	%
mano, mana, kota	2	4,4	tio, tia	2	4,4
nome, senhor, senhora, mano, mana	1	2,2	tio, tia, kota	1	2,2
pai, senhor, senhora, kota	1	2,2	tio, tia, pai, mãe	1	2,2
senhor, kota, você	1	2,2	Total	45	100,0

Conforme a tabela acima, os resultados obtidos a partir do contexto de não variação das formas de tratamento mostram apenas os pronomes *senhor*, *senhora*, com 1 inquirida, que representa 2,2%. O pronome *você* também foi eleito, mas unicamente com 1 ocorrência para o contexto de variação. Olhando de novo para *senhor*, *senhora*, no contexto apresentado para o pronome *você*, temos 4 frequências, o que perfaz 8,9%. Das 31 pessoas que não responderam, contabilizam em termos percentuais 68,9%, reduzindo a amostra para 14 inquiridos. Desses 14 inquiridos, quanto ao tipo de forma utilizada, a nominal foi a mais corrente, com 10 frequências, que corresponde a 71,4%, contra a pronominal (1/7,1%) e a mistura de tratamento (3/21,4%).

Tabela 45: Tipo de formas de tratamento de crianças para mais velhos

	Frequência	Porcentagem
Nominal	10	71,4
Pronominal	1	7,1
nominal e pronominal	3	21,4
Total	14	100,0

Na relação de mais velhos para crianças, a diferença nas formas de tratamento também foi bem visível em relação à amostra de Cabinda. Aqui, as formas mais frequentes foram *menino*, *menina*, com 6,7%. Os adultos de Malange, assim como os de Cabinda, usam evidentemente as mesmas expressões, como, por exemplo, *puto*, *candengue*. Essas formas provenientes do Kimbundu, uma das línguas locais, são normalmente proferidas para designar quaisquer pessoas de idade inferior. No contexto atual, elas também servem como tratamento de indivíduos da mesma faixa etária. A forma *puto*, anteriormente, servia para se referir à crianças portuguesas que vinham de outro lado do continente, o Europeu, mas com o prefixo *ca* ligado à palavra como indicativo do grau diminutivo, típico da construção gramatical das línguas nacionais. Enquanto se vão usando essa expressão para estrangeiros, entre nacionais ocorre a forma *candengue*. Com o passar do tempo, as duas formas perdem os prefixos e passam a operar como tratamento puramente de solidariedade no plano (+) informal do sistema de comunicação. Ao contrário da amostra de Cabinda, na de Malange, registou-se os pronomes *tu*, *você*, no contexto de variação. Os resultados para os dois pronomes foram iguais em valores de frequências e de percentagens (5/11,1%), segundo os cálculos com base na tabela abaixo.

Tabela 46: Formas de tratamento de mais velhos para crianças

	N	%		N	%
Não responde	15	33,3	nome, menino, menina	1	2,2
Bebé	1	2,2	nome, tu, você	1	2,2
bebé, puto	1	2,2	puto	2	4,4
cassule, puto, nome	1	2,2	puto, bebé	1	2,2
filho, filha	1	2,2	puto, cassule	1	2,2
filho, filha, menino, menina	1	2,2	puto, cassule, candengue, nome, tu, você	1	2,2
filho, filha, sobrinho, sobrinha, tu, você	1	2,2	puto, tu, você	1	2,2
menino, menina	3	6,7	rapaz, jovem	1	2,2
menino, menina, filha, você, tu	2	4,4	senhor, senhora	1	2,2
menino, menina, filho, filha	1	2,2	sobrinho, sobrinha, filho, filha	1	2,2
menino, menina, tu, você	1	2,2	tu, você	1	2,2
nené, nome	1	2,2	tu, você, menino, menina	2	4,4
Nome	2	4,4	Total	45	100,0

Em jeito de síntese, as duas províncias apresentam formas de tratamento diferentes nas relações entre crianças e mais velhos, o que resulta a uma mudança em *tempo aparente*.

No que diz respeito à relação de empregados para patrão ou patroa, os resultados de Cabinda evidenciaram maior tendência para *senhor, senhora*, com 33,3%, seguida de *papá + nome* (5,9%); *você* (5/9,9%) e *tia* (2/3,9%) na relação de patrão ou patroa para empregados. Na amostra de Malange, as formas de tratamento mais usadas de empregados para patrão/patroa foram *chefe* por 8,9%, seguidas de *senhor + nome* e *tio + nome*, com percentagens de 6,7% para cada um. A partir da amostra, se tivéssemos que considerar os tratamentos *senhor, senhora* no quadro de *senhor + nome*, os valores percentuais seriam iguais aos da forma *chefe* e estariam atuando tal como na outra amostra, enquanto que na relação de patrão ou patroa para empregados a tendência seria completamente diferente pelo facto de *dona + nome próprio* serem as mais usadas, com 8,8% (cf. tabelas anexas). Em suma, os dados das duas províncias seguem o mesmo padrão para o tratamento de empregados para patrão/patroa, mas desviam-se em relação às formas de tratamento de patrão/patroa para empregados.

Os dados de Cabinda demonstram que os pronomes de tratamento mais frequentes por empregados de serviços diversos para clientes foram *senhor, senhora*, com 3,9%. Nos resultados da amostra de Malange, a ocorrência dos pronomes mencionadas também prevaleceu, mas só que com percentuais bem mais altos (8/17,8%), devido à soma dos dois contextos, já que *você* é teoricamente um tratamento formal, conforme se pode constatar na tabela abaixo.

Tabela 47: Formas de tratamento de empregados de serviços diversos para clientes

	N	%		N	%
sem resposta	30	66,7	senhor, senhora, tio, tia, mano, mana	1	2,2
filho, filha	1	2,2	senhor, senhora, você	3	6,7
senhor, senhora	5	11,1	tio, tia, mano, mana	1	2,2

	N	%		N	%
senhor, senhora, pai, mãe	1	2,2	tio, tia, pai, senhor, senhora	1	2,2
senhor, senhora, tio, tia, jovem	1	2,2	tio, tia, senhor, senhora, mana, mano, pai	1	2,2
			Total	45	100,0

Quando procurámos comparar os resultados das duas províncias, no que diz respeito à forma de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos, vimos que elas são totalmente semelhantes nos dois contextos. Ambas apresentam percentagens e ocorrências significativas para os pronomes de tratamento *senhor, senhora*. O resultado para Malange ficou em torno de 46,6% das 21 ocorrências dos pronomes consagradamente formais, como consta na tabela abaixo.

Tabela 48: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos

	N	%		N	%
amigo, amiga, tio, tia	1	2,2	senhor, senhora, mano, mana	1	2,2
filho, filha, menino, menina	1	2,2	senhor, senhora, tio, tia, amigo, amiga	1	2,2
função, tio, tia, paizinho, mãezinha	1	2,2	senhor, senhora, tio, tia, pai, mãe, mano, mana	1	2,2
jovem, amigo, amiga, tio, tia, pai, mãe	1	2,2	senhor, senhora, você	2	4,4
moço, moça, senhor, senhora	3	6,7	tio, tia	1	2,2
moço, moça, tio, tia, senhor, senhora	1	2,2	tio, tia, mãe, senhor, senhora	1	2,2
pai, mãe, jovem, tio, tia, função	1	2,2	tio, tia, mano, mana, amigo	1	2,2
senhor, senhora	21	46,6	tio, tia, mano, mana, senhor	1	2,2
senhor, senhora, caríssimo	1	2,2	tio, tia, senhor, senhora	1	2,2
senhor, senhora, dona	1	2,2	tio, tia, senhor, senhora, pai	1	2,2
senhor, senhora, dona, você	1	2,2	Total	45	100,0

Na opinião dos inquiridos em Cabinda sobre o uso das formas de tratamento nominais que indicam grau parentesco mesmo não sendo, os resultados não comprovaram significativamente a nossa hipótese, porque os valores das respostas *sim/não* estavam muito próximas uma da outra, com 52% para *sim* e 48% para *não*. Para os resultados de Malange, o distanciamento dos números percentuais de cada resposta são significativos, com 67% de resposta positiva, contra 33% de negativa, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 27: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?

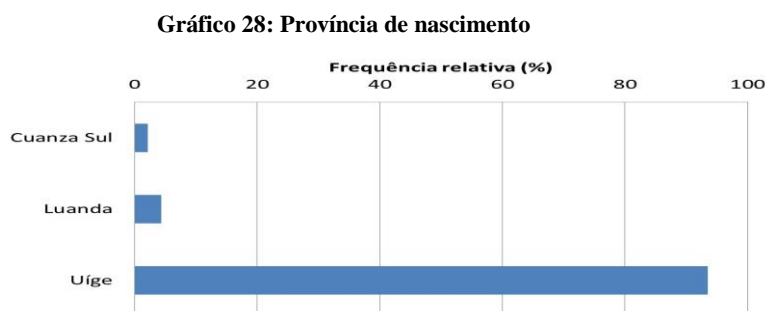


Os resultados obtidos provam que os inquiridos em Malange consideram mais o uso de formas consanguíneas nas situações mencionadas do que os de Cabinda.

4.4.1.4. Uíge

A aplicação do questionário sociolinguístico decorreu na província do Uíge, Região Norte de Angola, entre o dia 2 de maio de 2019 e o dia 1 de junho do mesmo ano. Os dados recolhidos fazem um total de 46 elementos distribuídos a partir de seis estratificações sociais: i) província de nascimento; ii) género: masculino ou feminino; iii) zona de residência: urbana ou rural; iv) faixas etárias: inferior ou igual a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 35 anos, 36 a 40 anos, 41 a 45 anos, igual ou superior a 46 anos; v) nível de escolaridade: primário, secundário ou base, médio, superior; e por último, vi) profissão.

No que diz respeito à primeira variável social, a maior parte dos inquiridos declarou ser nato do Uíge (43/93,5%) e apenas 6,5% residem nela com as condições explicitadas anteriormente. Desta pequena percentagem, 2,2%, que corresponde a um inquirido, pertence à província do Cuanza-sul, e 4,3%/2 a Luanda, como se atesta no gráfico 28.



Quanto à segunda apresentação sociológica, os informantes selecionados estão localizados nas duas zonas de residências, com valores quase que equilibrados, sendo que: 26 inquiridos habitam na área urbana, o que representa 57%; 20 na rural, com valor percentual de 43%, conforme ilustra o gráfico 29.



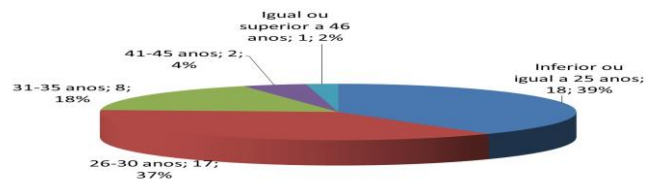
A identificação do peso percentual do género é também indispensável nesta amostra. Felizmente, o resultado para esta variável ficou divisível em dois géneros (masculino e feminino), embora apresentem valores diferenciados para cada um. A participação masculina dominou a amostra, com 28/61%, se compararmos com a feminina (18/39%). O perfil desta amostra é ilustrado no gráfico 30.

Gráfico 30: Gênero



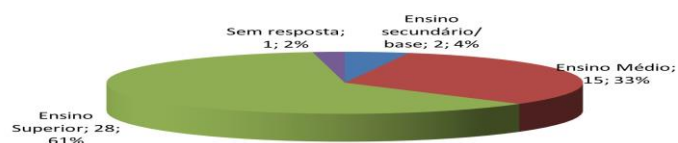
Os dados a seguir têm a ver com a faixa etária dos participantes, onde os resultados nos são apresentados numa escala crescente de idades. A camada jovem prevaleceu significativamente na amostra por ser a que mais se mostrou disponível a colaborar na nossa pesquisa. Assim, tivemos as seguintes frequências e percentuais em cada faixa etária: inferior ou igual a 25 anos (18/39,1%); 26 a 30 anos (17/37%); 31 a 35 anos (8/17,4%); 41 a 45 anos (2/4,3%); e igual ou superior a 46 anos (1/2,2%). As idades propostas no questionário, que vão de 36 a 40, não se fizeram presentes nesta amostra, como se observa no gráfico 31.

Gráfico 31: Idade



Quanto ao grau de instrução, a amostra mostrou-se favorável para dois níveis de escolaridade. Dos quatro níveis representados como proposta inicial, apenas um foi excluído por não haver participante. Trata-se, então, do nível primário. Como dado surpreendente, os inquiridos com maior frequência possuem o ensino superior (28/60,9%), seguidos de pessoas com ensino médio (15/32,6%). O ensino inicial da nossa amostra, assim chamado por substituir o primário, ficou com apenas 2 inquiridos, o que representa 4,3%. De qualquer modo, a amostra ficou interessante por obtermos frequências consideráveis para os dois níveis que estabelecem continuidades para um e da mesma forma ponte para outros ciclos de formação. Eis a descrição sinótica desta amostragem no gráfico 32.

Gráfico 32: Nível de escolaridade



Cabe-nos, por fim, identificar as atividades laborais desenvolvidas pelos inquiridos que atestam maioritariamente ter o nível de escolaridade médio e superior. A profissão mais marcada na amostra foi a de *estudante*, com cerca de 23 inquiridos, que corresponde a metade da amostra, portanto, 50%, seguida da atividade de docência, com 11 respostas, que representam 23,9%, dos quais 7(15,2%) são professores e 4(8,7%) são professoras. Ora, presume-se que a maior participação do género masculino na atividade docente em relação ao feminino concatena-se com os resultados do gráfico 30, onde o masculino predomina. Eis a amostra das atividades laborais:

Tabela 49: Profissão

	Frequência	Percentagem
Sem resposta	4	8,7
Alfaiate	1	2,2
Canalizador	1	2,2
Condutor	1	2,2
Cozinheira	1	2,2
Estudante	23	50,0
Funcionário da Administração	1	2,2
Informático	1	2,2
Ladrilhador	1	2,2
Professor, professora	11	23,9
Técnico de construção civil	1	2,2
Total	46	100,0

Os resultados para os domínios de tratamentos informais e formais foram muito curiosos: 39,1%, que correspondem a 18 inquiridos, afirmaram ter bom domínio do tratamento informal e apenas 1, que representa 2,2%, admitiu mau domínio. O mesmo valor apresentado do domínio bom ficou também para razoável (+/-) no tratamento formal. A complexidade dessa forma de tratamento leva-nos a uma inteira satisfação ao vermos (10/21,7%), (12/26,1%) de domínios muito bom para o primeiro resultado e bom para o segundo, e, como se esperava, um aumento de dois casos a mais, com 6,5%, para mau domínio em relação ao informal. Os valores muito bom e bom para o tratamento informal seguem positivamente os valores do tratamento formal, tendo em conta o igual número de pessoas que desconhecem o seu domínio em cada forma de tratamento (3/6,5%), conforme as tabelas 50 e 51 sobre os domínios das formas de tratamento:

Tabela 50: Grau de domínio do tratamento formal

	Frequência	Percentagem
Muito bom	10	21,7
Bom	12	26,1
Razoável (+/-)	18	39,1
Mau	3	6,5
Sem resposta	3	6,5
Total	46	100,0

Tabela 51: Grau de domínio do tratamento informal

	Frequência	Percentagem
Muito bom	7	15,2
Bom	18	39,1
Razoável (+/-)	17	37,0
Mau	1	2,2
Sem resposta	3	6,5
Total	46	100,0

Questionados sobre as formas de tratamento que usam entre/para os amigos, as preferenciais foram apontadas aos pronomes *você* e *tu*. Entre eles, no contexto de não variação, o pronome de tratamento *você* ocorre com maior frequência (11/23,9%) do que o *tu* (4/8,7%). Tomando nota dos resultados com base na variação das formas, temos *tu*, *você*, com 5/10,9%, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 52: Formas de tratamento para/entre amigos

	N	%		N	%
amiga, amigo, wi	1	2,2	tu, brada	1	2,2
amigo, amiga, tu, você, nome	1	2,2	tu, camone, wi	1	2,2
brada, camone, você, tu	1	2,2	tu, nome	2	4,3
brother, wi	1	2,2	tu, você	5	10,9
camone, brother, você	1	2,2	tu, você, nome	1	2,2
estimado, prezado, meu	1	2,2	tu, você, senhor, senhora	2	4,3
mana + nome, mano + nome	1	2,2	você	11	23,9
meu, tu, você	1	2,2	você, nome	1	2,2
meu, wi, nome, você	1	2,2	wi, brada	1	2,2
nome, tu, você	1	2,2	wi, brada, camone	1	2,2
senhor, senhora, nome	1	2,2	wi, meu, compadre, comadre	1	2,2
senhor, senhora, tu	1	2,2	wi, tu	1	2,2
Tu	4	8,7	wi, tu, você	1	2,2
			Total	46	100,0

Para tornar mais simples a leitura dos dados na tabela acima, comparando os pronomes *tu* e *você*, podemos retirar os valores do resultado dos pronomes no contexto de variação e distribuí-los no contexto de não variação, ou seja, em cada pronome. No contexto de variação, por exemplo, *tu*, *você* (5/10,9%), significa que as cinco ocorrências desses pronomes foram mencionadas por cinco participantes e, de forma isolada, cada pronome está registado também por cinco vezes. Logo, teríamos 5(10,9/) para *você* e 5(10,9%) para *tu*, com as respectivas percentagens. O que não podemos fazer é a soma dos dois, porque aparecem em contexto de variação, mas, como dissemos, podemos distribuí-los em cada pronome correspondente, somando, em geral, com os resultados do contexto de não variação. Esse procedimento pode ser feito em todos os dados para observarmos apenas as ocorrências dos pronomes de tratamento nas várias relações em estudo. Eis a apresentação do *você* e *tu* na tabela de pronomes de tratamento entre amigos:

Tabela 53: Pronomes de tratamento entre amigos

Pronomes	Frequência	Porcentagem
Você	27	58,7
Tu	23	41,3
Total	50	100,0

Como se lê na tabela 53, o pronome *você* continua a ser muito mais proferido em relação ao *tu*, atingindo índices muito acima dos 50%. O tratamento por *tu*, apesar de menos frequente (41,3%) do que o outro (58,7%), o seu valor percentual apresentado também é bastante significativo para a amostra. De modo geral, pode-se concluir que o pronome *tu* continua ativo no tratamento entre amigos, embora *você* o supere com suscetibilidades futuras de dominar completamente todo o espaço.

Na relação que se pode ver entre colegas de escola e de serviços, as formas de tratamento que indicam grau de parentesco são completamente nulas, com exceção de *mano*, *mana* (+ nome), *tio* + nome que aparecem na amostra apenas 2 vezes para a primeira forma e uma para a segunda, mas só em contexto de variação, o que representam 4,4%, 2,2%. Ainda no mesmo contexto, os tratamentos de *senhor*, *senhora*, com 5 casos, representando 10,9%, também se fazem sentir ao lado de *tu*, com 6 (13%) para colegas de escola e 3 (6,5%) para colegas de serviço. Pelo que se observa entre os pronomes mencionados, cada um mede força para estabelecer o tipo de tratamento entre as pessoas, dividindo claramente a(o)s colegas em duas alas: pessoas que tratam com formalidade e pessoas que não se tratam com formalidade. Talvez aqui estejam presentes colegas de diferentes posições sociais que, mesmo no ambiente acadêmico ou de serviço (interativo), procuram manter distanciamento entre eles. De modo geral e surpreendente, o contexto de não variação registou como prevalência na amostra o pronome *você* e a forma nominal *colega* para os dois tipos de relações, tendo para/entre colegas de escola *você* (14/30,4%), *colega* (10/21,7%), e para/entre colegas de serviço *você* (13%), *colega* (6,5%), conforme se observam nas tabelas abaixo.

Tabela 54: Formas de tratamento entre colegas de serviço

	N	%		N	%
sem resposta	17	37,0	senhor, senhora, professor, professora, chefe	1	2,2
caríssimo, colega, função	1	2,2	senhor, senhora, tu	2	4,3
colega, mano, mana	1	2,2	senhor, senhora, nome	1	2,2
colega + nome	1	2,2	tio + nome, mana + nome	1	2,2
Compadre	1	2,2	Tu	1	2,2
professor, professora, nome, você	2	4,3	tu, você	1	2,2
Senhor	1	2,2	você	6	13,0
senhor, senhora	3	6,5	você, doutor, doutora	1	2,2
senhor, senhora, doutor, doutora	1	2,2	você, tu, colega	1	2,2

	N	%		N	%
			Total	46	100,0

Tabela 55: Formas de tratamento entre colegas de escola

	N	%		N	%
sem resposta	2	4,3	senhor, senhora, nome	1	2,2
Colega	10	21,7	senhor, senhora, tu	1	2,2
colega, nome	1	2,2	Tu	2	4,3
colega, você, nome	3	6,5	tu, você	3	6,5
estimado, você	1	2,2	tu, você, colega, nome	2	4,3
Mestre	1	2,2	você	14	30,4
querido, querida, amigo, amiga, colega,	1	2,2	Wi	1	2,2
senhor, senhora, mano, mana	1	2,2	wi, colega, você, tu	1	2,2
senhor, senhora, colega	1	2,2	Total	46	100,0
senhor, senhora, colega, mano, mana	1	2,2			

Para confirmar os resultados quanto ao tipo de forma que mais predomina e podermos observar as frequências e percentagens gerais em cada uma delas, apresentam-se os dados com valor total de 44, dos 46, 29, dos 46, em função da subtração dos (dois) (dos dezassete) inquiridos não declarantes de colegas.

Tabela 56: Tipo de formas de tratamento entre colegas de escola/serviço

	Frequência	Percentagem
Nominal	13/8	29,5/27,6
Pronominal	20/14	45,5/48,3
nominal e pronominal	11/7	25,0/24,1
Total	44/29	100,0

Como se prova nos resultados fundidos na tabela 56, as formas pronominais mantêm-se resistentes na dominação do tipo de tratamento mais usado, com (20/45,5%) para escola e (14/48,3%) para serviço, seguidas das nominais (13/29,5%), (8/27,6%), que se diferenciam levemente das mesclas de tratamento (11/25%), (7/24,1%).

No que diz respeito às formas de tratamento entre casais, a preferência pelo uso do pronome *você* e da forma nominal *amor* não foram “assustadoras” para a nossa amostra. O índice expressivo no tratamento entre casais com o pronome *você* (15,2%) tem sido o mais corrente em todas as relações amorosas, tanto que no caso entre namorada(o)s (17,4%), o tratamento por *amor* entre casais (6,5%) não aparece como estratégia linguística entre namorados, pelo menos para o contexto de não variação. Embora as formas *senhor*, *senhora* apareçam nestes tipos de laços afetivos como tratamento não formal, elas dominam, de facto, categoricamente, como tratamento formal as relações que se estabelecem entre vizinhos (21,7%) e pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares (50%). Como se esperava, apesar de pouquíssimas, o registo das formas nominais que indicam grau de parentesco também ocorrem nessas duas

últimas relações como prova de atuação de tratamentos próprios entre angolanos (cf. tabelas anexas).

Na relação de filhos para pais, a forma preferencial fica mesmo para os nomes indicadores de laços familiares *pai, mãe* (28,2%), seguida do pronome de tratamento *você* (13%). Na inversão de tratamento, ou seja, de progenitores para seus descendentes, os resultados são também automaticamente invertidos, tendo como maior ocorrência o *você* (15,2%). Os casos curiosos são os que as formas *nome* e *tu* aparecem apenas uma vez (2,2%) na relação de filhos para pais e *vós* na de pais para filhos. Infelizmente, não pudemos precisar se a forma *vós* foi utilizada nas circunstâncias de pronome singular ou plural (*vide* tabelas anexas).

A relação entre professores e alunos também é marcada pelo poder e solidariedade, onde preferencialmente a(o)s aluna(o)s dão tratamento de *senhor professor, senhora professora* (21,7%) e recebem *você* (8,8%), *tu* (4,4%) e outras formas nominais (*aluna(o), nome próprio, número, querida(o)* (8,8%)) (cf. tabelas anexas).

Verificando as formas de tratamento na relação de crianças para mais velhos, 91,3%, que corresponde a 42 pessoas não responderam a esta questão. Do total de 46, a amostra sofreu uma redução brusca de até 4 inquiridos. Destes indivíduos, a forma que prevaleceu foi *tio, tia*, com 4,3%, sem registo algum de qualquer pronome (cf. tabela em anexo). Mas, tratando-se de mais velhos para crianças, os pronomes de tratamento *você* e *tu* são produzidos com índices percentuais elevados, com 28,2% para *você* e 21,7% para *tu*, seguidas de *menino, menina* (8,7%), conforme se vê na tabela abaixo e em outra apresentada em anexo.

Tabela 57: Formas de tratamento de mais velhos para crianças

	N	%		N	%
sem resposta	3	6,5	puto, miúdo	1	2,2
Camone	1	2,2	puto, ndengue	1	2,2
filho, filha, criança, tu, você	1	2,2	puto, ndengue, bebé	1	2,2
maninho, criança, nome	1	2,2	puto, ndengue, filha, filho	1	2,2
menino, menina	4	8,7	puto, você, tu	1	2,2
menino, menina, tu	2	4,3	rapaz, menino, menina	1	2,2
menino, menina, tu, você	1	2,2	rapaz, rapariga, tu, você	1	2,2
ndengue, puto	1	2,2	sobrinho, sobrinha	1	2,2
nené, neto, neta	1	2,2	Tu	10	21,7
puto, cassule, ndengue	1	2,2	tu, você, puto, ndengue	1	2,2
puto, menino, menina	1	2,2	Você	13	28,2
			Total	46	100,0

Em relação ao uso das formas de tratamento na relação de empregados para patrão ou patroa, os resultados mostram que as formas indicadoras de grau de parentesco continuam presentes em

alguns casos da nossa amostra e nesta não foi diferente. As formas, por exemplo, *filho + nome próprio* (2,2%) são normalmente usadas por pessoas de faixa etária superior ao patrão, que, ainda por respeito, colocam o *chefe*, o *patrão* ou a *patroa* (8,7%) na posição de consanguíneo com menos experiência de vida. Embora se presenciem essas formas por parte de trabalhadores mais velhos, o outro grupo de funcionários de idade não muito superior prefere utilizar os pronomes de tratamento puramente formais para este espaço, tratando-se, então, de *senhor*, *senhora* (23,9%). Em diversas situações, o fator idade não tem sido a única maneira para receber o tratamento de *senhor*, *senhora*, basta que a pessoa ocupe uma posição de prestígio na sociedade. Mas, procedendo de modo contrário, ou seja, ter lugar de destaque social e receber um *tu* (10,9%), como resultado do segundo tratamento preferencial da nossa amostra, é possível deduzir a causa de tratamento a partir de alguns casos: (i) patrão ou patroa com menor idade e conhecida dos empregados; (ii) filhos de menor idade do patrão ou patroa que também prestam serviço (às vezes) à empresa e que os trabalhadores os vejam como chefe; (iii) patrão ou patroa da mesma faixa etária dos funcionários; (iv) patroa ou patrão que tem relação de amizade com os subordinados. A explicitação desses dados lê-se na tabela abaixo.

Tabela 58: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa

	N	%		N	%
Chefe	4	8,7	senhor, chefe	1	2,2
excelentíssimo, excelentíssima, senhor, senhora	1	2,2	senhor, chefe, patrão	1	2,2
filho + nome	1	2,2	senhor, senhora	11	23,9
mano + nome	1	2,2	senhor, senhora, você	1	2,2
patrão, chefe	1	2,2	senhora, dona	1	2,2
patrão, patroa	4	8,7	tu	5	10,9
			Total	46	100,0

No tratamento de patrão ou patroa para empregados, as formas *senhor*, *senhora* com 10,9% ocupam o segundo lugar das mais usadas, e a forma *tu* (2,2%) foi substituída por *você* (17,4%) como a dominante na amostra. Como vimos na questão anterior, alguns empregados tratam os chefes por *filho + nome*, aqui o tratamento preferencial que indica o grau de parentesco vai para *tia + nome* (4,4%), conforme ilustra a tabela 59.

Tabela 59: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados

	N	%		N	%
sem resposta	26	56,5	senhora + nome, senhor + nome	1	2,2
Dona	1	2,2	tia + nome	2	4,4
Função	1	2,2	tu, senhor, senhora, você	2	4,4
senhor, senhora	5	10,9	Você	8	17,4
			Total	46	100,0

Olhando para os dados a partir do tipo de forma mais usada, os resultados são apresentados com base na amostra total de 20 inquiridos, onde a forma pronominal prevalece com 15 ocorrências, que corresponde a 75%, seguidas da nominal 4 (20%) e da mistura das duas formas de tratamento (1/5%) (cf. tabela anexa).

Na relação de empregados de serviços diversos para clientes, os pronomes de tratamento mais usados foram *senhor, senhora*, com 23,9%, seguidos de *tu* e *você*, com 6,5% para cada um. Da amostra geral de 46, apenas 21 pessoas declararam prestar serviços diversos, e desse número, 90% optou para o tipo de forma pronominal e 9,5% para a nominal, ao passo que na de clientes para empregados a diferença consta apenas na exclusão do pronome *você* e no crescimento percentual de *senhor, senhora* (45,7%) e *tu* (10,9%) (cf. tabela anexa).

Para avaliar o número de aceitação da forma de tratamento nominal que indica grau de parentesco, mesmo não pertencendo ao laço familiar do interlocutor, 59%, o que representa 26 pessoas, respondeu que consideram correto o uso deste tratamento em estabelecimentos públicos formais, porque os fatores culturais também interferem na língua de um povo, principalmente quando se trata das formas de tratamento, mas apesar de a justificação ser unânime, outros vêem-na como incorreta (18/41%), conforme ilustra o gráfico 33.

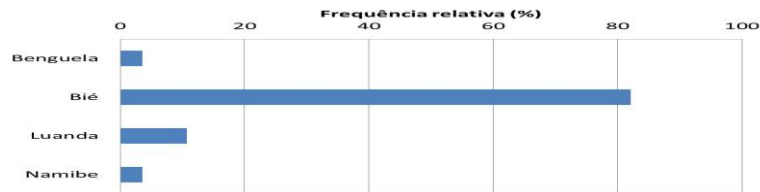
Gráfico 33: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?



4.4.1.5. Bié

A subamostra da província do Bié, que pertence à Região Centro, é constituída por 28 elementos, tendo os questionários sido aplicados entre 17 de abril de 2019 e 10 de maio do mesmo ano. Os primeiros dados a serem revelados foram os da província de nascimento das pessoas inquiridas. Assim sendo, os resultados demonstraram que do total apresentado, 23 pessoas nasceram na província do Bié, que representa 82%, 5 pessoas não nasceram nesta província, que faz 17,9%. Destas cinco pessoas, 3 (10,7%) são de Luanda, 1(3,6%) de Benguela e 1 (3,6%) do Namibe, como mostra o gráfico 34.

Gráfico 34: Província de nascimento



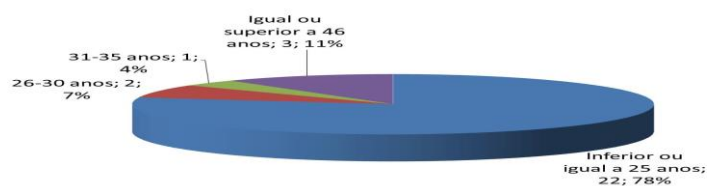
Os resultados obtidos a partir da variável social mencionada são muito positivos, porque as pessoas naturais da província dominaram completamente a amostra. Por este facto, as formas de tratamento que serão demonstradas mais abaixo apresentar-se-ão como típicas desta localidade. Na prossecução da análise, verificámos que os inquiridos que compõem a amostra apresentam-se de forma equilibrada quanto ao número de género e quanto ao número de pessoas residentes nas zonas urbana e rural. Para ambos os casos, o valor ficou distribuído por 14 frequências cada, que corresponde a 50%, quer sejam para os géneros masculino e feminino, quer sejam para as zonas rural e urbana.

Tabela 60: Género/Zona de residência

	Frequência	Percentagem
Masculino/Urbana	14	50,0
Feminino/Rural	14	50,0
Total	28	100,0

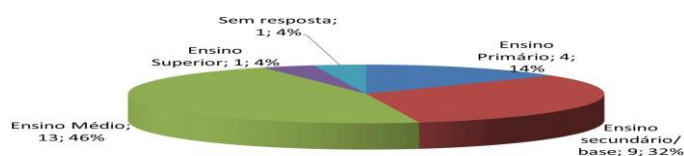
Com base nos resultados obtidos, a partir das estratificações sociais género e zonas de residência, procurámos saber as atividades laborais das mulheres e dos homens que habitam nas áreas da cidade e da periferia da província em estudo. Os resultados mostram que há uma tendência laboral semelhante às outras amostras da pesquisa e a mais frequente, assim como os outros dados, foi a de *estudante*, com 20/75%, seguida de apenas 2/7,2% de *professor*, *professora*, sendo 1/3,6% para cada género (cf. tabela anexa). Cabe-nos, agora, verificar a faixa etária das pessoas que exerçam essas e outras atividades laborais registadas na tabela em anexo. Ora, a primeira faixa etária compreende a idade inferior e igual a 25 anos que, por sinal, prevalece na amostra com 22 participantes, representando 78,6%, seguidas de 26 a 30 anos (2/7,1%), 31 a 35 anos (1/3,6%) e de igual ou superior a 46 anos (3/10,7%), conforme ilustra o gráfico 35.

Gráfico 35: Idade



Esses inquiridos que se apresentam com as respectivas faixas etárias possuem graus de escolarização primário (4/14%), secundário ou base (9/32%), médio (13/46%) e superior (1/4%). A partir dos dados esboçados, verifica-se um índice de frequência muito baixo para o ensino superior nesta amostra. Esse número ínfimo foi o resultado da dificuldade que tivemos na recolha de dados desta amostra por termos viajado à província no fim de semana e pelo nosso ajudante de campo conseguir apenas o máximo de pessoas com os níveis que dominaram a amostra, portanto, o médio e o básico. Outro motivo é que a província tem apenas uma única escola superior e quase todos os estudantes residem e/ou trabalham fora da (cidade) província. O gráfico a seguir ilustra o nível de escolaridade dos *bienos*.

Gráfico 36: Nível de escolaridade



Com base nos resultados apresentados e para dar continuidade à investigação, entendemos antes avaliar os graus de domínio que os inquiridos têm em relação às formas de tratamento formal e informal. Dos 28 participantes, apenas 3,6%, que responde por um inquirido, têm domínio muito bom para o tratamento informal e 4/14,3% possuem bom, enquanto que o domínio razoável ou mais ou menos prevalece na amostra com 19/67,7% distanciado de mau (3/10,7%), verificando ainda 1/3,6% de sem resposta, como se observa na tabela 61.

Tabela 61: Grau de domínio do tratamento informal

	Frequência	Porcentagem
Muito bom	1	3,6
Bom	4	14,3
Razoável (+/-)	19	67,9
Mau	3	10,7
Sem resposta	1	3,6
Total	28	100,0

No que diz respeito ao tratamento formal, as avaliações feitas pelos participantes foram quase para a mesma tendência em algumas áreas de domínio. O facto de observarmos diferenças em cada resultado deu-nos a garantia de que as questões foram devidamente respondidas, uma vez que o domínio bom sofreu redução de 2/7,1%, assim como o mau domínio sofreu aumento de 7/25% em comparação ao tratamento informal. Tal como nos dados anteriores, o domínio

razoável também se mostrou muito significativo com 17/60,7%, verificando-se ainda valores iguais 1/3,6% para muito bom e sem resposta, conforme se sintetiza na tabela 62.

Tabela 62: Grau de domínio do tratamento formal

	Frequência	Porcentagem
Muito bom	1	3,6
Bom	2	7,1
Razoável (+/-)	17	60,7
Mau	7	25,0
Sem resposta	1	3,6
Total	28	100,0

Nos dados da província do Uíge em relação ao tratamento entre amiga(o)s, as formas mais usadas foram os pronomes *você* e *tu*. Esses pronomes foram apresentados em contexto de (não) variação. No caso de não variação, os valores do pronome *você* (11/23,9%) foram muito superiores aos valores dos dois pronomes (*você*, *tu*) em contexto de variação (5/10,9%). Esses resultados demonstraram claramente a maior ocorrência de *você* na relação de amizade de pessoas da referida localidade. A partir dessa observação, verificámos se os factos seriam os mesmos na relação dos bienes. Os resultados da província do Bié apontam significativamente para o contexto de variação *nome*, *você*, com 17,9%, seguida de não variação com *nome próprio* na ordem de 10,7%. No contexto de não variação, o pronome *você* é o único que aparece com apenas uma ocorrência, que representa 3,6% (cf. tabela anexa). Se tivermos que comparar o *você* com o *tu*, a verificação dos casos seria só em contexto de variação. Sendo assim, teríamos 8 (28,6%) para *tu* e 20 (71,1%) para *você*. De facto, os resultados apontariam para a mesma direção dos dados da outra província, onde *você* prevalece na amostra.

No sentido de captar as formas de tratamento na relação entre colegas de escola e de serviço na província do Bié, investigámos os dados da província do Uíge, onde os pronomes *senhor*, *senhora*, com 10,9% e *tu*, com 13% para colegas de escola e 6,5% para colegas de serviço, aparecem como resultados do contexto de não variação, ao passo que *você* e *colega* dominam completamente a amostra nas duas relações, mas no contexto de variação. Os resultados seguem rumos diferentes, uma vez que na amostra do Bié, em relação aos colegas de serviço, não houve registo algum de pronomes e a forma preferencial foi a mesma entre colegas de escola com a forma de tratamento *colega*, com 17,9%, seguida de *nome próprio* por 10,7%, mas com valor percentual diferente para colegas de escola, sendo *colega* (35,7%) e *colega*, *nome* (14,3%) (cf. tabelas anexas). Já nos dados de variação, o pronome *você* aparece com 5 ocorrências, o que representa 17,9%, contra 2/7,1% de *tu*. Contudo, os resultados não se cruzam no seu todo, pois a

combinação dos mesmos só se dá na relação entre colegas de escola, já na de colegas de serviços cada caso atua de forma diferente um do outro.

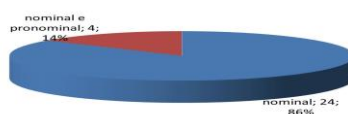
Interrogados sobre qual seria a forma de tratamento que usam entre casais e namorados, a mais usada foi *amor*, com 7,1% para casais e 10,7% para namorados. Os pronomes *você* e *tu* também aparecem na relação amorosa com valor de 3/10,7% para *você*, 2/7,1% para *tu* na relação entre casais, e *tu* 5/17,8%, *você* 7/24,9% no tratamento entre namorados, como resultados do contexto variação. Mas, no contexto de não variação, o pronome *você* com 15,2% prevalece na relação de pais para filhos. O pronome de tratamento *senhora* (3,6%) ocorre uma vez entre casais, usado pelo inquirido para a sua parceira em ambiente que normalmente requer a apresentação da mesma anteposto pelo pronome possessivo feminino *minha*. Esse pronome feminino e o masculino ganham maior destaque nos tipos de tratamento que envolvem pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares (10,7%) e clientes para empregados de serviço diversos (21,4%), contando sempre com a sua substituição em alguns casos pelas formas nominais que indicam grau de parentesco, como se observa na tabela abaixo, de clientes para empregados de serviços diversos e na tabela anexa de pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares.

Tabela 63: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos

	N	%		N	%
amigo, amiga, senhor, senhora, função	1	3,6	senhor, senhora, tio, tia, pai, mãe	1	3,6
função	1	3,6	tia, mana, mano, tio	1	3,6
mana, mano, senhor, senhora	1	3,6	tia, tio, amigo, mãe, paizinho, senhor, senhora	2	7,1
mano, mana, pai, senhor, senhora	1	3,6	tia, tio, mano, mana	1	3,6
mano, mana, tio, tia	1	3,6	tio, tia, amigo, amiga	1	3,6
nome, senhor, senhora, amigo, amiga	1	3,6	tio, tia, amigo, paizinho, senhor, senhora	1	3,6
senhor, senhora	6	21,4	tio, tia, mãe, pai	1	3,6
senhor, senhora, caríssimo	1	3,6	tio, tia, mano, mana, irmão, irmã, avó	1	3,6
senhor, senhora, filho, filha	1	3,6	tio, tia, mano, mana, pai, mãe	1	3,6
senhor, senhora, jovem	1	3,6	tio, tia, pai, mãe	1	3,6
senhor, senhora, tio, tia	1	3,6	tio, tia, pai, mãe, senhor, senhora	1	3,6
			Total	28	100,0

Nos resultados da província do Uíge, os pronomes *senhor*, *senhora*, com valor de 21,7%, ocorrem com maior frequência na amostra da relação entre vizinhos. No caso do Bié, esses pronomes ficam completamente apagados, dando preferência às formas indicadoras de maior solidariedade (*vizinha*, *vizinho*, com 17,9%) e conhecimento entre eles (*nome próprio*, 17,9%) que, de modo geral, elevam os índices percentuais para 24/86% quanto ao tipo de formas nominais, seguidas de outras restantes, em comparação às pronominais (*tu*, *você*) no contexto de variação com as nominais, com 4/14%, conforme o gráfico abaixo e a tabela anexa ilustram.

Gráfico 37: Formas de tratamento entre vizinhos



No que diz respeito ao tratamento de filhos para pais, conseguimos observar que as formas *pai*, *mãe*, com valor total de 57,2% foram as mais usadas pelos descendentes para os seus progenitores, apesar de se registarem também os pronomes *senhor*, *senhora* com apenas 2/7,2% (cf. tabelas anexas). Diferente da amostra do Uíge, a título exemplificativo, onde se faz presente o pronome *você* (13%), os pronomes *você* e *tu* não ocorrem em nenhum contexto como tratamento dado por biena(o)s. O caso curioso é de uma ocorrência da forma de tratamento *comandante*, que representa 3,6%, justificado o seu uso pelo inquirido número 236, pelo facto do seu progenitor pertencer às fileiras das Forças Armadas Angolanas, e na época do seu nascimento, quando sucederam os confrontos militares, já assim eram designados por quase todos os vizinhos, incluindo os seus familiares e a própria esposa/mãe, que o obrigavam, indiretamente, a usá-la para não ser reconhecido como filho de um líder militar, porque havia membros da família que podiam ser raptados para servir como fonte de informação na troca do resgate.

Na relação de alunos para professores, o tratamento é puramente marcado por fórmulas próprias e únicas, sendo *senhor professor*, *senhora professora* (21,4%) seguidas de *professor*, *professora* (17,9%). A sua mudança e variação só acontecem no tratamento que se dá de professores para alunos que a maior parte deles exerçam também a atividade de docência, recaindo para *nome próprio*, *rapaz* (3,6%), conforme seguem, em anexo, os dados insuficientes da nossa amostra.

Observando as formas de tratamento de crianças para mais velhos, 57,1%, que representam 16 pessoas, não fazem parte do grupo das crianças. Da amostra geral, portanto, dos 28 elementos, participaram 16 crianças, que tiveram como forma mais usada *mano*, *mana*, com 10,7%. Os pronomes presentes foram apenas *senhor*, *senhora* com 7,1% em contexto de variação, o que demonstra, por parte de algumas crianças, conhecimento desse tratamento formal empregue de inferior para superior. Com o tratamento de mais velhos para crianças, as formas utilizadas são completamente diferentes. Uma das causas dessas diferenças são a estratificação social idade, que os levaram a tratar as crianças pelo *nome próprio* (14,3%) nas situações em que demonstram conhecer o interlocutor. Tratando-se de crianças desconhecidas, os pronomes *você* (4/14,2%) e *tu* (2/7,1%) surgem para marcar o distanciamento ao lado das formas nominais *meu neto*, *minha*

neta, puto, ndengue, menina, cassule, filho, filha, criança, até a forma como *irmão*, para estrategicamente a deixar mais confortada na abordagem ou interpelação (*vide* tabelas anexas).

Na relação de empregado para patrão ou patroa, a forma mais corrente foi *patrão*, com 10,7%, seguida de *mano + nome com* 7,1%, mas também se observa 1 caso do pronome *senhor + nome*, que representa 3,6%. Além dessas formas, fazem parte, ainda, as nominais que indicam parentesco, como, por exemplo, *pai, tia, tio (+ nome)*, verificando os resultados com os 17/60,7% da parte de sem respostas (cf. tabela anexa).

Os resultados apresentados até agora demonstram que as formas nominais que indicam grau de parentesco são usadas por algumas pessoas que não possuem nenhum vínculo sanguíneo com o interlocutor nas situações que envolvem os pronomes de tratamento formais. Essa tendência é idêntica à relação anterior explicitada, assim como nas relações de patrão ou patroa para empregados e de empregados para cliente. Na relação de patrão ou patroa para empregados, a forma *dona* (1/3,6%) assume-se como tratamento arcaico para mulheres que desempenham meramente o papel de *governantas, gerentes* ou cuidadoras de lares, uma vez que a sua ocorrência é presente apenas neste tipo de contacto entre as pessoas já referidas. Se, por acaso, na relação de empregada(o) para patrão ou patroa, o superior receber o tratamento de *neta*, na relação contrária, ou seja, de patrão ou patroa para empregados espera-se, como na nossa amostra, um *avó* (1/3,6%) (cf. tabelas anexas).

Na relação de empregados para cliente, o tratamento varia de muitas formas, devido à presença significativa de muitas pessoas de diferentes faixas etárias e posições sociais que procuram os serviços em estabelecimentos comerciais. Neste âmbito, as variações de tratamento dão-se por *tio, tia, mano, mana, pai, mãe, boss, chefe, cliente, senhor, senhora* (2/7,1%), embora esses dois últimos pronomes não prevaleçam na amostra deste tipo de relação (cf. tabela anexa).

No sentido de avaliar o grau de aceitabilidade das formas de tratamento nominais que indicam ligação sanguínea entre as pessoas que não são, 82%, que corresponde a 23 inquiridos, afirmam ser correto o seu uso em estabelecimentos de cunho mais formal, contra 5/18% que consideram incorreto, como se observa no gráfico 38.

Gráfico 38: Considera correto o uso de formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?



Conforme o gráfico 38 ilustra, a diferença de uma resposta da outra é muito distanciada em termos numéricos. Estes resultados são bastante significativos para a resposta sim, como prova de que maior parte da província analisada aceita e usa as formas nominais de parentesco como pessoas que também pertencessem à família do interlocutor, considerando que o tipo de tratamento pode(rá) beneficemente ajudar ambas as partes.

Durante a apresentação do questionário sociolinguístico, mencionámos diversas variáveis dependentes que fazem parte da nossa pesquisa. De entre elas, constavam as *províncias de nascimento e de residência*, as *zonas de residências urbana e rural*, a *profissão*, os *géneros masculino e feminino*, a *faixa etária* e o *nível de escolaridade*. Das sete estratificações sociais que foram analisadas, o programa estatístico selecionou três fatores com maior relevância na determinação das formas de tratamento usadas nas diversas relações mencionadas no inquérito. Ora, apresentam-se esses fatores, por questão de maior influência no tratamento, como sendo: a *faixa etária*, o *nível de escolaridade* e o *género*. De facto, esses fatores são estatisticamente relevantes para quase todas as pesquisas ligadas aos estudos da (socio)linguística e, como uma das hipóteses do nosso estudo, não foi diferente para a nossa investigação.

Em princípio, para os nossos dados, as variáveis extralinguísticas *zona de residência urbana e rural*, bem como a *profissão*, pensámos que se mostrariam na lista das mais relevantes na influência do tipo de formas de tratamento, porque, por um lado, as *zonas urbana e rural* são caracterizadas por pessoas de diferentes condições de vida, que passam por financeiras, económicas, entre outras, refletindo, de modo geral, na *educação escolar* das pessoas; por outro lado, a *profissão* influenciaria com maior destaque por se tratar de uma amostra total composta por *estudantes e docentes*, pessoas que apresentam grau de domínio/conhecimento das formas de tratamento. Entretanto, essas variáveis dependentes e outras que também já mencionámos não foram estaticamente selecionadas como relevantes em relação à *faixa etária*, ao *nível de escolaridade* e ao *género*.

Na prossecução da nossa investigação, os resultados apresentados a seguir foram analisados com base no cruzamento das variáveis linguísticas com as variáveis extralinguísticas *faixa etária, nível de escolaridade e género*.

4.5. Cruzamento das variáveis linguísticas com as variáveis extralinguísticas

Antes de passarmos à apresentação dos resultados, gostaríamos de explicitar que a leitura feita foi com base no tipo de forma de tratamento mais usado, ou seja, se é a *pronominal* ou *nominal* ou das misturas das mesmas formas (*pronominal* e *nominal*) ou ainda (*pronominal, nominal e verbal*). Embora não constem nos dados anteriores os exemplos dos *pronomes zero*⁷⁹, por conta do *protótipo* do questionário, esses foram ilustrados pelos participantes na altura em que aplicámos os questionários, pedindo aos mesmos que elaborassem casos exemplares aplicados em diferentes relações, mesmo que a forma verbal estivesse incorreta em função do pronome de tratamento usado. Eis alguns exemplos dos participantes com a menção dos supostos pronomes usados e o tipo de relação:

(1) Pessoa desconhecida na rua ou em outros lugares com idade superior:

a) *Bom dia, (senhor(a)), podes me dizer se tem dinheiro nesse multicaixa?*

b) *(senhor(a)), faz favor, aonde apanho o táxi para ir na Caála?*

(2) Pessoa amiga ou colega de escola/serviço:

a) *Ontem foste à escola?*

b) *Tens de ligar para o Miguel. Ele quer falar contigo.*

Depois de identificadas as formas verbais nos exemplos acima, apesar de os mesmos apresentarem alguns desvios relativamente à norma padrão, pedimos aos inquiridos que as mencionassem apenas com um *v* nas relações que mais usam. De qualquer modo, essa forma foi totalmente excluída por apresentar insuficiência de casos.

Quando identificarmos maior ocorrência da forma *pronominal* numa das variáveis extralinguísticas, por exemplo, na relação de empregados para patrão/patroa, se quisermos saber quais são esses pronomes, devemos recorrer aos resultados apresentados anteriormente em cada amostra. No caso apresentado, os pronomes mais frequentes foram *senhor, senhora*, logo, esses

⁷⁹Ramos (1989, p. 53) usa a expressão para se referir à ausência de qualquer forma de tratamento por parte do informante, pelo facto de o falante usar como estratégia linguística no sentido de não comprometer a *semântica* de *poder* e *solidariedade*.

seriam os pronomes de tratamento mais usados no contacto de subordinados para chefes. Esse procedimento é aplicado em todo o caso, porque o nosso estudo é mais de carácter descritivo, onde não se elegem unicamente duas formas que concorram entre elas. Sendo assim, pretendemos especificamente identificar o tipo de forma de tratamento mais usado entre as variáveis extralinguísticas analisadas, começando pela faixa etária.

4.5.1. Faixa etária

A variável extralinguística faixa etária tem-se mostrado como um dos fatores importantes na pesquisa sociolinguística, pelo facto de apontar evidências para a variação e possível mudança em progresso, que normalmente acontecem mais na fala dos mais jovens do que na dos mais adultos. Todavia, quando a variação se encontra estabilizada, a camada jovem e adulta apresentam frequências significativas para a variante inovadora, enquanto que os de idade média ressaltam frequências mais baixas (cf. ARAÚJO *et. al.*, 2016, p. 135).

No nosso estudo, seleccionámos seis faixas etárias, as quais se encontram mencionadas na tabela 64, com o objetivo de comprovar a literatura esboçada acima no que diz respeito às questões colocadas, começando com o grau de domínio que os inquiridos têm das formas de tratamento.

Tabela 64: Grau de domínio das formas de tratamento informais

	Muito bom	Bom	Razoável (+/-)	Mau
Inferior ou igual a 25 anos	14/6,8%	41/19,8%	129/62,3%	23/11,1%
26-30 anos	9/6,1%	53/35,8%	76/51,4%	10/6,8%
31-35 anos	7/11,1%	19/30,2%	33/52,4%	4/6,3%
36-40 anos	2/6,1%	13/39,4%	14/42,4%	4/12,1%
41-45 anos	2/7,7%	10/38,5%	10/38,5%	4/15,4%
Igual ou superior a 46 anos	1/4,0%	4/16,0%	13/52,0%	7/28,0%

Conforme a tabela 64, as frequências demonstram que as faixas etárias mais jovens, de inferior ou igual a 25 anos e de 26 a 30 anos, favorecem o grau de domínio em todas as avaliações em relação às mais adultas. O grau de domínio *muito bom* foi mais favorecedor em toda a amostra para a idade inferior ou igual a 25 anos quanto à frequência (14), mas olhando para a percentagem (6,8%) sofre desfavorecimento ao lado da idade 31 a 35 anos (7/11,1%). No domínio *bom*, o favorecimento vai para 26 a 30 anos (53/35,8%), enquanto que a idade inferior ou igual a 25 anos (19,8%) se desfavorece em valor percentual em relação às demais idades (31-35 anos (30,2%); 36-40 anos (39,4%); 41-45 anos (38,5%), com exceção da faixa etária igual ou superior a 46 anos (16%), pelo facto de os resultados serem apresentados com as diferenças observadas estatisticamente significativas, de acordo com o teste do qui-quadrado ($\chi^2_{(15)}=30,2$;

$p=0,011$), onde os valores percentuais são calculados e apresentados em função dos números de dados. Já a faixa etária mais adulta, que vai dos 36 a 46 anos, desfavorece categoricamente os domínios *muito bom* e *mau* , comparativamente aos domínios *bom* e *razoável* .

Para a tabela 64 da amostra analisada, os resultados revelam-se diferentes nos domínios *muito bom* e *bom* no grupo etário dos mais velhos, favorecendo-os mais em relação aos dados da tabela 65. As demais idades seguem a mesma apresentação dos resultados anteriores, com favorecimento significativo dos grupos etários jovens em todos os domínios e desfavorecimento dos mais adultos. Aqui, pode-se observar uma estabilidade da variável, uma vez que os dois grupos etários competidores apresentam percentagens significativas para os domínios *bom* , *razoável* e *mau* , conforme se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 65: Grau de domínio das formas de tratamento formais

	Muito bom	Bom	Razoável (+/-)	Mau
Inferior =25 anos	16/7,8%	37/18,0%	102/49,5%	51/24,8%
26-30 anos	11/7,6%	56/38,6%	60/41,4%	18/12,4%
31-35 anos	7/11,1%	17/27,0%	35/55,6%	4/6,3%
36-40 anos	2/6,5%	14/45,2%	13/41,9%	2/6,5%
41-45 anos	2/7,4%	7/25,9%	13/48,1%	5/18,5%
Igual < 46 anos	6/22,2%	7/25,9%	8/29,6%	6/22,2%

Conforme a tabela de relação entre amigos, o uso da forma *nominal* e da mistura de tratamento (*nominal* e *pronominal*) são, como já suspeitávamos, categoricamente favorecidos pela camada jovem, que vai de inferior ou igual a 25 anos de idade, com 137 ocorrências, o que corresponde a 59,8%, enquanto que a forma *pronominal* o desfavorece em relação à faixa etária de 26 a 30 anos, com 42/25,9%. Se tivéssemos que fundir as faixas etárias para obtermos apenas dois grupos etários diferentes (grupo de jovens e grupo de mais velhos), o de jovens, que seria de inferior ou igual a 25 até 35 anos, seria favorecido pelas formas *pronominal* e *nominal* , ao passo que o de mais velho, de 36 a igual ou superior a 46 anos, ficaria desfavorecido. Importa referir que na faixa etária de igual ou superior a 46 anos não houve ocorrência alguma da forma *pronominal* . De um modo geral, a mistura de tratamento (*nominal* e *pronominal*) prevalece na amostra para todas as faixas etárias em comparação às outras duas formas (*nominal/pronominal*), embora os mais jovens continuem a liderar o uso dos tipos de formas de tratamento, corroborando, assim, a hipótese da teoria esboçada de que a camada jovem favorece o uso das formas em variação e mudança e que os mais velhos os acompanham levemente.

Tabela 66: Formas de tratamento entre amigos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	41/17, 9%	31/13,5%	157/68,5%
26-30 anos	12/7,4%	42/25,9%	108/66,6%
31-35 anos	4/6,3%	10/15,9%	49/77,8%
36-40 anos	3/8,8%	2/5,9%	29/85,3%
41-45 anos	5/17,9%	1/3,6%	22/78,6%
=<46 anos	11/35,5%	0/0%	20/64,5%

Para analisar a variação e mudança linguística em tempo aparente, a faixa etária ficou representada por dois grupos, como dissemos acima. Na sequência da análise, verificou-se o cruzamento da variável faixa etária com a relação entre colegas de escola. Os resultados apontam para maior favorecimento da forma *nominal*, seguida da mistura de tratamento (*nominal* e *pronominal*) em todas as idades. No grupo etário dos mais velhos, a forma *pronominal* (2/6,7%) quase que não ocorreu. Esse resultado apresentado pertence à soma dos valores das idades correspondentes de 36 a 45 anos, ao passo que a de igual ou superior a 46 anos continua sem ocorrência da mesma. Vale lembrar que as formas de tratamento são apresentadas em contexto de variação e em contexto de não variação. No contexto de variação, que também denominamos de mistura de tratamento, portanto, *nominal* e *pronominal*, a faixa etária inferior ou igual a 25 anos superou em termos de ocorrências (60) a faixa etária de 26 a 30 anos (46). Mas, já no contexto de não variação, o favorecimento desta foi significativo, quer em valores percentuais quer em valores de frequência para a forma *pronominal*, com 25,2%/39, em comparação àquela (12,5%/28). Em suma, o contexto de não variação dominou por completo a amostra com maior ocorrência de casos, uma vez que se esperava maior predominância para o contexto de variação, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 67: Formas de tratamento entre colegas de escola

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	134/60,2%	28/12,5%	60/26,8%
26-30 anos	70/45,2%	39/25,2%	46/29,6%
31-35 anos	26/44,1%	9/15,3%	24/40,7%
36-40 anos	27/81,8%	1/3%	5/15,2%
41-45 anos	20/74,1%	1/3,7%	6/22,2%
=< a 46 anos	14/73,7%	0/0%	5/26,3%

Na relação entre colegas de serviço, os resultados seguem a tendência dos outros já vistos. A forma *nominal* prevalece na amostra para todas as idades. A faixa etária inferior ou igual a 25 anos é favorecida pela forma *nominal* em termos percentuais (60,4%/32) em comparação à de 26 a 30 anos (39,8%/39), mas ela desfavorece-se na forma *pronominal*, com 18,9%/10, na mistura de tratamento *nominal* com *pronominal*, 20,8%/11, contra 33,7%/33, 26,6%/26 dos valores das

respetivas formas de tratamento da segunda faixa etária. Já para o grupo de mais velhos continua sem dados significativos para a forma *pronominal* (15%/2). Esses valores são bastantes irrelevantes para a amostra, porque representam a soma de cada faixa etária (dos 36 a 45 anos) com uma ocorrência apenas para cada faixa etária da forma *pronominal* em contexto de não variação, calculados com base nos dados gerais desse tipo de forma, excluindo a idade igual ou superior a 46 anos por não conter ocorrência alguma do referido tratamento. De facto, os nossos dados apresentam-se concatenados aos anteriores, na medida em que o grupo de jovens se revela mais favorecido às formas inovadoras em relação ao grupo de mais velhos que tendem mais ao *conservadorismo*.

Tabela 68: Formas de tratamento entre colegas de serviço

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	32/60,4%	10/18,9%	11/20,8%
26-30 anos	39/39,8%	33/33,7%	26/26,6%
31-35 anos	20/50%	6/15%	14/35%
36-40 anos	13/65%	1/5%	6/30%
41-45 anos	7/70%	1/10%	2/20%
=< a 46 anos	12/92,3%	0/0%	1/7,7%

Do ponto de vista geral, os resultados da relação entre casais são semelhantes aos anteriores no que respeita ao favorecimento do grupo jovem pelas formas inovadoras. Mas, contudo, a partir de cada faixa etária, os dados não se alinham aos outros. Na faixa etária inferior ou igual a 25 anos, os valores tidos nas três formas de tratamento não superam os das faixas etárias de 26 a 30 anos e de 31 a 35 anos. O seu desfavorecimento é observado até com a forma *nominal* (9/33,3%) em comparação com as faixas etárias de 36 a 40 anos (20/71,4%), de 41 a 45 anos (20/71,4%) e de igual ou superior a 46 anos (22/75,9%), que pertencem ao grupo dos mais velhos. Ainda no grupo etário dos mais velhos, de modo geral, mas na leitura vertical dos dados da tabela 69, a forma *nominal* é mais protuberante do que na fala dos mais jovens. Nesta amostra, a forma *pronominal* surge com 3,6%, o que representa 1 ocorrência apenas para cada faixa etária do grupo dos mais velhos, demonstrando, pese embora insignificante, a sua presença no contexto de não variação na relação amorosa dos angolanos. Vale lembrar que a mistura de tratamento mostrou-se dominante na amostra em relação a forma *pronominal* para os indivíduos dos dois grupos etários, e favorecido à *nominal* do primeiro grupo etário, mas desfavorecido neste pelo segundo grupo etário, segundo a tabela abaixo.

Tabela 69: Formas de tratamento entre casais

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	9/33,3%	6/22,2%	12/44,4%

26-30 anos	23/26,7%	29/33,7%	34/39,5%
31-35 anos	22/47,8%	6/13%	17/37%
36-40 anos	20/71,4%	1/3,6%	7/25%
41-45 anos	20/71,4%	1/3,6%	7/25%
=< a 46 anos	22/75,9%	1/3,4%	6/20,7%

Na relação entre namorados a forma *nominal* é predominante em toda a amostra, contrariando assim os dados dos casais. Apesar de o grupo jovem ser favorecido pelas três formas de tratamento, entre elas, nota-se maior concorrência entre a faixa etária inferior ou igual a 25 anos e a faixa etária dos 26 a 30 anos. Esta faixa etária continua a ser favorecida no tratamento amoroso pela forma *pronominal* (40/36,7%) em relação àquela (33/23,2%). No tratamento entre casais do grupo mais velho, verifica-se a ocorrência da forma *pronominal* em todas as idades, todavia, na relação de namorados essa forma não ocorre nas faixas etárias de 36 a 40 anos e de 41 a 45 anos (0/0%); ela resiste a sua presença na vitalidade dos futuros *nubentes* da faixa etária igual ou superior a 46 anos, com 11,1%/1. Na verdade, com a exceção da última faixa etária, pode dizer-se que a única forma proferida para o segundo grupo é a *nominal*, ao passo que para o primeiro grupo todas as são, como se observa na tabela 70.

Tabela 70: Formas de tratamento entre namorados

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	58/40,8%	33/23,2%	51/35,9%
26-30 anos	41/37,6%	40/36,7%	27/24,7%
31-35 anos	17/51,5%	8/24,2%	8/24,2%
36-40 anos	11/91,7%	0/0%	1/8,3%
41-45 anos	9/90%	0/0%	1/10%
=< a 46 anos	7/77,8%	1/11,1%	1/11,1%

No que toca ao tratamento entre vizinhos, a forma *nominal* prevalece na amostra. Aqui, a forma de tratamento *pronominal* não resiste com nenhum caso na faixa etária igual ou superior a 46 anos. Pode ver-se que o grupo mais adulto rejeita essa forma e acolhe a mescla de tratamento *nominal* e *pronominal*, mas mesmo assim dá preferência à *nominal*. A forma *nominal* foi acionada pela(o)s jovens da primeira faixa etária (inferior ou igual a 25 anos (157/68,9%)) como a mais favorecida em todas as faixas etárias, porém, relativamente à forma *pronominal*, ela é desfavorecida, com 28/12,3%, em relação à segunda faixa etária (26 a 30 anos), com 41/25,3%. No grupo dos mais adultos, a última faixa etária (igual ou superior a 46 anos) apresenta valores mais altos do que a penúltima faixa etária (41 a 45 anos) e iguala a antepenúltima faixa etária (36 a 40 anos) em todas as formas de tratamento. Na terceira faixa etária (31 a 35 anos), comparando com a segunda (26 a 30 anos), os resultados são inferiores em todas as formas de tratamento, o que se pode deduzir como limite do uso das variantes inovadoras. Essa leitura, para corroborar a hipótese levantada, pode ser feita em dois prismas: primeiro, começando por

analisar os resultados do grupo jovem de modo (de)crescente, onde, claramente, a primeira, segunda e terceira faixas etárias vão dominando a amostra de maneira progressiva (e a partir da terceira se vai notando um (de)crésimo dos valores) (vice-versa); segundo, olhando inicialmente para o grupo mais velha(o) conforme se explicitou no primeiro caso. Essas diferentes releituras são feitas apenas com o escopo de reforçar a comprovação dos nossos dados a partir da literatura arrolada. Na faixa etária mais adulta, os resultados com a forma pronominal seguem o ritmo da relação entre colegas de escola, portanto, com uma ocorrência para as faixas etárias de 36 a 40 anos e 41 a 45 anos e nenhuma para igual ou superior a 46 anos, como se pode observar na tabela 71.

Tabela 71: Formas de tratamento entre vizinhos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	157/68,9%	28/12,3%	40/17,5%
26-30 anos	90/55,6%	41/25,3%	29/17,9%
31-35 anos	43/68,3%	8/12,7%	12/19%
36-40 anos	26/78,8%	1/3%	6/18,2%
41-45 anos	25/89,3%	1/3,6%	2/7,1%
=< a 46 anos	26/83,9%	0/0%	5/16,1%

No que diz respeito às formas de tratamento entre pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares, a mistura de tratamento prevalece na amostra, o que não acontece nas relações entre namorados e vizinhos. Os falantes da faixa etária de 26 a 30 anos favorecem mais a forma *pronominal* (70/43,5%) em relação às demais idades. Esse favorecimento não é muito significativo em termos de ocorrência comparado com a faixa etária inferior ou igual a 25 anos (69/31,5%). Como se pode ver, a diferença entre as ocorrências é apenas de 1, ao passo que nas percentagens a diferença de 12,5% já é mais significativa. Como se previa, os valores da forma pronominal para o grupo mais adulto sobem bastante em relação aos outros casos. Observa-se, portanto, em todos resultados anteriores não mais de 1 ocorrência para essa forma, que pode representar até 5% da amostra. Para este caso, que se subscreve na relação entre vizinhos, no grupo etário mais adulto, estamos a falar de 12 ocorrências da forma *pronominal*, que chega a corresponder a 42,9%. O resultado surpreendente é que o valor da forma *pronominal* de 11/36,7% da faixa etária igual ou superior a 46 anos chega a ser igual da ocorrência, mas superior da percentagem da mistura de tratamento da faixa etária de 36 a 40 anos (11/34,4%), e, entre essas formas, portanto, as misturas de tratamento apresentam resultados quase que semelhantes para ambas as faixas etárias, sendo 11/34,4% para 36 a 40 anos e 10/33,3% para igual ou superior a 46 anos. Esses resultados são interessantes, porque a faixa etária de 36 a 40 anos marca o início do grupo mais adulto e o fim do grupo mais jovem, na análise crescente ou

decrecente das idades. Vale também referir que na faixa etária de 31 a 35 anos, que pertence ao grupo mais jovem e tida como a ponte para o grupo mais adulto, a forma *nominal* foi desfavorecida com 6/9,5% em relação às faixas etárias de 36 a 40 anos, 8/25%, de 41 a 45 anos, 8/28,6% e de igual ou superior a 46 anos, 7/23,3%, que fazem parte do grupo mais adulto.

Tabela 72: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	62/28,3%	69/31,5%	83/35,9%
26-30 anos	19/11,8%	70/43,5%	70/43,5%
31-35 anos	6/9,5%	25/39,7%	32/50,8%
36-40 anos	8/25%	12/37,5%	12/37,5%
41-45 anos	8/28,6%	12/42,9%	8/28,6%
=< a 46 anos	7/23,3%	11/36,7%	11/36,6%

Olhando para o tratamento de filho para pais, a forma *nominal*, como se esperava, emerge na amostra para todas as idades. Essa forma chega à percentagem máxima de 100%, como no caso da faixa etária dos 41 a 45 anos. No grupo mais adulto, as formas *pronominal* e *nominal e pronominal* não apresentam valores significativos, tanto que para 41 a 45 anos essa forma não ocorre nenhuma vez em ambas as formas, ao passo que a forma *nominal*, tanto para o grupo mais jovem tanto para o grupo mais adulto, ressalta valores muito altos, o que nos leva a «acreditarmos que isso ocorra devido ao fato de os dois grupos primarem por um comportamento linguístico mais educado em sua relação com os pais» (RAMOS, 1989, p. 65), como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 73: Formas de tratamento de filhos para pais

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	181/83,4%	22/10,1%	14/6,5%
26-30 anos	109/71,7%	36/23,7%	7/4,6%
31-35 anos	50/86,2%	6/10,3%	2/3,4%
36-40 anos	26/92,9%	1/3,6%	1/3,6%
41-45 anos	24/100%	0/0%	0/0%
=< a 46 anos	17/89,5%	1/5,3%	1/5,3%

Na relação de progenitores para descendentes, a forma *pronominal* foi dominante na amostra e mais favorecida para os mais jovens da faixa etária dos 26 a 30 anos, com 38/32,5%, seguida da forma *nominal* para as mesmas idades (37/31,6%). Neste caso, os resultados foram invertidos. A faixa etária inferior ou igual a 25 anos, que maioritariamente lidera as amostras anteriores, coloca-se praticamente em pé de igualdade com a faixa etária de 31 a 35 anos, deixando então o *mando tático* para a faixa etária de 26 a 30 anos, em todas formas de tratamento. Se na relação de filhos, com 36 a 40 anos e igual ou superior a 46 anos, a forma *pronominal* ocorre 1 única vez, e,

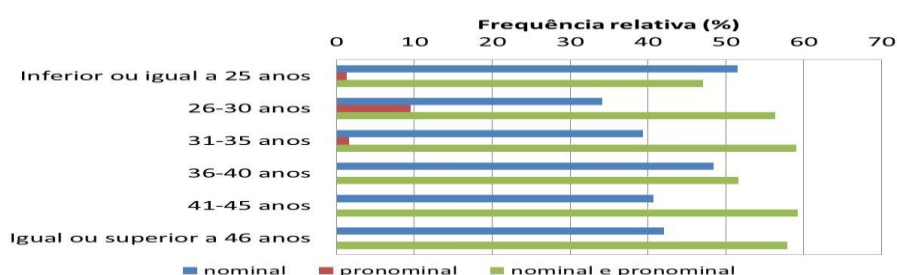
de 41 a 45 anos não ocorre nenhuma vez para pais, na relação contrária, ou seja, de pais para filhos, a faixa etária de 36 a 40 anos aumenta para 2 ocorrências, baixa para 0 na faixa etária igual ou superior a 46 anos e reaparece na de 41 a 45 anos, com 1/3,6%. A tabela a seguir ilustra as formas de tratamento de pais para filhos.

Tabela 74: Formas de tratamento de pais para filhos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	21/31,8%	17/25,8%	27/42,4%
26-30 anos	37/31,6%	38/32,5%	41/35%
31-35 anos	27/50,9%	9/17%	17/32,1
36-40 anos	13/46,4%	2/7,1%	13/46,5%
41-45 anos	19/67,9%	1/3,6%	8/28,6%
=< a 46 anos	20/66,7%	0/0%	10/33,3%

No tratamento de alunos para professores, esperava-se que a mistura de tratamento fosse mais favorecida em toda a amostra, mas os dados demonstram maior favorecimento para a forma *nominal*, apesar de a mescla de tratamento ser mais favorecida pelas faixas etárias de 26 até igual ou superior a 46 anos, a forma *pronominal* não ocorre em nenhuma das idades do grupo dos mais adultos. Ela ocorre de maneira muito reduzida nas faixas etárias de 31 a 35 anos (1/3,6%) e inferior ou igual a 25 anos (3/1,3%) em relação a de 26 a 30 anos (15/9,5%) (cf. tabela anexa). Esses resultados provam que o uso da forma *pronominal* começa nas idades inferiores e alargam-se nas idades médias para terminar nas mais avançadas.

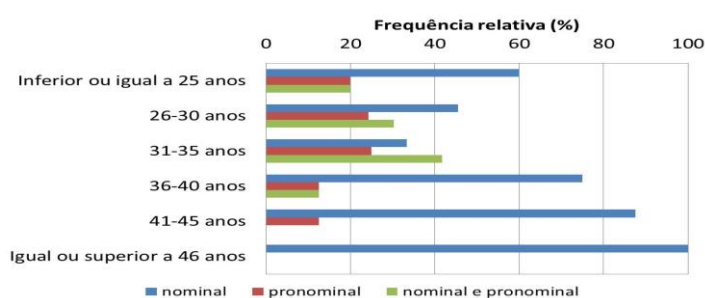
Gráfico 39: Formas de tratamento de alunos para professores



No tratamento de professores para alunos, a faixa etária de 26 a 30 anos lidera a amostra em todas as formas. As formas *pronominal* e *nominal e pronominal* ficaram bem mais desfavorecidas para o grupo dos mais adultos, ao passo que a *nominal* a favorece, mas não em ocorrências em relação ao grupo dos mais jovens. As faixas etárias inferior ou igual a 25 anos, 36 a 40 anos e igual ou superior a 46 anos apresentam resultados semelhantes para a forma *pronominal* e para a mistura de tratamento (3/20%; 1/12,5%; 0/0%). Esses resultados dão a entender que os pronomes usados no contexto de não variação são os mesmos usados no contexto de variação e com maior ocorrência do que as formas nominais em mistura com a

pronominal, conforme se verifica, por exemplo, na faixa etária de 26 a 30 anos, onde na forma *pronominal* o *pronome* ocorre 8 vezes, que representa 24,2% e na mistura de tratamento também, somado com 2 ocorrências de *nomes*, que totalizam 10 casos, perfazendo 30,3%. Se tivermos em conta a mesma leitura dos dados, nas idades de 36 a 40 anos e de 41 a 45 anos, a forma pronominal apresenta resultado igual para as duas faixas e resultado diferente para 31 a 35 anos, mas a de 41 a 45 anos apresenta valor superior na forma *nominal* (7/87,5%) em relação às duas últimas referidas faixas etárias (6/75%; 4/33,3%), como se observa na tabela em anexo e no gráfico abaixo.

Gráfico 23: Formas de tratamento de professores para alunos



No que se pode observar da relação de crianças para mais velhos, a única faixa etária considerável é a de inferior ou igual a 25 anos e para esta a forma *nominal* foi categoricamente predominante na amostra (74/76,3%) em relação à *pronominal* (5/5,2%) e à mistura de tratamento (17/17,5%) (*vide* tabela anexa). A partir desses resultados, pode-se concluir que a participação geral é de 97 crianças, contando com a exclusão de 1 inquirido pelo programa por indicar a mistura de vários tratamentos (nominal, pronominal e verbal) tidos como insuficiência de dados, porque cada ocorrência das formas selecionadas representa um participante, o que viremos a confirmar com base no quadro dos resultados das variáveis *nível de escolaridade* e *género*. Já no tratamento de mais velhos para crianças, que considerámos a partir da faixa etária de 36 a 40 anos até igual ou superior a 46 anos, a forma *nominal* e a mistura de tratamento foram as mais favorecidas na amostra, com valores iguais de 3/9,4% nas idades de 36 a 40 anos. A faixa etária igual ou superior a 46 foi a mais favorecida pela forma *nominal* (27/90%) comparada às idades de 41 a 45 anos (24/88,9%) e 36 a 40 anos (25/78,1%), chegando a igualar na *pronominal* (3/10%) com a de 36 a 40 anos (3/9,4%), mas supera a de 41 a 45 anos (0/0%), conforme se observa na tabela 75.

Tabela 75: Formas de tratamento de mais velhos para crianças

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	72/57,1%	26/20,6%	27/21,4%

26-30 anos	85/53,1%	30/18,8%	43/26,9%
31-35 anos	36/58,1%	8/12,9%	18/29%
36-40 anos	25/78,1%	3/9,4%	3/9,4%
41-45 anos	24/88,9%	1/3,7%	0/0%
=< a 46 anos	27/90%	0/0%	3/10%

Com base no resultado obtido de cada província no que diz respeito ao tratamento de empregados para patrão ou patroa, presumia-se que, no cruzamento da variável extralinguística faixa etária, a forma nominal seria a mais favorecida para todas as idades. Ora, os resultados espelhados só confirmam a nossa hipótese levantada. De facto, a forma *nominal* dominou significativamente a amostra para o grupo mais jovens, seguida da forma *pronominal*. A mistura de tratamento fica em última opção para o grupo mais jovens, mas sem favorecimento considerável para o grupo dos mais adultos. Lê-se também a partir dos dados que a faixa etária de 41 a 45 anos, do grupo mais adulto, usa mais a mistura de tratamento do que a forma nominal em relação às duas outras faixas etárias que compõem esse grupo. A faixa etária inferior ou igual a 25 anos apresenta valores iguais à de 26 a 30 anos, quanto à ocorrência da mistura de tratamento. No que respeita à *pronominal*, ela (19/25,7%) desfavorece-se contra a outra (32/32,7%).

Tabela 76: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	45/60,8%	19/25,7%	10/13,5%
26-30 anos	49/50%	32/32,7%	17/17,3%
31-35 anos	18/48,6%	9/24,3%	10/27%
41-45 anos	2/28,6%	2/28,6%	3/42,9%
=< a 46 anos	6/85,7%	1/14,3%	0/0%

Na relação que se estabelece de patrão ou patroa para empregado, a forma *pronominal* foi a mais favorecida na amostra, mas só para a faixa etária de 26 a 30 anos, com 24/42,9%, seguida da *nominal* (19/33,9%) para as mesmas idades. Na leitura vertical da tabela, observa-se maior favorecimento da forma *nominal* pelos patrões ou patroas dos dois grupos etários. A forma *pronominal* e a mistura de tratamento são favorecidas pelo grupo mais jovem, ao passo que desfavorecem o grupo mais adulto. Em suma, o grupo mais jovem continua a apresentar sinais do uso das variantes inovadoras, enquanto que os mais velhos resistem à variação e mudança das formas de tratamento. A tabela 77 resume os dados explicitados.

Tabela 77: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	6/46,2%	4/30,8%	3/23,1%
26-30 anos	19/33,9%	24/42,9%	13/23,2%

31-35 anos	17/53,1%	9/28,1%	6/18,8%
36-40 anos	15/83,3%	1/5,6%	2/11,1%
41-45 anos	7/70%	2/20%	1/10%
=< a 46 anos	9/69,2%	1/7,7%	3/23,1%

Segundo a tabela de formas de tratamento de empregados diversos para clientes, os resultados mostram que a forma *pronominal* foi a mais favorecida na amostra para o grupo dos mais jovens. Mas, na leitura vertical da tabela 78, ela também ocorre mais em todas as faixas etárias em relação às outras formas. Observa-se nos resultados um desfavorecimento em todas as formas no grupo dos mais adultos. Esses resultados desfavorecidos podem resultar da dificuldade no inquérito de pessoas com idades mais avançadas que trabalhem como empregadas de serviços diversos. De qualquer modo, na comparação entre as faixas etárias adultas, a idade igual ou superior a 46 anos não usa em contexto de não variação a forma *pronominal* (0/0%) para os seus ou as suas clientes, preferindo o uso da forma *nominal* (1/50%), ou ainda, da mistura de tratamento (1/50%), facto contrário para as idades de 41 a 45 anos e de 36 a 40 anos que preferem a forma *pronominal* (4/80%; 4/44,4%) à *nominal* (0/0%; 2/22,2%). No grupo dos mais jovens, a faixa etária dos 26 a 30 anos foi a mais favorecida pela forma *pronominal* (55/74,3%) em comparação com as duas outras faixas etárias, mas essa ficou desfavorecida pelas formas *nominal* (6/8,1%) e mistura de tratamento (13/17,6%) em relação à inferior ou igual a 25 anos (13/25%), (14/26,9%), conforme a ordem numérica dos valores das formas anteriores e ilustradas na tabela abaixo.

Tabela 78: Formas de tratamento de empregados de serviços diversos para clientes

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	13/25%	24/46,2%	14/26,9%
26-30 anos	6/8,1%	55/74,3%	13/17,6%
31-35 anos	4/16%	18/72%	3/12%
36-40 anos	2/22,2%	4/44,4%	3/33,3%
41-45 anos	0/0%	4/80%	1/20%
=< a 46 anos	1/50%	0/0%	1/50%

Já na relação inversa, ou seja, de clientes para empregados de serviços diversos, os resultados seguem a mesma tendência aos da tabela anterior, só que com valores mais altos para esta. A forma *pronominal* também domina a amostra neste tipo de relação. No que toca ao grupo dos mais adultos, os valores da forma *pronominal* sobem significativamente para todas as faixas etárias deste grupo, mas descem de maneira surpreendente para a forma *nominal*, que se revela desfavorecida em relação à mistura de tratamento. Nestes resultados, esperava-se que a forma *nominal* fosse a categoricamente favorecida na amostra por conta das variantes inovadoras

usadas pela camada juvenil. Por conta dos dados analisados, concluímos que os falantes jovens como os mais velhos empregam mais os pronomes em contexto de não variação nas situações de comunicação em que o meio social desperta maior controlo ou monitoramento da fala, quando se trata principalmente de estabelecimentos comerciais pouco/não frequentado. A tabela a seguir apresenta a súmula dos resultados apresentados.

Tabela 79: Formas de tratamento de clientes para empregados de serviços diversos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
>= a 25 anos	68/30,6%	75/33,8%	72/32,9%
26-30 anos	12/7,5%	85/52,8%	62/38,5%
31-35 anos	6/9,7%	36/58,1%	20/32,3%
36-40 anos	0/0%	21/63,6%	11/33,3%
41-45 anos	3/10,7%	15/53,6%	10/35,7%
=< a 46 anos	8/25,8%	14/45,2%	9/29%

Para observarmos o favorecimento ou desfavorecimento das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau de parentesco, em estabelecimentos públicos formais, com base no fator extralinguístico *faixa etária* dividido em dois grupos: os dos mais jovens e os dos mais adultos; a questão levantada foi respondida de modo significativo para *sim* em todas as idades. A resposta *não* não superou a *sim* em nenhum dos grupos etários. A afirmação positiva da pergunta foi categoricamente favorecida pela faixa etária igual ou superior a 46 anos, com 93,5%, seguida da inferior ou igual a 25 anos (77,9%). Importa referir que os resultados gerais da afirmação negativa foram bastante distanciados dos da afirmação positiva, o que demonstra maior aceitação das formas nominais que não indicam laços sanguíneos como tratamento de solidariedade entre angolanos no espaço marcado por formalidade. Segue a leitura dos resultados sintetizados na tabela abaixo.

Tabela 80: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?

	Sim	Não
>= a 25 anos	173/77,9%	49/22,1%
26-30 anos	99/65,1%	53/34,9%
31-35 anos	43/70,5%	18/29,5%
36-40 anos	25/75,8%	8/24,2%
41-45 anos	20/74,1%	7/25,9%
=< a 46 anos	29/93,5%	2/6,5%

4.5.2. Nível de escolaridade

A variável extralinguística nível de escolaridade tem sido muito observada nos estudos (socio)linguísticos, porque permitem conhecer o grau de instrução que mais influencia no uso das formas *prestigiadas* ou *estigmatizadas*. Essas pesquisas foram incentivadas por Labov (2008), concluindo que o nível de escolaridade inferior se apresenta com maior favorecimento ou ocorrência das formas estigmatizadas, tidas também como não padronizadas, por parte dos falantes, mas que as formas prestigiadas ou padronizadas ocorrem com maior frequência nos falantes de maior nível de escolaridade. Poderia dizer-se, então, em outros termos, que a exposição das linguagens culta e popular têm como consequência o grau de instrução ou nível de escolaridade que os falantes apresentam. Sendo que, os falantes de níveis mais avançados procuram de modo prestigiado aproximar-se do nível de língua culta, que reflete, de forma categórica, a norma padrão, enquanto que os de escolaridade inferior demonstram, na sua maioria, o uso de nível popular. Essa necessidade de aproximação da norma culta em função do nível de escolaridade vai-se observando, em alguns casos, como posição hierárquica, ou seja, à medida que o falante sobe de nível, a aproximação, a preocupação e o monitoramento da língua culta é maior e mais efetiva. No caso de alguns falantes não escolarizados, o procedimento explicitado anteriormente ocorre de modo contrário; a aproximação, a preocupação e o monitoramento da língua culta não constituem elementos importantes para a manifestação da língua, apenas a comunicação serve como meio de transmissão da sua ideia ou necessidade para interesses comuns.

De facto, os estudos percorridos sobre as formas de tratamento em língua portuguesa comprovam e se alinham à teoria postulada de que o nível de escolaridade é um fator preponderante para a definição das variantes linguísticas (não) padronizadas numa determinada localidade.

Com base na literatura disponível, procurámos testar se os nossos dados corroboram a teoria apresentada a partir das questões respondidas pelos participantes, começando pelos resultados da tabela 81 sobre o domínio do tratamento informal.

Tabela 81: Grau de domínio de tratamento informais

	Muito bom	Bom	Razoável (+/-)	Mau
Ensino primário	0/0%	0/0%	15/75%	5/25%
Ensino base	2/2,6%	10/12,8%	53/67,9%	13/16,7%
Ensino médio	9/4,7%	44/23%	120/62,8%	18/9,4%
Ensino superior	24/11,7%	86/41,7%	86/41,7%	10/4,9%

Sem resposta	0/0%	0/0%	1/14,3%	6/85,7%
--------------	------	------	---------	---------

Conforme a tabela acima, os resultados revelam que os graus de domínios *muito bom* e *bom* foram favorecidos pelo nível de escolaridade superior, com (24/11,7%) e (86/41,7%), ao passo que os de níveis médio (9/4,7%; 44/23%), base ou secundário (2/2,6%; 10/12,8%), primário e sem resposta (0/0%) desfavoreceram-no. As pessoas sem nível de escolaridade, que considerámos sem resposta, o *mau* domínio foi categórico na amostra (85,7%), seguido do primário (25%). Já no domínio formal, os resultados seguem a mesma tendência dos anteriores. Os domínios muito bons e bons continuam a ser favorecidos pelo nível superior e desfavorecido aos demais níveis em relação a esse, o que significa dizer que quanto menor for o nível de escolarização menor será o domínio das formas de tratamento e quanto maior for o grau de instrução maior será o seu domínio (cf. tabela anexa). Entretanto, cabe-nos afirmar que já se esperavam por esses resultados, porque o grau de domínio das formas de tratamento que se pretendia constatar refere-se muito mais ao conhecimento profundo dessas formas em jogos com as estruturas gramaticais que os pedem/obrigam/complementam, nomeadamente a forma verbal e os seus derivados. Por essa razão, a nossa hipótese confirmou que as pessoas com maior/menor nível de escolaridade apresentam mais/menos domínio das formas de tratamento (in)formais.

No cruzamento da variável linguística ligado ao tratamento entre amigos com a variável extralinguística nível de escolaridade, os valores percentuais ilustrados na tabela 82 demonstram que a forma *nominal* e *pronominal*, que também designámos por mistura de tratamento, foi a mais favorecida nos estudantes com níveis primário (96,1%) e médio (76,3%), enquanto que desfavorecem os de níveis base (59,5%) e superior (66,8%) e os de sem escolaridade (57,1%). Verifica-se a partir da leitura vertical da tabela que, na medida em que o nível de escolarização vai aumentando, o uso da forma *pronominal* em contexto de não variação cresce significativamente. Assim, para o ensino superior, tido como nível mais alto da nossa amostra, fica favorecido por essa forma com 23,2%, mas desfavorecido pela forma *nominal*, com 9%, comparando aos níveis médio (14,5%), base (21,3%) e sem grau de instrução (35,7%). Na comparação dos resultados apresentados em contexto de não variação, portanto, entre a forma *nominal* e a forma *pronominal*, a nominal fica favorecida pelos níveis base (21,3%) e médio (14,5%), ao passo que se desfavorecem pelo resultado da pronominal do ensino superior (23,2%), conforme a tabela abaixo.

Tabela 82: Formas de tratamento entre amigos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	1/3,8%	0/0%	25/96,1%
Ensino base	19/21,3%	17/19,1%	53/59,5%
Ensino médio	30/14,5%	19/9,2%	158/76,3%
Ensino superior	19/9%	49/23,2%	141/66,8%
Sem resposta	5/35,7%	1/7,1%	8/57,1%

Na relação entre colegas de escola, a forma de tratamento *nominal* é favorecida em geral pelos quatro níveis de escolaridade. De entre eles, aponta-se com maior percentagem para o nível primário (82,6%), seguido dos restantes níveis de escolarização em ordem crescente. O favorecimento da forma *pronominal* (44/21%) e da mistura de tratamento (67/31,9%) ficam condicionadas ao nível de escolaridade superior como formas prestigiadas e que os de níveis inferiores procuram alcançá-las, reduzindo a cada nível de escolarização os valores da forma *nominal* desfavorecida pelas pessoas de nível académico mais alto. Observa-se também que o nível base apresenta frequência semelhante ao nível médio na forma *pronominal* como igualdade no uso da forma prestigiada, conforme se verifica na tabela seguinte.

Tabela 83: Formas de tratamento entre colegas de escola

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	19/82,6%	0/0%	4/17,4%
Ensino base	54/63,5%	17/20%	14/16,5%
Ensino médio	121/60,8%	17/8,5%	61/30,6%
Ensino superior	97/46,2%	44/21%	67/31,9%

As percentagens obtidas no tratamento entre colegas de serviço demonstram que a forma *nominal* é favorecida pelos falantes com nível de escolaridade primária (2/100%). O que nos surpreende é o facto de os resultados com nível base (8/66,7%) da forma nominal, que por sinal é a estigmatizada na amostra, são semelhantes aos das pessoas que não possuem nível académico (6/66,7%), embora se observem uma ligeira diferença nas frequências de cada um deles. Em função dos resultados dos dois primeiros níveis de ensino em comparação aos de sem nível de formação académica, podemos afirmar que o nível de escolaridade não influenciou significativamente para o afastamento das formas não padronizadas, pelo contrário, favoreceu-a mais ainda em relação aos sem ensino, como se lê na tabela abaixo.

Tabela 84: Formas de tratamento entre colegas de serviço

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	2/100%	0/0%	0/0%
Ensino base	8/66,7%	2/16,7%	2/16,7%
Ensino médio	53/60,9%	17/19,5%	17/19,5%
Ensino superior	54/43,5%	31/25%	39/31,4%

Sem resposta	6/66,7%	1/11,1%	2/22,2%
--------------	---------	---------	---------

Na sequência da leitura dos dados da tabela acima, o ensino superior continua desfavorecido pela forma *nominal* (43,5%), mas favorecido pela *pronominal* (25%) e pela mistura de tratamento (28,2%) em relação aos demais níveis de ensino. Esses resultados seguem a mesma tendência para a relação entre casais, mas apenas com uma diferença de 1/11,1% nas pessoas sem nível de escolaridade em relação ao tratamento amoroso de casais, ao passo que no contacto linguístico entre os namorados o valor sobe a 2/40% para sem ensino e 1/25% para o ensino primário. A mistura de tratamento domina a amostra como forma favorecida e não padronizada, ao mesmo tempo para o nível primário, com 50%, enquanto que o ensino superior é favorecido pela forma *pronominal* (36,7%) (cf. tabelas anexas). Para a leitura dos dados, poderemos apresentar algumas sùmulas: i) quanto maior for o valor percentual da forma nominal nos níveis de ensino, maior será o seu desfavorecimento, tornando-a não padronizada ou estigmatizada, ii) ao passo que a maior ocorrência da forma pronominal a torna padronizada ou prestigiada, e, iii) a mistura de tratamento dependerá dos resultados para o seu enquadramento ou classificação.

Os resultados apresentados na relação entre vizinhos dão conta que a mistura de tratamento não foi favorecida ao ensino superior (30/14,3%), mas aos ensinos médio (43/20,8%), base (14/15,7%) e primário (4/15,4%), enquanto que a forma *pronominal* a favoreceu com 49/23,3% em relação aos demais níveis. Embora as suas frequências sejam muito altas para a forma nominal (128/61%), o que prevalece nos dados são os resultados percentuais de cada nível. Assim sendo, o ensino primário fica competindo na procura de igualdade da mistura de tratamento (15,4%) com o nível de base (15,7%). Este (69,7%), por sua vez, também mede força com o ensino médio (71%) no que tange à forma nominal, todavia ganha, surpreendentemente, mais destaque na pronominal (14,6%) em relação àquele nível (7,7%), o que o coloca, para a forma pronominal, na posição próxima aos dos mais prestigiados (ensino superior). A tabela a seguir ilustra os dados sistematizados.

Tabela 85: Formas de tratamento entre vizinhos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	22/84,6%	0/0%	4/15,4%
Ensino base	62/69,7%	13/14,6%	14/15,7%
Ensino médio	147/71%	16/7,7%	43/20,8%
Ensino superior	128/61%	49/23,3%	30/14,3%
Sem resposta	8/61,5%	1/7,7%	3/23,1%

Na relação entre pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares, a forma *pronominal* foi favorecida na amostra em geral para o ensino superior (46,6%), o que revela ser a mais

prestigiada entre elas. Nesta relação, o desprestígio da forma nominal começa com valores altos para os indivíduos que não possuem grau de instrução (64,3%), desce paulatinamente para os com ensino primário (38,5%), base (37,3%) até sofrer redução brusca no nível médio (19,8%), com o intuito de se aproximar ao superior (9,6%). Na amostra, a forma pronominal não foi a única favorecida no ensino superior, a mistura de tratamento também a favoreceu (43,3%), mas entre o nível primário (26,9%) e sem nível (28,6%), o desfavorecimento foi para o primário, embora apresente uma ligeira diferença. Mas, já nos ensinos base (39,7%) e médio (37,6%), as diferenças dos valores percentuais são bastante visíveis, demonstrando claramente a influência do nível de escolaridade no encaixamento das formas (não) padronizadas. Veja-se a explicitação dos dados na tabela abaixo.

Tabela 86: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	10/38,5%	9/34,6%	7/26,9%
Ensino base	31/37,3%	19/22,9%	33/39,7%
Ensino médio	40/19,8%	76/37,6%	76/37,6%
Ensino superior	20/9,6%	97/46,6%	90/43,3%
Sem resposta	9/64,3%	1/7,1%	4/28,6%

Conforme a tabela acima, na comparação entre os níveis de ensino com as formas prestigiadas, portanto, a forma pronominal e a mistura de tratamento, nota-se que o ensino primário é mais favorecido pela forma pronominal (34,6%) do que a mistura de tratamento (26,9%) e maior na primeira forma em relação ao ensino de base (22,9%), mas inferior ao mesmo na segunda forma (39,7%), ao passo que o ensino médio apresenta resultados semelhantes para as duas formas (37,6%), mas superior apenas na forma nominal em relação aos dois níveis inferiores. Já para o ensino superior, que mais influencia as formas prestigiadas, a pronominal foi a mais favorecida (46,6%) que a mistura de tratamento (43,3%) e, também, a mais desfavorecida pela nominal (9,6%) comparada aos demais níveis.

Nos dados da relação de progenitores para descendentes, os pais com nível primário (87,5%) revelam maior favorecimento da forma nominal em relação aos pais que não têm nível de escolaridade (75%). Por essa forma ser a menos prestigiada na amostra, por conta do seu desfavorecimento para os ensinos superior (31,7%), médio (48,7%) e base (53,6%), deduzimos que os pais sem nível acadêmico já carregam um conhecimento implícito de que as formas nominais são menos usadas por pessoas escolarizadas e que essa informação pode ser transmitida (in)diretamente por pessoas de nível escolar próxima deles, conforme se comprova nos resultados da mistura de tratamento (25%) que supera os níveis primário (12,5%) e até o base

(17,8%) com o escopo de alcançar o médio (37,2%). É bem provável que essas pessoas estejam em contacto permanente com indivíduos com nível de escolaridade alta, tentando provar que nem sempre o nível de escolarização é fator preponderante para o uso de formas prestigiadas.

Tabela 87: Formas de tratamento de pais para filhos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	7/87,5%	0/0%	1/12,5%
Ensino base	15/53,6%	8/28,6%	5/17,8%
Ensino médio	55/48,7%	16/14,2%	42/37,2%
Ensino superior	51/31,7%	43/26,7%	66/41%
Sem resposta	9/75%	0/0%	3/25%

A forma *nominal* também foi significativamente favorecida pelos ensinos inferiores no contacto linguístico de descendentes para progenitores, ou seja, de filhos para pais. Os resultados para esses ensinos são semelhantes para uns e pouco diferentes para outros. Os filhos com ensino primário (83%) e sem ensino (83%) diferenciam-se levemente dos de ensino base (82,2%) no que diz respeito à forma nominal, enquanto que os de ensino médio (85,9%) revelam de modo surpreendente maior favorecimento da forma não padronizada. Observa-se que os filhos com ensino superior a única forma que os favorece é a *pronominal* (18,9%), uma vez que a mistura de tratamento apresenta resultados elevados para os níveis primário (13%), base (7,3%), médio (4,7%) e não para o superior (3,6%), conforme reflete a tabela abaixo.

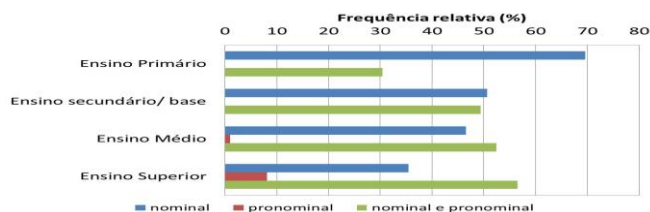
Tabela 88: Formas de tratamento de filhos para pais

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	19/83%	1/4,3%	3/13%
Ensino base	67/82,2%	9/11%	6/7,3%
Ensino médio	164/85,9%	18/9,4%	9/4,7%
Ensino superior	152/77,6%	37/18,9%	6/3,6%
Sem resposta	5/83%	1/16,7%	0/0%

Na relação de alunos para professores, a mistura de tratamento foi favorecida em toda a amostra pelo ensino superior (56,5%) e desfavorecida pela forma *nominal* (35,4%) em comparação com os resultados de outros níveis de escolaridade. Nestes resultados, o nível de escolaridade exerce bastante influência no uso das formas (não) padronizadas. Observa-se um forte acompanhamento das formas (não) padronizadas em que o nível de escolaridade vai aumentando. Sendo assim, temos, por exemplo, para a forma não padronizada, ou seja, a nominal (69,6%) do ensino primário, (50,6%) do base e (46,6%) do médio, ao passo que a padronizada ou a mistura de tratamento (30,4%), (49,4%) e (52,5%), conforme a ordem anterior dos níveis apresentados com resultados da forma nominal. Vale ainda observar que o resultado do ensino superior com a

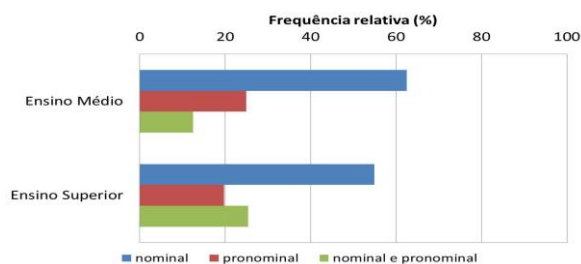
forma *pronominal* (8,1%) foi o único satisfatório, tendo em conta que os demais níveis não apresentaram nenhuma ocorrência, com exceção do médio (1%), ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 24: Formas de tratamento de alunos para professores



Conforme o gráfico abaixo, os resultados obtidos demonstram que, de todos os participantes que exercem a atividade de docência, há um total de 79 professores, e, dos quatro níveis de escolaridade, dois foram selecionados com os respectivos números, sendo 8 com ensino médio e 71 com ensino superior. Os professores com nível médio foram mais favorecidos pelas formas *nominal* (62,5%), *pronominal* (25%) do que os professores com ensino superior (54,9%), (19,7%), enquanto que a mistura de tratamento ficou favorecida ao ensino superior (25,4%) em relação ao médio (12,5%).

Gráfico 25: Formas de tratamento de professores para alunos



Esses resultados apontam para formas próprias de tratamento entre pessoas de diferentes níveis de escolaridade, haja vista que os professores com ensino médio lecionam normalmente em escolas de ensino primário ou base, onde o tratamento nominal e pronominal (*você, tu*) são mais correntes; já os professores com ensino superior ministram aulas em escolas de ensino médio com estudantes de idade (mais) avançada do que os dos outros níveis em que a estratégia de cortesia passa pela mescla de tratamento.

No tratamento de crianças para mais velhos, o único nível de escolaridade considerado foi o primário. Houve registo das três formas de tratamento. Mas, de entre elas, a favorecida ficou para a *nominal* (72,2%), seguida da mistura de tratamento (22,2%), enquanto que a *pronominal* (5,6%) se manteve em última opção. As crianças sem grau de instrução declararam usar apenas a forma nominal e a mistura de tratamento na comunicação com os adultos, mas com 1 ocorrência

para cada caso, que representa 50%. Ora, os resultados para esta relação concatenam-se com os dos outros dados anteriores em função de ela sempre se desprestigiar em comparação aos demais níveis. Por se tratar de um único nível (primário), a forma desprestigiada passa a ser prestigiada em relação às demais formas. Só que com o tratamento de mais velhos para crianças, os dados retornam à sua semelhança, onde a forma nominal se desvaloriza ao lado do ensino superior e a pronominal continua favorecida em comparação com as outras. O curioso é que nesta relação, os mais velhos com nível base não usam a forma prestigiada pelo ensino superior, no caso da pronominal (0%), assim como os de nível primário e sem nível (*vide* tabelas anexas).

Na análise da relação de empregados para patrão ou patroa, os resultados foram bastante surpreendentes. A forma *nominal* foi mais favorecida aos empregados com ensino primário (100%) do que aos empregados sem ensino (88,9%). O favorecimento dessa forma começava, às vezes, por ordem acadêmica nas outras relações, ou seja, o resultado do nível primário superava o de base, o de base superava o de médio e em diante. Neste quadro, o ensino de base (45%), quanto à forma nominal, apresenta valor percentual inferior ao nível médio (62,2%), mas equipara-se ao de ensino superior (45%), procedendo de modo semelhante com os resultados da forma pronominal apenas com o nível superior. Na verdade, para as formas nominal e pronominal, o que se verifica é que se houver maior favorecimento de uma das formas no nível inferior, principalmente o primário, ela passa a ser desprestigiada. Logo, na nossa amostra, as duas formas em análise são tomadas como mais padronizadas para os níveis de base e superior em relação ao médio, ao passo que este último (20,9%) só se prestigiou com a forma pronominal ao lado do ensino primário (0%). Porém, na mistura de tratamento, os resultados foram mais clarificados, sendo que o ensino superior foi o mais favorecido (21,9%) em comparação com os níveis médio (16,5%), base (7,4%) e primário (0/0%), verificando ainda 11,1% da forma pronominal e 0% da mescla para os sem grau acadêmico, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 89: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino primário	3/100%	0/0%	0/0%
Ensino base	12/45%	13/48,1%	2/7,4%
Ensino médio	57/62,6%	19/20,9%	15/16,5%
Ensino superior	48/45,5%	34/32,4%	23/21,9%
Sem resposta	8/88,9%	1/11,1%	0/0%

No tratamento de patrão ou patroa para empregados, o nível primário e as pessoas que não possuem grau acadêmico foram excluídas desta amostra por não apresentar valor significativo. Durante a análise, verificámos que os resultados se apresentam semelhantes aos da relação

anterior, tanto que as formas nominal e pronominal continuam sendo favorecidas pelos níveis de base e superior em relação ao nível médio. A única diferença registada tem a ver com a mistura de tratamento, onde o ensino primário (28,6%) e médio (23,5%) são mais favorecidos do que o ensino superior (17%), colocando este último nível na posição de forma prestigiada.

Tabela 90: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Ensino base	3/42,9%	2/28,6%	2/28,6%
Ensino médio	22/64,7%	4/11,8%	8/23,5%
Ensino superior	48/48%	35/35%	17/17%

No que diz respeito ao tratamento de empregados de serviços diversos para clientes, os empregados de nível primário e sem escolarização dirigem-se aos seus clientes através da forma *nominal* (50%) e da mistura de tratamento (50%), enquanto que os demais níveis usam todas as formas, mas com valores oscilantes. Os empregados com ensino base igualam o tratamento pronominal (28,6%) com a mistura de tratamento (28,6%) que os desfavorecem perante a nominal (42,9%) e perante os resultados de grau médio (14,5%) e superior (10%). As formas pronominais (76,3%) e mistura de tratamento (13,8%) foram prestigiadas pelo ensino superior, embora a mescla apresente valor percentual aos níveis médio (24,1%), base (28,6%) e primário (50%), por não se equipararem ao nível mais alto que influencia categoricamente no tipo de forma padronizada. Por esta razão, os valores são observados de modo (de)crescente para o ensino superior. Já para a relação de clientes para empregados de serviços diversos, a forma pronominal foi a única prestigiada e mais favorecida pelos cliente com ensino superior (52,2%), ao passo que a forma nominal para eles (6,3%) foi a mais desprestigiada e, por consequência, desfavorável. Os resultados da mistura de tratamento do nível médio (35,5%) assemelham-se aos do ensino superior (35,1%) como se estivessem em competição entre eles por conta dos valores obtidos no nível de base (37,25%) (cf. tabelas anexas).

Para verificarmos o grau de aceitação das formas de tratamento que indicam laços sanguíneos em função do nível de escolaridade, que (in)diretamente influencia no uso das formas (não) padronizadas por partes de falantes angolanos com base em diferentes relações analisadas, decidimos apresentar em primeiro lugar a tabela 91.

Tabela 91: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?

	Sim	Não
Ensino primário	22/91,7%	2/8,3%
Ensino base	62/71,3%	25/28,7%

Ensino médio	162/79,4%	42/20,6%
Ensino superior	130/65,7%	68/34,3%
Sem resposta	13/100%	0/0%

Conforme a tabela acima, os resultados gerais demonstram que a aceitação das formas de tratamento nominais sem grau de parentesco dominam a amostra. A resposta *sim* foi mais favorecida em todos os níveis de escolaridade do que a resposta *não*. O que se observa é que, na medida em que os inquiridos ascendem de nível de escolaridade, o valor percentual da resposta negativa vai aumentando também, mas com uma interrupção de progressão apenas na percentagem do ensino médio, enquanto que para o número de pessoas a progressão sobe normalmente, o que significa que quanto maior for o nível de escolaridade menor será o seu uso e aceitação das formas nominais referidas. Já na resposta *sim*, a consideração de aceitação ou de uso desse tipo de forma pelos participantes procede-se de modo inverso, ou seja, quanto menor for o nível de escolaridade maior será o seu uso e aceitação.

4.5.3. Género

Silva (2018) refere-se que, desde a época vetusta, a arte de educar sempre esteve associada ao género feminino. Os géneros são indicadores sociais que concorrem na identificação de uma linguagem. Estes fatores, muitas vezes, são apontados como naturais, ou seja, uma característica divina, que se estende até ao jeito de manifestar a língua, utilizando formas verbais. As mulheres são consideradas mais moderadas, quando se dirigem de forma oral ou quando elaboram um determinado texto escrito. Esse facto pode ser entendido por se tratar de alguém que mais tem o papel social da facilidade, do afeto e da educação do berço, contrariamente ao homem, que se apresenta mais com a posição de proibidade e de rigidez. Segundo Tasca,

[...] as mulheres comportam-se diferentemente dos homens no uso de determinados aspetos da linguagem. Isso tem sido verificado principalmente em relação ao emprego de formas de prestígio. Quer dizer, se a forma é prestigiada socialmente, as mulheres tendem a usá-la mais que os homens. (TASCA, 2002, p. 46)

Desse modo, controlámos, de forma separada, os géneros masculino e feminino dos participantes, com o objetivo de verificar qual dos géneros (des)favorece o uso dos tipos de formas de tratamento nas relações analisadas ao longo do trabalho. Os resultados para essa demonstração começam com os dados sobre os graus de domínio das formas de tratamento informais e formais aglutinados na tabela 92, que apresentam os primeiros resultados do tratamento informal separados do tratamento formal por uma barra oblíqua.

Tabela 92: Grau de domínio das formas de tratamento informais/formais

	Muito bom	Bom	Razoável (+/-)	Mau
Masculino	23/34 7,6%/11,5%	99/85 32,9%/28,7%	150/137 49,8%/46,3%	29/40 9,6%/13,5%
Feminino	12/10 6,4%/4,9%	41/53 20,4%/26,1%	125/94 62,2%/46,3%	23/46 11,4%/22,7%

A observação destes resultados permitiu-nos, também, identificar a competência linguística que cada género possui sobre as formas de tratamento a partir da análise dicotómica: informal e formal, representadas pelos graus *muito bom*, *bom*, *razoável* e *mau*. Nos resultados para o tratamento informal e formal, os graus muito bom (7,6%/11,5%) e bom (32,9%/28,7%) ocorrem mais no género masculino do que no feminino (6%/4,9%) e (20,4%/26,1%), enquanto que apenas no tratamento formal, os dois géneros se empatam em valor percentual no domínio razoável (46,3%), mas se diferenciam relativamente às frequências, sendo 137 para masculino e 94 para feminino. Ainda nesse domínio, mas para o tratamento informal, o género feminino (125/62,2%) só foi mais favorecido em termos percentuais em relação ao género masculino (150/49,8%). Já na apresentação do mau domínio nas duas formas de tratamento, a produção foi maior para o género feminino (11,4%/22,7%) em relação ao género masculino (9,6%/22,7%). Em suma, os resultados são muito diferentes em cada questão colocada, bem como na atuação dos géneros representados.

Com base nos resultados apresentados, onde os graus muito bom e bom favoreceram o género masculino e desfavoreceram o feminino, levantámos a hipótese de que nas questões analisadas a seguir as formas prestigiadas dos dados anteriores favoreceriam o género masculino. Assim sendo, ao observarmos os resultados da relação entre amigos, os índices percentuais ditam um certo equilíbrio entre o género feminino (15,5%) e o género masculino (16,4%) relativamente à forma de tratamento pronominal, conforme se nota na tabela abaixo.

Tabela 93: Formas de tratamento entre amigos

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Masculino	37/11,5%	49/15,5%	235/73%
Feminino	37/16,4%	37/16,4%	150/66,7%

Enquanto que as diferenças entre os géneros na relação de amizade são observadas na forma nominal e na mistura de tratamento, o género masculino foi desfavorecido pela forma nominal (11,5%) em comparação ao feminino (16,4%), mas favorecido pela mistura de tratamento (73%) em relação ao outro género (66,7%). O que se pode compreender é que cada forma de tratamento prestigia um determinado género. O certo é que o favorecimento do feminino pela forma

nominal está intrinsecamente ligado aos nomes que traduzem maior solidariedade, como no caso dos nomes que indicam grau de parentesco. No que concerne às formas prestigiadas, no caso das pronominais, as semelhanças são identificadas apenas no valor percentual, se optarmos por um arredondamento por excesso, caso contrário, nota-se uma pequena percentagem a mais para o género feminino. A partir dos nossos resultados, olhando para a teoria mencionada e a hipótese levantada, pode-se concluir o seguinte: i) os tratamentos nominal e pronominal em contexto de não variação são classificadas como formas padronizadas, tendo em conta o seu favorecimento para o género feminino; ii) a mistura de tratamento são as formas mais favorecidas pelo género masculino (73%), logo, as mais desprestigiadas pelo género feminino (66,7%), e por consequência disso; iii) os dados não corroboram a hipótese apresentada. Já no tratamento entre colegas de serviço, onde o grau de amizade também é marcado, o equilíbrio entre os géneros deu-se na mistura de tratamento, tendo 27,4% para cada um, ao passo que a forma nominal foi favorecida pelo masculino (59,4%) e desfavorecida pelo feminino (51,9%). No que respeita à forma pronominal, o favorecimento ficou provado para o feminino, com 18,2%, enquanto que o masculino obteve 12,9% para o mesmo tratamento. Se as mulheres usam mais as formas prestigiadas do que os homens, como ficou provado em estudos (socio)linguísticos desenvolvidos por Labov (2008), então, comprovamos que os nossos dados que demonstram as formas favorecidas pelo masculino seriam as mesmas não padronizadas por conta do desfavorecimento do feminino, ou seja, o favorecimento de qualquer forma pelo feminino passaria à prestigiada e o contrário, à desprestigiada. Essa leitura fica comprovada com os resultados da forma pronominal, onde o feminino é mais favorecido (18,2%) do que o masculino (12,9%), como revela a tabela 94.

Tabela 94: Formas de tratamento entre colegas de escola

	Nominal	Pronominal	Nominal e pronominal
Masculino	180/59,4%	39/12,9%	80/27,4%
Feminino	111/51,9%	39/18,2%	59/27,4%

Na análise feita sobre o tratamento entre colegas de serviço, também se verificou semelhança nos resultados da mistura de tratamento, ao passo que nas formas nominal e pronominal os resultados foram diferentes. A forma pronominal foi favorecida pelo género masculino (23,7%) e desfavorecida pelo feminino (19,4%), enquanto que para este último género a nominal continua a ser a mais produzida (53,4%) do que o outro (51,9%) (cf. tabela anexa). Quanto à relação amorosa, o equilíbrio dos géneros é observado apenas no resultado da forma nominal entre casais. As demais formas de tratamento atuam de modo diferente para cada relação. Por exemplo, na forma pronominal dos dois casos, o género feminino é favorecido, mas na mistura

de tratamento o seu favorecimento consta apenas na relação entre namorados em comparação com o género masculino. Com base nesses dados, verifica-se uma desproporção entre os resultados devido à complexidade do tratamento entre as pessoas que assumem relações distintas. De qualquer modo, essas diferenças não são observadas no seu todo, uma vez que as semelhanças também ocorrem no sentido de demonstrar a concorrência de laços muito afetivos entre os namorados e casais (cf. tabela anexa).

Nas formas de tratamento entre vizinhos, a análise do género dos inquiridos revelou que o género masculino (70,2%) produzia mais a forma nominal do que o género feminino (63,2%). Todavia, com a forma pronominal e a mistura de tratamento o procedimento era bem diferente. Quer seja a forma pronominal (16,6%) quer seja a mistura de tratamento (19,3%) favoreceram o género feminino em relação ao masculino (13%; 14,9%). No tratamento entre pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares, curiosamente, não foram observadas diferenças nas formas entre os géneros. Para a relação de filha(o)s para pais, a forma nominal é favorecida pelos filhos e desfavorecida ao mesmo tempo na forma pronominal e na mistura de tratamento em relação às filhas. Entretanto, no tratamento de pais para filhos, as mães igualam na mistura de tratamento, superam na forma pronominal, mas desfavorecem no uso da forma nominal em comparação com os pais. Esses resultados evidenciam claramente a dinâmica que as formas de tratamento possuem em cada situação comunicativa (cf. tabelas anexas).

No que diz respeito à relação de alunos para professores (vice-versa), quer sejam as alunas, quer sejam as professoras revelaram maior ocorrência das formas nominal e pronominal em contexto de não variação nos dois tipos de relações. Entre elas, a forma nominal e pronominal só foi superada pela mistura de tratamento na comunicação de aluno para professor e vice-versa. Como já se suspeitava, a forma pronominal ocorre mais por parte dos professores para os alunos do que dos alunos para os professores por conta de um sistema próprio de comunicação endereçado ao docente, onde os pronomes *você*, *senhor(a)* e *tu*, no contexto angolano, dificilmente ocorrem de maneira isolada em falantes letrados e se ocorrem será em falantes que, na sua maioria, às vezes, desconhecem as regras. Prosseguindo a análise, verifica-se também maior valor percentual e significativo na mistura de tratamento e menor da forma pronominal, ambas de aluno e professor em comparação com as da aluna e professora. As explicitações dos dados ficam sintetizados nos gráficos abaixo.

Gráfico 26: Formas de tratamento de alunos para professores

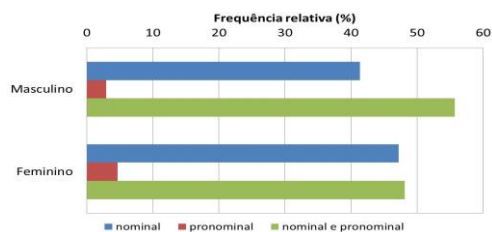
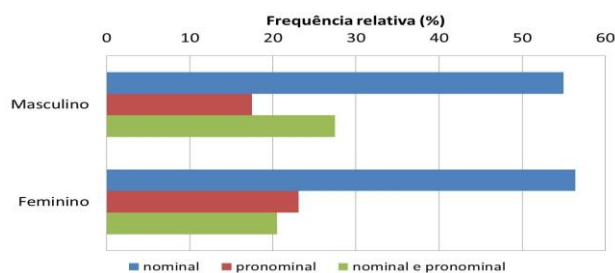


Gráfico 27: Formas de tratamento de professores para alunos



No tratamento de crianças para mais velhos e vice-versa, percebemos que as crianças do gênero masculino apresentam maior percentual na forma nominal do que as crianças do gênero feminino, e os mais velhos representam também maior frequência daquela forma de tratamento em relação às mais velhas. Verifica-se ainda que as mais velhas preferem mais a forma pronominal e a mistura de tratamento do que os mais velhos ao se comunicarem com as crianças. Mas, a forma pronominal nas crianças de gênero masculino é proferida com maior sucesso, ao passo que a mistura de tratamento é favorecida ao feminino, conforme se registra nas tabelas em anexo.

No tratamento marcado pela solidariedade e poder, ou seja, de empregados para patrão ou patroa e vice-versa, houve um certo equilíbrio entre os gêneros no uso da forma nominal em ambas as relações. Todavia, nesse equilíbrio, ainda que não seja muito importante a diferença, pode-se frisar a ligeira diferença percentual entre os gêneros. Por exemplo, as empregadas proferem mais do que os empregados a forma nominal e a mistura de tratamento para se referirem aos chefes, ao passo que os empregados revelam maior uso da forma pronominal. Para a relação laboral de poder, as patroas, curiosamente, são apenas favorecidas pela mistura de tratamento, enquanto que as formas nominal e pronominal as desfavorecem, cedendo preferência aos patrões.

Gráfico 28: Formas de tratamento de empregados para patrão/patroa

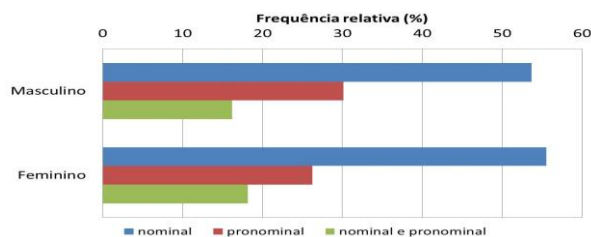
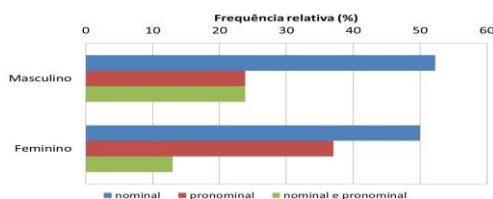


Gráfico 29: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados



A nossa hipótese, de maneira contrária do que espelham os dados, seria de que tanto as empregadas como as patroas usariam muito mais a forma nominal do que os empregados e patrões, uma vez que nessa forma estão incorporadas tratamento que indicam maior solidariedade, e, por sua vez, a manifestação linguística do gênero feminino identifica-se mais com esse tipo de tratamento.

Nos resultados das formas de tratamento de empregado de serviços diversos para clientes, a forma nominal foi favorecida pelo gênero masculino, que demonstrou equilíbrio na forma pronominal com o gênero feminino. Esse último ocorreu mais do que o outro na mistura de tratamento, enquanto que na relação inversa, ou seja, de clientes para empregado, os resultados também foram bastante diferentes. As clientes preferiram mais a forma nominal e a mistura de tratamento para se dirigir aos empregados. Já os clientes só ficaram favorecidos pela forma pronominal em relação ao gênero oposto (cf. tabelas anexas). De facto, o que se pode comprovar pela complexidade da pesquisa é que os tipos de formas de tratamento se comportam de maneira diferente em cada situação de comunicação dos falantes do português de Angola.

Em geral, diante desses resultados, onde a escolha da forma de tratamento nominal aponta para o favorecimento dos dois gêneros em cada relação analisada, decidimos verificar quais dos gêneros considerariam correto o seu uso, com base em tratamento que despertem o laço sanguíneo ou grau de parentesco entre os interlocutores. Seguem os dados na tabela abaixo.

Tabela 95: Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?

	Sim	Não
Masculino	219/71,3%	88/28,7%

Feminino	170/77,6%	49/22,4%
----------	-----------	----------

A tabela 95 revela-nos que, como se deduzia, mesmo com maior ocorrência de participantes masculinos, o género feminino ainda é mais sensível à aceitação e ao uso das formas nominais que indicam grau de parentesco de pessoas que não fazem parte do seu agregado familiar, e por consequência disso, o género masculino é quem menos usa e aceita as formas de tratamento em epígrafe.

Os resultados apresentados a seguir fazem parte da segunda parte do questionário sociolinguístico, onde mereceram um olhar as formas de tratamento utilizadas entre militares.

4.6. Formas de tratamento entre militares

Na relação que envolve a *educação castrense*, as formas de tratamento atuam de modo diferente. Neste caso, existem formas próprias de se tratarem entre si. Assim como se verificou a partir da nossa investigação, há formas ou pronomes de tratamento informais e formais. As informais estabelecem basicamente o grau de proximidade/intimidade a partir de palavras próprias, enquanto que as formais servem para marcar cordialidade ou distanciamento entre as pessoas. Nas Forças Armadas Angolanas (F.A.A.), como em qualquer instituição militar, as designações das patentes são comuns no sistema de comunicação entre os castrenses. Mas, essas formas obrigam a outros elementos gramaticais, como a forma verbal, que indicará indiretamente o tipo de tratamento, no caso de um civil que desconhece os graus, só reconheceria o superior hierárquico através do emprego correto destas formas entre eles. A utilização da patente em todo o escalão como forma de tratamento pode ocorrer com a estrutura verbal, indicando superioridade (formalidade) ou inferioridade (informalidade), por exemplo:

(1) *Tenente Emília, tens horas?*

(2) *Tenente Emília, tem horas?*

Nos exemplos apresentados, o tipo de tratamento (informal/formal) vai depender da pessoa que fala, se superior ou inferior. Para os dois casos, se se tratar de superior para inferior, as duas formas verbais consideram-se adequadas ainda que o grau/patente permita formalidade, mas se for de inferior para superior, a forma correta seria com o verbo na terceira pessoa. O nosso objetivo era verificar de entre as formas próprias de tratamento, qual seria a mais frequente no seio dos militares. As F.A.A. possuem patentes que vão de soldado a general: os soldados, 1º e 2º cabos, pertencem ao grau de praça; os sargentos (maior, chefe, ajudante, 1º e 2º) são colados no

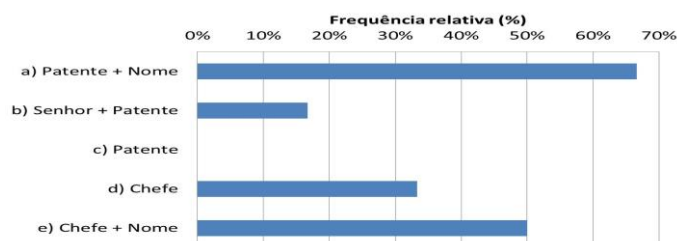
grau de sargento; os subtenentes, tenentes, pertencem ao subalterno; a de capitão é independente; os major, tenente-coronel e coronel incorporam-se no grau superior, enquanto que os brigadeiro, tenente-general e general pertencem ao grau de oficial superior gerais. Para os nossos dados, os inquiridos militares possuem os seguintes graus, oficial superior, oficial subalterno, sargento e praça, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 46: Grau dos militares



Conforme o gráfico, quanto ao grau que lhe confere, dos inquiridos, 33,3% são *oficiais superiores* e *sargentos*, 16,7% *oficial subalterno* e 16,7% *praça*. Embora a amostra seja muito reduzida por conta das tarefas incumbidas aos inquiridos, onde a disponibilidade do pessoal era escassa, que se repercutiu negativamente na recolha de dados, avançamos para os resultados do tratamento de superior para inferior e verificamos que dos 6 inquiridos, 66,7% assinalam a) *patente + nome*, 16,7% *Senhor + Patente*, 33,3% *chefe* e 50% *chefe + nome*. Como se pode observar na relação de superior para inferior, a forma preferencial foi *patente + nome*, o que demonstra conhecimento geral dos nomes dos subordinados, típico da hierarquia militar. A segunda forma *senhor + patente* foi a segunda mais frequentes entre militares. Se se tiver em conta o contacto direto do superior com o inferior na mesma unidade, a primeira torna-se válida, mas para relação entre desconhecidos que envolvem efetivos de outras unidades, a segunda passa a ser a com maior ocorrência. Dos dados observados, nenhum superior trata os seus subordinados só pela *patente*, como se observa no gráfico abaixo.

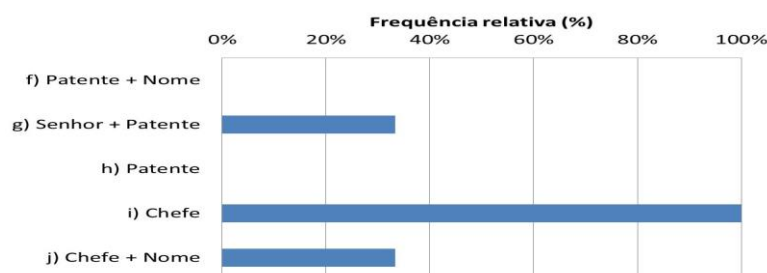
Gráfico 47: Forma de tratamento entre militares: de superior para inferior



Na amostra, relativamente às formas de tratamento que usam entre militares, de inferior para superior, dos 6 participantes, 33% assinalam *senhor + patente*, *chefe + nome* e 100,0% assinalam

chefe. As formas *patente + nome* e *patente* não foram assinaladas pelos indivíduos militares como tratamento para os seus superiores.

Gráfico 48: Forma de tratamento entre militares: de inferior para superior



Como se pode observar, apesar de haver alguns desvios das formas de tratamento entre militares quanto à estrutura verbal, os *tropas*, como são comumente chamados, empregam as formas próprias para o tratamento que marcam o superior hierárquico do inferior (e vice-versa).

4.6.1. Cruzamento das variáveis linguísticas com as variáveis extralinguísticas

Na análise dos dados dos militares com os fatores extralinguísticos *faixa etária*, *nível de escolaridade* e *género*, a variável social *género* foi excluída pelo programa por não apresentar relevância no estudo. Na verificação dos dados, constatámos que há apenas uma única participante⁸⁰, razão pela qual, demonstrou irrelevância, pelo facto de os nossos participantes serem maioritariamente homens. Vale sublinhar que, embora a faixa etária seja fator condicionador, a faixa inferior ou igual a 25 anos foi também excluída da amostra de superior para inferior, conforme se observa nos dados abaixo.

Tabela 96: Formas de tratamento entre militares: de superior para inferior

	a) Patente + Nome	b) Senhor + Patente	c) Patente	d) Chefe	e) Chefe + Nome
26-30 anos	61,1	27,8	5,6	16,7	50,0
31-35 anos	81,3	18,8	6,3	0,0	31,3
36-40 anos	75,0	33,3	8,3	33,3	58,3
41-45 anos	80,0	13,3	33,3	6,7	53,3
Igual ou superior a 46 anos	53,8	30,8	15,4	15,4	30,8

Conforme demonstra a tabela 96, a forma de tratamento *patente + nome* mostrou-se significativamente mais produzida do que as outras formas em todas as faixas etárias. Mas mesmo assim, entre elas há diferenças quanto às suas ocorrências. A título exemplificativo, a faixa etária de 31 a 35 anos é quem mais foi favorecida por aquela forma de tratamento, seguida da de 41 a 45 anos, enquanto que a faixa etária igual ou superior a 46 anos foi a mais

⁸⁰No resultado obtido para o género feminino, verificou-se que a mesma usa apenas a forma *patente + nome* para se dirigir ao inferior, enquanto que para o superior optou por *senhor + patente*.

desfavorecida, chegando a equilibrar o seu resultado com a faixa etária anterior relativamente ao tratamento *chefe + nome*. Nessa última forma de tratamento, a maior ocorrência foi registada para a faixa etária de 36 a 40 anos, seguida de 41 a 45 anos, ao passo que a idade igual ou superior a 46 anos se manteve no plano de frequência inferior ao lado da de 31 a 35 anos. Ora, os resultados apresentados até aqui, com as formas de tratamento mencionadas na descrição desta análise, apontam para um certo grau de conhecimento de face entre os militares, uma vez que o tratamento associado ao nome demonstra uma prévia apresentação em ambas as partes. Fora desta relação já estabelecida, ou seja, de tratamento marcado entre militares que se conhecem, surgem outras que, às vezes, também podem demonstrar poder ou solidariedade entre *as tropas*. Essas formas podem ser as ilustradas na tabela acima: *senhor + patente*, *patente* ou simplesmente *chefe*, que confirmam que, nos nossos dados, são os militares de 36 a 40 anos os que mais preferem a forma *senhor + patente*, seguida dos mais adultos de idade igual ou superior a 46 anos, que, por sinal, desfavorece a de 41 a 45 anos. Só que o desfavorecimento dessa faixa não é superior às faixas etárias de 26 a 35, que no tratamento pela *patente* foram as que mais apresentaram valores percentuais baixos, liderado agora pela faixa etária de 41 a 45 anos ao lado da igual ou superior a 46 anos. Curiosamente, a faixa etária igual ou superior a 46 anos não se revelou dominante em nenhuma forma de tratamento, mas foi a única a fotografar equilíbrio entre os tratamentos, como se observa claramente nas formas *patente* e *chefe*. Pois, nesse último *trato*, a faixa etária de 36 a 40 anos foi a que mais *disparou* em relação às demais idades, deixando em zero por cento o uso da *munição chefe* para a faixa etária de 31 a 35 anos.

No tratamento de inferior para superior, a faixa etária inferior ou igual a 25 anos já é representada com valor semelhante para as formas *patente + nome*, *senhor + patente* e *chefe + nome*. Na amostra em geral, o uso de *patente + nome* é a forma de tratamento menos proferida pelos militares de grau inferior, com exceção do tratamento pela *patente*, que não ocorre em nenhuma vez para se dirigir ao superior. Da faixa etária inferior ou igual a 25 até 35 anos são as mais favorecidas pela *patente + nome*, ao passo que a de 41 a 45 anos é mais desfavorecida entre todas as formas. Essa forma também pode ser vista como a menos produzida em toda a amostra. São os militares mais adultos que menos a usam. A sua preferência vai para *chefe* ou *chefe + nome*, onde o valor apresentado revela equilíbrio entre eles. Relativamente ao tratamento por *chefe* observa-se que são os mais jovens que carregam a inovação dessa forma. O certo é que o tratamento pela *patente* é exclusivamente usado de superior hierárquico para inferior e não o contrário, como provam os nossos dados. Temos em conta que existem outras formas próprias de tratamento entre militares que são proferidas ao superior ou inferior em função da situação ou

ainda das unidades combativas onde exercem as suas atividades laborais. Em suma, o grau que cada militar ostenta e a idade constituem um dos fatores condicionadores para o uso desta ou daquela forma de tratamento. Seguem os dados na tabela abaixo.

Tabela 97: Formas de tratamento entre militares: de inferior para superior

	f) Patente + Nome	g) Senhor + Patente	h) Patente	i) Chefe	j) Chefe + Nome
Inferior ou igual a 25 anos	33,3	33,3	0,0	100,0	33,3
26-30 anos	33,3	66,7	0,0	61,1	72,2
31-35 anos	25,0	68,8	0,0	43,8	68,8
36-40 anos	16,7	41,7	0,0	50,0	83,3
41-45 anos	13,3	40,0	0,0	53,3	53,3
Igual ou superior a 46 anos	15,4	46,2	0,0	53,8	53,8

Como referimos, o outro e último fator extralinguístico selecionado pelo programa como condicionador na escolha da forma de tratamento entre os militares foi o *nível de escolaridade*. No tratamento de superior para inferior, os valores percentuais apresentados demonstram que os militares com nível primário, das cinco formas selecionadas, usam apenas três para se dirigir aos subordinados. Dessas formas constam *patente + nome*, *patente* e *chefe*, com valor percentual igual para todas. Na leitura vertical da tabela, observa-se que os militares com ensino base, quando se trata de subordinados conhecidos, preferem a forma *patente + nome*, seguida de *chefe + nome*, que se assemelha ao valor de um tratamento marcado pelo afastamento, no caso de *senhor + patente*. Ainda sobre o tratamento com desconhecidos, que também, às vezes, são usados para conhecidos, as formas *patente* e *chefe* também são equilibradas, mas com desfavorecimento em relação às outras. Esse equilíbrio entre as formas referidas abrange os militares com níveis médio e superior. Curiosamente, os militares com nível de escolaridade baixo são os que mais exercem pressão no uso das formas de tratamento entre eles. Nota-se que, embora tenham grau de instrução baixo, são considerados como chefes que possuem maior experiência no *teatro combativo*, porque o fator guerra nem sempre permitiu a possibilidade de aumentarem o grau acadêmico civil, uma vez que os chefes de nível superior só o obtiveram depois do *calar das armas*. Acresce ainda que os números relativos aos inquiridos com grau de escolaridade ensino superior não foram predominante em nenhuma forma de tratamento, todavia igualou com o ensino base no tratamento por *chefe + nome*. Vejam-se os resultados na tabela a seguir:

Tabela 98: Formas de tratamento entre militares: de superior para inferior

	a) Patente + Nome	b) Senhor + Patente	c) Patente	d) Chefe	e) Chefe + Nome
Ensino primário	50,0	0,0	50,0	50,0	0,0
Ensino de base	71,4	42,9	28,6	28,6	42,9
Ensino médio	75,8	12,1	12,1	12,1	45,5

Ensino superior	62,9	34,3	11,4	11,4	42,9
-----------------	------	------	------	------	------

Nos resultados com as formas de tratamento entre militares de grau inferior para superior, as formas *senhor + patente*, *chefe* e *chefe + nome* revelam equilíbrio no valor percentual de cada um para os ensinos primário e de base, que foram as mais proferidas na amostra, lideradas pelo tratamento de *senhor + patente*, favorecido maioritariamente pelo ensino superior. Tal como no resultado da faixa etária no que diz respeito ao tratamento pela patente, no nível de escolaridade também não se observou nenhuma percentagem em todos os níveis atrelado a essa forma. Como se pode ver na tabela abaixo, o ensino superior dominou a amostra com *senhor + patente* em relação às demais formas de tratamento.

Tabela 99: Formas de tratamento entre militares: de inferior para superior

	f) Patente + Nome	g) Senhor + Patente	h) Patente	i) Chefe	j) Chefe + Nome
Ensino primário	0,0	50,0	0,0	50,0	50,0
Ensino de base	28,6	71,4	0,0	71,4	71,4
Ensino médio	18,2	24,2	0,0	51,5	69,7
Ensino superior	25,7	77,1	0,0	54,3	60,0

Nos dados obtidos entre militares, relativamente ao fator escolaridade, esperava-se que o tratamento pela patente fosse preferido por parte de militares com grau superior e não ao contrário, e que o tratamento de *senhor + patente* registasse maior ocorrência em militares com ensino superior em relação aos demais níveis de ensino, quer no tratamento de superior para inferior, quer no tratamento de inferior para superior (vice-versa). Porém, a confirmação da nossa hipótese só foi categórica para o uso do tratamento pela *patente* através do superior hierárquico para os seus subordinados, ao passo que a forma *senhor + patente* não foi totalmente confirmada por merecer maior ocorrência em militares de grau inferior com ensino superior.

Conclusão

Os dados obtidos, tratados de acordo com os princípios da sociolinguística Laboviana (2008[1972]), foram muito significativos para a análise e descrição das formas de tratamento no português de Angola. No modelo Laboviano (2008[1972]), as pesquisas desenvolvidas têm como base a análise quantitativa dos dados da fala de uma determinada comunidade, sendo que, para o nosso estudo, as ocorrências e percentagens dos dados gerais para os pronomes de tratamento *tu*, *você* e *senhor(a)* apresentaram desequilíbrios entre eles, devido às diferenças nas relações de tratamento apresentadas em cada questão colocada no questionário sociolinguístico.

Em função dos resultados gerais constatámos que: i) havia variação na expressão das formas de tratamento em todas as relações e ii) havia falantes que usaram uma única forma de tratamento em algumas questões ou relações para se dirigirem às pessoas. Daí, analisámos os dados que previam o uso das formas de tratamento em contexto de variação e não variação, para depois identificarmos as frequências e percentagens relativamente aos tipos de formas de tratamento, se nominal, se pronominal ou se nominal e pronominal, na qual, para esse último, designámos de alternância no uso das formas de tratamentos. Apesar de constatarmos diferenças nos valores de cada relação e os resultados apontarem para (não) variação, pelo fato de os inquiridos usarem uma ou mais de uma forma de tratamento em quase todas as questões, coube-nos verificar em quais das relações os pronomes mencionados acima ocorrem com maior frequência. Para esse controlo, verificou-se que os pronomes *tu* e *você* são os mais preferidos nas relações entre amigos, entre colegas de escola ou serviço, entre namorados e casais. Todavia, entre os dois, o pronome *você* ocorre com maior frequência do que o pronome *tu* nas distintas relações já referidas. Nessas mesmas relações, o pronome *tu* registou valor pouco significativo, com exceção no tratamento entre amigos, enquanto que o pronome *você* foi o mais usado e aceite pelos falantes ou inquiridos angolanos, sobretudo nas relações simétricas e em algumas mais ou menos assimétricas, ou seja, onde não há muita formalidade e os interlocutores não se distanciam muito em idade e posição social. Já os pronomes *senhor*, *senhora* continuam sendo tradicionais nas relações entre pessoas desconhecidas com idade superior na rua ou em outros lugares, seguidos timidamente nas relações laborais, ou seja, de empregados para patrão ou patroa, de clientes para empregados e empregados para clientes. As suas ocorrências são significativamente visíveis entre pessoas desconhecidas com idades compreendidas de 41 a 45 anos e igual ou superior a 46 anos que despertam maior formalidade em função da posição social.

Para os resultados parciais, verificámos quais os fatores extralinguísticos que estariam a atuar no condicionamento do tipo de formas de tratamento. Esses resultados ditaram que as variáveis sociais *faixa etária*, *nível de escolaridade* e *género* influenciam a seleção de cada forma de tratamento que, por sua vez, podem determiná-la como padronizada ou não. Os resultados de cada fator extralinguístico apresentam-se diferentes em cada questão ou relação estabelecida entre os inquiridos, sendo que os inquiridos com as *faixas etárias* de inferior e igual a 25 anos até 31 a 35 anos apresentaram maior domínio no uso dos pronomes ou formas de tratamento em relação aos inquiridos com 36 anos até igual ou superior a 46 anos; na relação entre amigos, o uso da forma *nominal* e da alternância no uso das formas de tratamento (*nominal* e *pronominal*) foram categoricamente favorecidas ou preferidas pelos inquiridos da faixa etária mais jovem, que vai de inferior ou igual a 25 anos de idade, com 59,8%. A forma *pronominal* não foi preferida pelos inquiridos com a faixa etária de 26 a 30 anos, com 25,9%; na relação entre colegas de escola, em todas as faixas etárias, os inquiridos preferiram a forma *nominal*, seguida da alternância no uso das formas de tratamento (*nominal* e *pronominal*). Na faixa etária dos mais velhos, a forma *pronominal* com 6,7% quase que não ocorreu; na relação entre colegas de serviço, os resultados dos inquiridos seguem a mesma tendência. A forma *nominal* prevalece na amostra dos inquiridos em todas as idades. Os inquiridos com a faixa etária inferior ou igual a 25 anos utilizaram mais a forma *nominal*, com 60,4%, do que a forma *pronominal*, com 18,9%, e a mistura de tratamento (20,8%); na relação de casais, a alternância no uso das formas de tratamento foi a mais usada pelos inquiridos, enquanto que entre namorados, a forma *nominal* assume-se como a mais favorecida; no que respeita ao tratamento entre vizinhos, a forma *nominal* também prevalece na amostra. Nessa relação, nenhum inquirido com faixa etária igual ou superior a 46 anos usou a forma de tratamento *pronominal*. Pode observar-se que os inquiridos com a faixa etária igual ou superior a 46 anos rejeitam essa forma e acolhem a mescla de tratamento, mas mesmo assim dão preferência à forma *nominal*; no que concerne às formas de tratamento entre pessoas desconhecidas na rua ou em outros lugares, a alternância no uso das formas de tratamento prevalece na amostra; na relação de filhos para pais, o tratamento pela forma *nominal*, como se esperava, emerge na amostra para todos os inquiridos com as faixas etárias de pessoas que declararam ter pais; na relação de progenitores para descendentes, a forma *pronominal* foi dominante na amostra e mais favorecida para os inquiridos com a faixa etária 26 a 30 anos; no tratamento de alunos para professores, os dados demonstram maior favorecimento para a forma *nominal*; no que se pode observar da relação de crianças para mais velhos, a única faixa etária considerável dos inquiridos foi a de inferior ou igual a 25 anos, e a forma *nominal* foi categoricamente predominante, com 76,3% em relação à *pronominal* 5,2% e a mistura de

tratamento (17,5%); já no tratamento de mais velhos para crianças, que considerámos a partir de inquiridos com as faixas etárias de 36 a 40 anos até igual ou superior a 46 anos, a forma *nominal* e a mistura de tratamento foram as mais preferidas, com valores iguais (9,4%); de empregado para patrão ou patroa, a forma *nominal* dominou significativamente a amostra para o grupo dos inquiridos mais jovens, seguida da forma *pronominal*, enquanto que a relação que se estabelece de patrão ou patroa para empregados e de clientes para empregados de serviços diversos (vice-versa), a forma *pronominal* foi a mais favorecida pelos inquiridos; todas as faixas etárias consideraram correto o uso de formas nominais que indicam grau parentesco, mesmo não o sendo, em estabelecimentos formais.

No que diz respeito ao fator extralinguístico *nível de escolaridade*, os resultados demonstram que os graus de domínios *muito bom*, com 11,7% e *bom*, na ordem de 41,7% foram favorecidos pelos inquiridos detentores de nível superior; na relação de amizade, a forma *nominal* e *pronominal*, que também designámos por alternância no uso das formas de tratamento, foi a mais usada pelos inquiridos com níveis primário (96,1%) e médio (76,3%), enquanto que foi menos preferida pelos inquiridos que possuem os níveis de escolaridade básico (59,5%) e superior (66,8%), como também os inquiridos que não apresentam nenhum nível de escolaridade (57,1%); na relação entre colegas de escola, a forma de tratamento *nominal* foi preferida pelos inquiridos detentores dos quatro níveis de escolaridade. De entre eles, aponta-se com maior percentagem para os inquiridos de nível primário (82,6%), seguido dos restantes níveis de escolarização, em ordem crescente. A preferência pelas formas *pronominal* (21%) e a oscilação no uso das formas de tratamento (31,9%) ficaram condicionadas aos inquiridos que atestam o ensino superior como formas prestigiadas; as percentagens obtidas no tratamento entre colegas de serviço demonstram que a forma *nominal* foi favorecida aos inquiridos com nível primário (100%). Na sequência da leitura dos dados da relação de colegas de serviço, os inquiridos com ensino superior preferiram as formas *pronominal* (25%) e a alternância no uso das formas de tratamento (28,2%). Esses resultados seguem a mesma tendência para a relação entre casais, mas apenas com uma ligeira diferença de 11,1% nos inquiridos que não têm nível de escolaridade, ao passo que no contacto linguístico entre os namorados, o valor sobe para 40% para os inquiridos sem nível de escolaridade e 25% para os inquiridos com nível primário; nas relações entre vizinhos, verifica-se que a alternância no uso das formas de tratamento não foi a mais utilizada pelos inquiridos detentores de ensino superior como grau de escolaridade. Mas foi a preferida pelos inquiridos detentores de ensinos médio, base e primário, enquanto que a forma *pronominal* foi a mais utilizada, com 23,3%. Ainda nos resultados que se podem observar ao longo do

estudo, pese embora a variante escolarização se apresente mais próxima à norma padrão, o nível de escolaridade não constituiu, de forma categórica, fator determinante para a escolha de forma(s) ou pronome(s) de tratamento (não) prestigiado(s), muito menos como indicativo de que o(s) falante(s) ou inquirido(s) usa(m) exclusivamente pronomes de tratamento devido ao nível de escolarização que atesta(m), mas sim na seleção da forma pronominal e da alternância no uso das formas de tratamento, que concorriam entre si. Em relação ao *género*, verificou-se que não há diferenças significativas que demonstrem que as mulheres ou os homens sejam condicionadas às formas de tratamento, mas, ainda assim, o género feminino foi mais favorecido ao uso das formas nominais que indicam grau de parentesco. O fato é que o seu favorecimento pela forma nominal está intrinsecamente ligado aos nomes que traduzem maior solidariedade.

Para o caso dos inquiridos militares, no que diz respeito ao tratamento de inquirido superior para inferior, a forma de tratamento *patente + nome* foi significativamente mais produzida do que as outras formas em todas as faixas etárias dos inquiridos. Mas, mesmo assim, entre elas houve diferenças quanto às suas ocorrências. Os inquiridos com a faixa etária de 31 a 35 anos foram os que mais fizeram uso daquela forma de tratamento, seguida dos inquiridos de 41 a 45 anos, enquanto que os inquiridos com a faixa etária igual ou superior a 46 anos usaram-na menos, chegando a equilibrar o seu resultado com os inquiridos com a faixa etária antecedente, relativamente ao tratamento por *chefe + nome*. Nessa última forma de tratamento, a maior ocorrência foi registada aos inquiridos com a faixa etária de 36 a 40 anos, seguidas de inquiridos de 41 a 45 anos, ao passo que os inquiridos com a idade igual ou superior a 46 anos se manteve no plano de frequência inferior ao lado dos de 31 a 35 anos. Fora desta relação já estabelecida, ou seja, de tratamento marcado entre inquiridos militares que se conhecem, surgem outras que, às vezes, também podem demonstrar poder ou solidariedade entre *as tropas*. Estas formas foram *senhor + patente*, *patente* ou simplesmente *chefe*, que confirmam que, nos nossos dados, foram os militares de 36 a 40 anos que mais preferiram a forma *senhor + patente*, seguida dos inquiridos de idade igual ou superior a 46 anos, que, por sinal, desfavoreceu a de 41 a 45 anos. Embora o desfavorecimento dos inquiridos dessa faixa não seja superior aos da faixas etária de 26 a 35, que no tratamento pela *patente* foram os que mais apresentaram valores percentuais baixos, liderado agora pelos inquiridos da faixa etária de 41 a 45 anos, ao lado dos da igual ou superior a 46 anos. Os inquiridos com a faixa etária igual ou superior a 46 anos não se revelaram dominante em nenhuma forma de tratamento, mas foi a única a fotografar equilíbrio entre os tratamentos por *patente* e *chefe*. Pois, nesse último tratamento, os inquiridos com a faixa etária de 36 a 40 anos foram os que mais o usaram em relação aos demais inquiridos das restantes

idades, deixando em zero por cento o uso da *munição chefe* para os inquiridos com faixa etária de 31 a 35 anos. Já no tratamento de inquirido inferior para superior, os com a faixa etária inferior ou igual a 25 anos foram representadas com valor semelhante para as formas *patente + nome*, *senhor + patente* e *chefe + nome*. O uso de *patente + nome* foi o tratamento menos proferido pelos militares de grau inferior, com a exceção do tratamento pela *patente*, que não ocorre em nenhuma vez para se dirigir ao superior. Dos inquiridos com a faixa etária inferior ou igual a 25 até 35 anos foram os mais favorecidos pela *patente + nome*, ao passo foram os militares inquiridos com idades avançadas que menos as usam. A preferência deles foi por *chefe* ou *chefe + nome*. Relativamente ao nível de escolaridade, no tratamento de superior para inferior, os valores percentuais demonstram que os militares com nível primário, das cinco formas selecionadas, usam apenas três para se dirigir aos subordinados. Destas formas, constam a *patente + nome*, *patente* e *chefe*, com valor percentual igual para todas. Quando se trata de subordinados conhecidos, preferiram a forma *patente + nome*. Os inquiridos detentores de ensino superior não foram predominante em nenhuma forma de tratamento, todavia empatou com os inquiridos de nível base no tratamento por *chefe + nome*. No tratamento de inferior para superior, as formas *senhor + patente*, *chefe* e *chefe + nome* revelam equilíbrio no valor percentual de cada um para os inquiridos que atestam ter os ensinos primário e de base, que foram as mais preferidas, lideradas pelo tratamento de *senhor + patente*, favorecido maioritariamente pelos inquiridos com ensino superior. No fator da escolaridade, esperava-se que o tratamento pela *patente* fosse preferido por parte de militares com grau superior e não ao contrário, e que o tratamento de *senhor + patente* registasse maior ocorrência em militares com ensino superior, relativamente aos inquiridos militares com demais níveis de escolaridade, quer no tratamento de inquirido superior para inferior, quer no tratamento de inquirido inferior para superior (vice-versa). Porém, a confirmação da nossa hipótese só foi categórica para o uso do tratamento pela *patente* através do superior hierárquico para os seus subordinados, ao passo que a forma *senhor + patente* não foi totalmente confirmada por merecer maior ocorrência em militares de grau inferior que têm o nível superior.

Referências Bibliográficas

- ACEVEDO-HALVICK, Ana, «De Vos, de Tú, de Usted? Las Formas de Tratamiento entre los Jóvenes Guatemaltecos», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 411-422.
- ADRIANO, Paulino Soma, *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola: Divergências em Relação à Norma Europeia*, Tese de doutoramento, Évora: Universidade de Évora, 2014.
- AGUALUSA, José Eduardo, *A Conjura*, 2.^a ed., Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- AITCHILSON, Jean, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, [trad. e adapt. de António H. Branco], 1.^a ed., Lisboa: Europa-América, 1993.
- ANTÓNIO, João; OSÓRIO, Paulo, «História e variação morfossintática entre o quimbundo e o português na região de Kwanza Norte, em Angola: formação do plural, concordância de género e formação do diminutivo e do aumentativo dos substantivos». In: *Fórum Linguístico*, vol. 15, nº4 (Revista Eletrónica do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, com o e-ISSN: 1984-8412). Florianópolis (Universidade Federal de Santa Catarina), 2018, pp. 3289-3302. (DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2018v15n4p3289>).
- AQUINO, Renato, *Gramática Objetiva da Língua Portuguesa*, 5.^a ed., Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2010.
- ARAÚJO, Aluiza Alves, *As Vogais Médias Pretônicas no Falar Popular de Fortaleza: Uma Abordagem Variacionista*, Tese de doutoramento, Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ARAÚJO, Aluiza Alves, «O Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NORPOFOR», in: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2011, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, 2011, v. XV. pp. 835-845. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/72.pdf. Acedido em 12 de dezembro de 2017.

AZEREDO, M. Olga, PINTO, M. Isabel Freitas M., LOPES, M. Carmo Azeredo, *Da Comunicação à Expressão - Gramática Prática de Português: Língua Portuguesa. 3º Ciclo de Ensino Básico e Ensino Secundário*, 1.ª ed., Lisboa: Raiz, 2012.

BAGNO, Marcos, *Preconceito Linguístico. O Que É, Como Se Faz*, 49.ª ed., São Paulo: Loyola, 2007.

BARROS, Clara Araújo, «Textualidade e Memória: Permanência, Rotura, Controvérsia. Variação Linguística em Húmus de Raúl Brandão», in: CITCEM N.º 9 – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto, dezembro de 2018, pp. 89-98.

BARROS, Clara Araújo, «No Princípio Era o Erro: Algumas Reflexões Sobre a Mudança Linguística», in: CITCEM N.º 9 – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto, dezembro de 2018, pp. 213-220.

BECHARA, Evanildo, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Editora Lucerna, 2009.

BERTOLOTI, Virginia, «Semántica y Pragmática de los Usos de Usted, Tú y Vos como Sujeto en el Siglo XIX en Uruguay», in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 355-385.

BRITO, Ana Maria, RAPOSO, Eduardo B. Paiva, *Complementos, Modificadores e Adjuntos no Sintagma Nominal, Pronome Possessivos como Argumento Correspondente ao Sujeito da Frase*, in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 1045-1051.

BROWN, R.; GILMAN, A., *The Pronouns of Power and Solidarity*, Cambridge: Editora Style, 1960.

- CARDOSO, Miguel Esteves, «Confiança», in: *A Causa das Coisas*, 7.^a ed., Lisboa: Assírio e Alvim, (S.d.).
- CARREIRA, Maria Helena Araújo, «Cortesia e Proxémica: Abordagem Semântico-Pragmática», in: SEARA, Isabel Roboredo (Org.), *Cortesia: Olhares e (Re)invenções*, 1.^a ed., Lisboa: Chiado Editora, 2014, pp. 27-46.
- CARREIRA, Maria Helena Araújo, *Les Formes Allocutives du Portugais Européen: Evolutions, Valeurs et Fonctionnements Discursifs*. Paris: Instituto Cervantes, 2004. http://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/indice.htm. Acedido em 12 de setembro de 2018.
- CAUSSE-CATHCART, Mercedes, «Mi Vida, Mi Amor, Mi Corazón... Formas de Tratamento en el Habla de la Ciudad de Santiago de Cuba», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 61-78.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- CHICUNA, Alexandre Mavungo, *Portuguesismos nas Línguas Bantu: Para um Dicionário Português – Kiyombe*, 2.^a ed., Lisboa: Edições Colibri, 2015.
- CINTRA, F. Lindley, *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- CINTRÃO, Heloisa Pezza, «Pensando as Formas de Tratamento a partir da Semiótica e a Semiótica a partir das Formas de Tratamento», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 445-459.
- CIPRIANO, Sony Kambol, *O Surgimento da Crise de Identidade Linguística*, 1.^a ed., Luanda: Editorial Nzila, 2004.

- COELHO, Izete L., GÖRSKI, Edair Maria, «A Variação no Uso dos Pronomes Tu e Você em Santa Catarina», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 267-292.
- COLL, Magdalena, «Las Formas de Tratamiento Nominales Usadas por y para la Población de Origen Africano en Montevideo en los Siglos XVIII y XIX», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 175-213.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita, MARCOTULIO, Leonardo L., «História e Linguagem: Um Diálogo Sobre o Tratamento Nominal na Prática Epistolar Luso-Brasileira Setecentista», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 215-244.
- CORRÊA-CARDOSO, João N. Paixão, *Sociolinguística Urbana de Contacto. O Português Falado e Escrito no Reino Unido*, 1.^a ed., Coimbra: Palimage, 2011.
- COSTA, Teresa M. C. José, *Umbundismos no Português de Angola: Proposta de um Dicionário de Umbundismos*, Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 11-16.
- COUTO, Leticia Rebollo, «Mafalda y El Laberinto del Fauno: El Uso de Vosotros en las Clases de Español Lengua Extranjera en Brasil», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 521-581.
- COUTO, Leticia Rebollo; MORIONDO-KULIKOVSKI, Zulma, «El Voseo Argentino y el Voseo Chileno: Diferencias Sociolingüísticas y Conversacionales através de Diálogos Cinematográficos», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina

dos Santos (Orgs.), *As formas de tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 485-520.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar; MENDES da LUZ, Maria A., *Gramática da Língua Portuguesa*. [trad. de Ana M. Brito e Gabriela de Matos], 1.^a ed., Lisboa: Edições 70, 1971.

CUNHA, Celso; CINTRA, F. Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 21.^a[4.^a] edição, Lisboa: Edições Sá Costa, 2014[2008].

DIAS, Helena Bárbara M., *Exercícios e Notas Gramaticais: Curso Básico de Português - Língua Estrangeira*, 4.^a ed., Lisboa: Colibri-Antes gráficas, 2010.

Dicionário de Latim - Português, 2.^a ed., Porto: Porto editora, 2001.

Dicionário de Português - Espanhol, 1.^a ed., Porto: Porto editora, 2000.

ELIA, Sílvio, *Sociolinguística. Uma Introdução*, Rio de Janeiro: Padrão, Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1987.

ESTRELA, Edite; SOARES, Maria Almira; LEITÃO, Maria José, *Saber Escrever, Saber Falar*, 13.^a ed., Lisboa: Dom Quixote, 2013.

FARACO, Carlos Alberto, *Linguística Histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FARACO, Carlos Alberto, «O Tratamento Você em Português. Uma Abordagem Histórica», in: MARCOTULIO, Leonardo L., LOPES, Célia Regina dos Santos, CALVACANTE, Sílvia R. de Oliveira, «Galego e Português Brasileiro. História, Variação e Mudança», *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, Vol. III (2) 1-jul./dez., 2017, pp. 114-132.

FARIA, Isabel Hub, PEDRO, Emília Ribeiro, DUARTE, Inês, GOVEIA, Carlos A. M. (Orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa: Editorial-Caminho SA, 1996.

FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni, *Angola: Povos e Línguas*, 1.^a ed., Luanda: Editorial Nzila, 2002.

FERREIRA, Kimavuidi; OSÓRIO, Paulo, «Dimensões pragmáticas da variedade angolana do português». In: *Caderno Seminal Digital*, vol. 31, nº 31 (Revista Eletrónica do Instituto de Letras e da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com o e-ISSN: 1806-9142). Rio de Janeiro (Publicações Dialogarts), dezembro de 2018, pp. 201-229. (DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2018.36979>).

FRANCISCO, Maria, «A Recolha de Dados», in: «Metodologia de Investigação na Educação», [blog] 2010. Disponível em <https://miemf.wordpress.com/act2/>, consultado às 16h de 10 de agosto de 2019).

GARMADI, Juliette, *Introdução à Sociolinguística* [trad.: Eugénio Cavalheiro], 1.^a ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

GIAUFRET, Anna, «De Mário a Otário. As Formas de Tratamento Nominais: Modelos de Função Alocutiva ou Predicativa», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 47-60.

GOMES, Danielle Kely, «O Apagamento da Vogal Postônica Medial em duas Variedades Africanas do Português: Uma Descrição Preliminar», in: MACHADO VIEIRA, Marcia S., WIEDEMER, Marcos Luiz (Orgs.), *Dimensões e Experiências em Sociolinguística*, São Paulo: Blucher, 2019, pp. 189-206.

GONÇALVES, Perpétua, «O Português em África, O Período Pós-Colonial», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 157-160.

Gramática Moderna da Língua Portuguesa, 1.^a ed., Lisboa: Editora Escolar, 2010.

GUIMARÃES, Rui Campos; CABRAL, José A. Sarsfield, *Estatística*, 2.^a ed., Verlag Dashöfer, 2010.

- HAGEMEIJER, Tjerk, «O Português em Contacto em África», in: MARTINS, Ana Maria, CARRILHO, Ernestina (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlim: De Gruyter, Vol. 16, 2016, pp. 43-67.
- INE, Resultados Definitivos. *Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola - 2014*, 1.^a ed., Luanda, 2016.
- INVERNO, Liliana, *A Transição de Angola para o Português. Uma História Sociolinguística*, Coimbra: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2008.
- JORGENSEN, Annette Myre, «Formas de Tratamiento: Los Vocativos en el Lenguaje Juvenil de Madrid, Buenos Aires y Santiago de Chile», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 127-150.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine, «Modelo de Variações Intraculturais e Interculturais: As Formas de Tratamento Nominais em Francês» (trad.: Fernando A. Almeida e Letícia R. Couto), in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 19-45.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine, «Polidez e Impolidez nos Debates Políticos Televisivos: O Caso dos Debates entre Dois Turnos dos Presidentes Franceses», in: SEARA, Isabel Roboredo (Org.), *Cortesia: Olhares e (Re)invenções*, 1.^a ed., Lisboa: Chiado Editora, 2014, pp. 47-82.
- KERBRAT-ORECCHIONI, *La interactions verbales*. Tome II. Paris: Armand Colin, 1992.
- LABOV, William, *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William, *Padrões Sociolinguísticos* [trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso], 1.^a ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Fórmulas de Modéstia, de Magestade e de Cortesia*, in: *Estatística da Língua Portuguesa*, 11.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1984, pp. 42-45.

- LESKOVÁ, Jana, *As Formas de Tratamento em Português Europeu*, Olomouc: Univerzita Palackého V Olomouci, Filozofická Fakulta, 2012.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 31.^a ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LOBO, Maria, «Os Pronomes Possessivos Seu, Sua, Seus, Suas», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. II, 1.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 2225-2226.
- LOBO, Maria, «Referência, Dêixis e Relações Anafóricas, Uso Dêítico vs. Uso Anafórico de Si», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. II, 1.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 2177-2220.
- LOPES, Célia Regina dos Santos, MARCOTULIO, Leonardo L., RUMEU, Márcia C. de Brito, «O Tratamento em Bilhetes Amorosos no Início do Século XX», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 321-354.
- LOPES, Célia Regina dos Santos; MOTA, Maria Antónia, «A Percepção e a Aceitabilidade de Formas de Tratamento no Português Europeu (PE): Uma Abordagem Experimental», in: *Work. Pap. Linguístic.*, 20(2):, Florianópolis, ago./dez., 2019, pp. 135-174.
- LOUREIRO, Marlene Vasques, *A Língua da Mulher em Relação à do Homem, de João da Silva Correia (1927)*, 1.^a ed., Covilhã: UBI LETRAS 02, 2008.
- LUCHESSI, Dante, *Norma Lingüística e Realidade Social*, in: BAGNO, Marcos (Orgs.), *Lingüística da Norma*, 1.^a ed., São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LUCHESSI, *Sistema, Mudança e Linguagem*, 1.^a ed., Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- MACHADO VIEIRA, Marcia S.; WIEDEMER, Marcos L., «Sociolinguística Variacionista e Gramática de Construções: Os Desafios e as Perspetivas de Compatibilização», in:

MACHADO VIEIRA, Marcia S., WIEDEMER, Marcos Luiz (Orgs.), *Dimensões e Experiências em Sociolinguística*, São Paulo: Blucher, 2019, pp. 85-120.

MARÇALO, Maria João, *Uma Língua é um Lugar Onde se Vê o Mundo: A Segunda Articulação e Outras Questões de Linguística Portuguesa e de Teoria da Linguagem*, Rio de Janeiro: UERJ- Dialogarts, ISBN 978-85-8199-137-5, publicação digital, 2019. Link para Dialogarts: http://www.dialogarts.uerj.br/php/exibe_tfc_lingua.php.

MARÇALO, Maria João; NAUEGE, JOÃO Muteteca, «Aspetos sobre o Conjuntivo no Português de Angola», «De Volta ao Futuro da Língua Portuguesa, Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Simpósio 22 - Questões Semântico-Sintáticas na Pesquisa e no Ensino da Língua Portuguesa», 3477-3492 ISBN 978-88-8305-127-2 DOI 10.1285/i9788883051272p3477, 2017, pp. 3477-3489 <http://siba-ese.unisalento.it,©>.

MARÇALO, Maria João, *Introdução à Linguística Funcional*, 1ª ed., Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

MARÇALO, Maria João, «A Dinâmica da Língua - Implicações num Estudo Sincrónico», in: *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*, Lisboa: APL-Colibri, 1994, pp. 89-93.

MARÇALO, Maria João, «Sincronia Saussuriana versus Sincronia Dinâmica?», Actas do IV Congresso de Língua Galego-Portuguesa na Galiza- Homenagem a Ferdinand De Saussure, Universidade de Vigo, 1995.

MARCELLESI, Jean-Baptiste, GARDIN, Bernard, *Introdução à Sociolinguística. A Linguística Social*, [Trad.: Maria de Lourdes Saraiva], 1.ª ed., Lisboa: Editorial Aster, 1975.

MARCOTULIO, Leonardo L., FRANCO, Daví Lopes, «Feira dos Anexins, de D. Francisco Manuel de Melo, e os Primeiros Registos de Você: Revisitando Ideias de Longa Data no Estudo das Formas de Tratamento», in: *Work. Pap. Linguístic.*, 20(2):, Florianópolis, ago./dez., 2019, pp. 60-84.

MAROCO, João, *Análise Estatística com o SPSS*, 5.ª ed., Lisboa: Edições Report Number, 2011.

- MARQUES, Maria Aldina, «Cortesia, Formas de Tratamento e Géneros Discursivos – Condições de Ocorrência e de Uso», in: SEARA, Isabel Roboredo (Org.), *Cortesia: Olhares e (Re)invenções*, 1.^a ed., Lisboa: Chiado Editora, 2014, pp. 145-190.
- MARQUES, Maria Emília Ricardo, *Sociolinguística*, Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- MASELLO, Laura, «Variedades de la Lengua y Opciones del Traductor Literario: Formas de Tratamiento en Portugués y en Español», in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 461-484.
- MIGUEL, Maria Helena, *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, 1.^a ed., Luanda: Mayamba Editora, 2014.
- MIGUEL, Maria Helena, ALVES, Maria Antónia, *Convergências: Manual Universitário*, 1.^a ed., Luanda: Nzila, 2007.
- MINGAS, Amélia, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, 2.^a ed., Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2007.
- MONTE, Vanessa Martins, «Eu lhe Alembro a Você: Sobre o Lugar de Vossa Mercê e Você na História do Português», in: *Work. Pap. Linguístic.*, 20(2), Florianópolis, ago./dez., 2019, pp. 85-108.
- MONTE, Vanessa Martins, «A Categoria Socioprofissional: Uma Proposta de Abordagem para o Estudo das Formas de Tratamento», in: MARCOTULIO, Leonardo L., LOPES, Célia Regina dos Santos, CALVACANTE, Sílvia R. de Oliveira, «Galego e Português Brasileiro. História, Variação e Mudança», *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, Vol. II (1) jan./jun., 2015, pp. 116-131.
- MONTEIRO, José Lemos, *Para Compreender LABOV*, 1.^a ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MORAES, João António, SILVA, Hayla Thami, «A Entoação de Vocativos e Apostos no Português do Brasil», in: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação*,

Mudança e Funções Conversacionais, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 105-125.

MOSER, Karolin, «Deixis Personal en Costa Rica (San José) y Argentina (Córdoba): Ustedeo versus Voseo: dos Soluciones Diferentes para el mismo Sistema?», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 423-441.

MOUNIN, Georges, *Historie de la Linguistique*, 1.^a ed., Paris: PUF, 1967.

NERES, Raquel Ramos, BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves, «Breve Estudo Sobre os Principais Conceitos da Sociolinguística», in: *Revista Philologus*, Ano 23, N^o 67 Supl.: Anais do IXI SINEFIL, Rio de Janeiro: CIFEFiL, jan./abr. 2017, pp. 423-429.

NEVES, Maria Amélia Correia, *Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico*, 1.^a ed., Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

NORTON, José, *Norton de Matos: Biografia*, 2.^a ed., Lisboa: Editora Marta Ramires, 2016.

OLIVEIRA, Marilza de, *Formas de Tratamento, Cordialidade e Cortesias Paulistas*, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2019.

OROZCO, Leonor, «Análisis Sociolingüístico de las Formas Nominales de Tratamiento: Datos de la Ciudad de Guadalajara en Jalisco, México», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 79-103.

PEREIRA, Rubens C. Ferreira, BARROS, Adriana L. E. Chaves, «Discorrendo Sobre a Sociolinguística Variacionista e o Preconceito Linguístico», in: *Revista Philologus*, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Ano 20, n.58. Rio de Janeiro: CIFEFiL, jan./abr. 2014, pp. 65-74.

PESTANA, Maria Helena, GAGEIRO, João Nuno, *Análise de Dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS*, 5.^a ed., Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

- PINTO, Alberto Oliveira, *História de Angola, da Pré-História ao Início do Século XXI*, 2ª ed., Lisboa: Mercado de Letras, Lda, 2017.
- PINTO, José Manuel de Castro, *Gramática de Português para Todos, 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário*, 1.ª ed., Lisboa: Plátano Editora, 2007.
- PINTO, José Manuel de Castro; LOPES, Maria do Ceu Vieira, *Gramática do Português Moderno*, 14.ª ed., Lisboa: Plátano editora, 2014.
- RAMIREZ, Diego Jiquilin, POZZANI, Denise, «Formas de Tratamento do Espanhol Paraguaio: Um Caso de Hibridismo Lexical nas Formas Nominais», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 151-174.
- RAMOS, Jânia Martins, «Tratamento na Díade Pai e Filho: O Uso de Você e Senhor», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 293-305.
- RAMOS, Myriam P. Botelho, *Formas de Tratamento no Falar Florianópolis*, Dissertação de mestrado, Florianópolis: Universidade de Florianópolis, 1989.
- RAPOSO, Eduardo B. Paiva, MIGUEL, Matilde, «Introdução ao Sintagma Nominal, Pronomes Possessivos», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 703-729.
- RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar, «Nomes Próprios, Uso de Nomes de Pessoa com e sem o Artigo Definido», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 993-1027.
- RAPOSO, Eduardo B. Paiva, «O Pronome Você e a gente: Distinção entre Pessoa Semântica e Pessoa Gramatical», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 899-902.

- RAPOSO, Eduardo B. Paiva, *Pronomes*, in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 883-890.
- REIS, Victorino, *Sociolinguística: Dinâmica Funcional vs. Problemas Funcionais da Língua*, Luanda: Editorial Nzila, 2006.
- RIGATUSO, Elizabeth M., «De Vos, de Tú, de Usted? Gramática y Variación: Hacia una Reinterpretación de los Pronombres de Tratamiento en el Español Bonaerense», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 387-410.
- SALOMÃO, Ana Cristina Biondo, «Variação e Mudança Linguística: Panorama e Perspectivas da Sociolinguística no Brasil», in: *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez., 2011, pp. 187-207.
- SAUSSURE, Ferdinand de, *Curso de Linguística Geral* [trad.: José Victor Adragão], 4.^a ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- SEARA, Isabel Roboredo (Org.), *Cortesia: Olhares e (Re)invenções*, 1.^a ed., Lisboa: Chiado Editora, 2014.
- SEGURA, Luísa, «Conservação de Vós, Pronome da 2.^a Pessoa do Plural», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 130-131.
- SEVERO, Cristine Gorski, «Entre a Sociolinguística e os Estudos Discursivos: O Problema da Avaliação», in: *Revista Interdisciplinar*, Ano VI, V.14, jul/dez., 2011, pp. 07-15.
- SILVA, Ana Pita G. Martins, *Lexicografia Bilingue de Especialidade: E-Dicionário Português Kimbundu no Domínio da Saúde*, Tese de doutoramento em Linguística, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- SILVA, António Kingui, LOPES, Célia Regina dos Santos e OSÓRIO, Paulo, «Variação do imperativo de 2^a pessoa em enunciados de provas da Escola de Formação de

Professores Ferraz Bomboco (Huambo, Angola)», in: *Linguística*, vol. 14, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2019, pp. 99-124.

SILVA, António Kingui, *Variação do Imperativo na Forma Indicativa e Conjuntiva. Estudo Sociolinguístico*, Dissertação de mestrado, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2018.

SILVA, Jaime Ferreira; OSÓRIO, Paulo, *Introdução à História da Língua Portuguesa. Dos Fatores Externos à Dinâmica do Sistema Linguístico*, Chamusca: Edições Cosmos, 2008.

SILVA, Luiz Antônio, «O Senhor y Você. Formas de Tratamiento, Cortesía y Diversidad Cultural», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 307-319.

SILVA, Rosa V. Mattos, «O Português do Brasil, Pronomes Pessoais Clíticos», in: RAPOSO, Eduardo B. Paiva, NASCIMENTO, Maria F. Bacelar et al., *Gramática do Português*, Vol. I, 1.^a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 145-153.

SILVA, Vera Lúcia Paredes, «Notícias Recentes da Presença do Pronome Tu no Quadro de Pronomes no Português Falado no Rio de Janeiro», in: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.), *As Formas de Tratamento em Português e Espanhol. Variação, Mudança e Funções Conversacionais*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, pp. 247-265.

SOUSA, Alcina, «Pardon, Dona or Senhora? Reassessing Some Forms of Address and Politeness Issues in European Portuguese», Comunicação apresentada no âmbito do painel da ENIEDA, «Communicative styles across borders and disciplines: Europe and beyond» na Conferência internacional Cross-Cultural Pragmatics at a Crossroads III, panel II– “Culture-specific communicative styles: practical applications and pedagogical implications”, University of East Anglia (Norwich, UK), Junho 2013; disponível em <http://www.enieda.eu/index.php/news>; <http://www.youtube.com/user/eniedanetwork>.

SOUSA, Alcina, «Perspetivando as Formas de Tratamento em Uso na Madeira – Línguas e Culturas em Contacto. Ciclo de Conferências em Línguas e Linguística», Departamento de Linguística e Literaturas, da Universidade de Évora, 24 de abril de 2018 | 14h00 | Sala 121 | Colégio do Espírito Santo (Coords. Prof.^a Doutora Ana Alexandra Silva - CEA do Mestrado em Línguas e Linguística; Prof.^a Doutora Maria João Marçalo - Programa de Doutoramento em Linguística.

SOUSA, Alcina, «Speaking Across Worlds: Language Patterns and Change in Communicative Practices (With Reference to European Portuguese)», Comunicação apresentada no âmbito do painel da ENIEDA, na Conferência internacional Towards a European Society – Panel 5, Portsmouth, University of Portsmouth, 29 jun. 2012, (Part 10/11), disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0GiWg048gg8>; <https://www.youtube.com/watch?v=GLdZv5ScUaI>; <https://www.youtube.com/channel/UCzv5OOUPIHXnOMtLNy-2I7w>.

SOUZA, Constância M. Borges, *A Concordância Verbal na Fala de Salvador: Duas Realidades Sociolinguísticas, Salvador*, Tese de doutoramento, Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2009.

TARALLO, Fernando, *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary, «Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística», in: *Preedição 5*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1989, pp. 14-42.

TASCA, Maria, *Interferência da Língua Falada na Escrita das Séries Iniciais: o Papel de Fatores Linguísticos e Sociais*, 1.^a ed., Porto: EDIPUCRS, 2002.

VILLALVA, Alina, *Morfologia do Português*, 1.^a ed., Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

WIEDEMER, Marcos Luiz, «Da Sociolinguística Variacionista à Sociolinguística Cognitiva», in: *Revista Philologus*, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Ano 20, n.58. Rio de Janeiro: CIEFIL, janeiro/abril, 2014, pp. 44-64.

WILHELM, Eberhard Axel, *Pronomes de Distância do Português Actual em Portugal e no Brasil*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1979.

XITU, Uanhenga, *Os Sobreviventes da Máquina Colonial Depõem*, 1.^a ed., Luanda: Edições 70, 1980.

XITU, Uanhenga, *Manana*, 3.^a ed., Luanda: Edições 70, 1985.

XITU, Uanhenga, *Mestre Tamoda e Outros Contos*, 1.^a ed., Luanda: Eígal, 2013.

ZAU, Domingos G. Dele, *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da Sua Nacionalização*, Tese de doutoramento, Covilhã: Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras, 2011.

Webgrafia

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=zkIL1ieD&id=D67CC4F4D18028EE0ED5EDF248440CB7E20D68E2&thid=OIP.zkIL1ieDn3g7Y8sLNnUu6wHaIZ&q=mapa+de+angola+actualizado&simid=608035103597068430&selectedIndex=49&ajaxhist=0>.

Anexos

Anexo A – Questionário Sociolinguístico



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA
PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM LINGUÍSTICA

Nº _____

Questionário

O presente questionário tem como objetivo recolher dados para um trabalho de investigação intitulado *Formas de Tratamento do Português de Angola: Estudo Sociolinguístico*.

As informações recolhidas servirão apenas para fins académicos, sendo, assim, confidenciais. Desde já, agradecemos a sua colaboração.

DADOS PESSOAIS

Data ___/___/___

Província de nascimento:

Província de residência:

Zona de residência: __ Urbana __ Rural

Género: Masculino___ Feminino_____

Profissão: _____

Por favor, assinale com X as questões que se seguem:

Que idade tem?	Inferior ou igual a 20 anos	<input type="checkbox"/>
	26-30 anos	<input type="checkbox"/>
	31-35 anos	<input type="checkbox"/>
	36-40 anos	<input type="checkbox"/>
	41-45 anos	<input type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 46 anos	<input type="checkbox"/>

Qual é o seu nível de escolaridade?	Ensino Primário	<input type="checkbox"/>
	Ensino Secundário/Base	<input type="checkbox"/>
	Ensino Médio	<input type="checkbox"/>
	Ensino Superior	<input type="checkbox"/>
	Sem resposta	<input type="checkbox"/>

PARTE I

As formas ou pronomes de tratamento são expressões ou palavras de (des)cortêsias que utilizamos para nos dirigirmos a alguém, que podem ser informais (por exemplo, tu, camone, kota) ou formais (por exemplo, você, senhor, doutor).

Por favor, assinale com **X** as questões que se seguem:

1. Qual é o grau de domínio que tem das formas de tratamento informais:
a) Muito bom b) Bom c) Razoável (+/-) d) Mau e) Sem resposta

2. Qual é o grau de domínio que tem das formas de tratamento formais:
a) Muito bom b) Bom c) Razoável (+/-) d) Mau e) Sem resposta

3. Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa:

entre amigos _____

entre colegas de escola _____

entre colegas de serviço _____

entre casais _____

entre vizinhos _____

entre namorados _____

entre desconhecidos na rua ou em outros lugares _____

de filhos para pais _____

de pais para filhos _____

de alunos para professores _____

de professores para alunos _____

crianças para mais velhos _____

mais velhos para crianças _____

empregados para patrão/patroa_____

patrão/patroa para empregados_____

empregados de serviços diversos para clientes_____

clientes para empregados de serviços diversos_____

3. Considera correto o uso das formas de tratamento nominais (por exemplo, avó(ô), tio (a), mãe(zinha), pai(zinho), filho(a)), mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais (por exemplo, administração, repartição, escolas e outros).

Sim Não Sem resposta

PARTE II

Por favor, assinale com **X** no grau que lhe confere: Oficial superior Capitã(o)
Oficial subalterno Sargento(a) praça

Assinale com **X** a forma ou pronome de tratamento que usa entre militares:

5. De superior para inferior:

- a) Patente + Nome
- b) Senhor + Patente
- c) Patente
- d) Chefe
- e) Chefe + Nome

6. De inferior para superior:

- f) Patente + Nome
- g) Senhor + Patente
- h) Patente
- i) Chefe
- j) Chefe + Nome

Anexo B- Codificação dos dados

Variáveis na Base de Dados		
Posição	Designação da variável	instruções
1	Nº Questionário	já preenchida
2	Região	Escrever a resposta
3	DADOS PESSOAIS	Não preencher
4	Data	Escrever a resposta
5	Província de nascimento	Escrever a resposta
6	Província de residência	Escrever a resposta
7	Zona de residência	Ver instruções
8	Género	Ver instruções
9	Profissão	Escrever a resposta
10	Idade	Ver instruções
11	Nível de escolaridade	Ver instruções
12	PARTE I	Não preencher
13	1. Qual é o grau de domínio que tem das formas de tratamento informais?	Ver instruções
14	2. Qual é o grau de domínio que tem das formas de tratamento formais?	Ver instruções
15	3. Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa	Não preencher
16	entre amigos	Escrever a resposta
17	Formas de tratamento: entre amigos	Ver instruções
18	entre colegas de escola	Escrever a resposta
19	Formas de tratamento: entre colegas de escola	Ver instruções
20	entre colegas de serviço	Escrever a resposta
21	Formas de tratamento: entre colegas de serviço	Ver instruções
22	entre casais	Escrever a resposta
23	Formas de tratamento: entre casais	Ver instruções
24	entre vizinhos	Escrever a resposta
25	Formas de tratamento: entre vizinhos	Ver instruções
26	entre namorados	Escrever a resposta
27	Formas de tratamento: entre namorados	Ver instruções
28	entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	Escrever a resposta
29	Formas de tratamento: entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	Ver instruções
30	de filhos para pais	Escrever a resposta
31	Formas de tratamento: de filhos para pais	Ver instruções
32	de pais para filhos	Escrever a resposta
33	Formas de tratamento: de pais para filhos	Ver instruções
34	de alunos para professores	Escrever a resposta
35	Formas de tratamento: de alunos para professores	Ver instruções
36	de professores para alunos	Escrever a resposta
37	Formas de tratamento: de professores para alunos	Ver instruções
38	crianças para mais velhos	Escrever a resposta
39	Formas de tratamento: crianças para mais velhos	Ver instruções
40	mais velhos para crianças	Escrever a resposta
41	Formas de tratamento: mais velhos para crianças	Ver instruções
42	empregados para patrão/patroa	Escrever a resposta
43	Formas de tratamento: empregados para patrão/patroa	Ver instruções
44	patrão/patroa para empregados	Escrever a resposta
45	Formas de tratamento: patrão/patroa para empregados	Ver instruções
46	empregados de serviços diversos para clientes	Escrever a resposta
47	Formas de tratamento: empregados de serviços diversos para clientes	Ver instruções
48	clientes para empregados de serviços diversos	Escrever a resposta
49	Formas de tratamento: clientes para empregados de serviços diversos	Ver instruções
50	3. Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	Ver instruções
51	PARTE II	Não preencher
52	Grau que lhe confere	Ver instruções
53	Assinale a forma ou pronome de tratamento que usa entre militares:	Não preencher
54	5. De superior para inferior:	Não preencher
55	a) Patente + Nome	Ver instruções
56	b) Senhor + Patente	Ver instruções
57	c) Patente	Ver instruções
58	d) Chefe	Ver instruções
59	e) Chefe + Nome	Ver instruções

60	6. De inferior para superior:	Não preencher Ver instruções Ver instruções Ver instruções Ver instruções
61	f) Patente + Nome	
62	g) Senhor + Patente	
63	h) Patente	
64	i) Chefe	
65	j) Chefe + Nome	

1	Nº Questionário	já preenchida	
2	Região	Escrever a resposta	
3	DADOS PESSOAIS	Não preencher	
4	Data	Escrever a resposta: AAAAMMDD	
5	Província de nascimento	Escrever a resposta	
6	Província de residência	Escrever a resposta	
7	Zona de residência	1 Urbana 2 Rural	
8	Género	1 Masculino 2 Feminino	
9	Profissão	Escrever a resposta	
10	Idade	1 Inferior ou igual a 25 anos 2 26-30 anos 3 31-35 anos 4 36-40 anos 5 41-45 anos 6 Igual ou superior a 46 anos	
11	Nível de escolaridade	1 Ensino Primário 2 Ensino secundário/ base 3 Ensino Médio 4 Ensino Superior 5 Sem resposta	
12	PARTE I	Não preencher	
13	1. Qual é o grau de domínio que tem das formas de tratamento informais?	1 Muito bom 2 Bom 3 Razoável (+/-) 4 Mau 5 Sem resposta	
14	2. Qual é o grau de domínio que tem das formas de tratamento formais?		
15	3. Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa		Não preencher
16	entre amigos(as)		Escrever a resposta
17	Formas de tratamento: entre amigos		1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
18	entre colegas de escola	Escrever a resposta	
19	Formas de tratamento: entre colegas de escola	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal	
20	entre colegas de serviço	Escrever a resposta	
21	Formas de tratamento: entre colegas de serviço	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal	
22	entre casais	Escrever a resposta	
23	Formas de tratamento: entre casais	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal	
24	entre vizinhos	Escrever a resposta	
25	Formas de tratamento: entre vizinhos	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal	
26	entre namorados	Escrever a resposta	

27	Formas de tratamento: entre namorados	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
28	entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	Escrever a resposta
29	Formas de tratamento: entre desconhecidos na rua ou em outros lugares	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
30	de filhos para pais	Escrever a resposta
31	Formas de tratamento: de filhos para pais	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
32	de pais para filhos	Escrever a resposta
33	Formas de tratamento: de pais para filhos	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
34	de alunos para professores	Escrever a resposta
35	Formas de tratamento: de alunos para professores	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
36	de professores para alunos	Escrever a resposta
37	Formas de tratamento: de professores para alunos	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
38	crianças para mais velhos	Escrever a resposta
39	Formas de tratamento: crianças para mais velhos	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
40	mais velhos para crianças	Escrever a resposta
41	Formas de tratamento: mais velhos para crianças	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
42	empregados para patrão/patroa	Escrever a resposta
43	Formas de tratamento: empregados para patrão/patroa	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
44	patrão/patroa para empregados	Escrever a resposta
45	Formas de tratamento: patrão/patroa para empregados	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
46	empregados de serviços diversos para clientes	Escrever a resposta
47	Formas de tratamento: empregados de serviços diversos para clientes	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
48	clientes para empregados de serviços diversos	Escrever a resposta
49	Formas de tratamento: clientes para empregados de serviços diversos	1 Nominal 2 Pronominal 3 Verbal
50	3. Considera correto o uso das formas de tratamento nominais, mesmo sem grau parentesco, em estabelecimentos públicos formais?	1 Sim 2 Não 3 Sem resposta
51	PARTE II	Não preencher
52	Grau que lhe confere	1 Oficial superior 2 Capitã(o) 3 Oficial subalterno 4 Sargento(a) 5 Praça
53	Assinale a forma ou pronome de tratamento que usa entre militares:	Não preencher

54	5. De superior para inferior:	Não preencher	
55	a) Patente + Nome	0	Não assinalado
56	b) Senhor + Patente	1	Assinalado
57	c) Patente		
58	d) Chefe		
59	e) Chefe + Nome		
60	6. De inferior para superior:	Não preencher	
61	f) Patente + Nome	0	Não assinalado
62	g) Senhor + Patente	1	Assinalado
63	h) Patente		
64	i) Chefe		
65	j) Chefe + Nome		

ANEXO C - CABINDA

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre amigos(as)

	N	%		N	%
irmão, você, tu	1	2,0	você, nome, amiga	1	2,0
mano, irmão, você, tu	1	2,0	você, nome, cassule	1	2,0
puto, cassule, kota, você	1	2,0	você, nome, mano	1	2,0
tu, nome	1	2,0	você, nome, tu	3	5,9
tu, você	6	11,8	você, tu	1	2,0
tu, você, nome	1	2,0	você, tu, amiga, nome	1	2,0
você	17	33,3	você, tu, irmão, mano, mana	1	2,0
você, amiga, mano	1	2,0	você, tu, nome	4	7,8
você, mano, mana	1	2,0	você, tu, nome, miúda	1	2,0
você, mano, nome, tu	2	3,9	você, tu, nome, querida	1	2,0
você, nome	4	7,8	Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre colegas de escola

	N	%		N	%
Não responde	2	3,9	você, colega, nome, tu	1	2,0
colega, doutor+nome, você, tu	1	2,0	você, colega, parente	1	2,0
colega, mana+nome, doutor+nome	1	2,0	você, colega, tia+nome, doutor	1	2,0
colega, nome, tu	1	2,0	você, colega, tu, irmão	1	2,0
colega, nome, tu, você, tia+nome	1	2,0	você, irmão, tio+nome, tia+nome, colega	1	2,0
colega, tio+nome, mano+nome, tu, você	1	2,0	você, mano+nome, tio+nome, colega	1	2,0
colega, tu, você	1	2,0	você, nome	1	2,0
tu, nome, mano	1	2,0	você, nome, colega	1	2,0
tu, você	5	9,8	você, pai+nome, tio+nome	1	2,0
você	19	37,3	você, querido, doutor+nome, doutora+nome	1	2,0
você, colega	2	3,9	você, tio+nome, colega	1	2,0
você, colega, doutora, tio+nome, tia+nome	2	3,9	você, tu	1	2,0
você, colega, irmão, tio+nome, tia+nome	1	2,0	você, tu, colega, nome	1	2,0
Total			Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre colegas de serviço

	N	%		N	%
Não responde	36	70,6	nome, você	2	3,9
colega	1	2,0	nome, você, irmão, mano	1	2,0
doutor, doutora, enfermeiro+nome, enfermeira+nome, você	1	2,0	nome, você, tu	1	2,0
mana+nome, tia+nome	2	3,9	professor, professora, você	1	2,0
nome	1	2,0	tio+nome	1	2,0
nome, mano, você	1	2,0	Você	3	5,9
Total			Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de professores(as) para alunos(as)

	N	%		N	%
Não responde	50	98,0	Tu	1	2,0
Total			Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de crianças para mais velhos

	N	%		N	%
Não responde	40	78,4	mano, mana	5	9,8
kota	1	2,0	tio, tia	1	2,0
mana, mano	3	5,9	Você	1	2,0
Total			Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de mais velhos para crianças

	N	%		N	%
Não responde	10	19,6	tu, você	2	3,9
candengue, puto, você, tu	1	2,0	tu, você, criança	1	2,0
cassule, cassula, ndengue	1	2,0	Você	6	11,8
puto, cassule, cassula	1	2,0	você, filho	1	2,0
puto, miúdo, miúda	10	19,6	você, menino, menina	3	5,9
puto, tu	3	5,9	você, nené	1	2,0
puto, tu, você	1	2,0	você, puto, cassule	1	2,0
puto, você, tu	5	9,8	você, tu	1	2,0
senhor, senhora	1	2,0	você, tu, puto, menino, menina, cassule	1	2,0
tu	1	2,0	Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de empregados(as) para patrão/patroa

	N	%		N	%
Não responde	17	33,3	senhor, papá + nome	1	2,0
mano	1	2,0	senhor, senhora	17	33,3
mestre+nome	1	2,0	senhor+nome, mano+nome	1	2,0
papá+nome	3	5,9	senhor+nome, pai	1	2,0
patroa	1	2,0	Senhora	1	2,0
senhor	2	3,9	Tia	2	3,9
senhor, pai+nome	2	3,9	tio+nome	1	2,0
			Total	51	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de patrão/patroa para empregados

	N	%		N	%
Não responde	44	86,3	você, filha	1	2,0
tia	2	3,9	você, mana+nome	1	2,0
você	3	5,9	Total	51	100,0

ANEXO D - LUANDA

Tabela de frequências: Profissão

	Frequência	Porcentagem
Não responde	4	2,6
Auxiliar de limpeza	3	2,0
Balconista	3	2,0
Bancário	1	,7
Comerciante	4	2,6
Eletricista	1	,7
Enfermeira	4	2,6
Enfermeiro	1	,7
Estudante	71	47,0
Funcionária Pública	1	,7
Funcionário da Administração	1	,7
Funcionário Público	1	,7
Ladrilhador	1	,7
Mecânico	2	1,3
Médica	1	,7
Militar	8	5,3
Motorista	1	,7
Professor	26	17,2
Professora	16	10,6
Secretária	1	,7
Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre amigos(as)

	N	%		N	%
amado, amada, bebé, amor, você, tu	1	,7	mana, tu, você	1	,7
amiga, amigo, tu, você	1	,7	mana+nome, mano+nome, você	1	,7
amiga, comadre, você	1	,7	mano, mana, você, nome	1	,7
amiga, mana, compadre, comadre, tia+nome, você, tu	1	,7	mano, nome, compadre, você	1	,7
amiga, querida, wei, você	1	,7	mano+nome, mana+nome, nome	1	,7
amiga, tu, você	3	2,0	ndengue, nome, wei, você	1	,7
amigo, amiga	1	,7	nome	7	4,6
amigo, amiga, querido, querida	1	,7	nome, tu	1	,7
amizade, amor, coração, tu	1	,7	nome, tu, você	2	1,3
amizade, você, tu	1	,7	nome, você	1	,7
amor, irmã, irmão	1	,7	nome, wey	1	,7
amor, você	1	,7	nome, wi, bró	1	,7
brada, kamone	1	,7	operativo, você, tu, nome	1	,7
camone, amiga, amigo, tu	1	,7	puto, companheiro, você, tu	1	,7
Camone, kamba, maninho, tu, você	1	,7	querida, querido, tu	1	,7
camone, kota, você, tu	1	,7	querida, tu	1	,7
camone, tropa, bad, você	1	,7	querido, querida, irmão, irmã, você, lindo, linda	1	,7
camone, tu	3	2,0	querido, querida, você	1	,7
camone, tu, você	4	2,6	senhor, senhora, você	1	,7
camone, você	2	1,3	sister, tu, você	1	,7
camone, você, nome	1	,7	tropa, gostosa, você, tu	1	,7
camone, você, tu	1	,7	tu	18	11,9
camone, wi, brada, você	1	,7	tu, cassule, wi, brada	1	,7
caríssimo, ilustre, você	1	,7	tu, você	5	3,3
cassule, nome, você, senhorita, senhor	1	,7	tu, você, nome	1	,7
comadre, comadre, você, tu	1	,7	tu, você, senhor	1	,7
comadre, comrade, nome	1	,7	tu, você, vós	1	,7
comadre, tu, você	1	,7	tu, wei	1	,7
comadre, querida, você	1	,7	você	3	2,0
coração, você, tu	1	,7	você, kota, wi	1	,7
feia, você	1	,7	você, nome	1	,7
filha, filho, amiga, amigo, tu, você	1	,7	você, tu	5	3,3
Irmã, irmão	1	,7	wei, você, kota	1	,7
irmã, irmão, nome	1	,7	wei, wi, kota, você	1	,7

	N	%		N	%
irmã, irmão, você	1	,7	wi, amor, você	1	,7
irmão, irmã, você, tu	2	1,3	wi, brada, amigo, você	1	,7
irmão+nome, mamã+nome, você	1	,7	wi, camone, tu, você	2	1,3
Kamba, amigo, camone, você	1	,7	wi, cassule	1	,7
Kamba, camone, tu	1	,7	wi, cassule, trops, você, tu	1	,7
kamba, mana, mano, você	1	,7	wi, cassule, tu	1	,7
Kamba, tu, você	1	,7	wi, compadre	1	,7
kamba, você	3	2,0	wi, irmã, mana, você, tu	1	,7
kamba, você, tu	1	,7	wi, Kamone, nome	1	,7
kamba, wi, você, tu	1	,7	wi, tu	1	,7
kamone, você, tu	1	,7	wi, tu, você	2	1,3
kota, camone, tu, você	2	1,3	wi, tu, você, nome	1	,7
kota, mano, tu, você	1	,7	wi, você	2	1,3
kota, mulata, você, tu	1	,7	wi, você, nome	1	,7
kota, você	1	,7	wi, você, tu, nome	2	1,3
Kota, você	1	,7	zé, wei, tu, você	1	,7
mana, mano, você	1	,7	Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre colegas de escola

	N	%		N	%
Não responde	6	4,0	nome	12	7,9
amiga, você	1	,7	nome, amada, amado, colega	1	,7
brada, você	1	,7	nome, cassule	1	,7
camone, tu, kota	1	,7	nome, colega	6	4,0
colega	11	7,3	nome, colega, doutor+nome, doutora+nome	1	,7
colega, amigo, você	3	2,0	nome, colega, querido, querida, mano, mana, você	1	,7
colega, companheiro, você	1	,7	nome, colega, tu, você	1	,7
colega, nome	7	4,6	nome, colega, você	5	3,3
colega, nome, tu, você	1	,7	nome, colega, você, tu	1	,7
colega, nome, você	1	,7	nome, querida, colega, você	2	1,3
colega, senhor	1	,7	nome, tia, tio, irmã	1	,7
colega, você	15	9,9	nome, você	2	1,3
colega, você, doutor	1	,7	puto, doutor	1	,7
colega, você, tu	1	,7	tu	7	4,6
colega+nome	1	,7	tu, colega	1	,7
companheiro, camarada, ilustre	1	,7	tu, você	7	4,6
companheiro, tu, você	1	,7	você	15	9,9
companheiro, você	1	,7	você, doutor, senhor	1	,7
doutor	1	,7	você, nome	1	,7
filho, filha, você	1	,7	você, nome, colega	1	,7
ilustre	2	1,3	você, senhor, doutor	1	,7
ilustre, doutor	1	,7	você, tu	3	2,0
ilustre, mano, mana	1	,7	você, tu, colega	1	,7
irmão, irmã, nome, você	3	2,0	você, tu, colega, nome	1	,7
kota, tu, você	1	,7	wey, você, nome	1	,7
kota, wi	1	,7	wi	1	,7
madame	1	,7	wi, cassule, tu, você, colega, nome	1	,7
mano, nome, colega, você	1	,7	wi, compadre	1	,7
mboa, você	1	,7	wi, você	2	1,3
mboa, wi, você	1	,7	wi, você, nome	1	,7
Total			Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre colegas de serviço

	N	%		N	%
Não responde	65	43,0	professora+nome, professor+nome, você	1	,7
amigo, irmão, você	1	,7	querida, querido	1	,7
chefe	2	1,3	senhor	4	2,6
colega	7	4,6	senhor, chefe	1	,7
colega, nome	2	1,3	senhor, chefe, boss	1	,7
colega, você	4	2,6	senhor, colega, chefe	1	,7
colega, você, nome	1	,7	senhor, doutor	1	,7
colega, wi, tu, você	1	,7	senhor, senhora	2	1,3

	N	%		N	%
colega+nome	1	,7	senhor, senhora, chefe, colega	1	,7
colega+nome, você, meu	1	,7	senhor, senhora, você, doutor, doutora	1	,7
companheiro, ilustre, senhor	1	,7	senhor, você	1	,7
companheiro, tu, você	1	,7	senhor+nome	1	,7
doutor, doutora,			tia+nome		
enfermeiro+nome, enfermeira+nome, você	2	1,3		1	,7
ilustre	1	,7	tu	4	2,6
irmã, irmão	1	,7	tu, você	4	2,6
Kamba, kota, tu	1	,7	velho, você	1	,7
mestre, ajudante	1	,7	você	10	6,6
nome	3	2,0	você, colega, nome	1	,7
nome, chefe	1	,7	você, doutora, doutor, doutora+nome,	1	,7
nome, doutor	1	,7	doutor+nome, você	1	,7
nome, função	1	,7	você, senhor, doutor	1	,7
nome, você	4	2,6	você, senhor, senhora	1	,7
nome, você, amigo	1	,7	você, tu	3	2,0
professor, professora	1	,7	você, tu, colega	1	,7
professor, professora, nome, você	1	,7	você, vós	1	,7
			Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre casais

	N	%		N	%
Não responde	76	50,3	mor, você	4	2,6
amor, meu bem, nome	1	,7	mulher, tu, você	1	,7
amor, mor, beibe, nome	1	,7	mulher, você	1	,7
amor, nome	1	,7	nome	1	,7
amor, nome, tu, você	1	,7	nome, amor, tu	1	,7
amor, princesa, tu	1	,7	nome, você	2	1,3
amor, princesa, você	1	,7	nome, você, tu	1	,7
amor, tu, você	4	2,6	pai	1	,7
amor, você	4	2,6	querida, amor, tu, você	1	,7
amor, você, tu	1	,7	querida, amiga, tu, você	1	,7
mamã+nome, nome, você	2	1,3	querida, você	1	,7
mana, tu, você	2	1,3	querido, tu, você	1	,7
marido	4	2,6	tu	15	9,9
marido, cê	1	,7	tu, mana	1	,7
marido, tu, você	2	1,3	tu, você	7	4,6
marido, você	1	,7	tu, você, coração	1	,7
mor, querido, filho, tu, você	1	,7	você	2	1,3
mor, tu	1	,7	você, nome	1	,7
mor, tu, você	2	1,3	você, tu	1	,7
			Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre vizinhos

	N	%		N	%
camone, kota, tu	1	,7	parente	1	,7
compadre, família	1	,7	senhor, senhora	8	5,3
companheiro, tu, você	1	,7	senhor, senhora, kota	1	,7
família	4	2,6	senhor, senhora, nome	1	,7
família, irmã, tia, tio	1	,7	senhor, senhora, tu, você	2	1,3
filho, filha	1	,7	senhor, senhora, você	2	1,3
filho, filha, você	1	,7	tia, tio	1	,7
irmão+nome, filho, você	1	,7	tia, tio, vizinha	1	,7
kota	3	2,0	tia+nome, tio+nome	1	,7
kota, mamã, papoite, camone, você	1	,7	tio, senhor, senhora, nome	1	,7
kota, papoite	1	,7	tio, tia	5	3,3
kota, tio, tia, você	1	,7	tio, tia, mana, mano, mãe, pai	1	,7
kota, tu	2	1,3	tio, tia, mano, mana	2	1,3
mãe, tio, tia, irmão, vizinha+nome, você	1	,7	tio, tia, pai	1	,7
mano, mana	1	,7	tio, tia, senhor, senhora	3	2,0
mano, mana, pai, papá	1	,7	tio, tia, você	2	1,3
nome	21	13,9	tio, tia, você, tu	1	,7

	N	%		N	%
nome, família	1	,7	tio+nome, tia+nome	2	1,3
nome, filho, filha, você	1	,7	tu	6	4,0
nome, senhor, senhora	1	,7	tu, pai, mãe	1	,7
nome, tia, tio, mana, mano	1	,7	tu, você	3	2,0
nome, tio, tia	2	1,3	tu, você, kota	1	,7
nome, tio, tia, amigo, amiga, senhor, senhora	1	,7	vizinha, comadre	1	,7
nome, tio, tia, avó	1	,7	vizinho	3	2,0
nome, tio, tia, vizinho, vizinha	1	,7	vizinho, vizinha	8	5,3
nome, tu, você	1	,7	vizinho, vizinha, nome, você	1	,7
nome, vizinho, vizinha	7	4,6	vizinho, vizinha, você, tu	2	1,3
nome, vizinho, vizinha, pai, mãe	1	,7	vizinho,vinha, nome	1	,7
nome, vizinho, vizinha, tia, tio, mãe, pai	1	,7	vizinho+nome	1	,7
nome, vizinho,vizinha	1	,7	você	13	8,6
nome, você	3	2,0	você, tu	1	,7
nome, wi, você	1	,7	você, tu, kota	1	,7
pai	1	,7	wi, kamba	1	,7
pai, mãe, você, nome	1	,7	wi, você	1	,7
papoite	1	,7	Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre namorados(as)

	N	%		N	%
Não responde	70	46,4	ferro, tu, você	1	,7
amiga, você	1	,7	gatuna, tu, você	1	,7
amor	2	1,3	mboa, tu	1	,7
amor, beibe	2	1,3	mor, você	1	,7
amor, coração, você, tu	1	,7	morzão, você	1	,7
amor, ferro, tu	1	,7	mulher, você, tu	1	,7
amor, filho, tu, você	1	,7	nome, tu	1	,7
amor, mor	1	,7	senhor, senhora	1	,7
amor, princesa, coração, tu, você	1	,7	tu	19	12,6
amor, querido, você	1	,7	tu, mor	1	,7
amor, tu	3	2,0	tu, nome, você	1	,7
amor, tu, você	1	,7	tu, querido	1	,7
amor, você	5	3,3	tu, você	13	8,6
amor, você, tu	2	1,3	tu, você, nome	1	,7
amor,beibe	1	,7	tu, você, princesa	1	,7
baby, tu, você	1	,7	você	6	4,0
chocolate, tu	1	,7	você, nome	1	,7
coração, você	2	1,3	você, tu	1	,7
diretora, você	1	,7	Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	N	%		N	%
Não responde	2	1,3	moço, moça, senhor, senhora	1	,7
amado, amada, pai, mãe	1	,7	pai, mãe, filho, filha	1	,7
amigo, tu	1	,7	querida	1	,7
boss, cota	1	,7	senhor, senhora	56	37,1
boss, senhor, senhora	1	,7	senhor, senhora, dona	1	,7
camarada, senhor, senhora, pai	1	,7	senhor, senhora, ilustre	1	,7
camone, tio, tia, senhor, senhora	1	,7	senhor, senhora, jovem	5	3,3
camone, você	2	1,3	senhor, senhora, mama, paizinho	1	,7
caríssimo, senhor, senhora	1	,7	senhor, senhora, mana, mano	1	,7
companheiro, você	1	,7	senhor, senhora, mano, mana	1	,7
doutor, senhor, senhora	1	,7	senhor, senhora, moço, moça	1	,7
doutor, senhor, senhora, você	1	,7	senhor, senhora, pai, mãe	2	1,3
família, gente boa	1	,7	senhor, senhora, paizinho, avó	1	,7
família, tio, tia, senhor, senhora	1	,7	senhor, senhora, papoite, tio, tia	1	,7
filho, filha	1	,7	senhor, senhora, tio, tia	3	2,0
filho, filha, mãe, pai	1	,7	senhor, senhora, tu, você	1	,7
filho, filha, menino	1	,7	senhor, senhora, você	3	2,0
filho, filha, senhor	1	,7	senhor, senhorita, jovem	1	,7

	N	%		N	%
filho, filha, você	1	,7	senhor, tio, tia, senhora	1	,7
ilustre, tio, tia	1	,7	tia, tio	1	,7
jovem,	3	2,0	tia, tio, senhor, senhora	1	,7
jovem, senhor, senhora	3	2,0	tio, tia	5	3,3
jovem, tio, tia, pai, mãe	1	,7	tio, tia, moço, moça	1	,7
jovem, você	1	,7	tio, tia, pai, mãe, senhor, senhora	1	,7
kota, tu	1	,7	tio, tia, senhor, senhora	3	2,0
mana, mano	1	,7	tu, pai, mãe, tio, tia	1	,7
mana, mano, senhor, senhora	1	,7	tu, você	2	1,3
mano, mana	2	1,3	você	7	4,6
mano, mana, senhor, senhora	4	2,6	você, senhor, senhora	3	2,0
moço, dona	1	,7	Você, senhor, senhora	1	,7
moço, moça	1	,7	você, tio, tia	1	,7
			Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de filho(a) para pais

	N	%		N	%
Não responde	10	6,6	papá	11	7,3
dona	1	,7	papá, mãe	1	,7
kota, velho, mãe	1	,7	papa, mama	1	,7
mãe	5	3,3	papá, mama	2	1,3
mãe, pai	1	,7	papá, mamã	2	1,3
mãe, pai, nome	1	,7	papá, mama, nome	1	,7
mama	1	,7	papá, velho	1	,7
mamã	2	1,3	papá, você	1	,7
mamã, papá	2	1,3	papai	2	1,3
mamoite	1	,7	pape	1	,7
mamoite, boss	1	,7	papi	2	1,3
mamoite, papoite	1	,7	papoite	4	2,6
mamoite, velho	1	,7	senhor	15	9,9
nome	8	5,3	senhor, chefe	1	,7
nome, senhor, senhora	1	,7	senhor, pai	1	,7
nome, velho	2	1,3	senhor, você	2	1,3
nome, yayá	1	,7	tu	3	2,0
pai	16	10,6	tu, você	1	,7
pai grande	1	,7	velha	1	,7
pai, mãe	15	9,9	velho	4	2,6
pai, mãe, tio, mano, mana	1	,7	velho, mamoite	1	,7
pai, mano, senhor	1	,7	velho, pai	1	,7
pai, você	2	1,3	você	12	7,9
paizinho	1	,7	você, senhor, senhora	1	,7
paizinho, mama	1	,7	você, tu	1	,7
			Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de pais para filhos

	N	%		N	%
Não responde	55	36,4	nome	3	2,0
amigão, wi, tu, você	1	,7	nome, filha	1	,7
amor, tu, você	1	,7	nome, filha, você	1	,7
filha	1	,7	nome, filho	1	,7
filha, filho, você	1	,7	nome, filho, filha	1	,7
filha, tu, você	1	,7	nome, filho, tu, você	1	,7
filha, você, tu	2	1,3	nome, mamã	1	,7
filhinho, tu, você	2	1,3	nome, pai	2	1,3
filho, filha, tu, você	2	1,3	nome, pai, mana+nome, você	1	,7
filho, filha, você	1	,7	nome, tu, você	2	1,3
filho, nome	2	1,3	nome, você	1	,7
filho, nome, amor, mano	1	,7	nome, você, tu	2	1,3
filho, nome, tu, você	2	1,3	querido, querida, você	1	,7
filho, querido, tu, você	1	,7	senhor	1	,7
filho, tu	4	2,6	tu	19	12,6
filho, tu, você	5	3,3	tu, você	7	4,6

	N	%		N	%
filho, tu, você, querido	1	,7	tu, você, nome	1	,7
filho, você	3	2,0	você	8	5,3
filho, você, nome, tu	1	,7	você, tu	4	2,6
filho, você, tu	5	3,3	você, tu, nome	1	,7
			Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de alunos(as) para professores(as)

	N	%		N	%
Não responde	6	4,0	professora	1	,7
caríssimo professor, caríssima professora	1	,7	professora, professor	4	2,6
doutor	1	,7	senhor doutor, professor	1	,7
doutor, doutora, professor, professora	2	1,3	senhor doutor, senhora doutora	1	,7
doutor, senhor professor	1	,7	senhor professor	28	18,5
filho, filha, professor	1	,7	senhor professor, doutor	2	1,3
mestre	1	,7	senhor professor, ilustre professor	1	,7
prof	5	3,3	senhor professor, mestre	1	,7
prof, senhor professor	2	1,3	senhor professor, professor+nome	1	,7
professor	39	25,8	senhor professor, senhora professora	10	6,6
Professor	1	,7	senhor professor, senhora professora, doutor, doutora	1	,7
professor, prof	3	2,0	senhor professor, você	2	1,3
professor, professora	10	6,6	senhor professor, senhora professora	1	,7
professor, professora, doutor, doutora	1	,7	você	9	6,0
professor, professora, nome	1	,7	você, senhor professor	2	1,3
professor+nome	2	1,3	você, senhor professor, doutor	1	,7
professor+nome, professora+nome	8	5,3	Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de professores(as) para alunos(as)

	N	%		N	%
Não responde	112	74,2	menino, menina	1	,7
aluna, aluno, você	1	,7	menino, menina, aluno	1	,7
aluno, aluna	4	2,6	menino, nome, tu	1	,7
aluno, aluna, número, você	1	,7	nome	1	,7
aluno, aluna, você	4	2,6	nome, doutor+nome, número, você	1	,7
aluno, você	1	,7	número, você	1	,7
bebê, senhor, senhora, aluno, aluna	1	,7	puto, cassule, aluno, tu, você	1	,7
caro estudante, aluno, aluna	1	,7	senhor, senhora	2	1,3
colega	1	,7	tu	5	3,3
colega, você	1	,7	tu, estudante	1	,7
companheiro, estudante	1	,7	tu, você	2	1,3
estudante	1	,7	você	2	1,3
filha, filho	1	,7	você, senhor	1	,7
filho, colega	1	,7	Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de mais velhos para crianças

	N	%		N	%
Não responde	27	17,9	menino, menina, puto, ndengue, tu, você	1	,7
amigo, amiga, mano, tu, você	1	,7	menino, menina, querido, você	1	,7
bebê	1	,7	menino, menina, tu	1	,7
bebê, amor, tu, você	1	,7	menino, menina, tu, você	5	3,3
bebê, criança, tu, você	1	,7	menino, menina, você, tu	1	,7
bebê, filho, filha	1	,7	menino, rapariga, tu, você	1	,7
bebê, menina, menino, tu, você	1	,7	menor, tu, você	1	,7
bebê, tu	3	2,0	ndengue, puto	1	,7
bebê, você, tu	2	1,3	ndengue, puto, tu, você	1	,7
candengue	1	,7	ndengue, você	1	,7

	N	%		N	%
cassule, candengue	1	,7	nené, tu, você	1	,7
cassule, puto	1	,7	neto, neta	1	,7
cassule, puto, ndengue, você, tu	1	,7	neto, neta, nené	1	,7
cassule, tu	1	,7	nome	2	1,3
cassule, tu, você	2	1,3	nome, bebê, princesa	1	,7
filha, filho, você	1	,7	nome, filho, filha	1	,7
filho, bebê	1	,7	nome, filho, tu, você	1	,7
filho, filha	2	1,3	nome, menino, filho, filha, querido, querida	1	,7
filho, filha, bebê	1	,7	nome, ndengue	1	,7
filho, filha, menino	1	,7	nome, nené, fofinha, fofinho, tu, você	1	,7
filho, filha, nome, menino, menina	1	,7	nome, princesa, bebê, tu, você	1	,7
filho, filha, tu, você	1	,7	nome, tu, você	1	,7
filho, jovem, você, tu	1	,7	nome, você	2	1,3
filho, tu, você	3	2,0	princesa, amor, tu, você	1	,7
filho, você, tu	1	,7	puto	2	1,3
jovem	3	2,0	puto, bebê, você, tu	1	,7
jovem, menino, menina, rapaz	1	,7	puto, cassule	1	,7
jovem, tu, você	1	,7	puto, cassule, tu, você	1	,7
kota	1	,7	puto, menino, menina	1	,7
menina, menino	1	,7	querida, bebê, tu, você	1	,7
menino, cassule, tu	1	,7	querido, tu	1	,7
menino, criança, tu	1	,7	rapaz, menino, menina, tu, você	1	,7
menino, filho, sobrinho	1	,7	tio, tia, mano, mana, kota	1	,7
menino, fofinha, você, tu	1	,7	tu	18	11,9
menino, menina	2	1,3	tu, você	5	3,3
menino, menina, bebê, filho, filha	1	,7	você	10	6,6
menino, menina, filho, bebê	1	,7	você, tu	4	2,6
menino, menina, jovem, tu, você	1	,7	Total	151	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de empregados(as) para patrão/patroa

	N	%		N	%
Não responde	69	45,7	patroa, dona	1	,7
boss	2	1,3	senhor	14	9,3
chefe	11	7,3	senhor + nome, senhora+ nome	1	,7
chefe, boss	1	,7	senhor, chefe	2	1,3
chefe, patrão	4	2,6	senhor, dona	1	,7
chefe, patroa	2	1,3	senhor, patrão	1	,7
chefe, senhora+nome	1	,7	senhor, senhora	3	2,0
dona, senhora	1	,7	senhor, senhora, doutor, doutora	1	,7
dona+nome	6	4,0	senhor, tu	1	,7
doutor+nome, senhor	1	,7	senhor, você	2	1,3
mana	1	,7	senhor+nome	7	4,6
mano	1	,7	senhora	1	,7
mano+nome	1	,7	senhora+nome	2	1,3
nome	2	1,3	tio+nome	2	1,3
patrão	4	2,6	você	3	2,0
patrão, senhor, chefe	1	,7	você, senhor, senhora	1	,7
			Total	151	100,0

ANEXO E - MALANGE

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre amigos(as)

	N	%		N	%
amiga, você, nome, tu	1	2,2	nome	2	4,4
amigo, amiga	1	2,2	nome, avilo, tu, você	1	2,2
amigo, amiga, amor, você, tu	1	2,2	nome, brada, puto, você, tu	1	2,2
bad, cassule, tu, você	1	2,2	nome, camone	1	2,2
brada, camone, você, tu	1	2,2	nome, irmão, tu, você	1	2,2
brada, nome, tu, você	1	2,2	nome, mana, irmã, querido, querida	1	2,2
camone, brada, tu, você	1	2,2	nome, tu	1	2,2
camone, brother, você	1	2,2	nome, tu, você	5	11,1
camone, madié, mboa, cassule, bro, tu, você	1	2,2	nome, você	2	4,4
camone, ndengue, nome, você	1	2,2	nome, você, tu	1	2,2
camone, tu, você	1	2,2	nome, wi, meu	1	2,2
comadre, compadre, você, tu	1	2,2	nome, wi, tu, você	1	2,2
irmão, irmã, você, tu	1	2,2	tropa, wi, pidimo	1	2,2
mana+nome, mano+nome, você	1	2,2	tu, você, nome	1	2,2
mano, camone	1	2,2	tu, wi, burracho, nome	1	2,2
mano, irmão, mana, você, tu	1	2,2	wi	1	2,2
mano, mana, amiga, amigo, nome, tu, você	1	2,2	wi, bad, cassule, tu, você	1	2,2
mano, mana, amigão, brada, tu, você	1	2,2	wi, kamba, amigão	1	2,2
mano+nome, mana+nome, nome	1	2,2	wi, você, tu, nome	1	2,2
ndengue, você, nome	1	2,2	Total	45	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de filho(a) para pais

	N	%		N	%
Não responde	4	8,9	papá	2	4,4
mana	1	2,2	papá, mamã	3	6,7
mano, mãe	1	2,2	papi	1	2,2
mano, mana	2	4,4	papi, mami	1	2,2
mano, nome	1	2,2	papoite, mamóite	1	2,2
mano+nome, mana+nome	1	2,2	senhor, você	1	2,2
nome	3	6,7	tio+nome	1	2,2
pai	7	15,6	velha	2	4,4
pai, mãe	8	17,8	velho, velha	3	6,7
pai, você	1	2,2		1	2,2
			Total	45	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de pais para filhos

	N	%		N	%
Não responde	25	55,6	nome, bebé	1	2,2
cassule, puto, filho, você, tu	1	2,2	nome, filho, tu, você	1	2,2
filho, filha, nome, você, tu	1	2,2	nome, pai	1	2,2
filho, puto, você	1	2,2	nome, tu	1	2,2
filho, tu, você	2	4,4	nome, você	2	4,4
filho, você	1	2,2	nome, você, tu	2	4,4
menino, menina	1	2,2	você, tu, nome	1	2,2
nome	4	8,9	Total	45	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de professores(as) para alunos(as)

	N	%		N	%
Não responde	41	91,1	número, estudante+nome	1	2,2
engenheiro, colega+nome	1	2,2	número, nome, você	2	4,4
			Total	45	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de empregados(as) para patrão/patroa

	N	%		N	%
Não responde	22	48,9	filho	1	2,2
boss	1	2,2	mana+nome	1	2,2
boss, chefe, nome	1	2,2	mano	1	2,2
chefe	4	8,9	mano+nome	1	2,2
chefe+nome	1	2,2	papá+nome	1	2,2
chefe+nome, boss	1	2,2	senhor, senhora	1	2,2
doutor+nome	2	4,4	senhor+nome	3	6,7
engenheiro+nome	1	2,2	tio+nome	3	6,7
			Total	45	100,0

Anexo F - UÍGE

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre casais

	N	%		N	%
Não responde	20	43,5	querido, companheiro, você	1	2,2
amor	3	6,5	senhora,dona	1	2,2
amor, pai, mano	1	2,2	tu	2	4,3
amor, você, tu	1	2,2	tu, você	2	4,3
esposa	1	2,2	você	7	15,2
madame, amor	1	2,2	você, nome	1	2,2
mano+nome	1	2,2	você, senhora	1	2,2
nome, você, tu	1	2,2	wi, meu bem, você, tu	1	2,2
querido	1	2,2	Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	N	%		N	%
excelentíssimo	1	2,2	senhor, senhora, pai, mãe	2	4,3
excelentíssima senhora	1	2,2	Senhor, senhora, tio, tia	1	2,2
filho, filha, pai	1	2,2	tio, tia	1	2,2
jovem,	1	2,2	tio, tia, avó	1	2,2
jovem, senhor, senhora	1	2,2	tio, tia, pai, mãe	1	2,2
kota	1	2,2	tio, tia, pai, mãe, avó	1	2,2
mano, mana, irmão, irmã	1	2,2	tu	2	4,3
moço, wi, pai, mãe,	1	2,2	tu, você	1	2,2
senhor,senhora	23	50,0	tu, você, senhor, senhora	1	2,2
pai, mãe, senhor, senhora	1	2,2	você	1	2,2
senhor, senhora	1	2,2	Você, tu	1	2,2
senhor, senhora, jovem	1	2,2	Total	46	100,0
senhor, senhora, moço, moça	1	2,2			

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de filho(a) para pais

	N	%		N	%
Não responde	8	17,4	papá	2	4,3
bebé, papá	1	2,2	papai, mamãe	1	2,2
caríssimo, caríssima, pai, mãe,	1	2,2	papai. Mamãe	1	2,2
mãe,querida	2	4,3	senhor	5	10,9
nome	1	2,2	tu	1	2,2
pai	6	13,0	velho	1	2,2
pai, irmão	1	2,2	velho, papoite, papá	1	2,2
pai, mãe	7	15,2	você	6	13,0
pai,mãe	1	2,2	Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de pais para filhos

	N	%		N	%
Não responde	15	32,6	nome, pai	1	2,2
amado	1	2,2	nome, tu, você	1	2,2
amor, querida	1	2,2	papa	1	2,2
bebé, filho	1	2,2	Querido, querida	1	2,2
filho, filha	1	2,2	tu	3	6,5
filho, nome, tu	1	2,2	tu, nome	2	4,3
filho, você	1	2,2	tu, você	2	4,3
filho, você, tu	2	4,3	tu, você, nome	2	4,3
mano, mana	1	2,2	você	7	15,2
nome	1	2,2	você, vós	1	2,2
			Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de alunos(as) para professores(as)

	N	%		N	%
Não responde	2	4,3	querido professor, querida professora	1	2,2
docente	1	2,2	senhor professor	6	13,0
doutor, senhor professor	1	2,2	senhor professor, senhora professora	10	21,7
doutor+nome	1	2,2	senhor professor, senhora professora, doutor, mestre	1	2,2
professor	5	10,9	senhor professor, senhora professora	1	2,2
professor, docente	1	2,2	senhor professora, senhora professora	1	2,2
professor, professora	9	19,6	senhora professora, senhor professor	2	4,3
professor, professora	1	2,2	tu, você	1	2,2
professora	2	4,3	Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de professores(as) para alunos(as)

	N	%		N	%
Não responde	35	76,1	querida, querido, estudante	1	2,2
aluno, aluna	1	2,2	senhor, senhora, camarada	1	2,2
aluno, aluna, número	1	2,2	tu	1	2,2
nome	1	2,2	tu, você	1	2,2
número, estudante, nome	1	2,2	você	1	2,2
número, nome, aluno, aluna, você	1	2,2	você, aluno, aluna, nome	1	2,2
			Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de crianças para mais velhos

	N	%		N	%
Não responde	42	91,3	tio, tia	2	4,3
mano, mana, tio, tia, kota	1	2,2	tio, tia, avó	1	2,2
			Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de empregados(as) de serviços diversos para clientes

	N	%		N	%
Não responde	25	54,3	senhor, senhora, você	1	2,2
cliente	1	2,2	tu	3	6,5
estimado cliente	1	2,2	você	3	6,5
senhor, senhora	11	23,9	você, senhor, senhora	1	2,2
			Total	46	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de clientes para empregados(as) de serviços diversos

	N	%		N	%
Não responde	1	2,2	senhora, senhor, mano, mana, paizinho, mãe	1	2,2
estimado senhor, estimada senhora	1	2,2	tio, tia, amigo	1	2,2
filho, filha, pai	1	2,2	tio, tia, amigo, avó	1	2,2
senhor, senhora	21	45,7	tio, tia, mãe, senhor, senhora, pai, mano, mana	1	2,2
senhor, senhora, dona	1	2,2	tio, tia, mano, mana	1	2,2
senhor, senhora, dona, pai, mãezinha	1	2,2	tio, tia, senhor, senhora	1	2,2
senhor, senhora, moço, moça, dona, mãezinha, pai	1	2,2	trabalhador, trabalhadora	1	2,2
senhor, senhora, pai, mãe	1	2,2	tu	5	10,9
senhor, senhora, tio, tia, pai, mãezinha, avó	1	2,2	tu, você	1	2,2
senhor, senhora, dona, pai, mãe	1	2,2	você	1	2,2
senhora, senhor	1	2,2	você, senhor, senhora	1	2,2
			Total	46	100,0

Anexo G - BIÉ

Tabela de frequências: Profissão

	Frequência	Porcentagem
Não responde	1	3,6
Agricultor	1	3,6
Alfaiate	1	3,6
Cozinheira	1	3,6
Estudante	21	75,0
Ladrilhador	1	3,6
Professor	1	3,6
Professora	1	3,6
Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre amigos(as)

	N	%		N	%
amiga, amigo, amor, nome, você	1	3,6	kamba, wi, você, tu	1	3,6
amiga, mano+nome	1	3,6	nome	3	10,7
amigo, brada	1	3,6	nome, amiga, amor	1	3,6
amigo, nome, irmão, mano, mana+nome	1	3,6	nome, mana+nome, mano+nome	1	3,6
amor, nome, amiga, tu, você	1	3,6	nome, você	5	17,9
brother, wi	1	3,6	papoite, você, tu	1	3,6
camone, brada, tu, você	1	3,6	tu, você, nome	1	3,6
camone, tu	1	3,6	você	1	3,6
camone, você	1	3,6	você, tu, nome	1	3,6
irmã, irmão, você	2	7,1	wi, tu, você	1	3,6
kamba, você	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre colegas de escola

	N	%		N	%
Não responde	3	10,7	nome, colega	1	3,6
colega	10	35,7	nome, colega, você	1	3,6
colega, amiga	1	3,6	nome, você	1	3,6
colega, nome	4	14,3	você, tu, nome	1	3,6
colega, você, nome	2	7,1	wi, meu	1	3,6
nome	2	7,1	wi, tu, você	1	3,6
			Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre colegas de serviço

	N	%		N	%
Não responde	18	64,3	meu	1	3,6
colega	5	17,9	nome	3	10,7
colega, nome	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre casais

	N	%		N	%
Não responde	21	75,0	senhora	1	3,6
amor	2	7,1	você, nome	1	3,6
amor, você, tu	1	3,6	você, tu	1	3,6
mano	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre vizinhos

	N	%		N	%
família	2	7,1	tio, tia, irmão, irmã	1	3,6
kota, nome, tia	1	3,6	tio, tia, mãe, tu, você	2	7,1
mano, mana	1	3,6	tio, tia, pai, mãe, mana, mano	1	3,6
nome	5	17,9	tio, tia, você	1	3,6
nome, mano, tio, tia, você	1	3,6	vizinho, vizinha	5	17,9

	N	%		N	%
nome, pai	1	3,6	vizinho, vizinha, irmão, irmã	2	7,1
pai, mãe, tio, tia	1	3,6	vizinho, vizinha, nome	1	3,6
tio, tia	3	10,7	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre namorados(as)

	N	%		N	%
Não responde	13	28,4	nome	1	3,6
amor	3	10,7	nome, você	2	7,1
amor, tu	2	7,1	tu, nome, você	1	3,6
amor, você	1	3,6	você	2	7,1
companheiro, tu	1	3,6	você, tu	1	3,6
coração, amor	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	N	%		N	%
Não responde	1	3,6	senhor, senhora, tio, tia	2	7,1
jovem, senhor, senhora	1	3,6	tio, tia	2	7,1
moço, moça, jovem, senhor, senhora	1	3,6	tio, tia, mana, mano, senhor, senhora	1	3,6
moço, moça, tia, tio	1	3,6	tio, tia, mano, mana, paizinho, mãezinha, avó	2	7,1
moço, moça, tio, tia, senhor, senhora	1	3,6	tio, tia, mano, mana, você	1	3,6
pai, mãe, amigo	1	3,6	tio, tia, moço, moça	1	3,6
pai, mãe, tio, tia	1	3,6	tio, tia, pai, mãe, avó	1	3,6
pai, senhor, senhora, tio, tia, avó	3	10,7	tio, tia, pai, mãe, mano, mana	1	3,6
senhor, senhora	3	10,7	tio, tia, você	1	3,6
senhor, senhora, kota	1	3,6	wi, bró, caríssimo	1	3,6
senhor, senhora, pai, mãezinha, kota, tio, tia, avó	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de pais para filhos

	N	%		N	%
Não responde	13	28,4	filho, tu	1	3,6
filha	1	3,6	filho, você	1	3,6
filha, nome, você	1	3,6	menino, menina	1	3,6
filha, você, tu	1	3,6	nome	4	14,3
filho	1	3,6	pai	1	3,6
filho, filha, você	1	3,6	tu, você, nome	1	3,6
filho, filho, você	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de alunos(as) para professores(as)

	N	%		N	%
Não responde	3	10,7	professora, professor	1	3,6
prof, senhor professor, professora, senhora professora	1	3,6	senhor professor	3	10,7
professor	2	7,1	senhor professor, senhora professora	6	21,4
professor, prof	1	3,6	senhora professora	1	3,6
professor, professora	5	17,9	senhora professora, senhor professor	5	17,9
			Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de professores(as) para alunos(as)

	N	%		N	%
Não responde	27	96,4	nome, rapaz	1	3,6
			Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de crianças para mais velhos

	N	%		N	%
Não responde	16	57,1	pai, mãe, senhor, senhora	2	7,1
mano, mana	3	10,7	tia, mãe, mana	1	3,6
mano, mana, kota	1	3,6	tia, tio, mana, mano, avó	1	3,6
mano, mano, tio, tia	1	3,6	tio, tia	1	3,6
nome, mana, mano, tio, tia, avó	1	3,6	tio, tia, pai, mãe	1	3,6
			Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de mais velhos para crianças

	N	%		N	%
Não responde	7	25,0	nome, mana, mano	1	3,6
cassule	2	7,1	puto	1	3,6
criança, ndengue	1	3,6	puto, cassule	1	3,6
criança, nome	1	3,6	puto, menina	1	3,6
criança, nome, tu, você	1	3,6	puto, ndengue	1	3,6
filho, filha	1	3,6	rapaz, nome, cassule	1	3,6
irmão, candengue	1	3,6	tu, você, puto	1	3,6
neto, neta	1	3,6	você, nome	2	7,1
nome	4	14,3	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de empregados(as) para patrão/patroa

	N	%		N	%
Não responde	17	60,7	patrão	3	10,7
mano	1	3,6	senhor+nome	1	3,6
mano+nome	2	7,1	tio, tia	1	3,6
mestre	1	3,6	tio+nome	1	3,6
pai	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de patrão/patroa para empregados

	N	%		N	%
Não responde	24	85,7	nome	1	3,6
avó	1	3,6	tia+nome, você	1	3,6
dona	1	3,6	Total	28	100,0

Tabela de frequências: Diga quais são as formas ou pronomes de tratamento que usa de empregados(as) de serviços diversos para clientes

	N	%		N	%
Não responde	21	75,0	tio, tia, chefe, senhor, senhora	1	3,6
cliente	2	7,1	tio, tia, mãe, pai, boss	1	3,6
nome, tio, tia, mano, mana, senhor, senhora	1	3,6	tio, tia, mano, mana	1	3,6
senhor senhora, tio, tia, mano, mana	1	3,6	Total	28	100,0

ANEXO H - CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS COM AS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

Faixa Etária

Tabela de frequências: Formas de tratamento de crianças para mais velhos

	nominal	pronominal	nominal pronominal
>=25 anos	74/76,3%	5/5,2%	17/17,5%

Nível de Escolaridade

Tabela de frequências: Grau de domínio das formas de tratamento formais

	Muito bom	Bom	Razoável (+/-)	Mau
Ensino Primário	0/0%	0/0%	5/22,7%	17/77,3%
Ensino Base	0/0%	7/9,5%	36/48,6%	31/41,9%
Ensino Médio	8/4,2%	51/26,7%	110/57,6%	22/11,5%
Ensino Superior	36/17,6%	80/39%	79/38,5%	10/4,9%
Sem resposta	0/0%	0/0%	1/14,3%	6/85,7%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de empregados (as) para patrão/patroa

	nominal	pronominal	nominal pronominal	e
Ensino Primário	3/100%	0/0%	0/0%	
Ensino Base	12/44,4%	13/48,1%	2/7,4%	
Ensino Médio	57/62,6%	19/20,9%	15/16,5%	
Ensino Superior	48/45,7%	34/32,4%	23/21,9%	
Sem resposta	8/88,9%	1/11,1%	0/0%	

Tabela de frequências: Formas de tratamento de patrão/patroa para empregados

	nominal	pronominal	nominal pronominal	e
Ensino Base	3/42,9%	2/28,6%	2/28,6%	
Ensino Médio	22/64,7%	4/11,8%	8/23,5%	
Ensino Superior	48/48%	35/35%	17/17%	
Sem resposta	0/0%	0/0%	1/100%	

Gênero

Tabela de frequências: Formas de tratamento entre colegas de serviço

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	68/51,9%	31/23,7%	31/23,7%
Feminino	55/53,4%	20/19,4%	24/23,3%

Tabela de frequências: Formas de tratamento entre vizinhos

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	226/70,2%	42/13%	48/14,9%
Feminino	141/63,2%	37/16,6%	43/19,3%

Tabela de frequências: Formas de tratamento entre desconhecidos na rua ou em outros lugares

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	65/20,6%	115/36,5%	122/38,7%
Feminino	45/20,6%	84/38,5%	83/38,1%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de filho(a) para pais

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	246/85,1%	35/12,1%	7/2,4%
Feminino	161/77%	31/14,8%	17/8,1%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de pais para filhos

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	88/44,7%	33/16,8%	58/29,4%
Feminino	49/39,2%	34/27,2%	37/29,6%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de crianças para mais velhos

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	33/78,6%	3/7,1%	5/11,9%
Feminino	42/73,7%	2/3,5%	13/22,8%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de mais velhos para crianças

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	185/67,8%	31/11,4%	44/16,1%
Feminino	84/51,2%	37/22,6%	40/24,4%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de empregados (as) de serviços diversos para clientes

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	19/19%	62/62%	18/18%
Feminino	7/10,4%	42/62,7%	15/22,4%

Tabela de frequências: Formas de tratamento de clientes para empregados(as) de serviços diversos

	nominal	pronominal	nominal e pronominal
Masculino	50/15,7%	158/49,5%	98/30,7%
Feminino	47/21,6%	88/40,4%	79/36,2%